Santa Catarina

BALANÇO GERAL 2022

Volume 1

Relatório Contábil de Propósito Geral - RCPG



Estruturar para CreSCer

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS



Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis
Foto: Nilton Pires Filho

SANTA CATARINA
BALANÇO GERAL
2022

Estruturar para
CreSCer

Volume 1
Relatório Contábil de
Propósito Geral – RCPG

GESTÃO: **Carlos Moisés da Silva**

Jorginho dos Santos Mello
GOVERNADOR DO ESTADO

Marilisa Boehm
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Cleverson Siewert
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Augusto Puhl Piazza
SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Graziela Luiza Meincheim
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE
E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

BALANÇO GERAL DE 2022
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS (DCIF)

DIRETORA
Graziela Luiza Meincheim
ASSESSOR
Vagner Alonso Pacheco

GERÊNCIA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO BALANÇO

GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO
Rosangela Della Vechia (Gerente)
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Geraldo Catunda Neto
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira
Kely Cristina da Silva Truppel
Neusa Ivete Müller
Roberto Mosanio Duarte de Carvalho Junior

COLABORAÇÃO

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Cintia Fronza Rodrigues (Gerente)
Andréa Terezinha Vitali
Guilherme Cerutti Bueno
Jefferson Fernando Grande
Ísis Paz Portinho
Jorge Luiz Alves
Layzi da Silva
Raquel Costa Pereira
Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES FISCAIS
Michele da Silva Espindola (Gerente)
Elizabete Salazar da Silva
Ivan Grave
Marcelo Inocêncio Pereira

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E GERENCIAIS
Heber Lima da Costa (Gerente)
Alice Luciane Rhoden
Márcio Studart Nogueira
Maria Luiza Seemann
Mário Wendhausen Gentil
Tatiana Borges

COORDENADORIA DO SISTEMA DE CUSTOS
Gilmar de Oliveira Amorim (Coordenador)
Gilceu Ferreira
Marcelo Fernandes Pedrosa



AUDITORES ESTADUAIS DE FINANÇAS PÚBLICAS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Abel Guilherme da Cunha
Alexandra Furtado da Silva Dias
Alexandra Mara de Brito Mafra
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
Arcangelo Felisberto
Bruno Hubacher da Costa
Cristiano Severo Martins
Dielis Heder Fiorentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Enalto de Oliveira Gondrige
Ercí Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Graziela Gesser
Isac Garcia Fernandes
Ivana Kretzer Santos
Júlio Cesar Siqueira
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer
Patrick Estevão Imeton Pereira
Paulo Guilherme Orcioli Belvedere
Paulo Sérgio de Souza
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Valese
Sandro Medeiros Alves
Vera Lúcia Hawerroth Santana
Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS QUE COLABORARAM COM A ELABORAÇÃO DO BALANÇO

Assessoria de Comunicação – SEF
Diretoria de Administração e Finanças – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Grupo de Trabalho de Informações para a Prestação de Contas Anual do Governador, criado pela Portaria nº SEF 217/2019

REVISÃO TEXTUAL
Oficina do Texto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Nuovo Design

FOTOS DA CAPA:
Ricardo Wolffenbüttel (SECOM): Vale do Itajaí, Regiões Oeste e Serrana
Roberto Zacarias (SECOM): Grande Florianópolis
Prefeitura Municipal de Laguna: Região Sul
Prefeitura Municipal de Joinville: Região Norte

INFORMAÇÕES

Gerência de Prestação de Contas do Governo
balancogeralsc@sef.sc.gov.br
(48) 3665 2684

Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais

Centro Administrativo do Governo
Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 15
Saco Grande II – Florianópolis – SC
CEP 88032-000

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA



Serra do Corvo Branco, em Grão-Pará
Foto: Lennon Garcia

É dever de todo gestor público prestar contas à população sobre os recursos públicos que administra. Para o cumprimento desse dever previsto na Constituição Estadual e observando o prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, o Governador submete este Balanço Geral do Estado à avaliação do Poder Legislativo, ao mesmo tempo que apresenta à população a situação das contas públicas ao final da gestão do ano de 2022.

MENSAGEM DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Cabe à Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda a responsabilidade pela elaboração, organização e consolidação dos dados oriundos dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, que se constituem nas unidades gestoras de execução dos recursos previstos no orçamento estadual. Nesse sentido, ressalta-se que compete a cada órgão e entidade a responsabilidade pela fidedignidade, consistência e veracidade dos dados e das informações apresentados neste Balanço Geral.

Os dados orçamentários, financeiros e contábeis são oriundos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o sistema oficial de gestão financeira de Santa Catarina. Além do SIGEF, destaca-se que diversos outros sistemas estruturantes do Estado são utilizados na gestão de temas específicos, que requerem controles próprios e informações mais detalhadas para serem gerenciados com mais acurácia, como é o caso da administração tributária, que é gerenciada pelo Sistema de Arrecadação Tributária (S@T), e dos controles relativos ao processamento da folha de pagamento e benefícios dos servidores pelo Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). Esses sistemas são integrados com o SIGEF, que registra em nível sintético as informações financeiras contidas neles. Já os dados do desempenho das áreas apresentados neste Balanço foram fornecidos pelos órgãos e pelas entidades estaduais, e têm o intuito de propiciar uma visão mais detalhada das ações do Governo.

Em relação ao rigor técnico, ressalta-se que na elaboração deste Balanço foram observadas as disposições legais e os normativos que disciplinam a matéria, tais como: Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional; e Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº TC-20, de 31 de agosto de 2015, que disciplina a remessa de informações e de demonstrativos contábeis ao Tribunal de Contas do Estado.

Além de esta prestação de contas observar os aspectos técnicos e legais, salienta-se que há um esforço contínuo em torná-la cada vez mais compreensível e atrativa para a leitura dos cidadãos. Para isso, sempre que possível, busca-se empregar linguagem simples, acessível e menos técnica, de forma que dados técnicos complexos possam ser transformados em informações compreensíveis, com exposições mais gráficas e visuais para facilitar o entendimento de quem lê. Um dos principais objetivos do Balanço Geral é permitir que os cidadãos tenham a possibilidade de realizar uma análise adequada das informações da gestão pública e assim fazer a sua própria avaliação, exercendo um dos principais pressupostos da cidadania, que é a fiscalização sobre a aplicação dos recursos públicos.

O Balanço Geral do Estado de 2022 está dividido em quatro volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa. O Volume 1 - Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) contém informações de natureza administrativa, econômica, social, fiscal e orçamentária do Estado, assim como as demonstrações contábeis e suas notas explicativas. O Volume 2 - Anexos do Balanço compreende os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-20/2015. O Volume 3 - Relatório de Atividades do Poder Executivo possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas governamentais, bem como das ações priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por fim, o Volume 4 - Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo traz uma análise sobre a execução dos orçamentos, conforme prevê o art. 47, parágrafo único, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e o art. 70 da Resolução nº TC-06/2001.

Boa leitura!

Graziela Luiza Meincheim
Diretora de Contabilidade e de Informações Fiscais
Contadora-Geral do Estado de Santa Catarina

Sumário

SANTA CATARINA 12

GESTÃO ADMINISTRATIVA 16

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS 19

RANKING DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL 21

RANKING DA TRANSPARÊNCIA 21

ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA 23

- Criação de Fundos 23
- Fundos Rotativos do Sistema Penal do Estado 24
- Liquidação de Empresas Públicas 24

PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA 25

ECONOMIA CATARINENSE 26

PRODUTO INTERNO BRUTO 29

COMÉRCIO EXTERIOR 30

- Exportações Catarinenses 31
- Importações Catarinenses 33

MERCADO DE TRABALHO 34

- Estoque de Empregos 34
- Registro de Empresas 36
- Taxa de Desocupação 37

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO 38

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA 40
AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL 44
CULTURA 48
DEFESA CIVIL 51
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SUSTENTÁVEL 58
DESENVOLVIMENTO SOCIAL 63
EDUCAÇÃO 70
ESPORTE 77
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE 80
SAÚDE 88
SEGURANÇA PÚBLICA 97
TURISMO 104

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA 108

DE ONDE VIERAM OS RECURSOS DE 2022 112
ONDE FORAM APLICADOS OS RECURSOS ESTADUAIS EM 2022 113
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO 114
RECEITAS 115
- Receitas Correntes 118
- Receitas de Capital 129
- Receitas Intraorçamentárias 129
- Participação dos Poderes e Órgãos nas Receitas do Estado 130

DESPESAS 132
- Pessoal e Encargos Sociais 136
- Manutenção dos Serviços Públicos 137
- Investimentos 139
- Dívida Pública 143

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 144
- Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores 144
- Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2022 145
- Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – 2017 a 2021 147

INDICADORES FISCAIS 148

INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 151
- Despesa com Pessoal 153
- Dívida Consolidada Líquida 155
- Operações de Crédito 155
- Garantias e Contragarantias 155
- Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar 156
- Resultado Primário 157
- Resultado Nominal 157
- Receitas e Despesas 157
- Receitas e Despesas Previdenciárias 158

LIMITES CONSTITUCIONAIS FEDERAIS 160
- Saúde 160
- Educação 160
- Relação entre Despesas e Receitas Correntes 161

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS CATARINENSES 161
- Educação Superior 161
- Ciência e Tecnologia 163
- Emendas Individuais de Parlamentares 163
- Educação Especial 165

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 166

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 168

BALANÇO FINANCEIRO 173

BALANÇO PATRIMONIAL 176

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 186

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 189

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 194

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS 198
BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 200
BALANÇO PATRIMONIAL (BP) 217
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) 280
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) 285
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) 287
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO) 287
BALANÇO FINANCEIRO (BF) 290
OUTRAS NOTAS RELEVANTES 291



SANTA CATARINA



- **295** municípios
- **1% do território nacional**
  Área territorial
  95.730,690 km²
  (IBGE, 2021)
- **Expectativa de vida: 79,9 anos**
  Mulheres: 83,2
  Homens: 76,7
  (IBGE, 2020)
- **3% da população do Brasil**
  População estimada
  7.762.154 pessoas
  (IBGE, prévia do censo 2022)
- **Capital**
  Florianópolis

Estrutura Organizacional do Estado em 2022

- 26 Secretarias de Estado e Órgãos
- 2 Secretarias Executivas
- 43 Fundos
- 6 Fundações
- 7 Autarquias
- 4 Empresas Estatais Dependentes (2 em liquidação)
- 12 Empresas Estatais não Dependentes (1 em liquidação)

O detalhamento da estrutura organizacional do Estado está apresentado na Nota Explicativa nº 3.



Receita realizada líquida	Despesa empenhada	6º maior PIB nacional
R$ 42,45 bilhões	R$ 43,63 bilhões	R$ 349,3 bilhões
↑ 24,3% 2022/2021	↑ 29,3% 2022/2021	↓ -2,9% (IBGE, 2020)

Exportações	Importações	Saldo da balança comercial
US$ 11,966 bilhões	US$ 28,989 bilhões	US$ -17,023 bilhões
↑ 16,2% 2022/2021	↑ 16,3% 2022/2021	**Deficit** 2022

3,6%	10º	10,6%	2º
Participação nas exportações nacionais	Ranking de exportações	Participação nas importações nacionais	Ranking de importações

R$ bilhões

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativo Bens e direitos	75,343	62,147	**Passivo** Obrigações	152,828	124,616
			Patrimônio Líquido Ativo – Passivo	(77,484)	(62,469)

SÍMBOLOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA[1]

Árvore

Imbuia, *Ocotea porosa* (NEES) L. Barroso.



Planta Medicinal

Espinheira-Santa, *Maytenus ilicifolia*



Flor

Laelia purpurata





Bandeira

A Lei nº 126, de 15 de agosto de 1895, estabeleceu a forma da primeira bandeira do Estado de Santa Catarina.

A bandeira foi desativada pela Constituição Federal de 10 de novembro de 1937 e pelo Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de setembro de 1939, sendo revitalizada somente a partir da Lei Estadual nº 975, de 29 de outubro de 1953.



Armas

As armas do Estado de Santa Catarina foram estabelecidas pela Lei nº 126, de 15 de agosto de 1895, com base no desenho de Lucas Alexandre Boiteux.



Hino

O hino de Santa Catarina foi aprovado pelo Decreto nº 132, de 21 de abril de 1892. Sua música é de José Brasilício de Sousa, e a letra de Horácio Nunes Pires.

Clique aqui e ouça o hino.

1 Lei nº 17.308, de 6 de novembro de 2017.



VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICAM OS ELEMENTOS DA BANDEIRA CATARINENSE?

- O losango verde colocado no centro representa a vegetação do Estado.
- A estrela branca sobre o losango representa o próprio Estado.
- A águia simboliza a força do povo catarinense.
- A âncora segurada pela águia significa a ligação do Estado à pesca e à atividade portuária.
- A chave, também presa pela águia, mostra que o Estado é um ponto estratégico no Brasil, principalmente para o Sul.
- A data “17 de novembro de 1889” em um pequeno escudo branco é o reconhecimento da implantação do Regime Republicano em Santa Catarina.
- No brasão, o ramo de café simboliza a lavoura do litoral. O ramo de trigo representa as lavouras da serra.
- O barrete frígio vermelho na ponta da estrela representa o Governo Republicano.
- O laço unifica todos os elementos.



Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis
Foto: Julio Cavalheiro



Gestão Administrativa

GESTÃO ADMINISTRATIVA

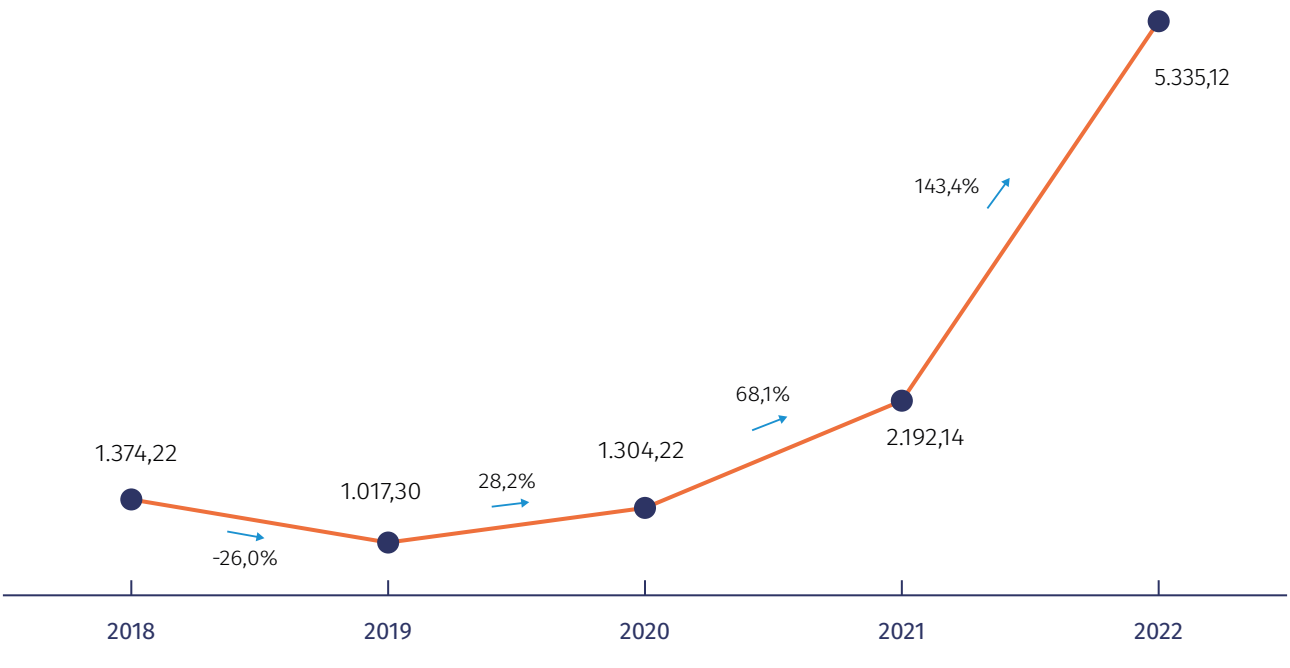
A Gestão Administrativa de Santa Catarina em 2022 foi marcada pela busca da ampliação do desenvolvimento do Estado e pelo aumento dos investimentos com recursos próprios.

Nesse período, Santa Catarina seguiu crescendo, gerando empregos e proporcionando um ambiente seguro para a abertura de novas empresas. O Estado investiu em obras que há muito tempo eram demandadas em todas as regiões, abrindo novos programas e fortalecendo a relação com os municípios catarinenses.

O desenvolvimento estadual se deu em todas as áreas de atuação governamental. O Estado se destacou nacionalmente em segurança, sustentabilidade social e eficiência da máquina pública, despontando no topo de rankings nacionais que avaliam indicadores econômicos e sociais. A infraestrutura e a educação catarinense também foram bem avaliadas, mostrando a melhoria na qualidade da prestação de serviços para os cidadãos catarinenses.

Uma gestão responsável dos recursos públicos, concentrada no aumento das receitas sem aumentar a tributação, somada aos esforços para o controle das despesas, possibilitou ao Poder Executivo investir R$ 5,34 bilhões em 2022, que representam uma ampliação de 143,4% em relação aos investimentos de 2021, 309,1% em relação aos de 2020 e o maior valor de investimentos dos últimos dez anos.

Investimentos Realizados pelo Poder Executivo (R$ milhões)

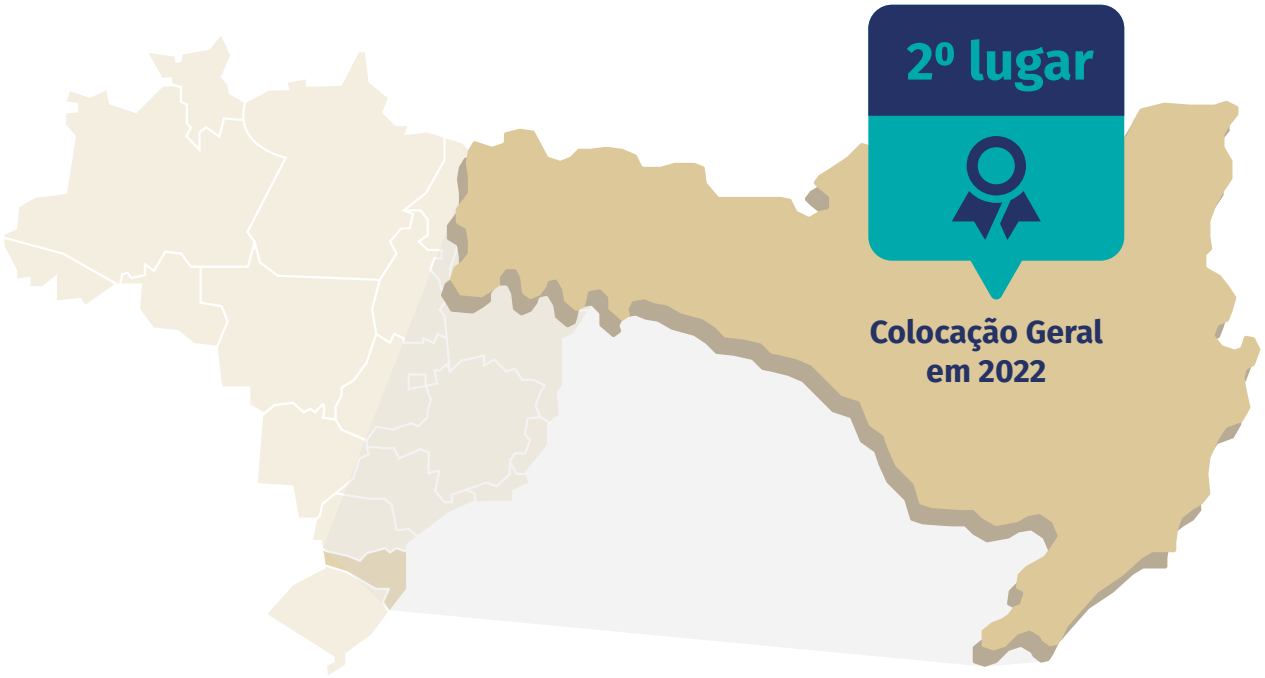


Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal. Valores empenhados no Poder Executivo.

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

O bom desempenho econômico e social do Estado foi reconhecido no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Santa Catarina obteve a segunda colocação geral pelo sexto ano consecutivo.

Ranking de Competitividade dos Estados



Santa Catarina obteve a seguinte colocação nos 10 pilares temáticos do ranking que avaliam indicadores essenciais para a promoção da competitividade e para a melhoria da gestão pública: Sustentabilidade Social (1ª posição), Segurança Pública (1ª posição), Eficiência da Máquina Pública (1ª posição), Infraestrutura (2ª posição), Educação (3ª posição), Inovação (4ª posição), Sustentabilidade Ambiental (4ª posição), Potencial de Mercado (4ª posição), Solidez Fiscal (15ª posição) e Capital Humano (24ª posição).

Posições de Destaque de Santa Catarina no Ranking da Competitividade dos Estados



Os indicadores refletem positivamente ações tanto da gestão pública quanto dos empreendedores privados e dos cidadãos catarinenses.

As posições de destaque de Santa Catarina no ranking demonstram que as ações adotadas no Estado vêm contribuindo para minimizar os efeitos da crise econômica e para atrair investimentos que geram emprego e renda, fortalecem o desenvolvimento e aumentam as condições básicas para garantir o bem-estar da sociedade.

Para conhecer mais sobre o tema, acesse:

http://www.rankingdecompetitividade.org.br/

RANKING DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL

Santa Catarina foi destaque nacional também no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, obtendo a segunda colocação entre os estados brasileiros em 2022. O ranking é uma iniciativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e avalia a consistência dos dados contábeis e fiscais enviados pelos entes da Federação ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).



Como está a qualidade da contabilidade pública de Santa Catarina?

Nota: **96,81%**

2ª Colocação Geral
no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal em 2022

São quatro dimensões de avaliação analisadas: I - Gestão da Informação; II - Informações Contábeis; III - Informações Fiscais; e IV - Informações Contábeis x Informações Fiscais. Essas dimensões fazem a checagem de informações entre o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), a Declaração de Contas Anual (DCA) e a Matriz de Saldos Contábeis (MSC). As dimensões II, III e IV do Estado foram as mais bem avaliadas e contribuíram para a obtenção da nota 96,81%, o que demonstra a qualificação e a consistência das informações contábeis estaduais.

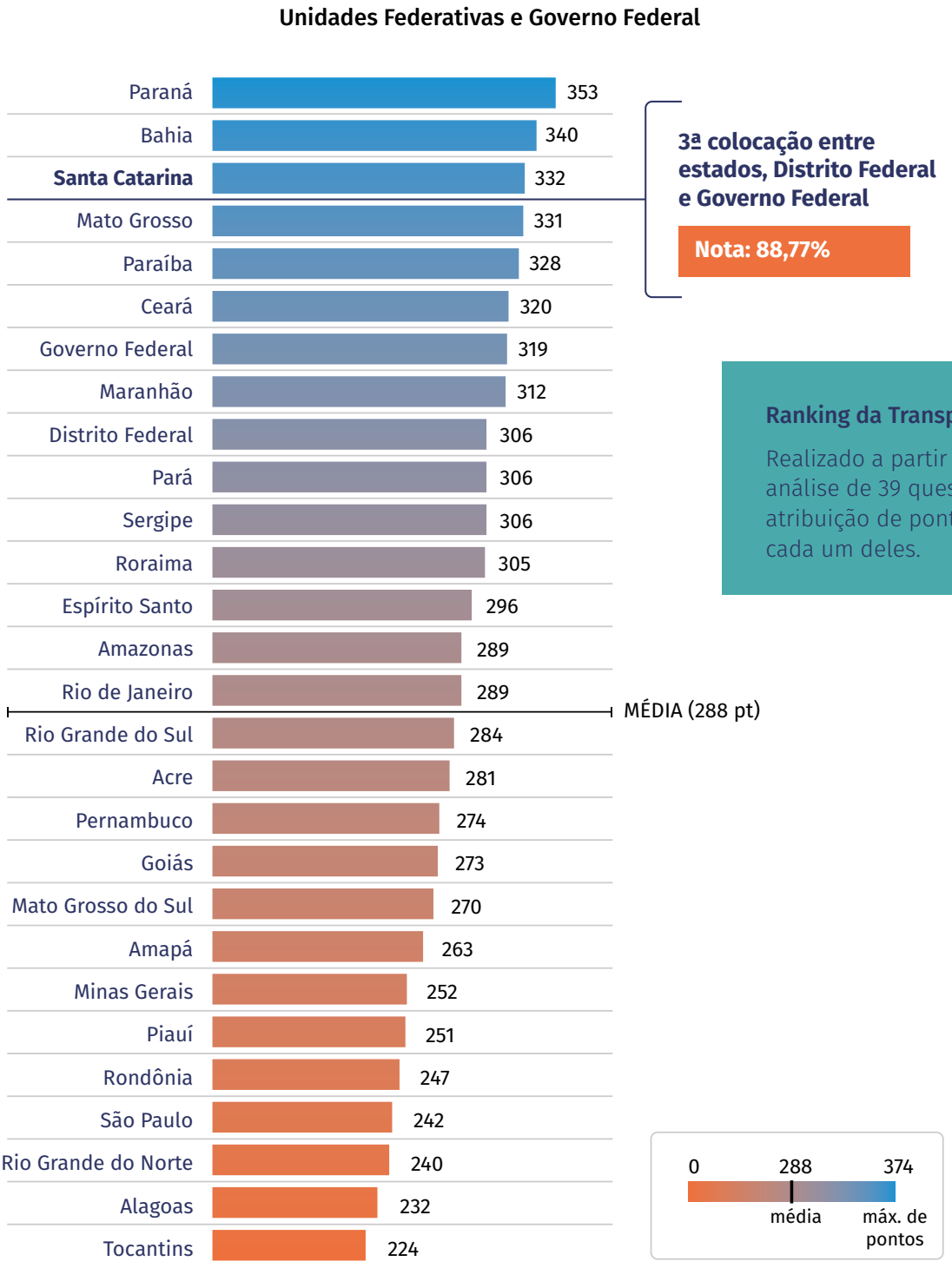
RANKING DA TRANSPARÊNCIA

Santa Catarina obteve a 3ª colocação entre os estados, o Distrito Federal e o Governo Federal no Ranking da Transparência 2021-2022, elaborado pelo Núcleo de Estudos da Transparência Administrativa e da Comunicação de Interesse Público da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP).

A partir da avaliação de 39 critérios, o ranking analisou o grau de transparência que a Administração Pública brasileira confere às suas atividades, especialmente como presta contas perante os seus administrados.

O Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina marcou 332 pontos e obteve 88,77% da pontuação máxima. Um dos pontos positivos do Portal destacado na avaliação é o layout intuitivo, claro, colorido e com opções objetivas que facilitam a obtenção de informações. Segundo o relatório, o Portal ainda carece de melhorias relacionadas à clareza da disponibilização de informações sobre determinados pontos orçamentários.

Trata-se de um instrumento de controle social que possibilita ao cidadão acompanhar a arrecadação estadual e a aplicação detalhada dos valores arrecadados. Reformulado em 2017, o Portal continua recebendo melhorias que objetivam facilitar a navegação, a interatividade e a disponibilização de informações, assim como o monitoramento dos gastos públicos estaduais. O resultado positivo demonstra que as ações adotadas pelo Governo de Santa Catarina contribuem para melhorar a transparência das informações estaduais, estimulando o interesse e aumentando o engajamento da população no acesso às informações públicas.



ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Criação de Fundos

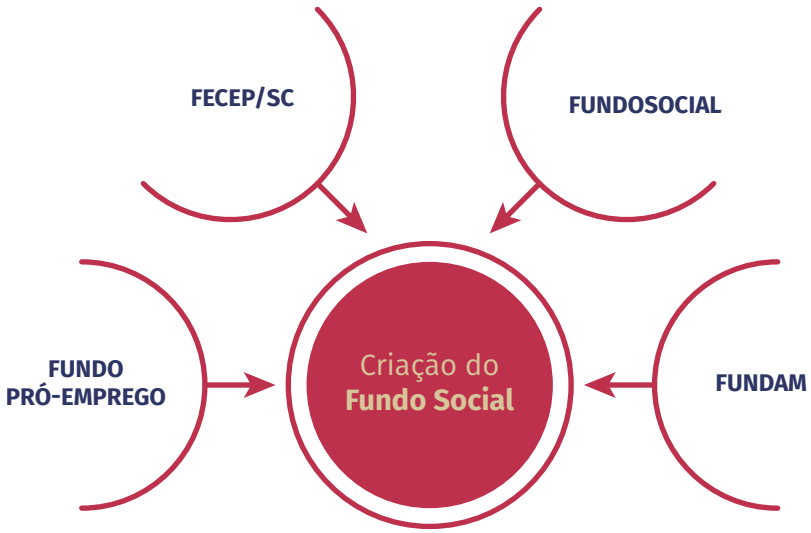
Em 2022, por meio da Lei nº 18.334/2022, foi criado o Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL), destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, e ações de combate e erradicação da pobreza, com a incorporação dos seguintes fundos estaduais:

I. Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, ao Microempreendedor Individual, às Sociedades de Autogestão e à instalação e manutenção de empresas no Território catarinense (FUNDO PRÓ-EMPREGO), instituído pela Lei Complementar nº 249, de 15 de julho de 2003;

II. Fundo de Desenvolvimento Social (FUNDOSOCIAL), instituído pela Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005;

III. Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP/SC), instituído pela Lei nº 13.916, de 27 de dezembro de 2006; e

IV. Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), instituído pela Lei nº 16.037, de 24 de junho de 2013.



Fundos Rotativos do Sistema Penal do Estado

A Lei Complementar nº 809, de 30 de dezembro de 2022, estabeleceu em seu art. 3º a substituição dos fundos rotativos instituídos durante a vigência da Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978, da seguinte forma:

Fundo Substituído	Fundo Substituto
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis (FR-01)
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	Fundo Rotativo Regional Sul (FR-02)
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	Fundo Rotativo Regional Norte (FR-03)
Fundo Rotativo do Centro Educacional Regional de Lages	Fundo Rotativo Regional do Vale do Itajaí (FR-04)
Fundo Rotativo da Penitenciária Regional de Curitibanos	Fundo Rotativo Regional Serrano (FR-05)
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	Fundo Rotativo Regional Oeste (FR-06)
Fundo Rotativo do Centro Educacional São Lucas	Fundo Rotativo Regional do Planalto Norte (FR-08)
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	Fundo Rotativo da Penitenciária de São Pedro de Alcântara (FRSP)

Além das substituições dos fundos existentes, a referida lei complementar, em seu art. 4º, instituiu o Fundo Rotativo Regional do Médio Vale do Itajaí (FR-07), vinculado à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, o qual possuirá novas dotações orçamentárias, novos bens, novos direitos e novas obrigações e demais relações jurídicas.

Liquidação de Empresas Públicas

A Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC), constituída pela Lei nº 5.089/1975, tinha como finalidade propagar o desenvolvimento regional do Estado de Santa Catarina por meio de distritos industriais, a exemplo de Joinville, Imbituba, Porto União, São José, Videira, Itajaí e Laguna.

Em 1989, a Lei nº 7.724/1989 autorizou a extinção da CODISC, uma vez que as atividades da Companhia foram descontinuadas e sua manutenção ocasionava prejuízos ao Estado.

Após 33 anos de seu início, o processo de liquidação da CODISC foi concluído em setembro de 2022. Os imóveis remanescentes da Companhia foram transferidos ao Estado, bem como foram liquidados os ativos e os passivos suscetíveis de liquidação. Já os ativos e os passivos de liquidez incerta e sujeitos a fatores externos foram absorvidos pelo Estado, acionista majoritário da CODISC.

Em 2022, também houve prosseguimento dos processos de liquidação das seguintes empresas estatais: BESC S.A. Corretora de Seguros (BESCOR), Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) e Santa Catarina Turismo S.A. (Santur).

CODISC	COHAB	Santur	BESCOR
Empresa estatal liquidada em 2022	Empresas estatais em processo de liquidação		

PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O programa de desestatização do Estado objetiva elevar a competitividade, gerar riquezas e melhorar a vida dos catarinenses. No ano de 2022, por meio do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC), instituído pela Lei nº 17.156, de 5 de junho de 2017[1], houve a concessão do Terminal Rodoviário Rita Maria, localizado em Florianópolis. A concessão, por 30 anos, prevê investimentos para a modernização, a operação, a manutenção e a exploração comercial do terminal, que é uma importante estrutura de mobilidade, turismo e desenvolvimento econômico do Estado.



Terminal Rodoviário Rita Maria

Modalidade: Concessão comum

A concessão comum é a modalidade em que os investimentos realizados pelos parceiros privados são capazes de viabilizar um serviço que seja de interesse público. Ou seja, não são necessários subsídios concedidos pelo Governo.

Nesse tipo de concessão a tarifa é cobrada da população através de impostos e também das outras receitas de administração do serviço, que são suficientes para fazer a remuneração do concessionário.

Florianópolis

Prazo de Concessão
30 anos

No portal www.ppi.sc.gov.br são apresentadas mais informações sobre o andamento do Programa de Parcerias e Investimentos de Santa Catarina.

1 As Leis Estaduais nºs 17.156/2017 e 17.157/2017, assim como os Decretos Estaduais nºs 962/2012, 468/2020, 1.530/2021 e 1.714/2022, dispõem sobre as regras gerais das parcerias público-privadas e concessões no Estado de Santa Catarina.



Queda da Cachoeira em Benedito Novo
Foto: Robson Rodrigues



Economia Catarinense

ECONOMIA CATARINENSE

A retomada da economia catarinense em 2022 não teve o mesmo resultado conquistado em 2021. A invasão militar russa na Ucrânia provocou clamor internacional e trouxe preocupações adicionais diante do prolongamento do conflito e dos impactos negativos para a economia mundial. Paralelamente a esses fatos, mesmo estando mais controlada em razão do avanço da vacinação, a pandemia causada pelo coronavírus continuou ceifando vidas e sendo motivo de alerta e receio com o surgimento de novos surtos, como o ocorrido na China no início do ano.

A guerra na Ucrânia foi determinante para enfraquecer o crescimento econômico mundial. Antes do conflito, o mundo já enfrentava problemas de oferta de insumos em decorrência da pandemia, e com o início da guerra passou-se a precificar o risco de escassez de oferta de produtos, sobretudo nos mercados compradores e dependentes das exportações russas e ucranianas. Alguns países concorrentes nesses mesmos mercados acabaram se beneficiando de um aumento inesperado na demanda e, consequentemente, em suas receitas de exportação. Outros optaram por restringir as exportações com receio da falta de produtos, principalmente alimentos, para o abastecimento da população local.

A incerteza quanto ao risco de redução da oferta de produtos desencadeou uma disparada de preços no mercado internacional, gerando inflação. Na tentativa de conter a escalada inflacionária, os bancos centrais se viram pressionados a elevar as taxas de juros mundo afora. No Brasil, a taxa SELIC teve cinco altas seguidas, dando continuidade ao ciclo de altas iniciado em 2021, e atingiu o pico de 13,75% em agosto, patamar que não era visto desde 2016. Encerrou o ano com esse percentual.



Foto: Adobe Stock

A inflação no Brasil começou a ceder no terceiro trimestre e voltou a subir no último, encerrando o ano com uma taxa acumulada de 5,79% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), percentual que ficou abaixo dos 10,06% acumulados em 2021.

A economia catarinense também sentiu os efeitos de um cenário predominante de combate à inflação e de taxas de juros altas. O Governo reduziu impostos como medida de estímulo à economia na expectativa de que preços mais baixos possibilitassem o acesso a bens de consumo. Após a publicação da Lei Complementar Federal nº 194/2022, em Santa Catarina foi editada a Medida Provisória nº 255, transformada na Lei nº 18.521/2022, que reduziu para 17% a alíquota de ICMS sobre gasolina e álcool automotivos, energia elétrica e comunicações.

Apesar dos sinais de desaceleração econômica, Santa Catarina continuou apresentando resultados positivos em 2022, alicerçados na diversificação da economia estadual, que bem distribuída geograficamente consegue se desenvolver com destaque em todas as regiões.

A alta global dos preços e também o aumento dos volumes transacionados foram fatores que contribuíram para que o Estado alcançasse novos recordes no comércio exterior, atingindo um total de quase US$ 12 bilhões em exportações e US$ 29 bilhões em importações.

Diante de um cenário de incertezas e de preocupações constantes com inflação e juros, Santa Catarina não conseguiu manter a criação de novas vagas no mesmo ritmo de 2021. Ainda assim, alcançou uma taxa de desocupação de 3,2%, sendo o sétimo estado que mais criou empregos.

A continuidade do crescimento econômico e a geração de mais emprego e renda são desafios para a economia catarinense em 2023.

PRODUTO INTERNO BRUTO

A economia catarinense mostrou sinais de desaceleração em 2022 e não conseguiu alcançar o expressivo crescimento de 8,3% do PIB estadual projetado de 2021.

Considerando os 12 meses encerrados em setembro de 2022, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) estima que a economia catarinense tenha crescido 2,2% no ano. Já para o PIB nacional, o IBGE estima um crescimento de 3% no mesmo período.

No acumulado do ano de 2022, a produção industrial catarinense teve queda de 4,3%, o setor de comércio teve alta de 1,1% e o de serviços desacelerou, com um aumento de 4,4% no volume de serviços produzidos no Estado.

Conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Estado de Santa Catarina (PEIC), realizada mensalmente pela Fecomércio SC, o endividamento das famílias catarinenses atingiu 65,4% em dezembro de 2022, quando no mesmo mês do ano anterior o percentual era de 39,6%. Já com relação às famílias na situação “muito endividadas”, esse percentual subiu de 4% para 11,7%. No que tange à inadimplência dos catarinenses também houve crescimento, alcançando 18,6%. Um ano antes tínhamos 7,7% das famílias com dívidas ou contas em atraso.

Os dados definitivos do PIB são publicados em média dois anos após o ano encerrado, e o último ano publicado é 2020. Nesse ano, o mais afetado pela pandemia, o PIB do Brasil atingiu R$ 7,6 trilhões, um recuo de 3,3% em volume. O PIB catarinense alcançou R$ 349,3 bilhões, uma queda de 2,9%.

Ano	Santa Catarina - PIB Total		PIB per Capita
	Preço corrente (R$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	Preço corrente (R$)
2010	153.726	5,4	24.597
2011	174.068	3,5	27.555
2012	191.795	1,7	30.046
2013	214.512	3,5	32.334
2014	242.553	2,4	36.056
2015	249.080	-4,2	36.526
2016	256.755	-2,0	37.154
2017	277.270	4,0	39.603
2018	298.227	3,7	42.149
2019	323.264	3,8	45.118
2020	349.275	-2,9	48.159

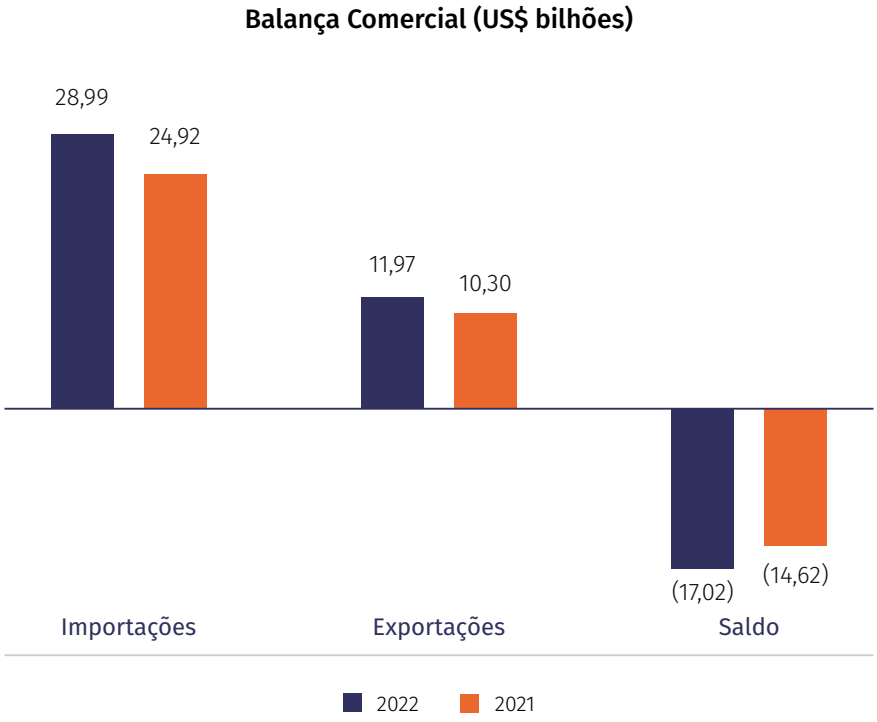
Fonte: IBGE

Em relação ao PIB per capita, Santa Catarina manteve a quarta posição entre os maiores PIBs per capita do Brasil. Nesse ranking temos o Distrito Federal em primeiro lugar, seguido por São Paulo e Mato Grosso.

Apesar da queda, no comparativo entre 2020 e 2019, o estado catarinense aumentou a sua participação de 4,4% para 4,6% no PIB do País e se manteve no posto de sexta economia nacional, posição que ocupa desde 2017, estando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial catarinense apresentou um deficit de US$ 17,02 bilhões em 2022 em razão de as importações (US$ 28,99 bilhões) terem superado as exportações (US$ 11,97 bilhões). O saldo da balança comercial tem sido deficitário desde 2009.



Exportações Catarinenses

No ano de 2022, as exportações catarinenses totalizaram US$ 11,97 bilhões, aumento de 16,2% em relação a 2021. O montante exportado corresponde a 3,6% das exportações brasileiras no ano e coloca Santa Catarina como o décimo maior exportador nacional.

A principal via utilizada tanto para as exportações quanto para as importações catarinenses em 2022 foi a marítima, que concentrou 81,5% e 84,7% das transações, respectivamente. Do total exportado, 69,8% dos produtos saíram pelos portos de Itajaí (44,2%) e de São Francisco do Sul (25,6%).

Via	Exportações 2022		Importações 2022	
	US$	Análise Vertical	US$	Análise Vertical
Marítima	9.754.669.783	81,5%	24.557.029.888	84,7%
Rodoviária	1.849.571.303	15,5%	2.540.648.479	8,7%
Aérea	339.819.171	2,8%	1.873.873.980	6,5%
Demais vias	22.117.980	0,2%	17.723.294	0,1%
TOTAL	**11.966.178.237**	**100,0%**	**28.989.275.641**	**100,00%**

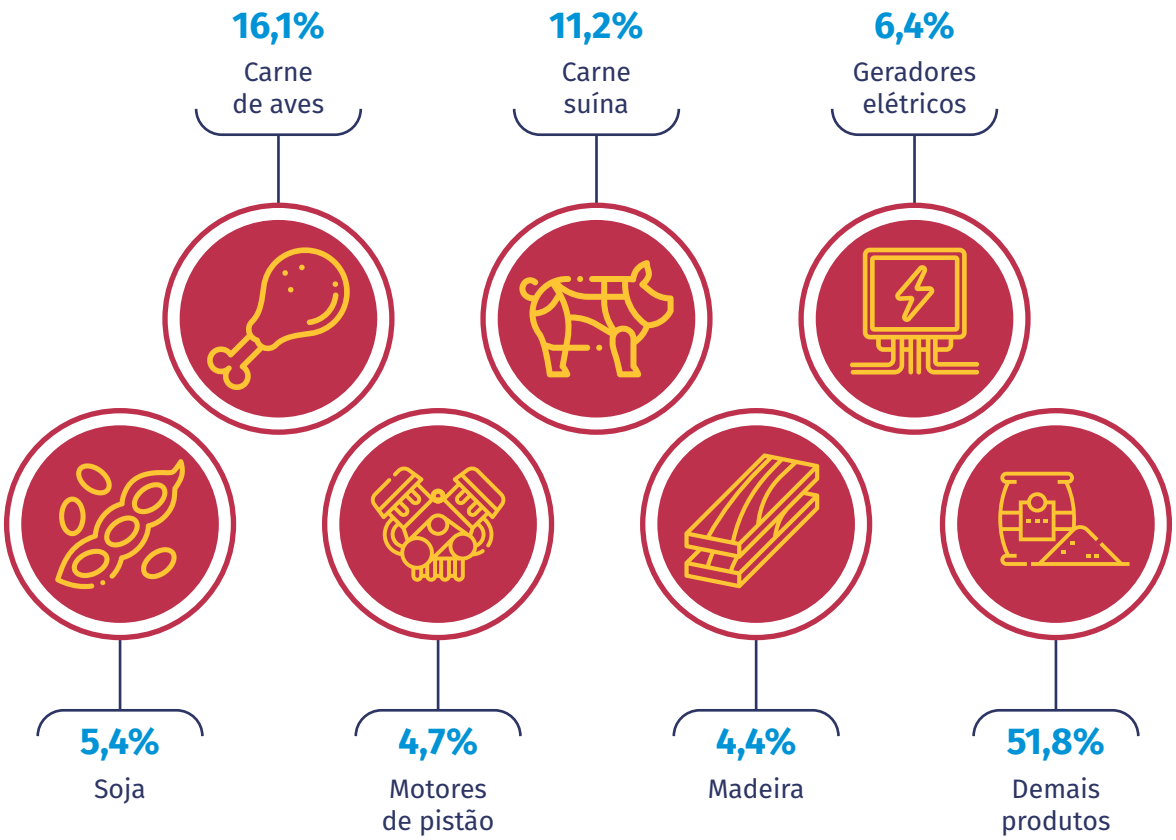
Fonte: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/74549. Acesso em: 27 jan. 2023

Do total exportado, 92,1% foram de produtos da indústria de transformação, 7,0% de produtos agropecuários, 0,06% de produtos da indústria extrativista e 0,84% de outros produtos.

A carne de frango foi o principal produto exportado pelo Estado em 2022 e apresentou um aumento de 21,1% em relação a 2021. O segundo produto mais exportado foi a carne suína, que teve um incremento de apenas 1,66%. Os geradores elétricos ficaram na terceira posição e tiveram um crescimento de 47,2% nas exportações.

Os seis principais produtos exportados representaram 48,2% do total das exportações catarinenses em 2022, conforme se observa na figura seguinte:

Principais Produtos Catarinenses Exportados em 2022



Os principais destinos das vendas catarinenses continuaram sendo Estados Unidos (18%), China (13,7%), Argentina (6,9%), Chile (5,1%), México (4,1%) e Japão (4,1%), e esses seis países responderam por 51,8% de tudo o que foi exportado em 2022. A exportação para os demais países representou 48,2% do total exportado.

Principais Destinos das Exportações Catarinenses em 2022



18,0%	13,7%	6,9%	5,1%	4,1%	4,1%
Estados Unidos	China	Argentina	Chile	México	Japão

48,2% – Demais países

Fonte: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/74549. Acesso em: 26 jan. 2023

Importações Catarinenses

As importações catarinenses alcançaram US$ 28,99 bilhões em 2022, um crescimento de 16,3% em relação a 2021. Com esse resultado, Santa Catarina permaneceu como o segundo maior importador do País, respondendo por 10,6% das importações brasileiras.

A via marítima foi a mais utilizada para a entrada das importações no Estado (84,7%), seguida pelas vias rodoviária (8,7%) e aérea (6,5%). Os principais portos para atender as importações catarinenses foram os de Itajaí (47,9%) e São Francisco do Sul (29,1%).

Em Santa Catarina, as importações concentraram-se predominantemente em produtos da indústria de transformação (95,8%). Produtos agropecuários (2,2%), produtos da indústria extrativista (1,4%) e outros produtos (0,6%) complementaram as importações realizadas em 2022.

Apesar da concentração das importações em produtos da indústria de transformação, percebe-se uma diversificação nos produtos, sendo que os cinco principais importados representam apenas 18,4% das importações totais.

Quanto à origem das importações, cinco países responderam por 62,7% da importação estadual total de 2022: China (39,6%), Chile (6,6%), Estados Unidos (6,3%), Argentina (6,2%) e Alemanha (4%).

Origem das Importações Catarinenses em 2022



39,6%	6,6%	6,3%	6,2%	4,0%
China	Chile	Estados Unidos	Argentina	Alemanha

37,3% – Demais países

Fonte: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/74549. Acesso em: 26 jan. 2023

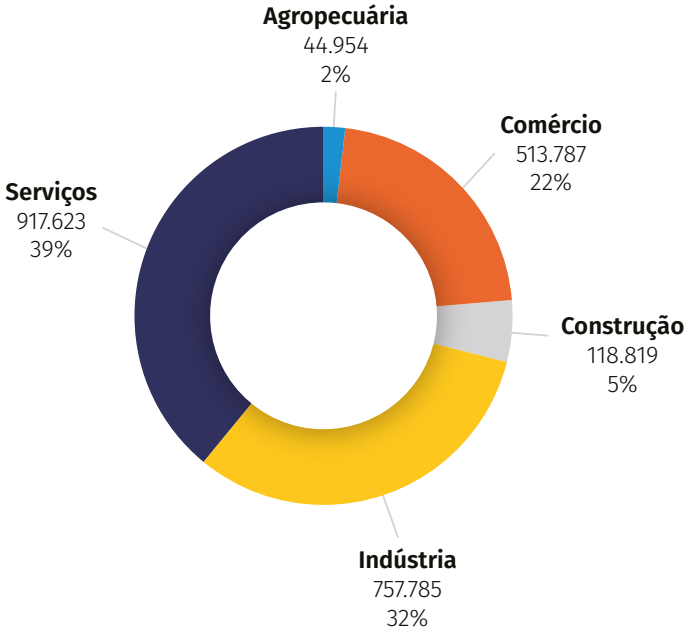
MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho segue gerando vagas, mas observa-se uma desaceleração no tocante a 2021.

Estoque de Empregos

O Estado encerrou o ano de 2022 com 2.352.968 trabalhadores empregados, um total 4,0% superior ao verificado em 2021. Constata-se que 48,0% dos trabalhadores catarinenses estavam concentrados em apenas 10 municípios: Joinville (9,4%), Florianópolis (8,7%), Blumenau (5,6%), São José (5,2%), Itajaí (4,4%), Chapecó (4%), Criciúma (3,1%), Jaraguá do Sul (3%), Brusque (2,3%) e Balneário Camboriú (2,2%).

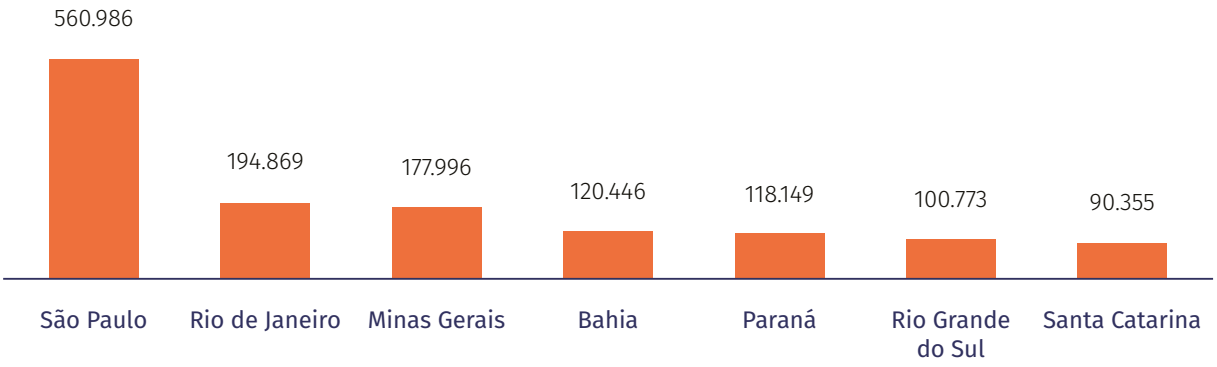
Trabalhadores por Atividade Econômica em Santa Catarina em 2022



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência - Painel de Informações do Novo CAGED (Dezembro/2022)

Santa Catarina fechou o ano de 2022 com saldo positivo de 90.355 novos empregos formais criados e em relação ao ano anterior passou da quinta para a sétima colocação entre os estados brasileiros que lideraram a geração de postos de trabalho no País.

Estados com Maior Geração de Postos de Trabalho

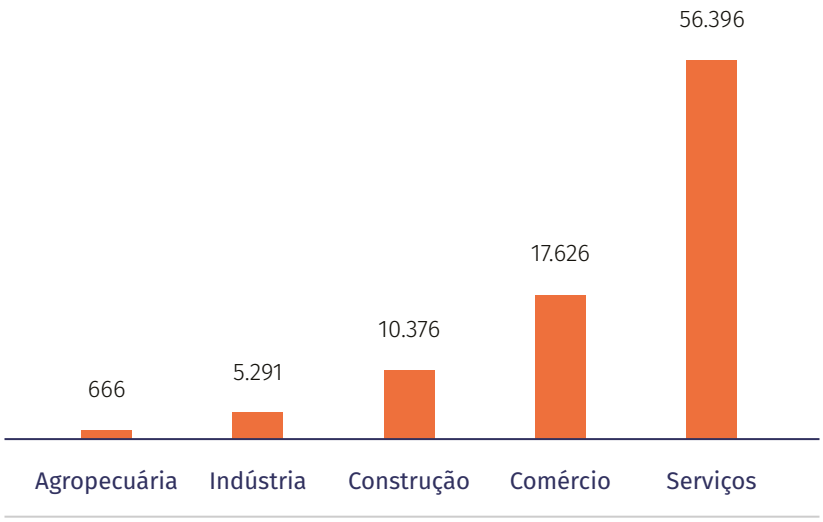


Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência - Painel de Informações do Novo CAGED (Dezembro/2022)

Os cinco municípios catarinenses que mais geraram empregos foram Florianópolis (10.693), Itajaí (7.621), Joinville (5.527), Itapema (4.094) e São José (3.919), sendo responsáveis por 35,2% dos novos postos criados em 2022.

Os setores que lideraram a criação de novas vagas no Estado englobam serviços (62,4%), comércio (19,5%) e construção (11,5%).

Vagas Criadas por Setor em 2022



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência - Painel de Informações do Novo CAGED (Dezembro/2022)

As pessoas com faixa etária entre 18 e 24 anos preencheram 57,4% dos empregos. Já no que concerne à instrução dos trabalhadores no Estado, a maior ocupação dos postos de trabalho se deu entre trabalhadores com ensino médio completo (70,4%) e incompleto (13,0%).

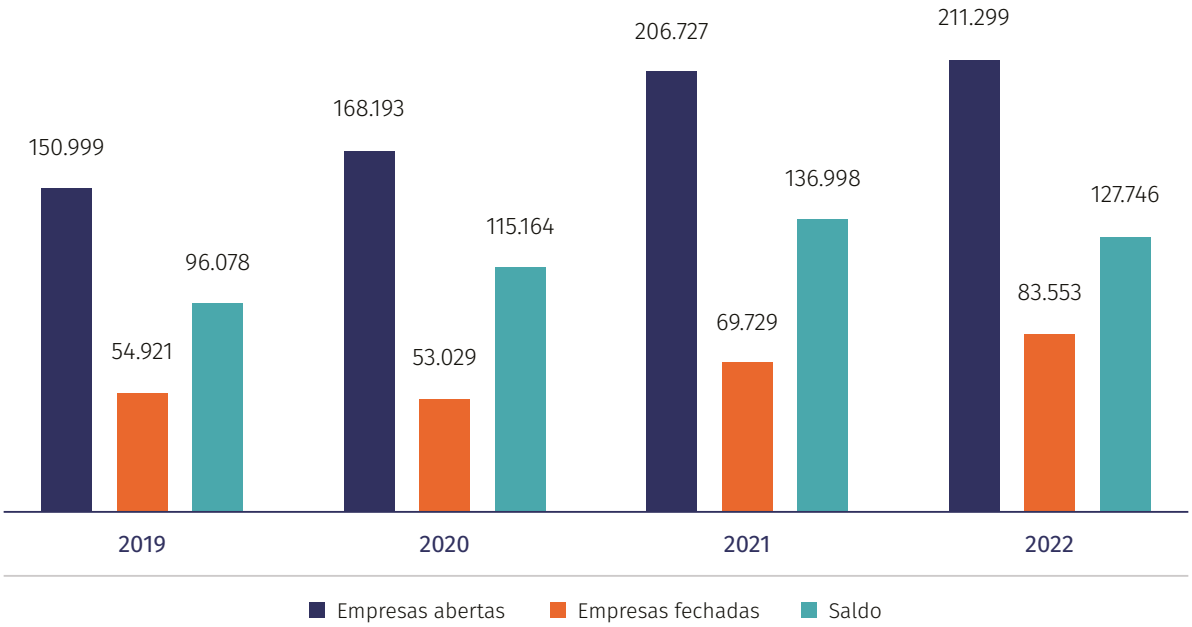
Registro de Empresas

Em 2022, Santa Catarina tinha 1.046.560 empresas ativas, conforme o Mapa de Empresas do Governo Federal, cuja fonte é a base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).



No que tange à constituição e à extinção de empresas no Estado, observa-se um aumento tanto do número de empresas abertas como fechadas, resultando num saldo anual positivo de 127.746 novas empresas. Esse resultado ficou abaixo do verificado em 2021, quando o saldo das empresas constituídas deduzido das empresas extintas foi positivo em 136.998.

Mapa de Empresas de Santa Catarina

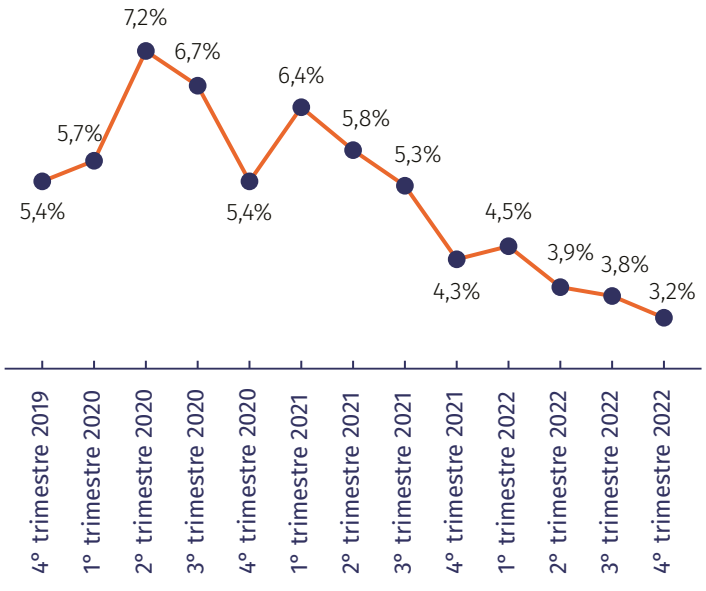


Fonte: Gov.br/Empresas & Negócios/Mapa de Empresas - atualizado em: 16 jan. 2023

Taxa de Desocupação

Santa Catarina está entre os estados que registraram as menores taxas de desemprego do País no quarto trimestre de 2022, com índice de 3,2%, enquanto a média nacional foi estimada em 7,9%. É a menor taxa de desocupação registrada desde 2016.

Taxa de Desocupação em Santa Catarina



Fonte: IBGE/PNAD trimestral

Por fim, o Estado teve 322 mil pedidos de seguro-desemprego em 2022, um aumento de 10,8% em relação a 2021 (290 mil).



Praia Grande
Foto: Marcus Moraes



Desempenho das Principais Áreas do Governo

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA



Polícia Penal Catarinense
Foto: Jaqueline Nocetti (SAP)

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), realizou várias ações na área de Administração Prisional e Socioeducativa em 2022, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos.

Entre essas ações destacam-se a valorização dos profissionais que atuam no sistema, nomeando e capacitando novos servidores, o avanço dos programas de reabilitação social para os apenados, com a oferta de novas vagas de trabalho, cursos de profissionalização e escolarização e com investimento em tecnologia e equipamentos.

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2022 os operadores dos sistemas prisional e socioeducativo receberam 1.100 kits com uniforme completo. Para tanto, a SAP investiu R$ 2,3 milhões em uniformes feitos com materiais de alta qualidade, duráveis e confortáveis. Além disso, foram adquiridas 4 mil novas pistolas Beretta, com investimentos de mais de R$ 7,4 milhões. O Governo do Estado também desenvolveu ações para a realização de uma parceria público-privada para a construção, a modernização e a operação do complexo prisional de Blumenau.

ALGUNS DESTAQUES

286 novas vagas com a construção da Penitenciária Feminina de Joinville	**1** nova ambulância tipo C
292 novas vagas com a ampliação do Presídio Regional de Joinville	**67** novas pickups
188 novas vagas com a ampliação da Penitenciária de São Cristóvão do Sul	**8** novas vans de 16 lugares
42 novos quadriciclos com carretinha	**5** veículos sedans

FORMAÇÃO DE PESSOAL

A Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS) deu sequência aos cursos de capacitação, com cerca de 2 mil servidores capacitados em mais de 60 cursos. Além da nomeação de 237 servidores dos concursos de 2019 do Departamento de Polícia Penal (DPP) e de 90 servidores do concurso de 2016 do Departamento de Administração Socioeducativa (Dease) para atuar no sistema prisional e socioeducativo, foram chamados mais 572 policiais penais excedentes deste último concurso citado.

TECNOLOGIA

O investimento em tecnologia também foi ampliado com a contratação de empresa especializada no desenvolvimento e/ou fornecimento de software voltado à gestão acadêmica e às rotinas administrativas para a ACAPS. Destaque para instalação, customização, parametrização, treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, repasse de conhecimento, garantia e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento da ACAPS. Outro investimento relevante na área foi a locação de software com instalação, suporte técnico e manutenção, para atender as necessidades da SAP referente ao controle no pagamento de pecúlio aos apenados.

REABILITAÇÃO SOCIAL



Galpão do novo polo industrial têxtil no Complexo Penitenciário de Chapecó
Foto: Divulgação (SAP)

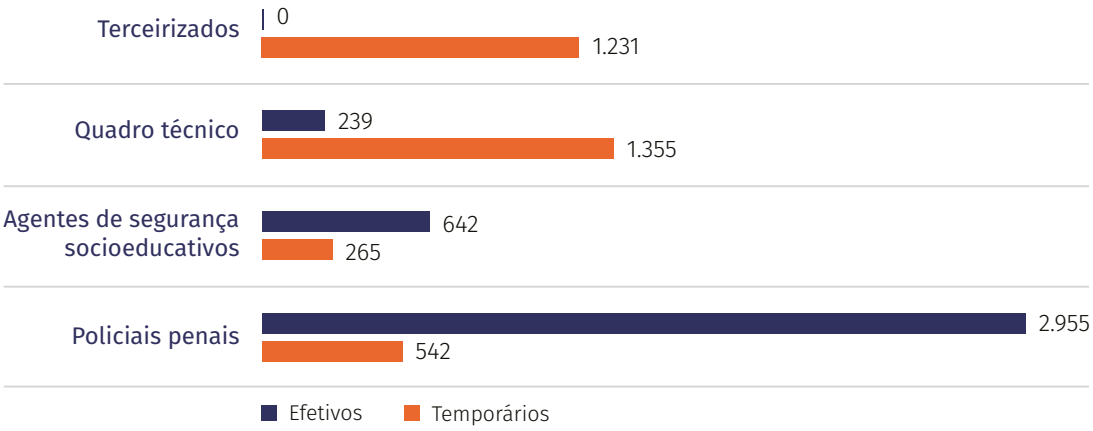
Na busca pela reabilitação social e econômica dos internos, a SAP mantém um extenso programa com capacitação profissional, resgate da escolaridade, atendimento ao egresso e oferta de vagas de trabalho. De acordo com a Superintendência de Trabalho e Renda (Setrab), cerca de 7 mil presos exercem atividades laborais no sistema prisional catarinense. Cada preso recebe um salário mínimo da empresa que o contrata e, desse total, 25% retornam para o Fundo Rotativo Regional, valor reinvestido integralmente em melhorias na unidade que mantém o apenado. Uma das preocupações da SAP é oferecer vaga de trabalho qualificada e identificada com a vocação econômica da região, pois isso facilita o retorno do egresso ao mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO

Também com foco na reabilitação social e econômica, quase 13 mil internos estiveram envolvidos em atividades educacionais no Estado em 2022, sendo 3,8 mil na educação formal e outros 9 mil no Programa Despertar pela Leitura. No Dease, além de ensino formal, 359 adolescentes que cumprem medida de restrição de liberdade estão participando de cursos de qualificação técnica de auxiliar geral da construção civil, costura industrial (básico), ajudante de pintor, eletricista residencial básico, instalador de split system, informática básica, noções de mecânica de automóveis, instalador de som automotivo, mecânico de motocicletas, panificação e confeitaria, operador de torno CNC e soldador. Todos esses jovens têm essa oportunidade através de Termo de Cooperação assinado entre a SAP e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

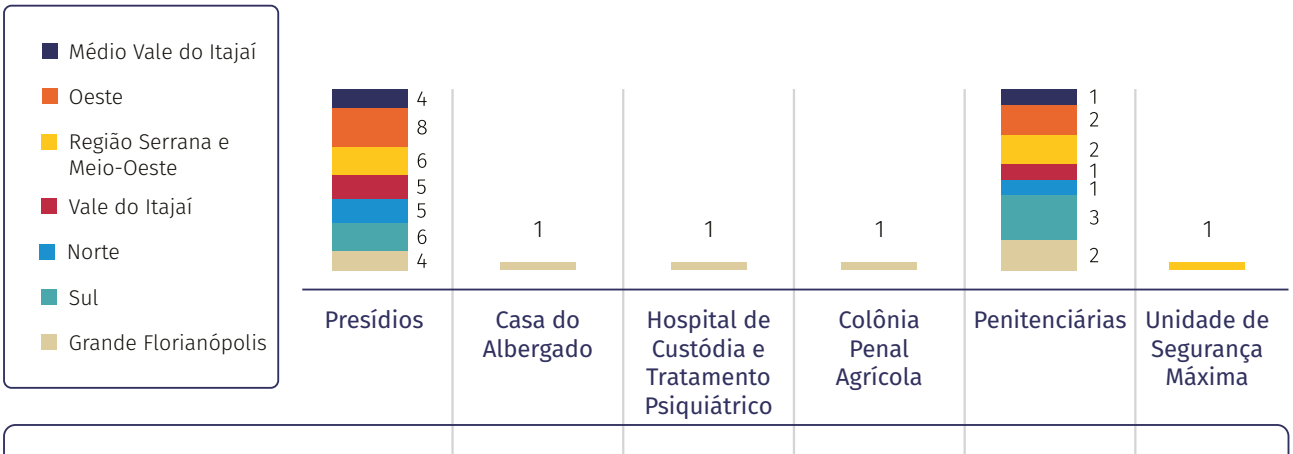
ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA EM NÚMEROS

Capital Humano - 2022



Fonte: SAP

Unidades Prisionais de Santa Catarina

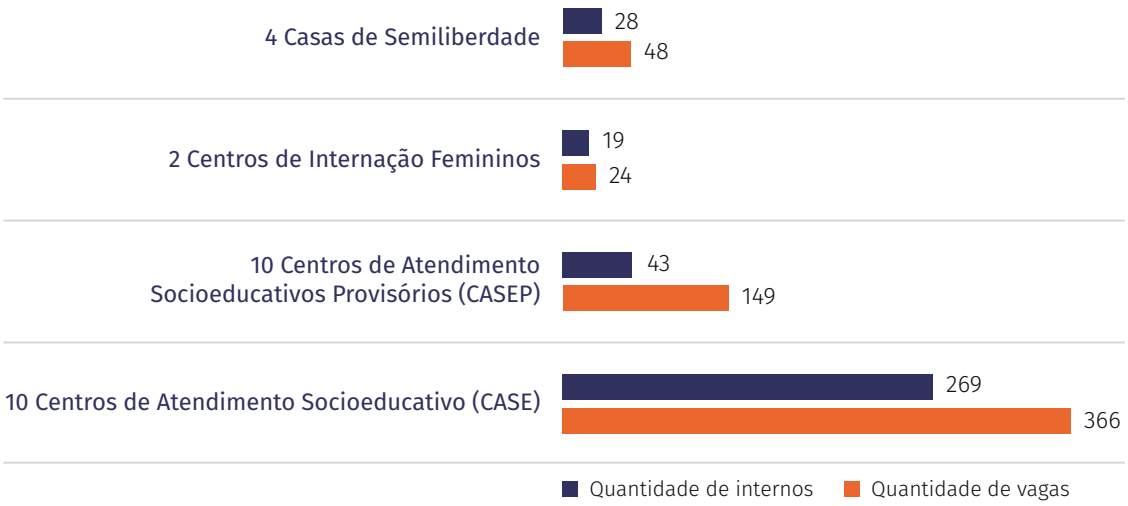


	Presídios	Casa do Albergado	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Colônia Penal Agrícola	Penitenciárias	Unidade de Segurança Máxima
Quantidade de internos	11.543	45	77	646	12.114	18
Quantidade de vagas	9.047	84	72	682	10.063	106

Fonte: SAP

Tipos de Unidades Prisionais e Socioeducativas	"O que é?"
Penitenciárias	Unidades destinadas aos internos com condenação penal
Presídios	Unidades destinadas aos internos provisórios
Colônia Penal	Unidade de caráter industrial e agrícola
Centros Socioeducativos	Centros destinados aos adolescentes em conflito com a lei
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Unidade destinada aos internos com problemas psiquiátricos
Casa do Albergado	Unidade destinada a prisão civil, violência doméstica e crime de trânsito
Unidade de Segurança Máxima	Unidade destinada a presos de alta periculosidade

Unidades Socioeducativas de Santa Catarina



População Prisional	Número de internos	Regime fechado: 13.316
		Regime semiaberto: 6.546
		Presos provisórios: 4.581
	Número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: 359	
	Número de presos monitorados com o uso de tornozeleira eletrônica: 2.152	
	Número de internos estudando: 3.794	
	Programa Despertar para a Leitura: 9.075	
	Número de internos trabalhando: 7.054	

Fonte: SAP

AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A produção agropecuária mostrou-se importante para Santa Catarina no período de pandemia, tendo ocupado lugar de destaque na produção de alimentos do País, com proeminência na produção de carnes, frutas, pescados, olerícolas, mel, produtos do setor florestal, entre outros. Destaque para as carnes de aves e a carne suína, que constaram entre os principais produtos exportados em 2022, sendo as carnes de aves os produtos com os maiores aumentos de exportação em relação a 2021.

POLÍTICAS DE APOIO AO PRODUTOR RURAL

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR), a cada ano vem apresentando grandes avanços no auxílio ao setor produtivo agropecuário, seja atuando fortemente no combate aos efeitos dos eventos climáticos extremos, que cada vez estão mais frequentes (estiagens, enxurradas e vendavais), ou em políticas de incentivos à produção.

Principais Programas/Ações de Investimentos em 2022

Através do Programa Fomento Agro SC foram aplicados R$ 20,07 milhões em financiamentos às atividades produtivas. Por meio deste programa, o produtor recebe recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural e segue os projetos técnicos realizados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Na recomposição das atividades produtivas afetadas por eventos climáticos extremos foram destinados R$ 49,45 milhões para mais de 5 mil produtores (Programa Reconstrói SC). Além disso, foram investidos R$ 67,50 milhões em 2.453 propriedades rurais para que os produtores tenham água disponível em suas propriedades. Outro programa desenvolvido na SAR, que tem o objetivo de investimentos no setor produtivo, é o de subvenção de juros, cujo valor subvencionado chegou a R$ 8 milhões, beneficiando mais de 12.500 produtores rurais. Este programa permite ao Estado ajudar os produtores pagando parte dos juros dos financiamentos obtidos por eles em agências financeiras.

Programas	Número de Produtores	Valor Aplicado (R$ milhões)
Programa Fomento Agro SC	943	20,07
Programa Prosolo e Água SC (Água para Todos e Cultivando a Água e Protegendo o Solo)	2.453	67,50
Programa Reconstrói SC	5.069	49,45
Programa de Subvenção de Juros (Investe Agro SC e Menos Juros)	12.537	8,00
TOTAL	**21.002**	**145,03**

Fonte: SAR/DICA

REGULARIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Pensando na cidadania e na inclusão dos agricultores, Santa Catarina possui o Programa Terra Legal, que possibilitou a entrega de documentação para regularização fundiária de 38.504 estabelecimentos do meio rural, dos quais 4 mil imóveis são provenientes de assentamentos de reforma agrária. Também com o mesmo propósito, em 2022 foram expedidas 107 certidões de imóveis de não pertencimento ao patrimônio público estadual para fins de desapropriação. Na área de Desenvolvimento Florestal e Ambiental, estão sendo realizados procedimentos para a regularização ambiental dos imóveis rurais, otimizando ações na geração de informações para realizar o Inventário Florístico-Florestal de Santa Catarina (IFFSC).

INFRAESTRUTURAS PESQUEIRAS



O SC Mais Pesca é um programa estadual criado para disponibilizar infraestruturas adequadas para o desenvolvimento da atividade pesqueira ou da maricultura nos municípios litorâneos de Santa Catarina. O programa, que é destinado a pescadores artesanais, investiu R$ 5,1 milhões em 2022, contemplando 13 projetos. Para o ordenamento pesqueiro do Estado, o marco principal está no envio de proposta de minuta de regulamentação da pesca no Complexo Lagunar Sul.

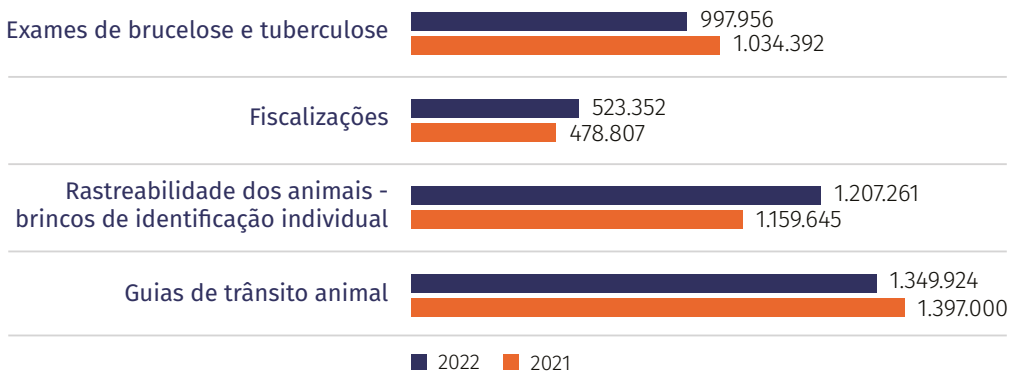
REFERÊNCIA SANITÁRIA

Ações de Defesa Sanitária Animal

O Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa) investiu o valor de R$ 16,7 milhões na indenização pelo abate sanitário de 3.460 animais doentes em 545 propriedades rurais, preservando a saúde pública e a continuidade da produção animal no Estado.

Dois exemplos de municípios onde o Fundesa investiu em 2022 os maiores valores nas indenizações pelo abate sanitário foram Palmitos e Saltinho, com R$ 719,15 mil e R$ 635,36 mil, respectivamente.

Outras Ações de Defesa Sanitária Animal - CIDASC



Fonte: CIDASC

Em 2022, foram inscritas 24 novas agroindústrias no Serviço de Inspeção Estadual, e 35 estabelecimentos aderiram ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI) e que, somados aos existentes, totalizaram 105 estabelecimentos catarinenses habilitados a comercializar a sua produção em todo o território nacional.

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) concedeu 38 novos Selos ARTE para produtos genuinamente artesanais e característicos das regiões catarinenses para venda em qualquer parte do mercado nacional.

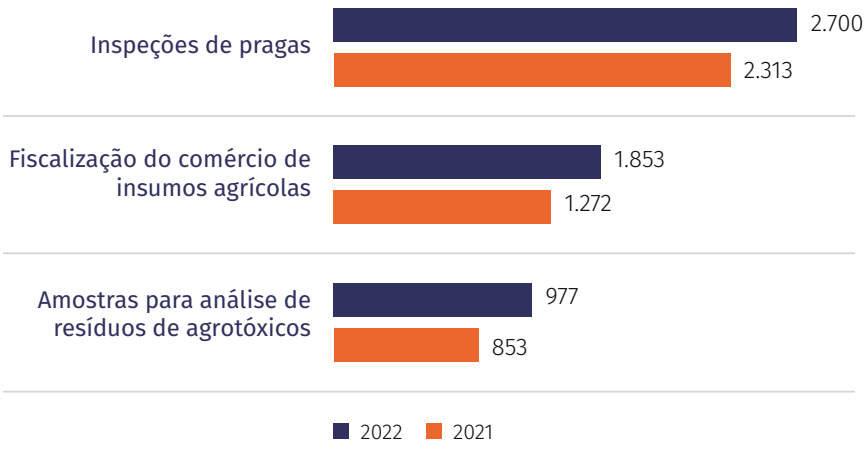
Visando resguardar a saúde pública, foram realizadas mais de 2.241 fiscalizações e mais de 7 mil análises laboratoriais de produtos de origem animal e de água.

Foram oferecidos cursos de capacitação gratuitos para treinar os profissionais atuantes na área de alimentos, vinculados ao setor agropecuário, sendo ofertadas 47 turmas via Fundação Escola de Governo (ENA), em 13 cursos, totalizando mais de 8.594 participantes inscritos.

Ações de Defesa Sanitária Vegetal

O sistema de Defesa Sanitária Vegetal (DSV) estadual mantém um trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção, do comércio e do trânsito de vegetais ou produtos dessa origem que possam ser veiculadores de pragas, a exemplo da produção estadual de maçã e banana, sendo o Estado livre de *Cydia pomonella*, greening, fogo bacteriano das rosáceas, moko da bananeira e cancro da videira.

Outras Ações de Defesa Sanitária Vegetal - CIDASC



Fonte: CIDASC

PESQUISA E EXTENSÃO

Ações de pesquisa e extensão (Epagri)	Projetos de pesquisa: 395
	Publicações, incluindo trabalhos científicos e de pesquisa: 851
	Famílias rurais e de pescadores atendidas (trabalhos de assistência técnica e extensão rural): 115 mil
	Famílias de agricultores e pescadores capacitadas por meio de métodos de extensão rural (realização de cursos, dias de campo, oficinas, reuniões práticas com a demonstração de métodos e capacitações on-line): 30 mil
	Organizações assistidas (associações, cooperativas e demais entidades): 4 mil
	Novas tecnologias lançadas: 24
	Novos cultivares registrados: 10

Fonte: Epagri

Outros Destaques

- Desenvolvimento do programa HidroChuSC 2.0 para estimativa de chuvas intensas no Estado de Santa Catarina
- Desenvolvimento do HidroTerraço 1.0 para cálculos hidrológicos e dimensionamento de estruturas de conservação de solo e água
- Desenvolvimento do AdubaTomate 1.0 para recomendação técnica de adubação e calagem na cultura do tomateiro
- Diário de Campo - Sistema web para cálculo dos custos de produção; desenvolvimento de metodologia com escalas diagramáticas para avaliação da severidade da septoriose no tomateiro
- Cultivo de mangarito em Santa Catarina
- Análise de riscos climáticos para as culturas de mandioquinha, salsa e pitaia em Santa Catarina
- Alimentador automático de eixo helicoidal para a piscicultura
- Banco de dados de solos de Santa Catarina
- Manejo da adubação nitrogenada e potássica para cebola fertirrigada

CULTURA



Festival de Dança de Joinville
Foto: Ricardo Wolffenbüttel (SECOM)

O Estado, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), executa ações para estimular, promover e preservar a memória e a produção artística de Santa Catarina. Para isso, a FCC vem intensificando a descentralização de suas ações, levando capacitação, apresentações e estrutura física da área cultural para várias cidades catarinenses. Também foram realizados editais de apoio ao setor por meio do Programa SC Mais Cultura, que agrega diversas ações.

DESCENTRALIZAÇÃO

No que se refere à descentralização de recursos e ações, o SC Mais Cultura prevê duas iniciativas. Uma delas é o Programa de Integração e Descentralização da Cultura (IDC), voltado à circulação de apresentações, com a seleção de grupos artísticos de todas as mesorregiões de Santa Catarina. Desde maio de 2022, 142 cidades de todo o Estado receberam 600 apresentações de música, dança, teatro e circo, sempre com entrada gratuita.

A outra iniciativa prevista pelo SC Mais Cultura é a viabilização de recursos para compra de equipamentos de som, luz e tratamento acústico para implantar Centros de Desenvolvimento de Cultura (CDC) nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A FCC visitou os 39 municípios interessados, produziu relatórios técnicos e publicou a portaria da transferência especial de 22 municípios que estariam aptos.

PROGRAMA DE INCENTIVO À CULTURA (PIC)

Uma das iniciativas que está dentro do SC Mais Cultura é o PIC, também conhecido por Lei do Mecenato. Por meio do PIC serão destinados recursos provenientes de incentivo fiscal a partir da dedução de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para empreendedores culturais, com o valor total de até R$ 75 milhões por ano.

EDITAIS



Música é uma das áreas contempladas em editais
Foto: Ricardo Wolffenbüttel (SECOM)

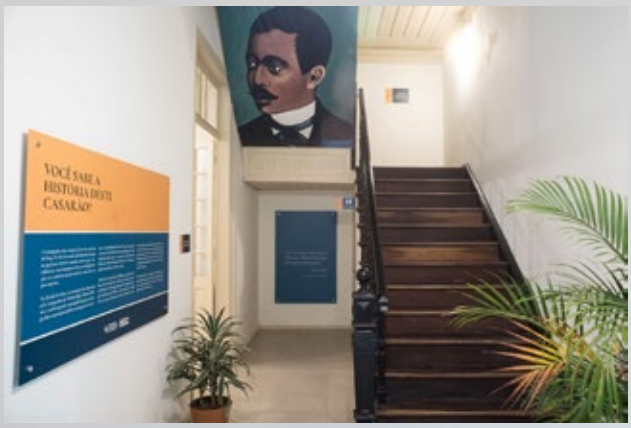
Além dos dois principais editais promovidos pela FCC, o Elisabete Anderle e o Prêmio Catarinense de Cinema, também foi destaque o 11º Salão Nacional Victor Meirelles. No período, foram contemplados 25 artistas, com investimento total de R$ 800 mil em premiações. O resultado do evento pôde ser visto gratuitamente pela população durante a exposição que esteve em cartaz no Museu de Arte de Santa Catarina (Masc), em Florianópolis, entre os dias 9 de maio e 3 de julho de 2022. Além disso, a FCC adquiriu as obras para o acervo do Masc.

CAPACITAÇÃO

Outro importante movimento para interiorizar e levar capacitação às diversas regiões de Santa Catarina foi o Programa de Capacitação em Elaboração de Projetos para Editais de Cultura que a FCC realizou, por meio de oficinas presenciais em todas as regiões catarinenses. A iniciativa teve parceria com a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), o Conselho dos Gestores Municipais de Cultura e as Associações de Municípios.

A capacitação gratuita teve como público-alvo gestores municipais de cultura, agentes e trabalhadores da cultura bem como possíveis multiplicadores locais. Os objetivos da FCC foram: qualificar e capacitar gestores, trabalhadores e produtores da área da cultura para que possam planejar, escrever e desenvolver estrategicamente projetos no âmbito cultural; ampliar o fluxo de projetos culturais qualificados, principalmente nas áreas com escassez de equipamentos públicos de cultura; descentralizar e democratizar o acesso aos recursos públicos e às linguagens artísticas; fomentar a cadeia produtiva da cultura, com efeitos no desenvolvimento social e econômico de todos os municípios do Estado; e promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística catarinense, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais.

CASA DA LITERATURA CATARINENSE



Casa da Literatura Catarinense Poeta Cruz e Sousa
Foto: Márcio Henrique Martins (FCC)

Uma novidade em 2022 foi a abertura da Casa da Literatura Catarinense Poeta Cruz e Sousa, inaugurada no dia 30 de setembro, no Centro de Florianópolis. Localizado ao lado da Praça XV de Novembro, o espaço tem a missão de receber lançamentos de livros e sessões de autógrafos, disponibilizar obras de escritores catarinenses para leitura no próprio ambiente e contar a história de Cruz e Sousa. A intenção da FCC, além de oferecer um espaço aos escritores catarinenses, é honrar o nome e a história do poeta, integrando um espaço vizinho ao Palácio que leva o seu nome, ao mural dedicado ao Cisne Negro e ao busto localizado na Praça XV de Novembro.

Foto: Adobe Stock

DEFESA CIVIL

Em 2022, por meio da Defesa Civil de Santa Catarina (DCSC), o Estado dedicou-se à gestão de riscos e desastres, aprimorando as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, visando o socorro e a assistência aos atingidos. Para isso, desenvolveu atividades destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos à sociedade catarinense, restabelecendo, assim, a normalidade.

Localização das 20 Coordenadorias Regionais de Defesa Civil no Estado de Santa Catarina



GESTÃO DE RISCOS

O monitoramento de curto e curtíssimo prazo possibilita uma previsibilidade mais assertiva para a comunidade em relação aos alertas meteorológicos e hidrológicos. Os mapeamentos de riscos auxiliam os municípios na elaboração dos planos de contingência, bem como na prevenção e na mitigação dos possíveis efeitos dos desastres, proporcionando à sociedade maior defesa e segurança. Exemplo desse tipo de ação foi a assinatura, em novembro de 2022, da Ordem de Serviço para execução das obras de estabilização de talude na Rodovia SC-108, Km 35,5, no município de Guaramirim/SC, visando a segurança dos moradores da região e dos usuários da Rodovia.

MONITORAMENTO E ALERTA



Monitoramento e alerta da Defesa Civil de Santa Catarina
Foto: Acervo DCSC

O cidadão que se cadastrar no número 40199 recebe alertas de previsão de temporais e outras emergências climáticas por mensagens SMS. Com base no monitoramento meteorológico, no ano de 2022 foram enviados 12.491 alertas aos cidadãos, sendo 8.767 alertas de chuvas intensas, 837 de tempestades locais e convectivas/chuvas intensas, 755 de granizo, 585 de deslizamentos, 457 de baixa umidade do ar, 303 de inundações, 278 de vendavais e 509 outros.

Destaque para a implantação da expansão da Rede Estadual de Monitoramento Hidrológico, com instalações de novas estações no Vale do Itajaí, objetivando garantir a coleta de dados importantes para monitoramento e alerta.

RADARES

Os radares geridos pela Defesa Civil de Santa Catarina estão situados nos municípios de Araranguá, Chapecó e Lontras, e são cuidadosamente mantidos a fim de garantir o monitoramento meteorológico em tempo real, antecipando as previsões para que os alertas sejam emitidos com maior precisão e eficiência.



Radar meteorológico da região do Vale, em Lontras
Fotos: Acervo DCSC



Radar meteorológico (base móvel) da região Sul, em Araranguá



Radar meteorológico da região Oeste, em Chapecó

Em novembro de 2022, foi assinada a Ordem de Serviço para início das obras de implantação do sítio e estrutura metálica para instalação do radar meteorológico banda X, em Joinville.

BARRAGENS

Em 2022, foram realizadas ações nas barragens Sul e Oeste, localizadas em Ituporanga e Taió, respectivamente. Entre essas ações destacam-se: manutenção dos serviços contínuos e de operação; execução do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD); cumprimento das obrigações legais perante o órgão ambiental; reforma das estruturas, como a substituição das grades dos descarregadores de fundo e dragagem a montante (ponto mais alto) da barragem Sul.



Execução do PRAD na barragem Sul, em Ituporanga
Fotos: Acervo DCSC



Substituição das grades na barragem Sul, em Ituporanga

Na barragem Norte, em José Boiteux, destacam-se a execução dos estudos da componente indígena e a implantação do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, ambos para tratativas com a comunidade indígena.

Tal ação facilita a execução das obras para reforma da estrutura da barragem e construção do canal extravasor, essenciais para a operação plena da maior barragem de contenção de cheias do Estado.

Em novembro de 2022, foi assinada a Ordem de Serviço para dar início às obras de conclusão do canal extravasor do vertedouro da barragem Norte, uma vez que esse canal não foi concluído desde a construção da barragem, colocada em operação em 1992.



Apresentação dos estudos da componente indígena na barragem Norte, em José Boiteux
Fotos: Acervo DCSC



Reunião com integrantes da componente indígena na barragem Norte, em José Boiteux

GESTÃO DE EDUCAÇÃO

Fazendo valer o Decreto nº 1.382/2021, que instituiu o Programa Defesa Civil na Escola (PDCE), em 2022 a Defesa Civil atuou na gestão da capacitação de professores, bem como no acompanhamento das ações pertinentes ao programa, com a adesão de 492 escolas. O programa consiste na realização de atividades educativas voltadas às temáticas de redução de riscos, autoproteção, gestão de desastres e cuidados com o meio ambiente, sendo voltado para todos os estudantes matriculados no 6º ou no 7º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas do Estado.



Projeto Defesa Civil na Escola
Fotos: Acervo DCSC



Trabalhos escolares do Programa Defesa Civil na Escola



Projeto Escola na Defesa Civil
Foto: Acervo DCSC

Da mesma forma, a Defesa Civil ampliou a oferta de cursos em educação à distância, inclusive com a participação de alunos de outros estados. No ano, também houve a retomada do Projeto Escola na Defesa Civil, o lançamento do Projeto Educativo "Radar Educa", direcionado aos agentes e coordenadores municipais de Proteção e Defesa Civil e demais profissionais ligados à atuação em Gestão de Riscos e de Desastres (GRD).

Em comemoração aos 49 anos da Defesa Civil de Santa Catarina, em maio de 2022 foi realizada a Semana Estadual de Ações da Defesa Civil com uma exposição de artigos históricos – "Uma História de Proteção e Solidariedade", além de palestras, eventos presenciais e on-line, capacitações, campanhas e fiscalização de produtos perigosos.



Exposição de artigos históricos
Fotos: Acervo DCSC



Operação Produtos Perigosos

GESTÃO DE DESASTRES

Para respostas aos desastres, com a integração das equipes da DCSC foram empregadas técnicas e processos para abordar todos os aspectos das emergências, especialmente a preparação para a resposta e os passos iniciais da reabilitação, visando a reconstrução e a recuperação econômica do pós-desastre. Igualmente, a DCSC se importou com a gestão de recursos para apoiar os municípios catarinenses nas ocorrências de eventos no Estado, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

Situação dos processos (Emergência/Calamidade)	Total
Homologado	13
Homologado e Reconhecido	135
Reconhecido	84
TOTAL	232

Tipos de desastres (COBRADE)	Total
Alagamentos	4
Chuvas Intensas	106
Ciclones/Ventos Costeiros (Mobilidade de Dunas)	1
Deslizamentos	2
Enxurradas	18
Estiagem	66
Granizo	11
Inundações	15
Vendaval	8
Frentes Frias/Zonas de Convergências	1
TOTAL	232

Fonte: Diretoria de Gestão de Desastres - DCSC

KIT DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS



Instalação de kit de transposição de obstáculos no município de Monte Castelo
Foto: Acervo DCSC

Ao longo de 2022, a DCSC forneceu 66 kits de transposição de obstáculos em concreto (pontes) para 39 municípios catarinenses, a fim de contribuir com o restabelecimento da normalidade dos acessos.

Municípios Atendidos	Kits Fornecidos	Valor Investido
39	66	R$ 6 milhões

Fonte: Diretoria de Gestão de Desastres – DCSC

SERVIÇOS EMERGENCIAIS

Visando o pronto atendimento devido à ocorrência de desastres, os municípios de Anitápolis, Canelinha, Correia Pinto, Itapoá, Ituporanga, José Boiteux, Nova Trento, Pinheiro Preto, Rio dos Cedros e Santo Amaro da Imperatriz foram contemplados com serviços de engenharia emergencial, totalizando um investimento de aproximadamente R$ 7,66 milhões.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Para apoiar os municípios afetados por desastres, foram disponibilizados 197.399 Itens de Assistência Humanitária (IAH), que atenderam 2.233.374 habitantes de 112 municípios catarinenses.



Distribuição de cestas básicas (IAH)
Fotos: Acervo DCSC



Distribuição de telhas (IAH)



Assistência Humanitária em 2022

112

Municípios Atendidos

2.233.374

Pessoas Afetadas

197.399

Quantidade de Itens de Assistência Humanitária Fornecidos

R$ 14,0 milhões

Valor Investido

Fonte: Diretoria de Gestão de Desastres – DCSC

Foto: Adobe Stock

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SUSTENTÁVEL

O Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), atua na gestão das políticas públicas ligadas ao meio ambiente, à ciência, à tecnologia, à inovação e ao desenvolvimento econômico.

Em 2022, Santa Catarina bateu um recorde nacional no emprego e atingiu a marca de 66,1% da população acima de 14 anos ocupada, um nível nunca antes alcançado por um estado brasileiro. A taxa de desemprego reduziu para 3,2%, menos da metade da nacional, que fechou em 7,9%. Os números são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DESEMPENHO DO SISTEMA DE OUTORGA DE ÁGUA DE SANTA CATARINA (SIOUT SC)

O Sistema de Outorga de Água de Santa Catarina (SIOUT SC) implantado pelo Estado diminuiu a burocracia e permitiu a emissão de atos regulatórios (autorização para utilização da água) totalmente autodeclaratórios.

ATOS REGULATÓRIOS EMITIDOS NO SIOUT SC 2022	ATOS REGULATÓRIOS EMITIDOS FORA DO SIOUT SC 2022
• Autorização de perfuração de poço: 1.339 • Dispensas de outorga: 167 • Usos insignificantes: 1.791	• Publicações: 710 • Ofícios: 149
Total de atos emitidos: 3.297 (até 14/12/22)	**Total de atos emitidos: 859 (até 15/12/22)**

Fonte e elaboração: SDE - SIOUT SC



ÁREA DE BIODIVERSIDADE E CLIMA

Na área de biodiversidade e clima ocorreram os seguintes destaques: celebração do convênio para a continuidade do Inventário Florístico-Florestal (IFFSC) por 5 anos, contendo 6 objetivos e 25 metas; participação da Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SEMA/SDE) no 4º ciclo do CDP Estados e Regiões, no 3º ciclo do CDP Supply Chain e no 2º ciclo do CDP Cidades; início da estruturação dos Programas SC Carbono Zero e Ação Climática SC para execução em 2023; criação do Programa de Apoio à Pesquisa Aplicada nas Áreas de Meio Ambiente, Serviços Ecossistêmicos, Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável; Programa Gestão da Qualidade do Ar SC, em parceria com a UFSC, para identificar os locais mais poluídos do Estado, bem como as principais fontes emissoras.

O Programa Empresas Sustentáveis, em parceria com o Sebrae/SC, foi desenvolvido como projeto piloto com uma metodologia de consultoria para os primeiros passos em Environmental, Social and Governance (ESG) para pequenos negócios, com a formação de consultores para aplicação da metodologia. Foi criado o podcast SustenCast para disseminar temas ligados à sustentabilidade e ESG.

SANEAMENTO BÁSICO

Em 2022, foi lançado pela Secretaria Executiva do Meio Ambiente um painel interativo, denominado "Painel Saneamento Básico SC" (https://www.aguas.sc.gov.br/servicos/menu-painel-saneamento), que reúne e organiza diferentes bancos de dados com informações relevantes sobre o setor, possibilitando consultas acerca da situação do saneamento em cada um dos municípios catarinenses, bem como análise de médias estaduais. O painel agrupa esses dados para facilitar a busca por informações, por meio de um acesso mais fácil e rápido a dados públicos, propiciando a formulação de políticas públicas assertivas pelos gestores municipais.

INTEGRAÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Em 2022 a SEMA, por meio da Coordenadoria Técnica de Integração e Planejamento Ambiental (Ceipa), avançou na implementação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) em Santa Catarina.

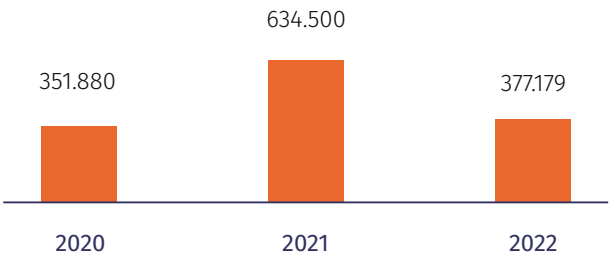
Foi finalizado o ZEE para a Região Hidrográfica 3 (RH3) – Bacia do Vale do Rio do Peixe – e para a Região Hidrográfica RH09, Sul Catarinense, com vistas à construção de políticas elaboradas de forma articulada e participativa, fortalecendo a municipalidade, a integração e a articulação com o Estado na busca da construção conjunta de um planejamento do território que embase o desenvolvimento econômico-sustentável.

Em 2022, foram analisados os seguintes municípios no Plano de Gestão Integrada (PGI): Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Camboriú, Balneário Rincão, Barra Velha, Bombinhas, Florianópolis, Itajaí, Itapema, Itapoá, Penha e Porto Belo.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, compondo uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico. Esse cadastro é pré-requisito para regularização ambiental e acesso a crédito rural.

Total de Cadastros Realizados

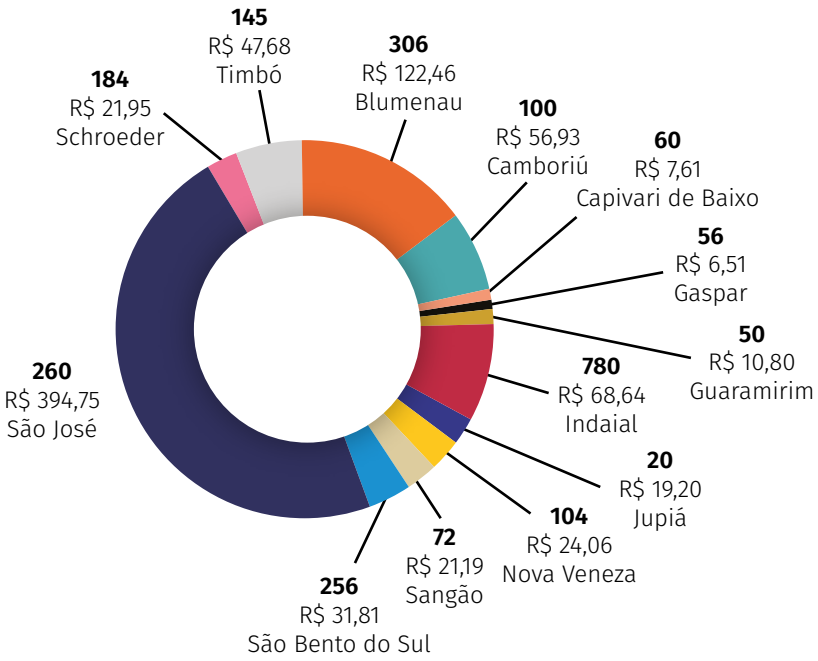


Fonte: SDE

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA CATARINENSE

O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) promove a competitividade e a melhoria no ambiente de negócios catarinense. Com ele o Estado concede incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais, gerando mais empregos e renda em Santa Catarina.

PRODEC - Empregos Gerados x Investimentos Habilitados (R$ milhões)



Fonte: SDE

PROGRAMA JURO ZERO

Presente em 100% do Estado, o Programa Juro Zero é voltado ao microempreendedor individual (MEI) com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, apoiando a base da economia catarinense com juro zero. Esses são os objetivos do Programa Juro Zero em Santa Catarina, que em 2022 completou 11 anos no apoio ao microempreendedor individual.

O Programa disponibiliza empréstimos de até R$ 5 mil para pequenos negócios em Santa Catarina, com isenção da última prestação no caso de o devedor manter os pagamentos das parcelas do empréstimo em dia. De janeiro a dezembro de 2022 foram realizadas 17.238 operações, com repasse de R$ 80,52 milhões em empréstimos para microempreendedores individuais no Estado.

ABERTURA DE EMPRESAS

Mais de 210 mil empresas foram abertas no território catarinense em 2022, o que demonstra a continuidade do crescimento econômico. No período, pouco mais de 80 mil empresas foram fechadas.

Desburocratização e simplificação de procedimentos assim como investimentos em tecnologia explicam o resultado alcançado, tanto em relação às constituições quanto às baixas.

CONSELHO ESTADUAL DO ARTESANATO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Conselho Estadual do Artesanato e da Economia Solidária (CEAES) foi criado pela Lei nº 14.830, de 11 de agosto de 2009, com a finalidade de promover a política estadual do artesanato e da economia solidária.

Em 2022, foram desenvolvidas as seguintes ações pelo CEAES:

- início da execução do Programa de Fomento da Economia Solidária com o lançamento de dois editais de chamamentos públicos contemplando 11 entidades e envolvendo R$ 1,2 milhão de recursos estaduais. A Política Estadual de Economia Solidária em Santa Catarina foi instituída pela Lei nº 17.702, de 22 de janeiro de 2019, e tem por objetivo desenvolver empreendimentos e redes de economia solidária no Estado, sendo o fomento à comercialização, ao comércio justo e solidário e ao consumo sustentável um dos seus eixos de atuação;
- ampliação de 200% da emissão da Carteira Nacional de Artesão em relação ao ano de 2021 e de 300% quando comparado a 2020;
- participação da SDE no 39º Festival de Dança de Joinville, com exposição de quase 50 artesãos na Feira da Sapatilha;
- participação no SC Day com a apresentação das potencialidades de Santa Catarina para os representantes de diversos países. Foram ressaltados o turismo, a cultura, os empreendimentos e outras áreas estaduais, com exposição de trabalhos de artesãos catarinenses.

DISPONIBILIZAÇÃO DE BASES CARTOGRÁFICAS E DADOS GEOESPACIAIS

Trata-se do fornecimento de dados e de informações cartográficas e geográficas de referência de Santa Catarina, disponibilizando o atlas geográfico do Estado, mapa político-administrativo, imagens, fotos aéreas, etc. Esta é uma atividade permanente em constante aperfeiçoamento. O serviço pode ser acessado e solicitado por qualquer cidadão por meio do Portal de Serviços de Santa Catarina (https://www.sc.gov.br/).

Até outubro de 2022, 3.485 solicitações foram atendidas, representando um acréscimo de mais de 700% em relação a 2021, quando foram atendidas 421 solicitações.

DIVISÃO TERRITORIAL CATARINENSE

A SDE atende as demandas do setor público e da sociedade, relativas à divisão administrativa e territorial do Estado de Santa Catarina, com certidão de jurisdição municipal, demarcação de municípios, traçado de limites municipais em plantas topográficas, criação de distritos, revisões e dúvidas referentes a histórico dos limites territoriais catarinenses. No ano de 2022, houve um acréscimo de 73% no atendimento às solicitações relacionadas a esse serviço, passando de 147 atendimentos em 2021 para 255 atendimentos em 2022. Houve melhoria também no detalhamento de todo o limite interestadual Paraná-Santa Catarina e incorporação de alterações, assim como no detalhamento dos limites municipais nas bases de dados do IBGE para o trabalho de Censo 2022.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA ASSOCIAÇÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE (AMESC)

Com a finalidade de oferecer um documento construído em parceria com a comunidade e o propósito de contribuir com a transformação da realidade socioeconômica dos municípios que pertencem à Associação do Extremo Sul Catarinense (AMESC), o ano de 2022 foi iniciado com Termo de Fomento para a elaboração de 16 Planos de Desenvolvimento Socioeconômico, sendo um para toda a região e outros 15 para os municípios que a compõem.

PROGRAMA GENTE CATARINA

O Programa Gente Catarina visa identificar fatores determinantes das desigualdades sociais e fomentar ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e de qualidade de vida dos catarinenses, de modo especial nos municípios com menores índices de desenvolvimento humano.

De caráter multissetorial, o programa conta com o envolvimento das Secretarias de Estado da Saúde, Educação, Segurança Pública, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico Sustentável e Comunicação, bem como com a participação estratégica da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESC) e da Secretaria-Geral de Governo. No âmbito da SDE, o Gente Catarina caracteriza-se pelo monitoramento de indicadores e projetos que impactem positivamente no IDH dos municípios da região Oeste catarinense, especificamente no que se relaciona aos fatores emprego e renda. Sob responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento Territorial, conta com a contratação de mão de obra especializada através da FAPESC.

Nesse sentido, os especialistas são alocados em quatro salas de situação relacionadas às diferentes regiões do Estado. As ações do plano-base que vêm sendo desenvolvidas pela SDE consistem no mapeamento de vocações dos territórios, realizado por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a Coordenadoria de Inovação e Inteligência Analítica (COIIA) da Defesa Civil, e na Agenda de Desenvolvimento Territorial, desenvolvida por meio do Programa de Desenvolvimento Econômico Local, em parceria com a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC).

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS), é responsável pela garantia dos direitos sociais às pessoas em situação de vulnerabilidade, risco e de violação de direitos em seu território. Esses direitos são assegurados através da execução das políticas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos Humanos e Habitação, e da atuação dos 10 Conselhos de Direitos vinculados à sua estrutura.

DESTAQUES DA ÁREA

Assistência Social

- Apoio técnico realizado em todas as regiões do Estado de forma presencial
- Pactuação da regionalização da proteção social especial de média complexidade
- Ampliação do Benefício de Gestação Múltipla, com o aumento da idade máxima para recebimento do benefício de 12 para 18 anos

Direitos Humanos

PPCAAM
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

Adesão ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

Implementação do Abrigo Institucional para Mulheres Vítimas de Violência.

Programa Lixo Zero

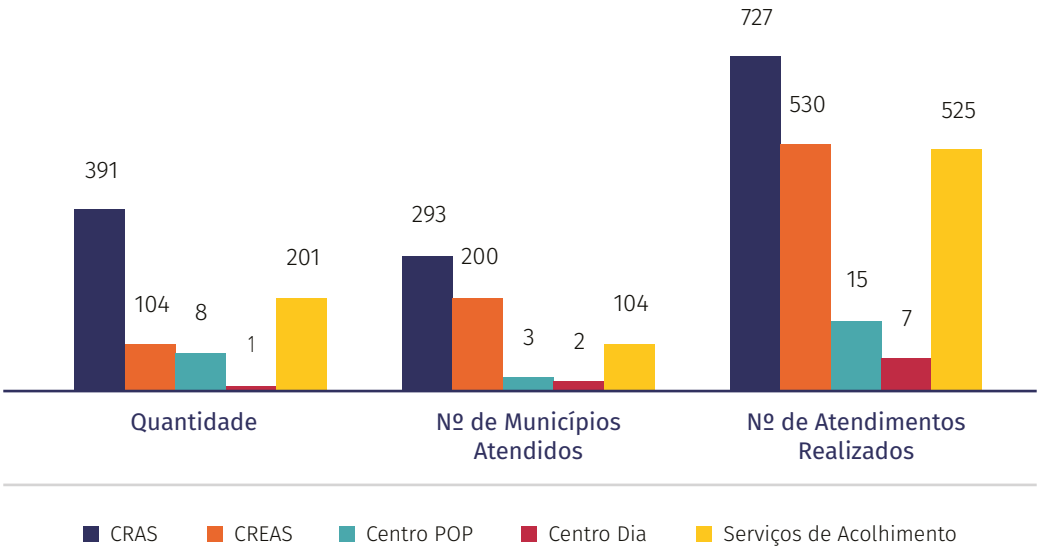
Programa Lixo Zero

Implantação de um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos com o objetivo de efetuar o descarte de forma correta dos resíduos produzidos na SDS e assim atingir a meta de Lixo Zero.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM NÚMEROS

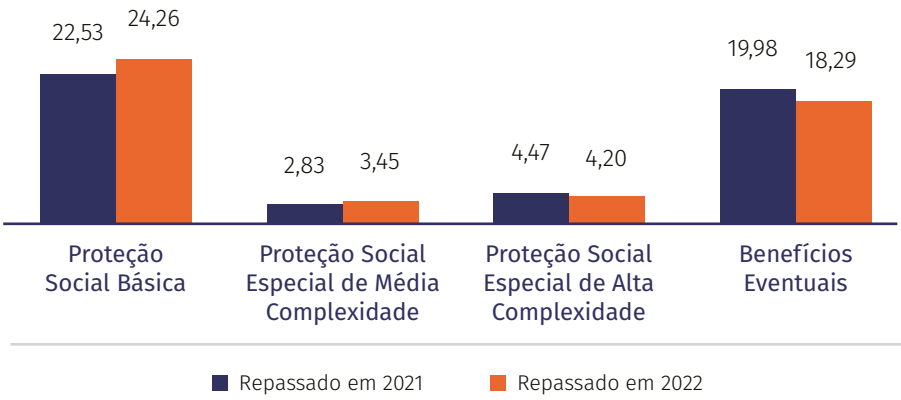
A seguir, alguns números resultantes dos serviços socioassistenciais de capacitações, monitoramentos, reuniões técnicas e orientações visando a promoção da garantia dos direitos e a proteção social das pessoas em vulnerabilidade social e de todos os que dela necessitarem:

Cobertura da Rede e Atendimentos Realizados pela Diretoria de Assistência Social (DIAS) aos Municípios para Apoiar Tecnicamente a Execução dos Serviços Socioassistenciais



Fonte: Elaboração própria, formulário BGG DIAS/SDS – 2022

Valores de Cofinanciamento (R$ milhões)



Número de municípios por tipo de cofinanciamento em 2022	247	50	46	204

Fonte: Elaboração própria formulário, BGG DIAS/SDS – 2022

Benefício de Gestação Múltipla		
Ano	**Nº de Beneficiários**	**Valor Repassado (R$ milhões)**
2021	366	2,22
2022	394	2,35

Fonte: Gerência de Benefícios e Transferência de Renda; SIGEF

Gestação Múltipla é um benefício assistencial de caráter financeiro pago mensalmente às famílias cuja mãe tenha gestação múltipla com três ou mais nascituros. A partir de 2022, por meio da Lei nº 18.327, a idade dos beneficiários foi ampliada de 12 para 18 anos.

Ações da Diretoria de Assistência Social

Ação	2022	2021
Visitas Técnicas	102	22
Capacitações	46	32

Fonte: Elaboração própria, formulário BGG DIAS/SDS - 2022

Alguns Projetos Executados	Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
	Fortalecimento dos Serviços de Assistência Social nos municípios do Programa Gente Catarina
	Capacitação de Formulários do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil
	Capacitação dos Trabalhadores e Controle Social do SUAS em SC - CAPACITASUAS

Ações com Enfoque nos Direitos Humanos

Encaminhamento de Denúncias de Violação de Direitos para o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outras áreas, recebidas por diferentes canais, incluindo o Disque 100 (Violação de Direitos Humanos) e o Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher)

Assessoria Técnica e Formação para os municípios nas temáticas da Política para Mulheres, Políticas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Políticas para a População LGBTQIA+, SIPIA SINASE WEB, Medidas Socioeducativas, Conselho Tutelar, Imigração, População Indígena e Igualdade Racial

Publicação de edital de chamamento público no valor de R$ 6 milhões para seleção de Organizações da Sociedade Civil interessadas em executar projetos voltados a Educação, Convivência Familiar e Comunitária, Trabalho Infantil, e Crianças e Adolescentes com Deficiência

Eventos: “Diálogos Interseccionais: desigualdades de gênero e étnico-raciais, imigração e vulnerabilidades” e “O contexto de imigrantes e refugiados em SC”.
Mutirão de apoio à regularização migratória. Realização da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial - V COEPIR

Regulamentação da Lei nº 18.300/2022, que estabelece a reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, nos editais de licitação que visem a contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional

Regulamentação da Lei nº 18.322/2022, que consolida as leis que dispõem sobre políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres

Encaminhamento de Denúncias de Violência contra a Mulher

Disque 100 e Disque 180	2022	2021
Denúncias encaminhadas ao Disque 100	42	40
Denúncias encaminhadas ao Disque 180	20	14

Fonte: Formulário BGG DIDH/SDS - 2022

Ações da Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária

Ações	2022	2021
Visitas técnicas	22	27
Capacitações - nº de municípios atendidos	61	40

Fonte: Elaboração própria, formulário BGG DIHA/SDS - 2022

Programa SC Mais Moradia



SC Mais Moradia
Foto: SDS

Auxílio financeiro aos 61 municípios de menor IDH no Estado para viabilizar a construção de até 15 unidades habitacionais em cada um deles. Desse total de municípios, 44 já receberam pelo menos a primeira parcela de R$ 550 mil, totalizando mais de R$ 26,86 milhões de valores repassados àqueles municípios que estão em fase de execução de obras.

Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

- Articulação e entrega de 3.474 cestas básicas via Fundação Palmares para 1.158 famílias quilombolas do Estado
- Acompanhamento e preenchimento do MapaSAN
- Encontros e reuniões de incentivo aos municípios para adesão ao SISAN
- Diagnóstico da atual conjuntura dos 31 municípios aderidos ao SISAN

Assistência Social

Investimentos em Obras: R$ 19,80 milhões

R$ 13,94 milhões	Construção de 18 CRAS
R$ 2,95 milhões	Construção de 3 CREAS
R$ 1,03 milhão	Construção de 2 Casas de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
R$ 200 mil	Ampliação de sede de 1 CRAS
R$ 700 mil	Construção de 2 sedes da Secretaria Municipal de Assistência Social
R$ 150 mil	Construção de salas de apoio de 1 Secretaria Municipal de Assistência Social
R$ 823,93 mil	Conclusão de obra de 1 Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Fonte: SDS

Desenvolvimento Social

Investimentos em Obras: R$ 9,54 milhões

Capela Mortuária
7 construções
R$ 2,02 milhões

Centro Comunitário
2 construções
R$ 1 milhão

Centro de Convivência para Idosos
9 construções
R$ 4,40 milhões

Casa Lar do Idoso
1 construção
R$ 500 mil

Obra	Valor
Construção de Casas Populares (via transferência voluntária especial)	R$ 798,76 mil
Reforma em Centro Comunitário	R$ 118,34 mil
Revitalização de Centro de Convivência	R$ 150,00 mil
Reforma em Pavilhão da Comunidade	R$ 100,00 mil
Aquisição de Terreno	R$ 300,00 mil
Reforma e Ampliação de Prédio	R$ 150,00 mil

Fonte: SDS



Foto: Adobe Stock

EDUCAÇÃO

RETORNO ÀS AULAS 100% PRESENCIAIS

O ano de 2022 marcou o retorno às aulas 100% presenciais nas escolas da rede estadual de ensino, com o fim do distanciamento entre as carteiras por conta da pandemia. Foi o último passo de um planejamento de educação no período pós-pandemia iniciado em 2020, com a criação do Plano de Contingência para a Educação e que avançou em 2021 com o retorno gradual das aulas no modelo de alternância entre Tempo Escola e Tempo Casa.

CONSTRUÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio (NEM) começou a ser implementado em 120 escolas-piloto em 2020. Em 2022, foi ampliado para as demais escolas. Assim, o NEM passou a ser ofertado em 707 escolas da rede. Em 2021, foi aprovado o Currículo-Base do Ensino Médio do Território Catarinense, documento necessário para a implementação desta modalidade de ensino, composto por quatro cadernos, organizado em 1.083 páginas.

BOLSA-ESTUDANTE

O Estado também implementou em 2022 o Programa Bolsa-Estudante, conforme o disposto na Lei nº 18.338/2022, com o objetivo de combater a evasão escolar no retorno às aulas após a pandemia e com garantia de continuidade até 2024. A iniciativa beneficiou mais de 57 mil estudantes matriculados no ensino médio e na educação de jovens e adultos (EJA), cujas famílias estavam inscritas no CadÚnico e tiveram 75% de frequência. Como o auxílio é de R$ 6.250 por ano, pagos em 11 parcelas mensais de R$ 568,18, o investimento foi de R$ 245,77 milhões.



Foto: Adobe Stock

UNIEDU

Em 2022 o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) investiu R$ 497,67 milhões em 67 mil bolsas de pesquisa e extensão, graduação, licenciatura e pós-graduação, sendo o maior número de bolsas da história desse programa.

ENTREGA DE NOVAS UNIDADES ESCOLARES

O Estado fez a entrega de duas novas unidades escolares no início do ano letivo de 2022: o Centro de Educação Profissional (CEDUP) José Buss, em Rio Fortuna, e a EEB Senador Evelásio Vieira, em Blumenau. Ambas eram construções aguardadas há anos pela comunidade. Também houve a conclusão da reforma da EEM Profª. Darci Franke Welk, em Jaraguá do Sul, que foi reaberta com 440 estudantes matriculados.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Os profissionais do magistério catarinense começaram o ano de 2022 com reajuste salarial de 20% a 56%. Somada à nova remuneração instituída no Estado, também foram criadas medidas para incentivar a qualificação docente, como a disponibilização de 1,1 mil bolsas de estudos de pós-graduação e 100 vagas de afastamento remunerado para a realização de cursos de mestrado e doutorado. Além disso, houve a posse de 815 servidores efetivos, sendo 321 professores, 288 assistentes de educação, 138 orientadores educacionais, 56 supervisores escolares e 12 administradores. Também houve a contratação, em caráter temporário, de 63 psicólogos, 64 assistentes sociais, 58 nutricionistas e 51 bibliotecários para atuação nas Coordenadorias Regionais de Educação de Santa Catarina no apoio às escolas de cada jurisprudência.

TECNOLOGIA NAS ESCOLAS

Com o retorno total das aulas presenciais, escolas e professores receberam 32 mil notebooks, na forma de doação para os professores efetivos e comodato aos ACTs. As salas de aula do novo ensino médio estão recebendo lousas digitais com projetor, sendo que 2.231 já estão com os equipamentos instalados. Também foram entregues 23,3 mil tablets.

CRIAÇÃO DE ESPAÇOS MAKER

O Governo do Estado adquiriu equipamentos para compor espaços maker em 295 escolas da rede ensino. Porém, em 2022, foram inaugurados apenas 11 destes espaços. A iniciativa pioneira objetiva que os alunos tenham laboratórios de criação, experimentação e inovação nas escolas, incluindo equipamentos como cortadoras a laser, impressoras 3D, placas eletrônicas, kits de robótica e ferramentas de fabricação manual.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR

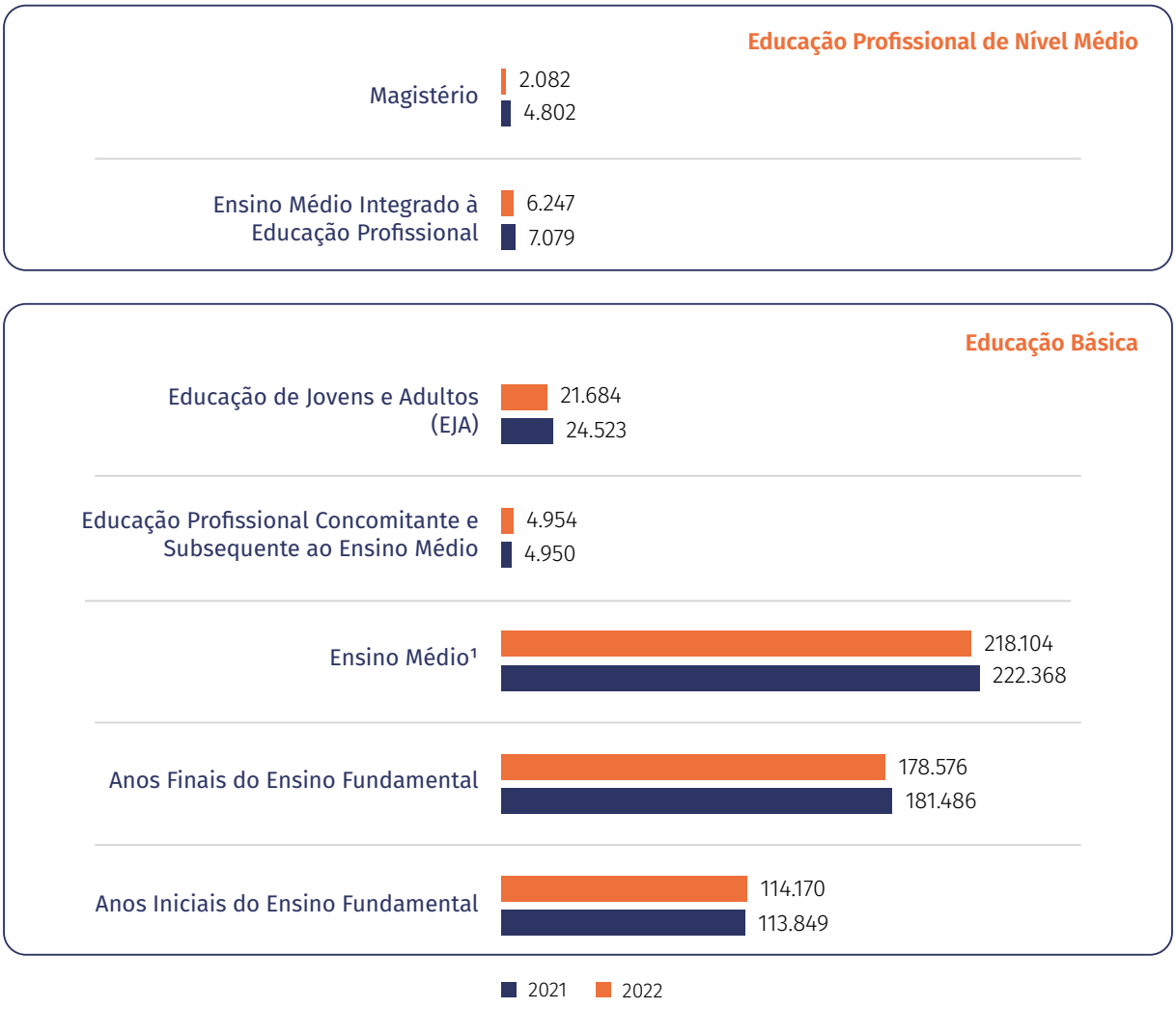
O Estado investiu R$ 475,15 milhões no último ano em manutenção e revitalização das unidades escolares. Também foram realizadas reformas ou ampliações em 59 escolas, com investimento de mais de R$ 120,81 milhões. Há ainda 118 projetos para melhorias de infraestrutura contratados.

QUADRAS ESPORTIVAS NAS ESCOLAS

Em 2022, a Secretaria de Estado da Educação (SED) iniciou a construção de 81 quadras poliesportivas cobertas em escolas de todas as regiões catarinenses. O objetivo é qualificar a prática de atividades esportivas e permitir o uso do espaço também para atividades culturais por toda a comunidade. Outra iniciativa para promover a prática de esportes nas escolas é a construção de 26 quadras de *beach tennis*, que começaram a ser entregues à comunidade em setembro de 2022. Essas ações possibilitam ampliar as modalidades que podem ser trabalhadas com os estudantes.

EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

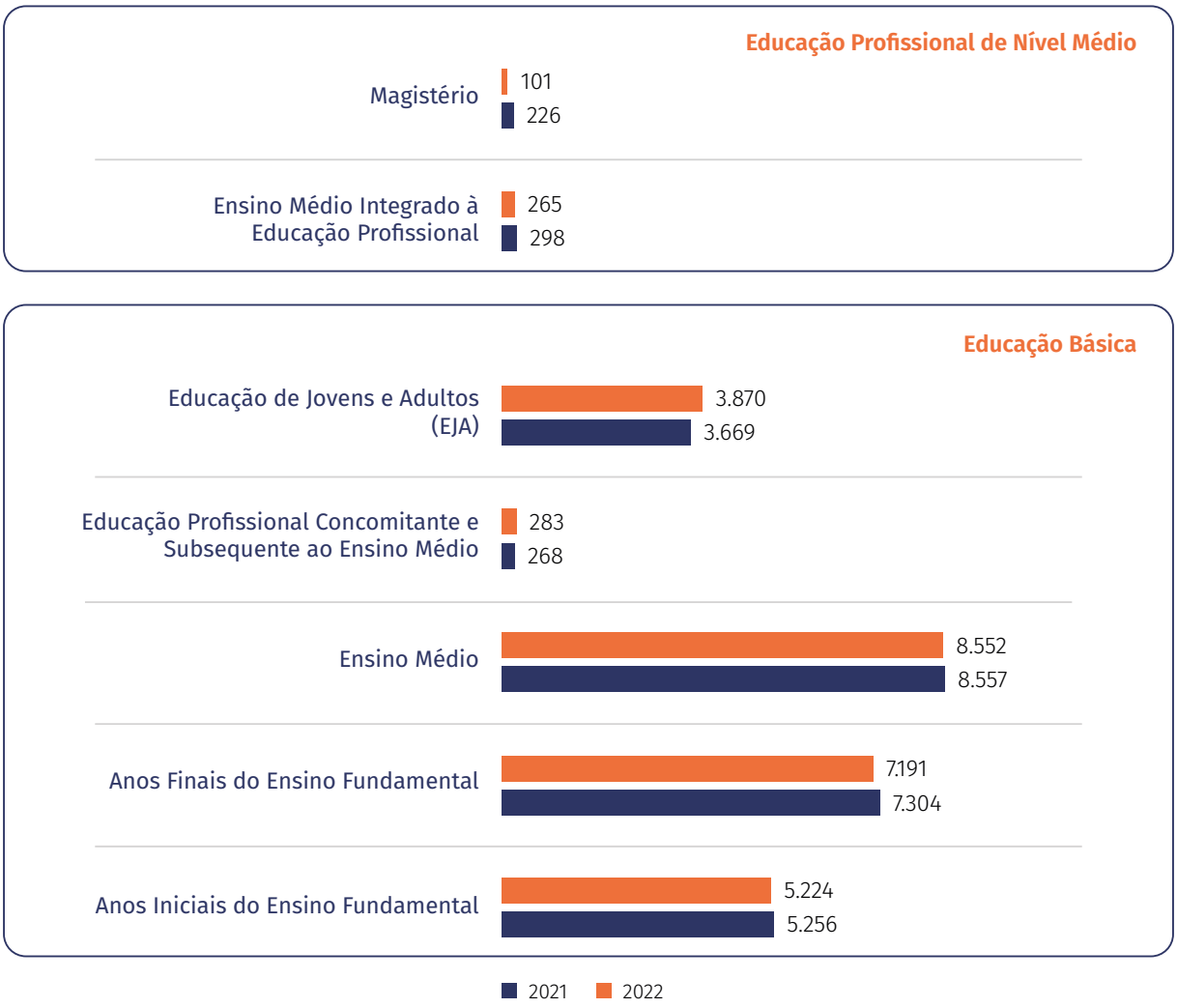
Matrículas na Rede Estadual de Educação



Fonte: SED/SISGESC/Data de referência: 31/5 do ano observado

1 O ensino médio inclui matrículas do ensino médio propedêutico, do magistério e do ensino médio integrado à educação profissional.

Turmas na Rede Estadual de Educação



Fonte: SED/SISGESC/Data de referência: 31/5 do ano observado

Escolas e Matrículas da Rede Estadual de Ensino	2022	2021
Total de unidades escolares[2]	1.054	1.064
Total de matrículas na educação básica[3,4,5]	537.488	547.176
Escolas novas abertas que iniciaram o atendimento no ano de referência	3	-

Fontes: SED/Painel de Matrículas com base no SISGESC. Data de referência para o total de matrículas: 31/5 do ano observado. Data de referência para o total de escolas ativas: 31/10 do ano observado

2 Não foram consideradas as unidades descentralizadas da educação de jovens e adultos, pois são vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos, computados como unidades escolares.

3 O número de matrículas da educação básica da rede estadual de ensino é composto pela soma das seguintes etapas: ensino fundamental, ensino médio, curso técnico concomitante, curso técnico subsequente, curso FIC concomitante e educação de jovens e adultos.

4 Foi utilizado o mês de maio como referência na coleta do censo da educação básica para os indicadores acima, tendo como fonte de dados o SISGESC. Os dados de 2022 só serão publicados a partir de janeiro de 2023 pelo Censo da Educação Básica.

5 Não inclui matrículas de turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

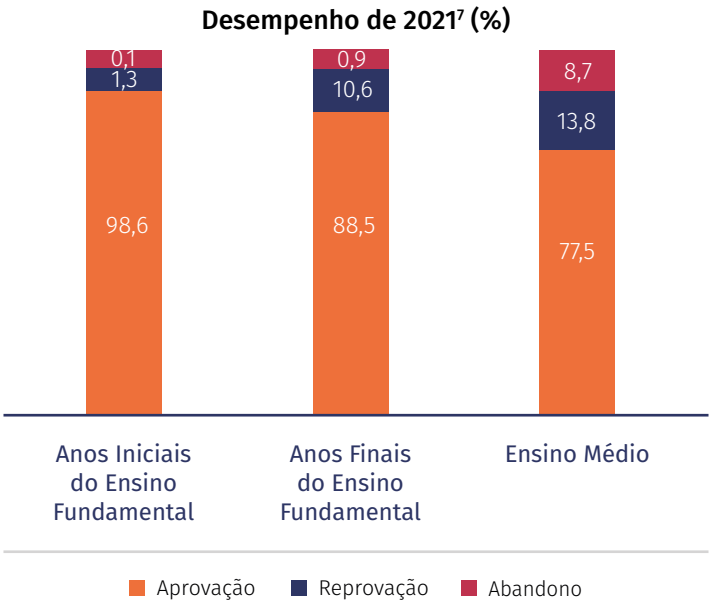
Servidores da Rede Estadual de Ensino[6]	2022	2021
Professores efetivos	13.645	14.007
Professores ACTs	24.485	23.322
Demais servidores (efetivos e temporários)	5.172	4.601
TOTAL	**43.302**	**41.930**

Fonte: SED/Painel Servidores da Educação, com base na folha de pagamento de outubro/SIGRH do ano observado

Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)	2022	2021
Matrículas	26.796	21.441
Professores efetivos	1.043	950
Professores ACTs	1.834	1.700
TOTAL	**29.673**	**24.091**

Fonte: FCEE

Rede Estadual de Ensino



Fonte: INEP/Censo da Educação Básica 2021

6 Contagem por CPF.

7 Dados de aprovação, reprovação e abandono referentes ao ano de 2021, visto que os resultados de 2022 são divulgados somente em 2023.

Quantidade de Alunos - Ensino Superior 2022



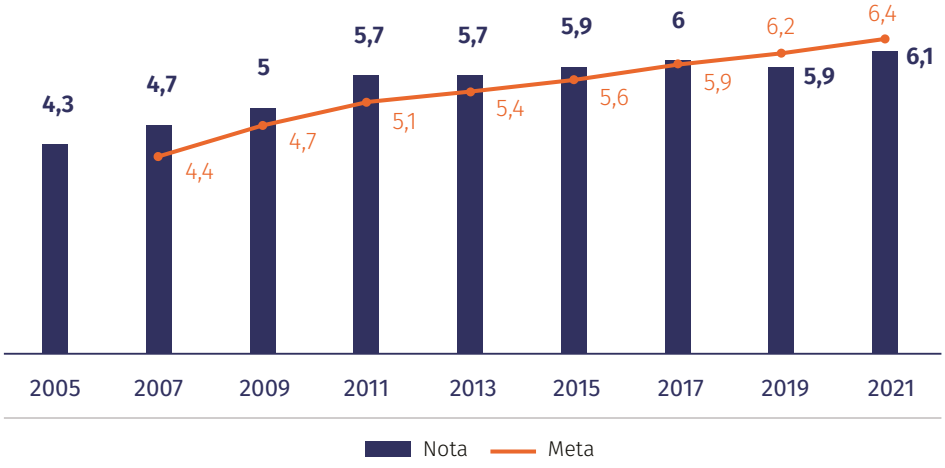
Fonte: UDESC/Dados referentes ao dia 14/10/2022

Outras Ações	Quantidade de Alunos Beneficiados	
	2022	2021
Alimentação escolar	220.468	181.017
Transporte escolar	155.000	134.476
Bolsas de estudo UNIEDU	67.354	52.971

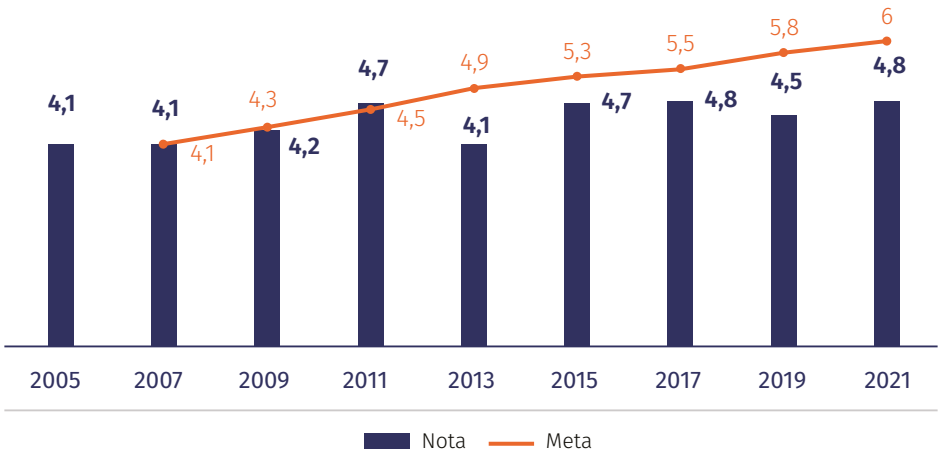
Fontes: Alimentação escolar: SED/Diretoria de Ensino/Gerência de Alimentação Escolar/Dados do mês de outubro
Transporte escolar: SED/Assessoria de Articulação com os Municípios
Bolsas de estudo UNIEDU: SED/Painel UNIEDU, com base no SISGESC – Data de referência: 8/11/2021 e 9/12/2022

IDEB

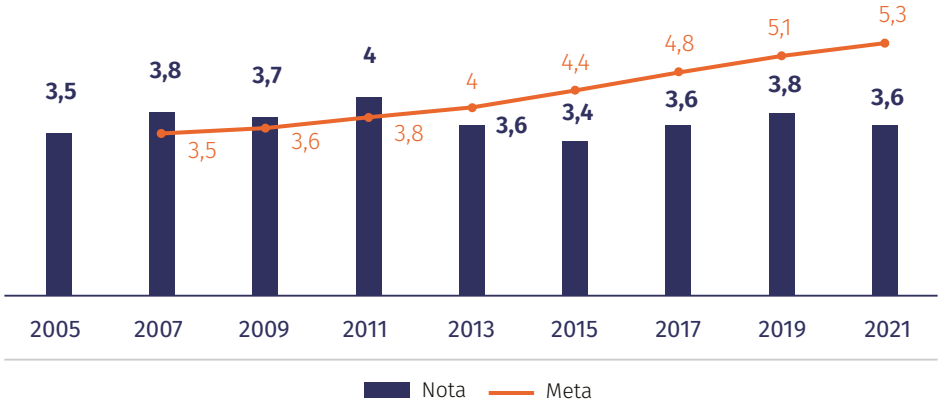
Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Anos Finais do Ensino Fundamental

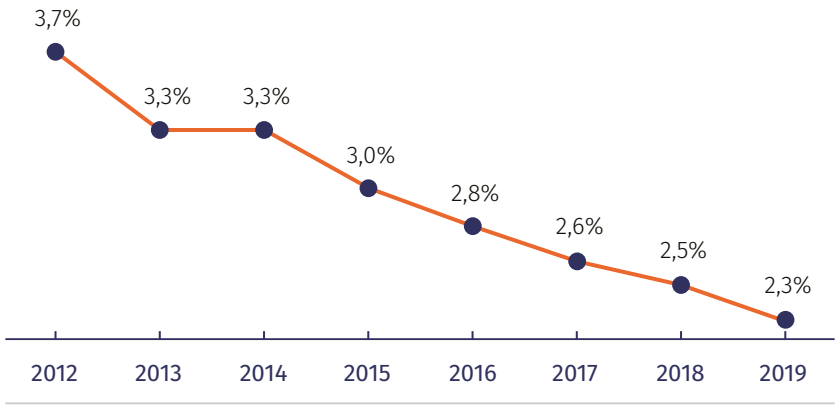


Ensino Médio



Fonte: INEP

Taxa de Analfabetismo em Santa Catarina de Pessoas de 15 Anos de Idade ou Mais[8]



Fonte: IBGE/PNAD Contínua

8 Até 31/12/2022 o IBGE não havia disponibilizado os dados de 2020, 2021 e 2022.

ESPORTE

Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte), executa os programas, os projetos e as ações da Política Estadual do Esporte.

FESPORTE É REFERÊNCIA PARA COB E CPB

Por seus eventos esportivos e por sua política de gestão, a Fesporte e o Estado são considerados pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) referências entre as principais instituições públicas esportivas do Brasil, com Santa Catarina figurando entre os estados com mais destaque no esporte, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Esse destaque decorre da organização, das participações e dos resultados alcançados por essas entidades nos eventos planejados e executados, em nível nacional, pelos Comitês.

MODALIDADES ESPORTIVAS



Olimpíada Estudantil Catarinense (OLESC)
Foto: Delamare de Oliveira Filho

Entre os eventos e as atividades ocorridos no Estado, foram disponibilizadas várias modalidades esportivas, como, por exemplo: atletismo, canastra, basquete, basquete em cadeiras de rodas, bocha, bolão 16, bolão 23, bocha paralímpica, badminton campo, futebol de salão, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, handebol DF, boxe, jiu jitsu, judô, natação, punhobol, remo, taekwondo, tênis de mesa, tênis de campo e tênis de campo em cadeira de rodas.

ATIVIDADES TÉCNICAS DESENVOLVIDAS

Eventos	Quantitativos	Nº de atletas
Jogos Abertos de SC (JASC - todas as etapas - estimativa)	220 municípios	10.270
Joguinhos Abertos (todas as etapas)	195 municípios	9.245
Olimpíada Estudantil Catarinense (OLESC - todas as etapas)	184 municípios	11.435
Jogos Escolares Paradesportivos de SC (PARAJESC - todas as etapas)	43 escolas	274
Jogos Escolares de SC (JESC 12-14 anos - todas as etapas)	1.230 escolas	90.070
Jogos Escolares de SC (JESC 15-17 anos - todas as etapas)	1.280 escolas	99.545
Moleque Bom de Bola (todas as etapas - estimativa)	1.405 unidades escolares	59.990
Festival Escolar Dança Catarina (estimativa)	98 escolas	5.510

Fonte: Fesporte



Dança Catarina
Foto: Delamare de Oliveira Filho



Joguinhos abertos



JASC



PARAJESC

Fotos: Delamare de Oliveira Filho

APORTES E REPASSES FINANCEIROS

Aportes financeiros para projetos especiais implantados e em desenvolvimento

Bolsa-Atleta

R$ 3,02 milhões → para 487 bolsas pagas

Programa de Iniciação Desportiva (PIDE)

R$ 657,54 mil → para material esportivo

6.400 alunos participantes

Aporte financeiro para eventos planejados pela Fesporte

R$ 2,14 milhões → para 11 municípios

Valor repassado à Federação Catarinense do Desporto Universitário (FCDU) para participação nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs)

R$ 300,00 mil

Fonte: Fesporte

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE



Foto: Ricardo Wolffenbüttel (SECOM)

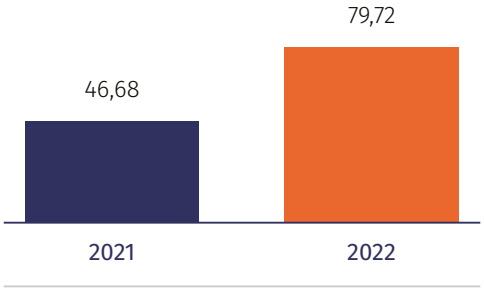
A Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) de Santa Catarina busca oferecer infraestrutura de transporte, mobilidade e obras hidráulicas e civis moderna e adequada às necessidades da população.

Em 2022, a SIE focou no desenvolvimento de novos projetos, na execução de projetos existentes e na entrega de obras nas regiões do Estado.

Além disso, implementou uma política de municipalização, permitindo que municípios e consórcios municipais executem as suas próprias ações em infraestrutura com autonomia e garantia de recursos.

OBRAS CIVIS - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS CIVIS E HIDRÁULICAS (SOC)

Investimentos Relacionados a Obras Civis Realizados pelos Órgãos e Entidades do Estado (R$ milhões)



Fonte: Dados retirados do portal Projeta SC, *dashboard* de desembolso - janeiro de 2023

Ações em Obras Civis Realizadas pela SOC em 2022	
Análise de projetos e orçamentos	346
Fiscalização de projetos e orçamentos equipe SOC	280
Análise de aditivo	37
Análise de cadastro de fornecedores	270
Análise de convênios	115
Convênios (fiscalização)	80
Contratos de obras em andamento (fiscalização)	19
Contratos de obras concluídas (fiscalização)	52
Contratos de projetos em andamento (fiscalização)	12
Contratos de projetos concluídos (fiscalização)	44
Vistorias e pareceres	52
Elaboração de projetos	106
Elaboração de orçamento	58
Assessoria em projetos de obras hidráulicas - barragens	9
Elaboração de termo de referência para contratação de projetos	39
Elaboração de termo de referência para contratação de obras	28
Elaboração de termo de referência para plano de manutenção	5
Termo de referência para projeto, plano de manutenção, condicionantes ambientais, sistema de drenagem rios e canais	9
Contratos de manutenção contínua	7
Atas de manutenção – contratos/lotes	1
Licitação de projetos e obras (CV, TP, RDC)	33
Normatização administração local	4
Normatização de reequilíbrio econômico-financeiro – Em andamento	1
Comissão para receber obras (convênios CRAS)	5
Treinamentos ministrados	1
PAD	4
Auditoria TCE	2
Análise reequilíbrio físico-financeiro	5

Fonte: Informações obtidas pelo NUPROJ/SIE a partir de dados da Diretoria de Projetos de Obras Civis e Hidráulicas (DIOC) e da Diretoria de Fiscalização de Obras Civis e Hidráulicas (DFOC), janeiro de 2023

Algumas Fiscalizações de Obras Realizadas pela SOC



Fonte: Portfólio do NUPROJ/SIE, a partir de informações obtidas com a Diretoria de Projetos de Obras Civis e Hidráulicas (DIOC) e Diretoria de Fiscalização de Obras Civis e Hidráulicas (DFOC), janeiro de 2023

Investimentos em Obras Civis com a Participação da SOC

Em 2022 foram 149 projetos de obras civis dos quais a SOC participou com a elaboração de Termo de Referência, projetos e fiscalização de contrato. A SIE efetuou o empenho para 15 projetos:

R$ milhares

Nº de Projetos	Obras Civis - SIE	Valores Empenhados em 2022
517/2020	Iluminação funcional do acesso ao Aeroporto Hercílio Luz	132,13
979/2020	Revitalização do Edifício das Diretorias - SIE	805,00
266/2021	Reestruturação e regularização do terminal rodoviário Rita Maria em Florianópolis	283,09
764/2021	Revitalização urbanístico-arquitetônica da cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz	124,62
1.663/2021	Construção da sede da Coordenadoria Regional de Infraestrutura Norte	1.596,95
1.977/2021	Iluminação pública da Serra do Rio do Rastro - SC-390/418	450,00
422/2022	Reforma de ranchos de pesca na cabeceira continental da Ponte Hercílio Luz	21,09
429/2022	Construção da sede da Coordenadoria Regional de Infraestrutura Planalto	1,80
467/2022	Demolição do prédio do antigo setor de manutenção e oficina do DEINFRA	188,89
668/2022	Manutenção dos canais extravasor e dissipador de energia do aterro da Baía Sul	110,08
1.195/2022	Reforma emergencial para reparações na residência oficial da Vice-Governança	9,55
1.356/2022	Manutenção da iluminação viária da BR-480 (trecho Km 124 e 132)	272,37
1.422/2022	Construção da sede da Coordenadoria Regional de Infraestrutura Vale	2,60
1.023/2020	Recuperação do 23º Grupamento da Polícia Militar Rodoviária em Taió - CMIO	64,64
155/2021	Reforma do posto 21 da Polícia Militar Rodoviária de Bom Jardim da Serra - DALF	975,11
TOTAL		**5.037,92**

Fonte: NUPROJ/SIE. Análise da base de dados retirados do *dashboard* de desembolso do Projeta SC. Disponível em: https://www.projeta.sc.gov.br. Acesso em: 2 mar. 2023

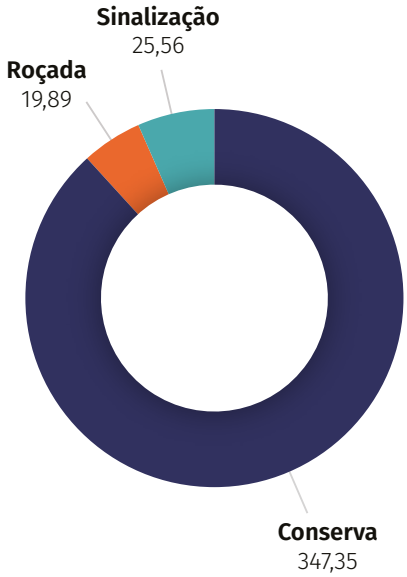
INVESTIMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA



Foto: Ricardo Wolffenbüttel (SECOM)

Os investimentos em manutenção de rodovias (R$ 392,80 milhões em 2022) foram destinados a projetos que visam a melhoria das condições do revestimento do pavimento, de roçada, de conserva, de contenção e de sinalização das rodovias estaduais, criando condições de trafegabilidade e segurança nas rodovias estaduais.

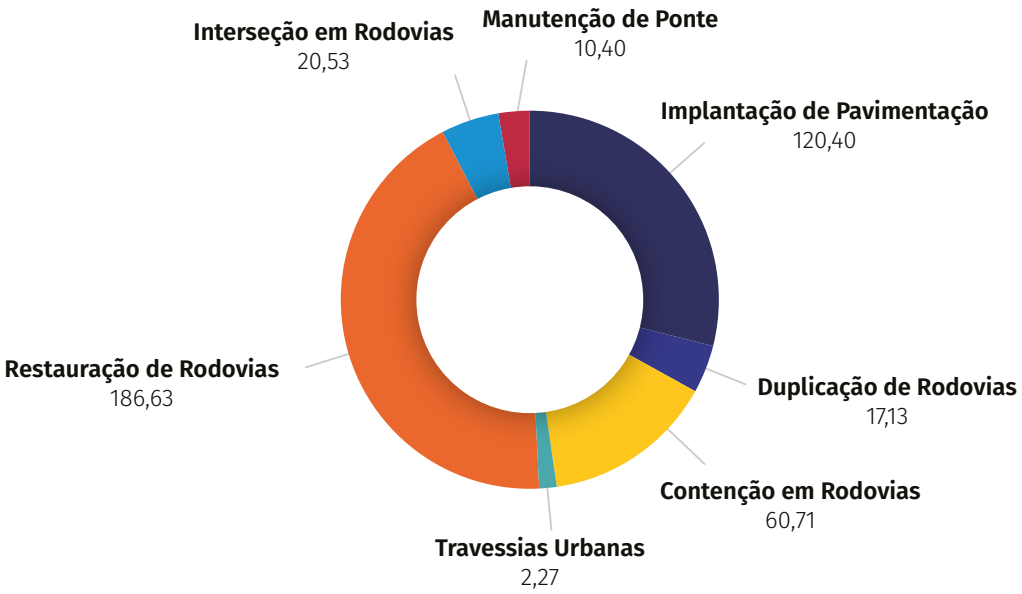
Investimentos em Manutenção de Rodovias em 2022 (R$ milhões)



Fonte: NUPROJ/SIE. Análise da base de dados retirados do *dashboard* de desembolso do Projeta SC. Disponível em: www.projeta.sc.gov.br. Acesso em: 2 mar. 2023

Os investimentos em intervenções rodoviárias foram destinados a projetos de implantação e pavimentação, restauração, duplicação, interseção e contenção em rodovias, manutenção de pontes e intervenções emergenciais. O total investido nessas intervenções foi de R$ 418,06 milhões no exercício de 2022.

Investimentos em Intervenções Rodoviárias em 2022 (R$ milhões)



Fonte: NUPROJ/SIE. Análise da base de dados retirados do *dashboard* de desembolso do Projeta SC. Disponível em: www.projeta.sc.gov.br. Acesso em: 2 mar. 2023

Já os investimentos destinados ao modais aeroviário e hidroviário no exercício de 2022 totalizaram R$ 27,54 milhões.

Investimentos em Outros Modais Viários em 2022 (R$ milhões)



Fonte: Planilha de necessidade contratual da DTRA/SIE. Atualização em: 7 mar. 2023

INVESTIMENTOS NAS RODOVIAS FEDERAIS EM SOLO CATARINENSE

Santa Catarina garantiu R$ 465 milhões de auxílio para obras nas seguintes rodovias federais em solo catarinense: BRs 470 (Vale), 280 (Norte), 163 (Oeste) e 285 (Extremo Sul). Em 2022 foram empenhados R$ 313,67 milhões.

Rodovia Federal	Valor (R$ milhões)
BR-470	177,60
BR-163	92,52
BR-280	42,15
BR-285	1,40
TOTAL	**313,67**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Acompanhamento da Execução Orçamentária. Disponível em: http://sigefweb.sef.sc.gov.br/SIGEFWEBTRW/SEG/SIGEFPortal.aspx. Acesso em: 3 mar. 2023

GRATUIDADE DAS PESSOAS IDOSAS NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO

Em 2022, o Ministério do Desenvolvimento Regional repassou verbas para o Programa de Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano. Esses valores serão aportados onde ocorram serviços regulares em operação de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano. A SIE recebeu o valor de R$ 40,78 milhões com a finalidade de transferir os recursos para as operadoras de transporte coletivo, garantindo a modicidade tarifária.



Foto: Ricardo Wolffenbüttel (SECOM)

SAÚDE

O Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), realizou várias ações importantes no exercício de 2022. Entre elas destacam-se a regionalização e a qualificação dos serviços, revisão da Política Hospitalar Catarinense (PHC), cuidado farmacêutico, fortalecimento da escola de saúde, cirurgias eletivas, entre outras.

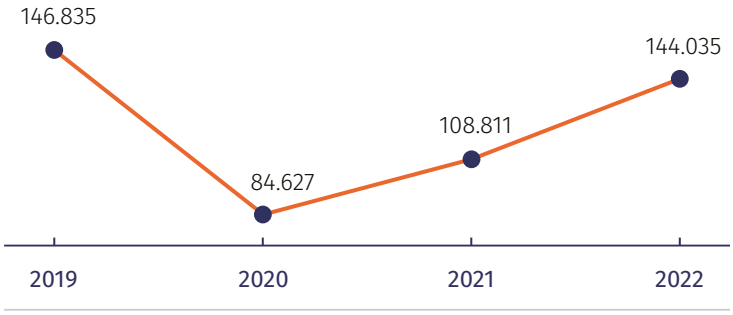
POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE (PHC)

A PHC trouxe um incremento de recursos para os hospitais. Enquanto em 2021 apresentava um total de 117 hospitais, em 2022 esse número totalizou 173, um incremento de 56 hospitais. Destaque para a disponibilização de atendimento de saúde bucal para portadores de necessidades especiais na rede hospitalar, bem como para as cirurgias eletivas, com a pactuação de novas ofertas com as unidades hospitalares, ampliando o quantitativo cirúrgico em 11.500 cirurgias/mês, além do já pactuado nos contratos.

POLÍTICA ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS EM SC

No período de 2019 a 2022, conforme a Política Estadual de Cirurgias Eletivas, as cirurgias mais realizadas foram do aparelho de visão, seguidas de cirurgia dos aparelhos digestivo e geniturinário.

Número de Cirurgias por Ano



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares - SIH/Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA (10/2022)

REGIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em 2022, a SES deu seguimento à reestruturação das 17 Gerências Regionais de Saúde criadas em 2021, possibilitando aos municípios e ao cidadão catarinense o acesso ao serviço de saúde mais próximo de sua residência. Outra ação de destaque foi a habilitação do Serviço de Alta Complexidade em Assistência Cardiovascular no Hospital Maicé, de Caçador, para atendimento das Regiões de Saúde do Meio-Oeste e Alto Vale do Rio do Peixe.

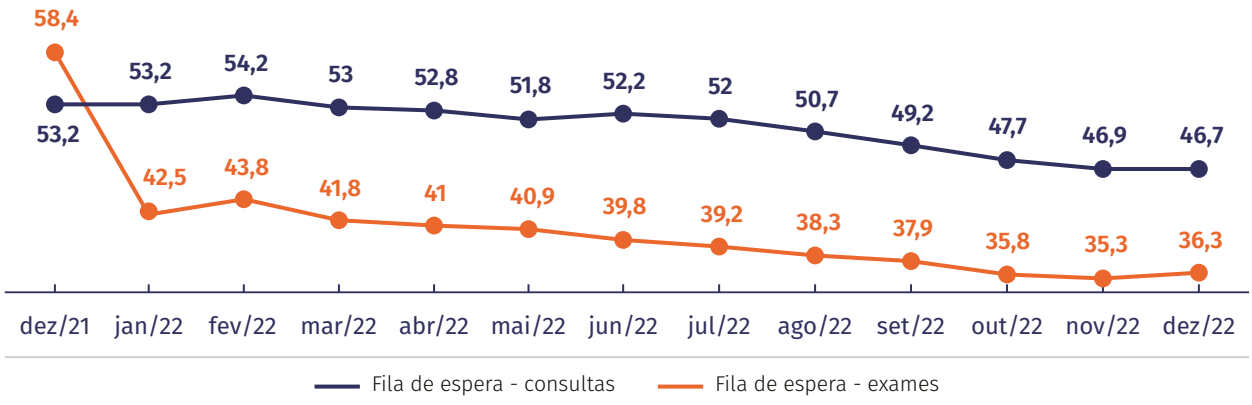
REDUÇÃO DA FILA DE ESPERA (CONSULTAS E EXAMES)

Em 2022, a SES realizou diversas ações de saúde, visando a redução da fila de espera de consultas e exames, tais como:

- Remanejamento de agendas lotadas e ociosas entre hospitais de uma região ou macrorregião de saúde;
- Unificação de nomenclaturas de agendas;
- Monitoramento e notificações aos fiscais dos contratos acerca das ofertas contratualizadas não disponibilizadas;
- Implantação de novas teleconsultorias (gestação de alto risco e ortopedia pediátrica geral e de coluna).

Essas ações resultaram na melhoria de alguns indicadores estratégicos do Governo, como, por exemplo:

Redução do Percentual de Pacientes Aguardando a Realização de Consultas e Exames há mais de 365 Dias (%)



Fonte: Sistema Nacional de Regulação - SISREG (12/2022)

TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Em 2022, a SES contratualizou 26 clínicas de hemodiálise no Estado de Santa Catarina, com repasse mensal médio de R$ 8,8 milhões para oferta de Terapia Renal Substitutiva. O incremento do repasse financeiro mensal por produção foi de aproximadamente R$ 2,5 milhões com o objetivo de promover a assistência em toda a linha de cuidado.

SC INTER-HOSPITALAR



Ambulância do Serviço SC Inter-Hospitalar
Foto: Banco de imagens da SES

O Serviço SC Inter-Hospitalar foi criado para auxiliar o SAMU nas transferências inter-hospitalares de pacientes graves em todo o território catarinense. Esse serviço dispõe de 5 unidades – Joinville, Chapecó, Florianópolis, Lages e Araranguá –, que fazem cobertura em suas macrorregiões.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)

Em 2022, a SES, por meio da Superintendência de Urgência e Emergência (SUE) e da FAHECE, garantiu mais de R$ 5 milhões em investimentos, além de atualização de tecnologia e melhorias de equipamentos para o SAMU. Dentro do projeto de ampliação do serviço, foi implantada a Unidade de Suporte Avançado (USA) em Videira, reforçando o atendimento em 53 municípios do Meio-Oeste, e inaugurada uma base de USA em Chapecó. No Vale do Itajaí, o SAMU passou a contar com a primeira base de USA no município de Brusque. A região da Foz do Itajaí também ganhou reforço no atendimento do SAMU, com uma base de verão para a USA em Balneário Camboriú. O objetivo é ampliar o serviço durante o período de alto fluxo de turistas no verão (dezembro/2022 até março/2023). A região da Foz do Itajaí tem duas USAs em operação, instaladas em Balneário Camboriú e Itajaí, as quais atendem atualmente 11 municípios. A capital, Florianópolis, também inaugurou duas novas bases de USA que contam com estrutura própria, a primeira localizada na SC-401 e a segunda em Coqueiros, na região continental. Antes, as duas USAs estavam instaladas na sede da Defesa Civil. Essa mudança possibilita a qualificação dos atendimentos dentro de uma posição estratégica, melhorando a logística de atendimento das ocorrências na região.

ATENDIMENTOS NOS HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS DE SC



Hospital Governador Celso Ramos
Foto: Banco de imagens da SES

Número de Atendimentos Realizados nos 13 Hospitais Públicos Estaduais de SC

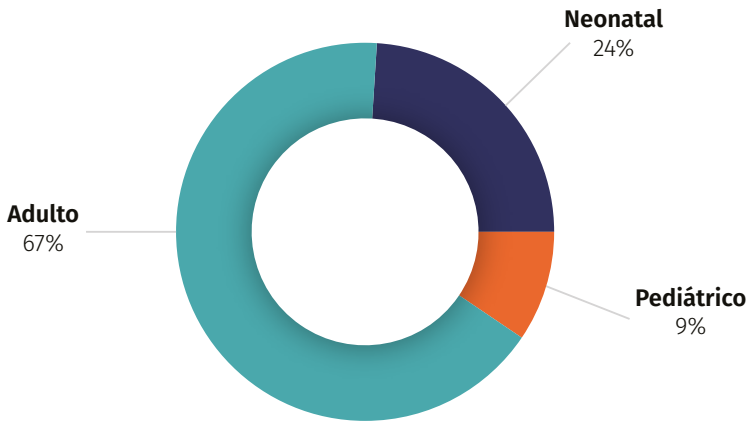


Fonte: Sistema de Gestão de Saúde - SGS Hospitalar (12/2022)

LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NO ESTADO

Com a pandemia de Covid-19, foram habilitados pelo Ministério da Saúde 230 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto, que permanecem ativos. Com isso, em 2022, Santa Catarina disponibilizou 1.897 leitos de UTI, distribuídos entre os hospitais públicos estaduais, municipais e filantrópicos. Segundo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, o número ideal de leitos de UTI é de 1 a 3 leitos para cada 10 mil habitantes, e o Estado alcançou no ano de 2022 uma proporção satisfatória de 2,7 leitos por 10 mil habitantes.

Percentuais de Leitos de UTI



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES (12/2022)

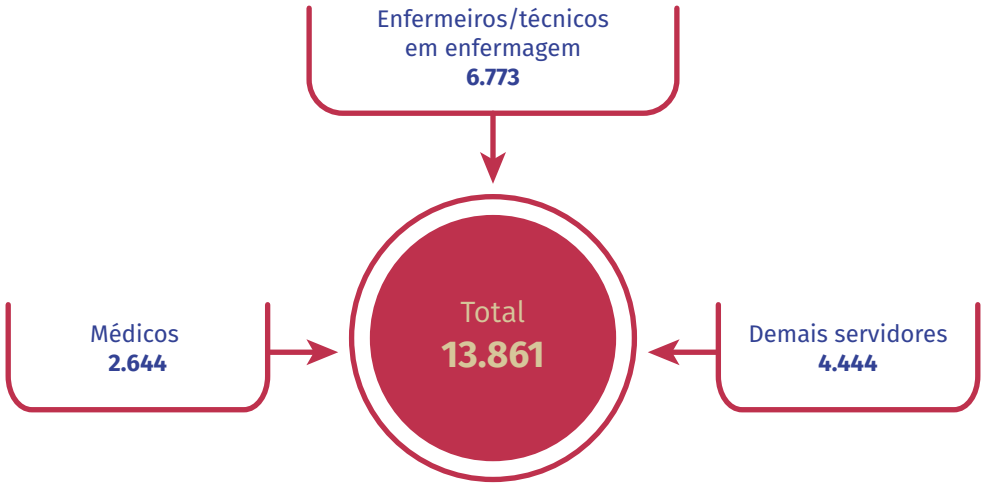
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA

A Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC) tem contribuído com o seu papel formativo para ações da SES com cursos, capacitações, coordenação de estágios e suporte a pesquisas. Apoiou o desenvolvimento das

ações de comissões das residências médicas e multiprofissionais em diversas especialidades. Também apoiou a formação de 767 profissionais em Residência Médica e 82 profissionais em Residência Multiprofissional nas unidades hospitalares da SES. Capacitou mais de 4.700 profissionais em cursos de formação inicial e continuada, extensão e aperfeiçoamento, no formato presencial ou on-line. Em 2022, a ESPSC realizou a formação de duas turmas de curso técnico em Enfermagem e deu seguimento nos cursos de pós-graduação em Preceptoria Multiprofissional para Atenção Primária à Saúde, Preceptoria em Medicina de Família e Comunidade e em Educação Permanente para Atenção Primária à Saúde com Enfoque nas Residências em Saúde. Manteve a Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade e a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade.

CAPITAL HUMANO

Em 2022, houve um acréscimo de 1.222 servidores na Secretaria de Estado da Saúde, o que representa um crescimento de 9,7% no quadro de pessoal ativo. Ao final do ano, a SES possuía 13.861 servidores.



Fonte: Base de dados do SIGRH (12/2022)

SAÚDE AUDITIVA



Exame auditivo
Foto: Banco de imagens da SES

Em 2021, o número de pacientes que aguardavam pelos serviços de saúde auditiva representava 11.630. No ano de 2022, a fila de espera foi reduzida em 79,46%, totalizando 9.242 pacientes atendidos.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A Assistência Farmacêutica engloba ações relacionadas aos medicamentos do Componente Especializado, do Estratégico e do Básico, visando promover e recuperar a saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Em Santa Catarina, as ações do Componente Especializado são descentralizadas, ocorrendo dispensação de medicamentos nos 295 municípios, o que permite um melhor acompanhamento e mais proximidade e agilidade entre o serviço e seus cidadãos. São 17 Unidades Descentralizadas de Assistência Farmacêutica (UDAFs), localizadas nas Gerências Regionais de Saúde, que tiveram um incremento de profissionais, dando mais agilidade ao serviço. Além disso, foi publicado o Protocolo Estadual de Hipertensão Arterial Pulmonar, possibilitando à população catarinense o acesso a um elenco maior de medicamentos para o tratamento da hipertensão arterial pulmonar, por meio do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF).

Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF)



Fonte: Diretoria de Assistência Farmacêutica – DIAF/SES (12/2022)

PROGRAMA GENTE CATARINA

A SES participa do Programa Gente Catarina com ações de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde nos 61 municípios estaduais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Foram realizadas visitas técnicas nos municípios para realização do diagnóstico de capacidade instalada de infraestrutura, recursos humanos, processo de gestão clínica e financeira. Também foram contratados 5 bolsistas, 14 servidores para atuar nas Gerências Regionais de Saúde e 10 servidores para a Diretoria de Atenção Primária à Saúde, fortalecendo as ações desenvolvidas no Programa.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TOXICOLÓGICA

O Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIATox/SC) é o serviço de referência no Estado na área da toxicologia clínica. Atende em regime de plantão permanente, presencial e através de ligação gratuita (0800-6435252), prestando orientação aos profissionais de saúde, da rede hospitalar e ambulatorial, e à população em geral para diagnóstico, tratamento, primeiros socorros e prevenção das intoxicações e envenenamentos. Foram realizados teleatendimentos em 276 municípios de Santa Catarina e 55 atividades de educação para a comunidade ou para profissionais da saúde. Em 2022, foram realizados 20.751 atendimentos, com aumento de 6,5% em relação aos atendimentos do mesmo período de 2021 (19.482).

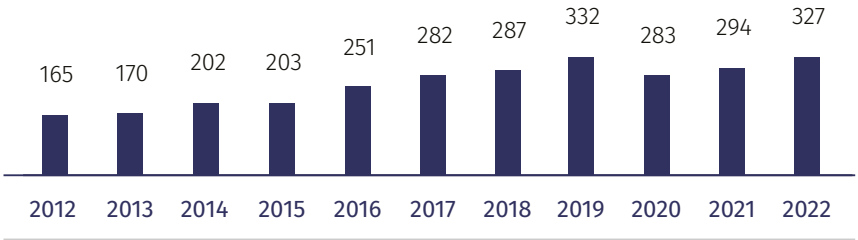
TRANSPLANTES EM SANTA CATARINA



Foto: Ricardo Wolffenbüttel (SECOM)

Santa Catarina se mantém em destaque nacional como um dos estados que mais se destaca na doação de órgãos, retomando gradualmente os melhores resultados tanto no número de doadores como no quantitativo de transplantes realizados antes da pandemia de Covid-19, resultados estes alavancados principalmente pelo investimento em capacitação e treinamento dos profissionais envolvidos no processo de doação e transplante. O sistema estadual de transplantes de Santa Catarina foi reconhecido pela Organização Nacional de Transplantes (ONT) da Espanha como referência para o Brasil e para a América Latina, o que é uma enorme conquista para os catarinenses. A estrutura espanhola tem sido por quase três décadas o modelo mais bem-sucedido de coordenação de transplantes do mundo e tem influência central nas políticas de transplantes da OMS.

Doadores Efetivos (pacientes em morte encefálica)

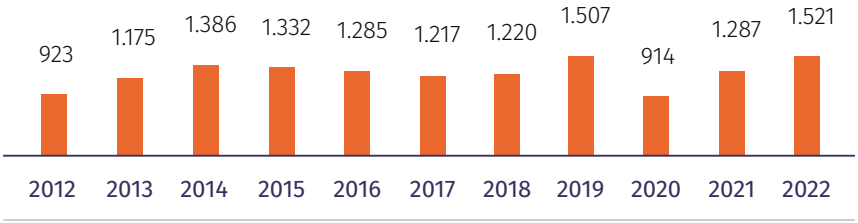


Fonte: Gerência de Transplantes – GETRA/SES (12/2022)

Em 2022, foram 327 doações efetivas de múltiplos órgãos, atingindo o índice de 44,6 doadores por milhão de habitantes de Santa Catarina.

Número de Transplantes Realizados em SC

O número de transplantes realizados no Estado também vem apresentando crescimento gradativo, com 1.521 transplantes de órgãos e tecidos em 2022.



Fonte: Gerência de Transplantes – GETRA/SES (12/2022)

CORONAVÍRUS EM SANTA CATARINA

Desde o início da pandemia de Covid-19 foram registrados 1.960.808 casos, com 22.614 óbitos confirmados. No ano de 2022 houve redução de 6,26% dos casos confirmados e 83,88% dos óbitos na comparação com 2021. No tocante à vacinação contra a Covid-19, até o final de 2022, 93,92% da população vacinável receberam a primeira dose, e 89,35% completaram o esquema primário (2ª dose ou dose única). Já receberam a primeira dose de reforço 82,04% da população acima de 60 anos e 55,40% da população acima de 12 anos.

CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE

Foram registrados 83.275 casos de dengue em 143 municípios de Santa Catarina, sendo que 77 atingiram o nível de epidemia, ou seja, registraram mais de 300 casos a cada 100 mil habitantes. Em 3 de junho de 2022, o Decreto nº 1.975 estabeleceu a situação de emergência de saúde pública em todo o território catarinense em decorrência da dengue. Entre as semanas epidemiológicas 12 a 20 (20 de março a 21 de maio) foram registrados os maiores números de casos de dengue no Estado, totalizando 62.740 casos, o que representa 75,3% dos casos confirmados. Até 31/12/2022 foram confirmados 90 óbitos.

Ações desenvolvidas contra a dengue
• Monitoramento dos casos notificados e focos do *Aedes aegypti* contando com uma equipe no nível central e nas 17 Gerências Regionais de Saúde
• Aplicação de inseticida para o controle da transmissão
• Apoio técnico fornecido para as 295 Secretarias Municipais de Saúde
• Repasse de recursos financeiros, totalizando R$ 10,34 milhões em custeio e investimento para as ações de vigilância, prevenção e atenção à saúde, destinados ao enfrentamento da epidemia de dengue

MONKEYPOX EM SANTA CATARINA

Casos de Monkeypox (vírus da varíola dos macacos)



Fonte: Redcap e Esus Sinan (12/2022)

Foi elaborado o Plano de Contingência Estadual, voltado aos profissionais e gestores de saúde, contendo informações estratégicas de vigilância, prevenção, contenção e controle, além de orientações assistenciais, epidemiológicas e laboratoriais úteis para a gestão da emergência em saúde pública.

CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM SANTA CATARINA

Em 2022, foi realizada uma ampla campanha de vacinação contra a poliomielite e multivacinação para a atualização da caderneta de vacina de crianças e adolescentes.

Campanhas de Vacinação:

Poliomielite

Objetivo: manter o País livre da poliomielite, alcançando cobertura vacinal igual ou maior que 95% em crianças maiores de 1 ano e menores de 5 anos de idade.

Multivacinação

Objetivo: atualizar a situação vacinal de crianças e adolescentes menores de 15 anos de idade, de forma a proteger a população contra as doenças imunopreveníveis.

Distribuição do percentual de municípios catarinenses com alcance da cobertura vacinal contra a poliomielite:

Cobertura Pólio	Nº de Municípios	% de Municípios
> 95%	181	61,3
75% a 94%	81	27,5
50% a 74%	31	10,5
< 50%	2	0,7
TOTAL	**295**	**100,0**

Fonte: Localiza SUS
Disponível em: http://localizasus.saude.gov.br (12/2022)

A vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, possui meta de 95% de cobertura vacinal, alcançada pela última vez em 2019 (96,1%). Após meses de esforço combinado entre as esferas de gestão em saúde, a realização das campanhas publicitárias, bem como a distribuição das vacinas adquiridas pelo Ministério da Saúde e os insumos necessários, Santa Catarina alcançou 97,5% da meta em 2022 após dois anos consecutivos (2020 e 2021) com baixas coberturas vacinais (87,3%).

SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, visando atender as demandas sociais, executa suas atividades por meio das instituições que compõem o Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO): Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) e Polícia Científica de Santa Catarina (PCISC). A Segurança Pública apresentou os seguintes dados de desempenho em 2022:

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC)

- Servidores efetivos na atividade-fim: 8.722
- Servidores efetivos na atividade-meio: 967
- Número de unidades: 58

- Mandados de prisão cumpridos: 6.216
- Termos circunstanciados: 32.244
- Boletins confeccionados: 257.437
- Prisões em flagrante - Boletim de ocorrência/Prisão e Apreensão (BO/PA): 63.746



- Rondas: 78.274
- Policiamentos: 147.446
- Operações (Carnaval, Lei Seca, etc.): 156.449
- Fiscalizações (apenados/protetivas): 9.396
- Veículos recuperados: 5.218
- Armas apreendidas: 1.570

- Roubos: 5.418
- Furtos: 38.692
- Crimes letais: 634

Fonte: BI-PMSC (até 14 de dezembro de 2022)/Agência de Inteligência da PMSC – ACI (Produção: ACI S205)

Número de Atendimentos em Outros Programas

32.100 Rede Catarina de Proteção à Mulher	**16.419** Visita Preventiva Escolar
20.056 Rede de Vizinhos	**922** Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)

Fonte: BI-PMSC (até 14 de dezembro de 2022)/Agência de Inteligência da PMSC – ACI (Produção: ACI S205)

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA (PCSC)



Fonte: PCSC

Outros Números de Destaque

POLÍCIA CIVIL POR ELAS

Dados do Programa PC por Elas

143 rodadas de conversa

4.132 mulheres participantes

47 municípios abrangidos pelo programa

150 palestras e congressos realizados



285 viaturas adquiridas em 2022,

totalizando 1.956 veículos na frota da Polícia Civil



Troca de armamento dos policiais civis de Santa Catarina:

3.749 pistolas Glock adquiridas

Fonte: PCSC

Plano Estratégico - 2022

Ações estratégicas executadas para a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos catarinenses					
Unificação dos plantões policiais em macrorregiões em todas as diretorias territoriais	Criação do Laboratório de Tecnologia Cibernética (CYBERLDEIC)	Substituição da plataforma de arma curta da PCSC para pistolas calibre 9mm e treinamento dos policiais	Modernização da Delegacia de Polícia Virtual	Criação do Centro de Apoio Operacional de combate aos crimes contra o agronegócio (CAOAGRO)	Conclusão do projeto de implantação das Delegacias de Combate à Corrupção em Santa Catarina, com aquisição de viaturas e acordo de cooperação técnica com a Controladoria-Geral da União

Fonte: PCSC

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA (CBMSC)



Alguns Destaques de Ocorrências

- Atendimentos pré-hospitalares: 97.090
- Ações preventivas: 1.732
- Salvamento, busca e resgate: 8.146
- Operações aéreas: 807
- Incêndios: 5.878

Operação Veraneio



Fonte: CBMSC

Outros Destaques da Área

Entrega de equipamentos	2 ônibus
	64 desencarceradores
	90 sistemas de radiocomunicação completos
	432 kits de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios
Treinamento e competições	Implementação do Programa de Instrução e Manutenção Diária (PIMD)
	Participação no Desafio Mundial de Resgate 2022 - World Rescue Challenge 2022 (WRC), em Luxemburgo, a única equipe a representar o Brasil na categoria Desencarceramento
	Participação da seletiva para o Campeonato Mundial Militar de Salvamento Aquático
	Realização do Campeonato Catarinense de Salvamento Aquático
	Realização de simulado em conjunto com outros órgãos de atendimento de emergência com vazamento de produto perigoso na marginal da BR-101, em Laguna
Eventos de aperfeiçoamento	Participação no 4º Encontro Nacional de Aviação de Segurança Pública (ENAVSEG) em Vitória, ES
	Participação na 6ª edição do Congresso Ibero-Latino-Americano em Segurança Contra Incêndio (CILASCI), em Belo Horizonte, MG
	Participação do VII Encontro Nacional das Bombeiras Militares (ENBOM)
Cursos	Participação no 2º Curso de Perícia em Incêndio Florestal realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso (CBMMT)
	Realização do Curso de Busca, Resgate e Salvamento com Cães (CBRESC) promovido pelo Ministério da Justiça em parceria com o Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, a LIGABOM
	Parceria na Pós-Graduação em Intervenções Assistidas por Animais, realizada pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus Xanxerê
Apoio a outros estados	Envio de bombeiros militares e cães para apoiar Pernambuco e o Rio de Janeiro nas ocorrências de chuvas
	Oficiais do Estado de São Paulo conheceram a estrutura do CBMSC

Fonte: CBMSC

POLÍCIA CIENTÍFICA DE SANTA CATARINA (PCISC)

A Polícia Científica de Santa Catarina é o órgão permanente de perícia oficial do Estado de Santa Catarina, responsável pela realização de perícias criminais, serviços de identificação civil e criminal, análises forenses e medicina legal.

Aumento do Efetivo Garante Atendimento Eficiente à População



Foto: Polícia Científica

Em 2022, o Estado ampliou o quadro funcional da Polícia Científica de Santa Catarina. Além dos 75 peritos criminais, oriundos do concurso realizado em 2017, o Poder Executivo nomeou mais 70 candidatos aprovados em concurso público para auxiliar médico-legal, lançado em 2021 e homologado em 2022. Completando as ações relacionadas ao aumento do efetivo, em setembro foi aberto o maior concurso público da história da perícia oficial catarinense.

São 196 vagas para o cargo de auxiliar criminalístico. O incremento de servidores vai garantir ainda mais qualidade e acessibilidade aos serviços prestados à população.

Renovação da Frota



Viaturas
Foto: Polícia Científica

Para garantir segurança e estrutura adequadas ao bom desempenho das atividades periciais, em 2022 a Polícia Científica renovou as viaturas de todas as suas unidades espalhadas pelo Estado. No total, foram adquiridas 92 viaturas caracterizadas, com investimentos na ordem de R$ 11,22 milhões.

Polícia Científica em Números



- 10 ações sociais desenvolvidas na confecção de carteiras de identidade de moradores de rua para identificação de pessoas desaparecidas.
- 11 novos postos para confeccionar carteiras de identidade, com localização em centros comerciais para facilitar o acesso da população.

A Polícia Científica conta com 284 postos de emissão de carteiras de identidade em todo o Estado, entre as quais estão unidades próprias e conveniadas
https://www.policiacientifica.sc.gov.br/postos-de-identificacao/

TURISMO

O Estado, por meio da Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Santur), promove, fiscaliza e coordena o planejamento e a implementação de políticas estaduais do turismo, e ainda executa ações para o setor turístico estadual voltadas ao desenvolvimento social, econômico e sustentável.

Em 2022, a Santur desempenhou suas atividades para transformar o turismo catarinense em excelência, fortalecendo a economia e gerando experiências positivas inesquecíveis. Além disso, buscou promover um cenário sistêmico e integrado de turismo, centrado nas pessoas e na estrutura, com entregas de excelência e sustentabilidade turística.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento do Turismo de Bem-estar de Santa Catarina

O diagnóstico e o plano de desenvolvimento visam contribuir com o planejamento de ações de estruturação do segmento e com o posicionamento dos produtos catarinenses de turismo de bem-estar nos mercados nacional e internacional. A contratação, através de pregão, garantiu uma economia de 50,2%, com um investimento de R$ 638,88 mil.

Bandeira Azul

Execução de estudo de viabilidade de implantação do Programa Bandeira Azul em 67 praias (21 municípios) do Estado de Santa Catarina. O Programa Bandeira Azul é um selo ambiental internacional concedido às praias que cumprem critérios relacionados à qualidade da água, educação ambiental, segurança e gestão ambiental.

Academia Braztoa



Oferta de 78 vagas para a participação das 13 regiões turísticas no curso "Experiências Incríveis" da Academia de Excelência Braztoa (Associação Brasileira das Operadoras de Turismo) com o objetivo de promover a qualificação dos gestores do turismo bem como incentivar a diversificação da oferta turística do Estado.

CADASTUR

Análises e procedimentos para homologação dos pedidos de registro no Cadastur. Houve um aumento de 30,3% nos cadastros regulares de prestadores de serviços turísticos (empresas) e guias de turismo na comparação com 2021, resultado de 4.406 análises entre deferimentos de cadastro inicial e deferimentos de renovação.

INCENTIVO À INOVAÇÃO NO TURISMO

Programa INOVATUR

O INOVATUR incentiva projetos inovadores no setor de turismo em Santa Catarina, sendo o primeiro programa de inovação do turismo no Brasil.

Em março e abril de 2022 foi finalizada a 2ª edição do Programa Inovatur, com a realização das Rodadas de Negócios Regionais em Lages, Chapecó, Videira, Joinville e Balneário Camboriú, e com o Demoday, em Balneário Camboriú. O Demoday reuniu startups e representantes do trade turístico do Estado para a apresentação dos pitchs de soluções para o mercado.

Já em abril de 2022 foi lançada a 3ª edição do Inovatur, em Florianópolis. Em julho, houve a apresentação das propostas selecionadas ao trade. O programa investiu mais de R$ 1 milhão em 11 projetos selecionados em 2022.

Hub de Inovação em Turismo

Projeto contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no âmbito da Cooperação Técnica entre o BID e o Estado de Santa Catarina (BR-T1456) decorrente da participação da Santur, por meio do Programa INOVATUR, no Desafio Turistech Brasil 2021. O projeto foi redesenhado de "Laboratório de Inovação" a "Hub de Inovação do Turismo Catarinense", cujo foco é o fortalecimento do ecossistema por meio de oferecimento de programas customizados para o turismo, complementando e conectando os esforços dos demais atores do ecossistema.

Início: março de 2022

Término: dezembro de 2022

Investimento pelo BID: US$ 20.000,00

Estudo da Demanda Turística de Santa Catarina

Estudo contratado com o objetivo principal de mensurar, qualificar e traçar o perfil dos visitantes, bem como avaliar a qualidade dos serviços, a infraestrutura e os hábitos de consumo dos visitantes que circulam nas 13 regiões turísticas do Estado. Foram feitos o acompanhamento e a análise da execução da pesquisa mediante a entrega dos relatórios parciais (I, II e III) pela contratada.

Almanach

Plataforma de dados sobre o turismo catarinense. Ferramenta de inteligência turística (Business Intelligence) que reúne dados estratégicos do setor sobre os 295 municípios estaduais, visualizados em painéis personalizados e intuitivos acessíveis a todo público pela internet, e principalmente aos gestores. O formato de apresentação dos dados é pioneiro no Brasil, e a quantidade de dados sistematizados é referência para outros estados. Em agosto de 2022 foi entregue o Almanach 3 (terceira versão), que compreende 66 painéis e 26 fontes de dados. Para mais informações, acessar: www.santur.sc.gov.br/almanach.

PROJETOS E PARTICIPAÇÕES

Viaje+SC 2.0

O Portal Viaje+SC 2.0 tem como objetivo criar um ponto de acesso virtual único, estruturado e integrador de toda a informação do destino turístico de Santa Catarina, aumentando a presença on-line tanto de entidades do trade turístico do Estado quanto do potencial turista, através de uma interface interativa que também possibilite a criação de dados estratégicos para tomada de decisão.

Famtour para Agências de Viagens

Com objetivo de familiarizar e encantar o distribuidor do produto turístico, foram convidados agentes de viagem para visitar os destinos de Santa Catarina. Essa é uma estratégia que contribui para melhorar o turismo, já que se trata de uma eficiente forma de treinamento, no qual os agentes de viagens têm a oportunidade de conhecer os destinos bem como as suas ofertas técnicas e turísticas, possibilitando obter mais conhecimento e segurança na hora de indicá-los aos clientes. Como resultados do projeto, almeja-se o aumento das vendas dos produtos turísticos pelos participantes do Famtour e o incremento do relacionamento com os fornecedores (agentes e operadores), além de uma estratégia de marketing promocional para a potencialização da imagem positiva do produto turístico catarinense.

Participação em Eventos, Feiras e Roadshows

O objetivo foi levar a marca do Estado de Santa Catarina para outros estados do Brasil e para o mundo, fomentando assim o fluxo turístico e de negócios a toda a cadeia econômica do turismo estadual.

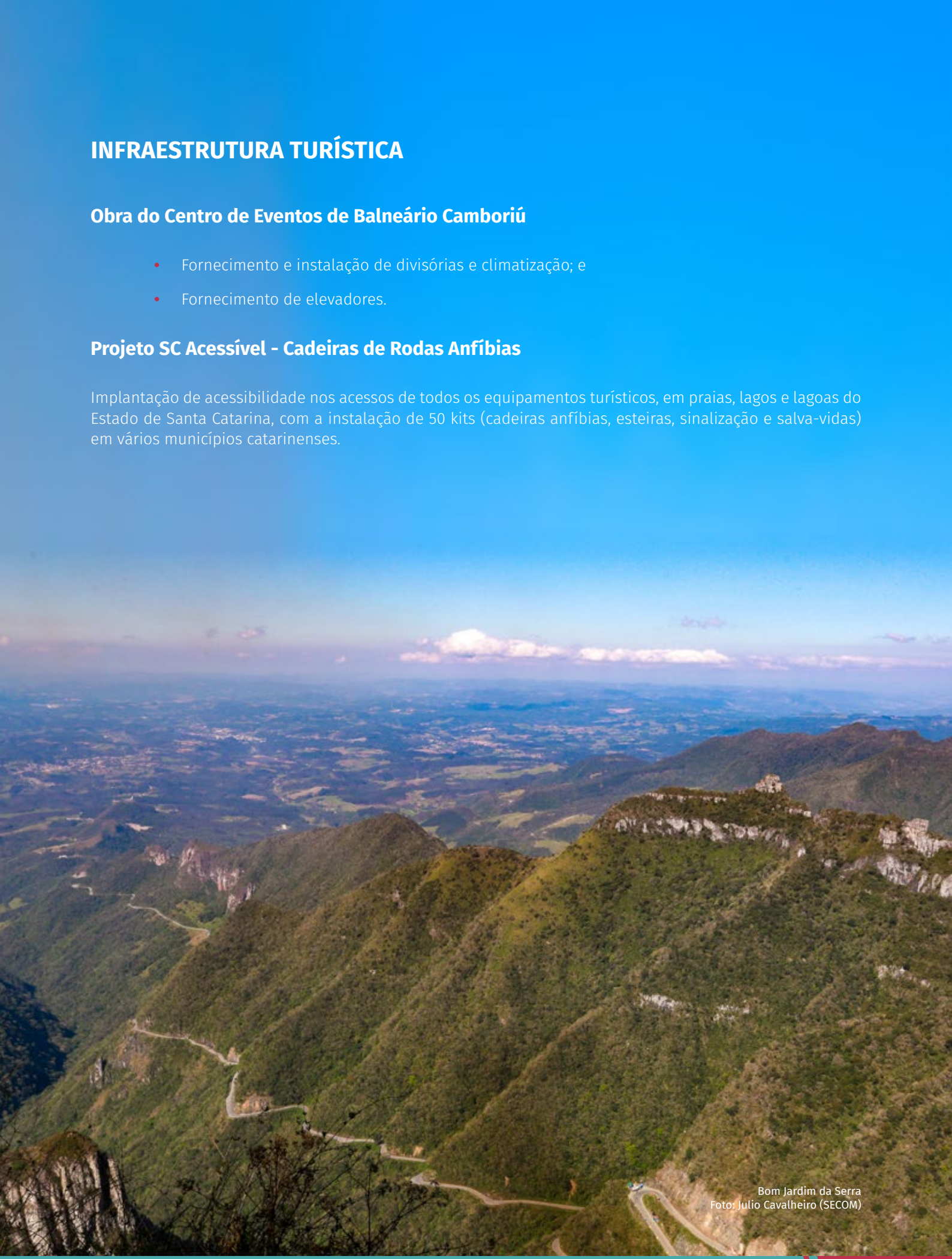
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

Obra do Centro de Eventos de Balneário Camboriú

- Fornecimento e instalação de divisórias e climatização; e
- Fornecimento de elevadores.

Projeto SC Acessível - Cadeiras de Rodas Anfíbias

Implantação de acessibilidade nos acessos de todos os equipamentos turísticos, em praias, lagos e lagoas do Estado de Santa Catarina, com a instalação de 50 kits (cadeiras anfíbias, esteiras, sinalização e salva-vidas) em vários municípios catarinenses.



Bom Jardim da Serra
Foto: Julio Cavalheiro (SECOM)



Barragem do Rio São Bento, em Siderópolis
Foto: André Otto Krautz



Gestão Orçamentária

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

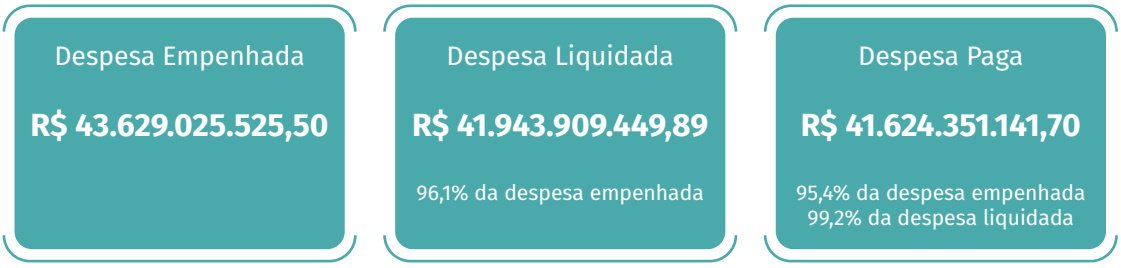
Este capítulo apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Governo de Santa Catarina durante o ano de 2022.

A arrecadação da receita bruta estadual atingiu o valor de R$ 58,96 bilhões em 2022. Esse valor, comparado ao do exercício anterior, representou um aumento de 23,3% em termos nominais. Já em termos reais, o aumento foi de 16,5%, considerando o valor atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que variou 5,79%[1] no período.

A partir da receita bruta devem ser descontados os valores das transferências obrigatórias aos municípios que estão previstas na Constituição Federal, os repasses ao Fundeb que vinculam os recursos à educação bem como as restituições de tributos estaduais pagas aos contribuintes. Dessa forma, chega-se ao valor da receita líquida, R$ 42,45 bilhões em 2022 (R$ 34,16 bilhões em 2021), montante que o Estado efetivamente poderá utilizar para pagar as despesas públicas.



O comportamento da despesa ao longo do exercício de 2022 refletiu a política orçamentária adotada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, cuja ênfase foi o aumento dos investimentos. A despesa total empenhada cresceu 29,3% em termos nominais e 22,2% em termos reais quando comparada ao ano de 2021.



1 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de janeiro a dezembro de 2022 foi de 5,784840%.

A diferença entre as receitas líquidas arrecadadas e as despesas reconhecidas no ano de 2022 gerou um resultado orçamentário deficitário de R$ 1,18 bilhão. Porém, é importante destacar que parte das despesas empenhadas foi custeada com recursos de superavits financeiros de exercícios anteriores, que constituíram as sobras de caixa de outros anos e financiaram as despesas de 2022.

Deficit Orçamentário

R$ 1.181.201.989,91

Despesas Custeadas com Superavits Financeiros

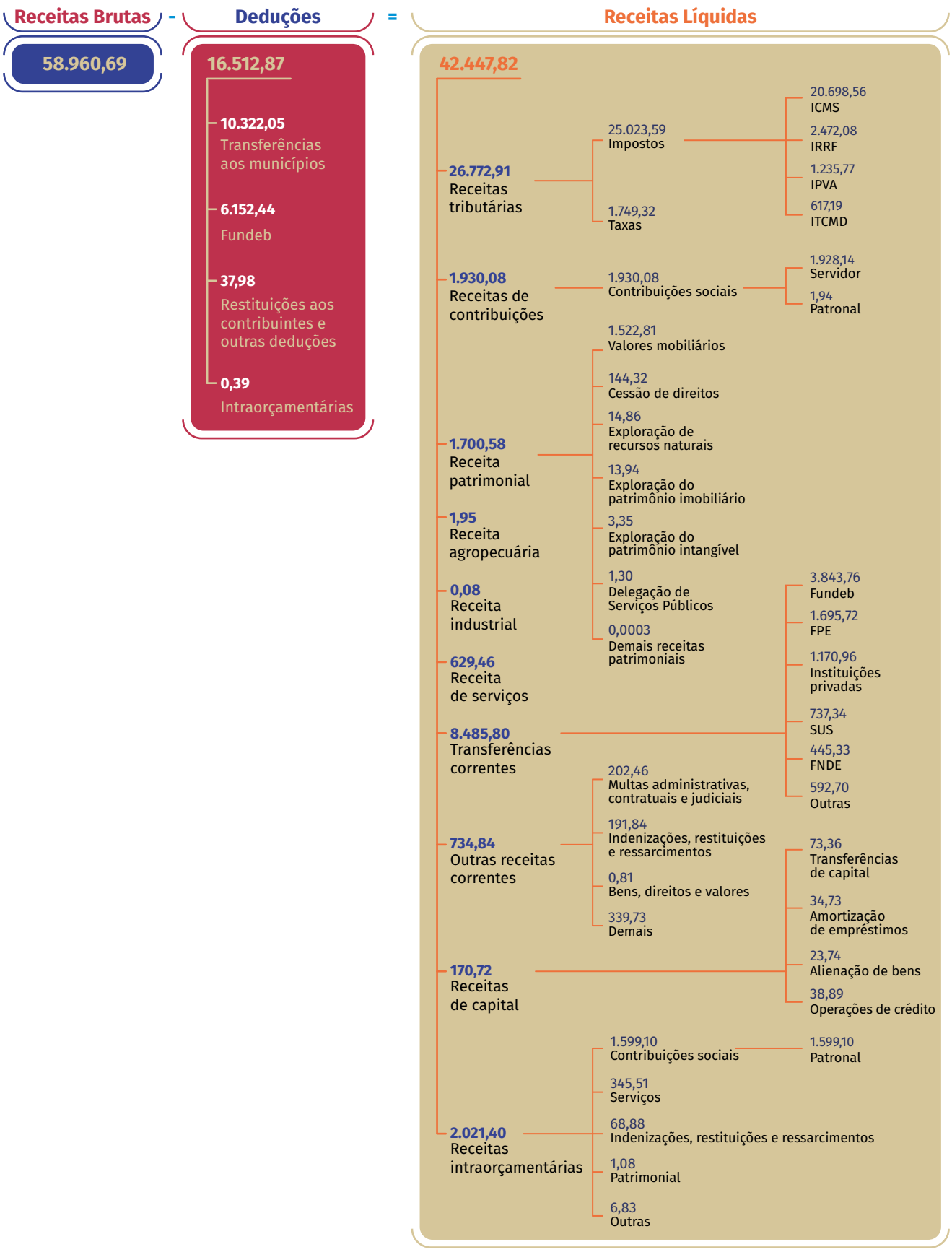
R$ 3.765.640.960,08

Na sequência, apresenta-se um resumo das principais origens dos recursos arrecadados por Santa Catarina em 2022 e de como foram aplicados. Salvo quando houver indicação de forma diversa, as informações foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), contemplando os dados consolidados da execução orçamentária das unidades gestoras do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado.



Foto: Adobe Stock

De Onde Vieram os Recursos Estaduais de 2022 (R$ milhões)



Onde Foram Aplicados os Recursos Estaduais em 2022 (R$ milhões)



PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Para execução das políticas públicas e disponibilização dos bens e serviços públicos à população catarinense, o Estado de Santa Catarina utilizou os instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição Federal: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que foram estruturados da seguinte forma:



Os valores totais da previsão das receitas e da fixação das despesas nas diversas áreas de atuação governamental na Lei Orçamentária do ano de 2022 foram os seguintes:



2 As metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias são apresentadas no capítulo Indicadores Fiscais deste Balanço.

RECEITAS

As receitas correspondem aos ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar as suas necessidades de investimentos públicos. Essas receitas são de origens diversas: recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos do Governo Federal e de outros entes, exploração do patrimônio estadual ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

A receita bruta de 2022 estimada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R$ 52,37 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A arrecadação bruta do ano foi de R$ 58,96 bilhões, superando o previsto na LOA em R$ 6,59 bilhões, 12,6% a mais do que o previsto.

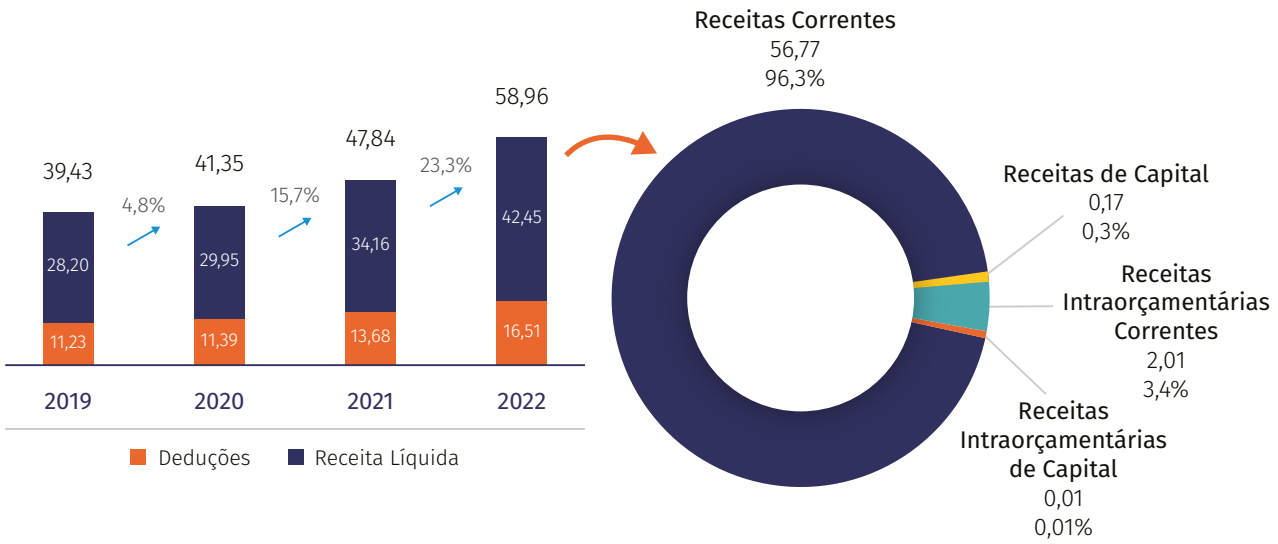
As deduções da receita arrecadada bruta, que compreendem as transferências constitucionais aos municípios, os repasses ao Fundeb e as restituições aos contribuintes, somaram R$ 16,51 bilhões em 2022.

A previsão da receita líquida, após as deduções da receita, era de R$ 37,10 bilhões. Porém, o valor da receita líquida arrecadada no ano foi de R$ 42,45 bilhões, atingindo 114,4% do previsto na LOA.

Receita Prevista X Receita Arrecadada em 2022 (R$ bilhões)

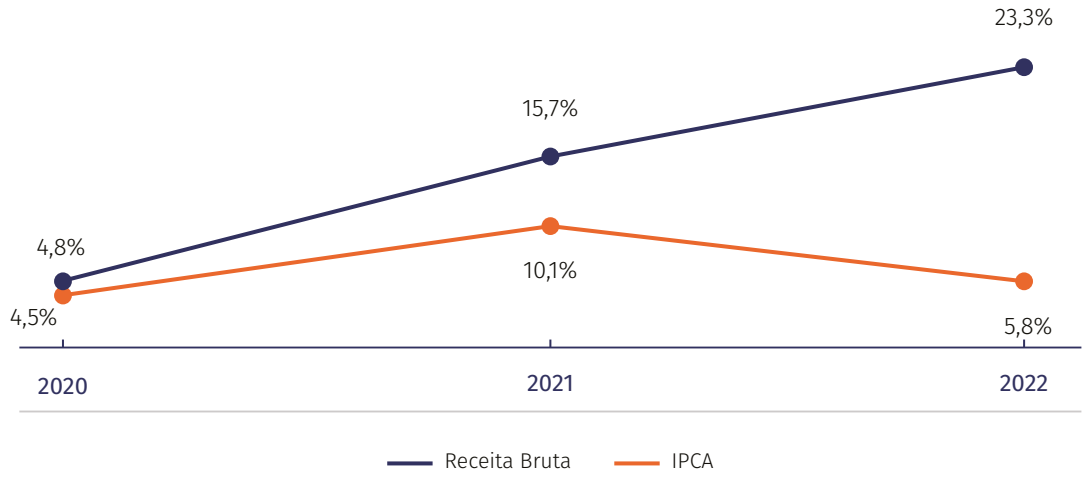
Descrição	Receita Prevista	Receita Arrecadada	% da Receita Arrecadada em Relação à Receita Prevista
RECEITA BRUTA	**52,37**	**58,96**	**112,6%**
Receitas Correntes	49,72	56,77	114,2%
Receitas de Capital	0,97	0,17	17,6%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1,67	2,01	120,5%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,01	0,01	68,0%
(-) Deduções	(15,27)	(16,51)	108,1%
RECEITA LÍQUIDA	**37,10**	**42,45**	**114,4%**

Receita Bruta (R$ bilhões)



A receita bruta apresentou um crescimento nominal de 23,3% em 2022, e a receita líquida um crescimento de 24,3%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 5,79% no período. Em termos reais, a receita bruta cresceu 16,5%, e a receita líquida 17,5%.

Variação da Receita Bruta x IPCA



A tabela seguinte apresenta o comparativo das receitas do exercício de 2022 com as de 2021 por categoria econômica e por origem.

Receita Arrecadada por Categoria Econômica e Origem (R$ milhões)

Receitas	2022			2021			Variação da Arrecadação Bruta
	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	
Receitas Correntes	**56.768,17**	**16.512,47**	**40.255,70**	**45.954,29**	**13.677,74**	**32.276,55**	**23,5%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	42.690,18	15.917,28	26.772,91	35.619,58	13.167,46	22.452,12	19,9%
Contribuições	1.936,67	6,59	1.930,08	1.200,87	4,48	1.196,39	61,3%
Receita Agropecuária	1,95	-	1,95	2,53	-	2,53	-22,9%
Receita de Serviços	629,52	0,05	629,46	585,61	0,55	585,06	7,5%
Receita Industrial	0,08	-	0,08	0,05	-	0,05	57,4%
Receita Patrimonial	1.704,82	4,24	1.700,58	483,62	7,10	476,52	252,5%
Transferências Correntes	9.062,28	576,48	8.485,80	7.570,71	493,97	7.076,74	19,7%
Outras Receitas Correntes	742,67	7,84	734,84	491,32	4,19	487,13	51,2%
Receitas de Capital	**170,72**	**-**	**170,72**	**161,88**	**0,21**	**161,66**	**5,5%**
Alienação de Bens	23,74	-	23,74	13,89	-	13,89	70,9%
Amortização de Empréstimos	34,73	-	34,73	28,29	0,01	28,27	22,8%
Operações de Crédito	38,89	-	38,89	-	-	-	-
Transferências de Capital	73,36	-	73,36	67,83	0,20	67,63	8,2%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	51,87	0,20	51,67	-100,0%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	**2.015,00**	**0,39**	**2.014,60**	**1.714,49**	**0,72**	**1.713,77**	**17,5%**
Receita de Contribuições	1.599,50	0,39	1.599,10	1.324,58	0,22	1.324,36	20,8%
Receita de Serviços	345,51	-	345,51	296,03	-	296,03	16,7%
Receita Patrimonial	1,08	-	1,08	1,10	-	1,10	-1,6%
Transferências Correntes	-	-	-	0,50	0,50	-	-100,0%
Outras Receitas Correntes	68,91	-	68,91	92,29	-	92,29	-25,3%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	**6,80**	**-**	**6,80**	**7,51**	**0,05**	**7,46**	**-9,5%**
Transferências de Capital	-	-	-	0,05	0,05	-	-100,0%
Outras Receitas de Capital	6,80	-	6,80	7,46	-	7,46	-8,8%
TOTAL	**58.960,69**	**16.512,87**	**42.447,82**	**47.838,17**	**13.678,72**	**34.159,45**	**23,3%**

A Receita Tributária representou 72,4% da Receita Bruta total de 2022

Do valor arrecadado, as receitas tributárias correspondem a 72,4% da receita bruta total, e as transferências correntes equivalem a 15,4%, sendo, portanto, as principais fontes de receitas do Estado.

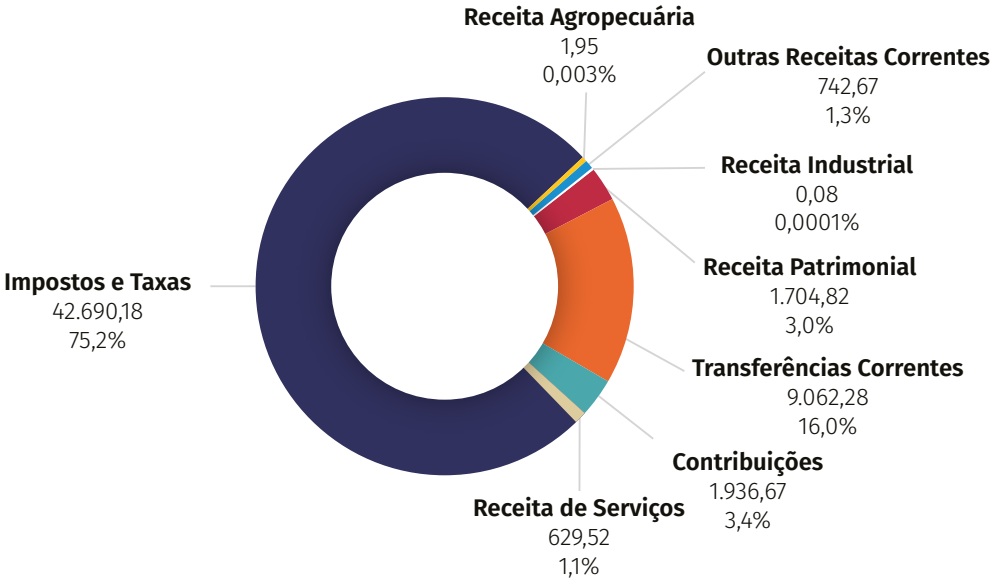
Receitas Correntes

As receitas correntes são aquelas arrecadadas dentro do exercício. Elas aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são utilizadas no financiamento dos objetivos definidos em programas e ações orçamentários, a fim de satisfazer as necessidades da população.

São consideradas receitas correntes as provenientes de: tributos de competência estadual; contribuições ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais; exploração do patrimônio estatal; exploração de atividades agropecuárias, industriais e de serviços; transferências de recursos do Governo Federal e de outras pessoas de direito público ou privado, destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes, chamadas de transferências correntes; e demais receitas, chamadas de outras receitas correntes, que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital.

Em 2022, a arrecadação bruta das receitas correntes de Santa Catarina foi de R$ 56,77 bilhões, o que corresponde a 96,3% do total das receitas estaduais.

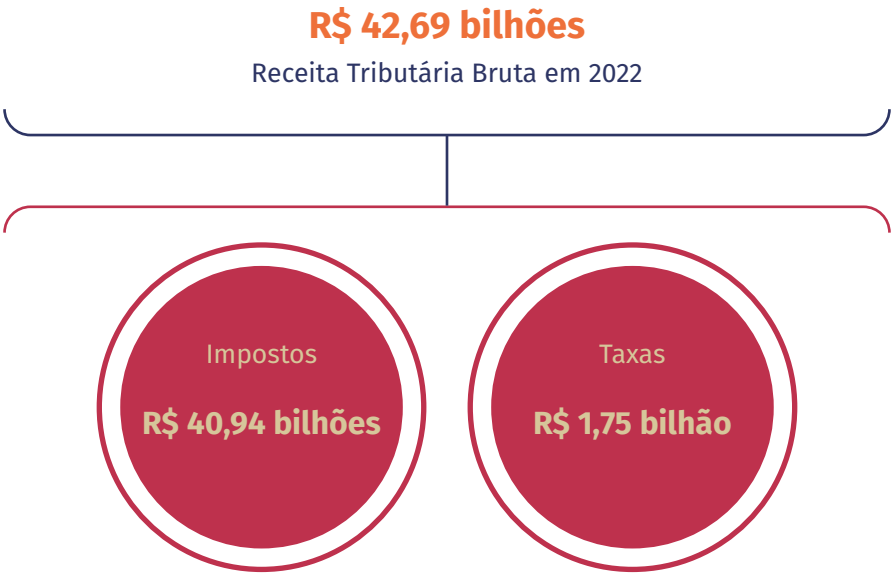
Composição das Receitas Correntes Brutas de 2022 (R$ milhões)



Na sequência, detalham-se as receitas tributárias e as transferências correntes, as quais configuram as principais origens de receitas correntes do Estado.

Receita Tributária

A maior arrecadação estadual é de origem tributária (72,4%), sendo composta por impostos (ICMS[3], IPVA[4], IRRF[5] e ITCMD[6]) e taxas.



Comparando-se a receita tributária bruta de 2022 com a de 2021 (R$ 35,62 bilhões), verifica-se um crescimento de 19,9%. Destaca-se aqui que a arrecadação do ICMS no exercício de 2022 foi impactada pela prorrogação do prazo de recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) referente aos meses de outubro e novembro de 2021 para janeiro e fevereiro de 2022, respectivamente. Conforme o Decreto nº 1.528/2021, o recolhimento no ano de 2022 foi facultado às refinarias de petróleo ou suas bases e às distribuidoras de energia elétrica. O valor total da postergação foi de R$ 1,44 bilhão.

Essa postergação amenizou, para o exercício de 2022, o grande impacto causado pela queda na arrecadação de ICMS de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, com base na Lei Complementar Federal nº 194/2022, que passou a considerar esses itens como bens e serviços essenciais.

Além da postergação do ICMS de 2021 para 2022, outros fatores contribuíram para esse aumento da receita, tais como o crescimento da atividade econômica, o aumento da inflação e a melhoria contínua da eficiência da administração tributária estadual. Esse conjunto de fatores impulsionou o crescimento da arrecadação tributária acima da inflação sem que houvesse a majoração da alíquota de tributos.

A melhoria contínua dos processos, a aplicação de inteligência e tecnologia na fiscalização, a inovação na gestão, a automatização dos serviços e a modernização da legislação contribuíram para o crescimento da arrecadação, reduzindo a sonegação e promovendo a justiça fiscal.

Após todas as deduções da receita, a receita tributária líquida foi de R$ 26,77 bilhões em 2022.

---

3 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

4 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

5 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

6 Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

Composição da Receita Tributária, incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa (R$ milhões)

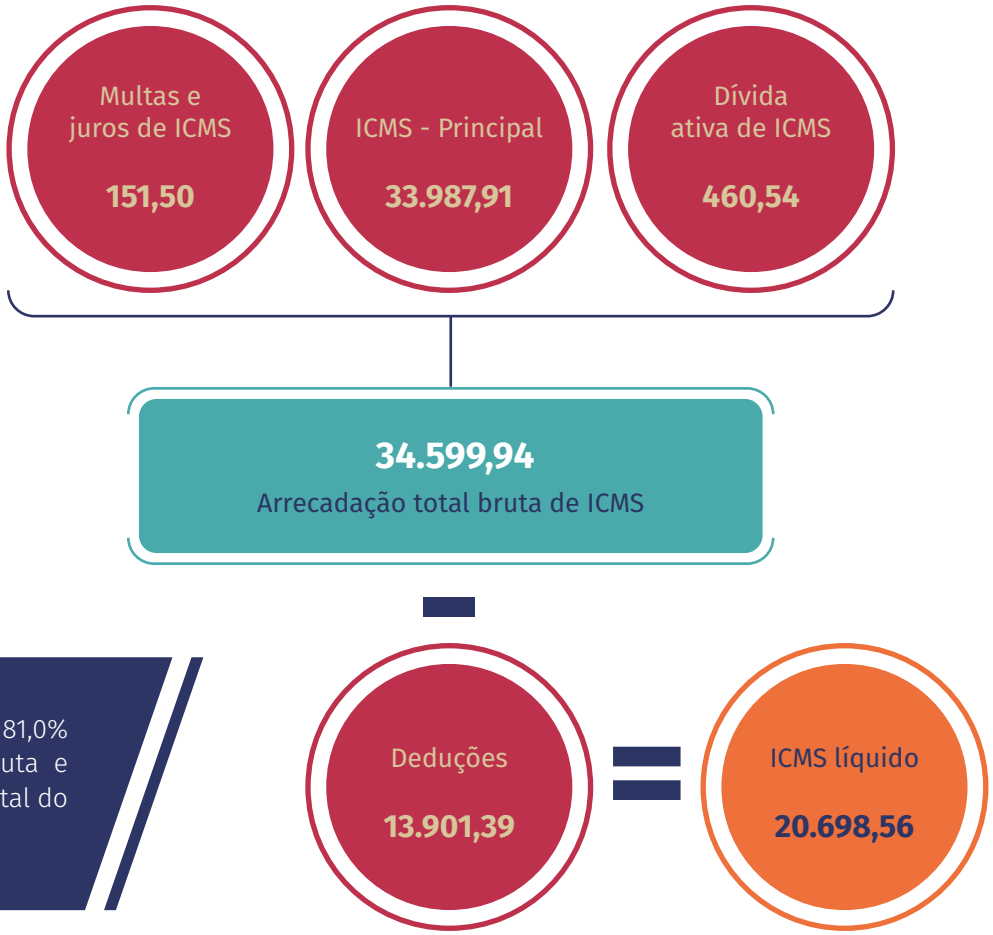
Receita Tributária	2022		2021		Variação da Receita Bruta 2022/2021	Variação da Receita Líquida 2022/2021
	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida		
Impostos	**40.937,00**	**25.023,59**	**33.954,37**	**20.790,04**	**20,6%**	**20,4%**
ICMS	34.599,94	20.698,56	29.054,76	17.411,59	19,1%	18,9%
IRRF	2.472,18	2.472,08	1.906,34	1.906,32	29,7%	29,7%
IPVA	3.090,71	1.235,77	2.301,99	920,34	34,3%	34,3%
ITCMD	774,17	617,19	691,28	551,79	12,0%	11,9%
Taxas	**1.753,19**	**1.749,32**	**1.665,21**	**1.662,08**	**5,3%**	**5,2%**
Exercício do Poder de Polícia	1.171,57	1.171,33	1.078,30	1.078,17	8,6%	8,6%
Prestação de Serviços	581,62	577,99	586,91	583,92	-0,9%	-1,0%
TOTAL	**42.690,18**	**26.772,91**	**35.619,58**	**22.452,12**	**19,9%**	**19,2%**

ICMS

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), somada à arrecadação com multas, juros e dívida ativa desse imposto, atingiu o montante de R$ 34,60 bilhões em 2022, o equivalente a 58,7% da receita bruta total.

Houve um incremento de R$ 5,55 bilhões na arrecadação bruta de ICMS (19,1%) na comparação com o ano de 2021. Considerando a inflação do período, o acréscimo real foi de R$ 3,86 bilhões (12,6%). Se descontada ainda a postergação do recolhimento do ICMS de 2021 para 2022, no valor total de R$ 1,44 bilhão, prevista pelo Decreto nº 1.528/2021, o valor do ICMS efetivamente arrecadado em 2022 teria sido de R$ 33,2 bilhões, representando um acréscimo real de 2,8%.

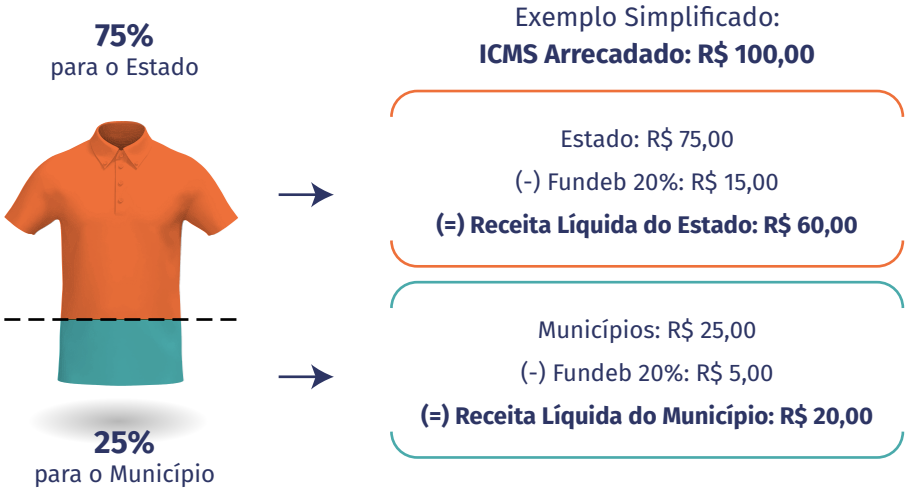
Arrecadação de ICMS em 2022 (R$ milhões)



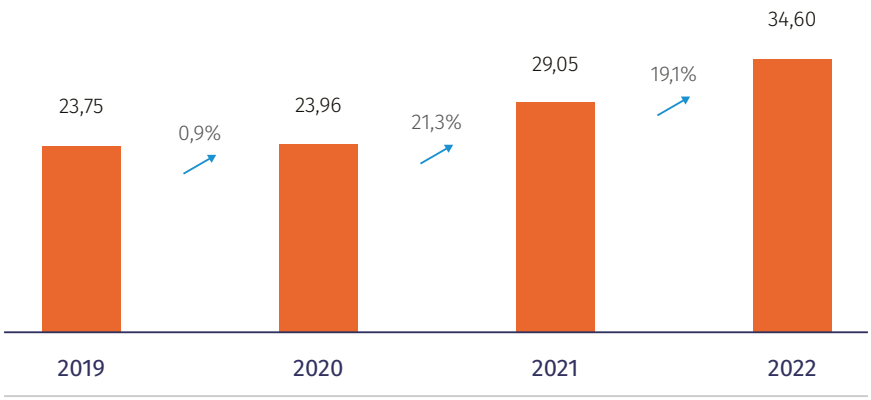
O ICMS representou 81,0% da receita tributária bruta e 58,7% da receita bruta total do Estado em 2022

Do valor total de ICMS arrecadado, 75% pertencem ao Estado e 25% pertencem aos municípios catarinenses. Do que compete a cada ente, 20% vão diretamente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que serve para redistribuição de recursos destinados à educação básica.

ICMS



Receita Bruta de ICMS (R$ bilhões)



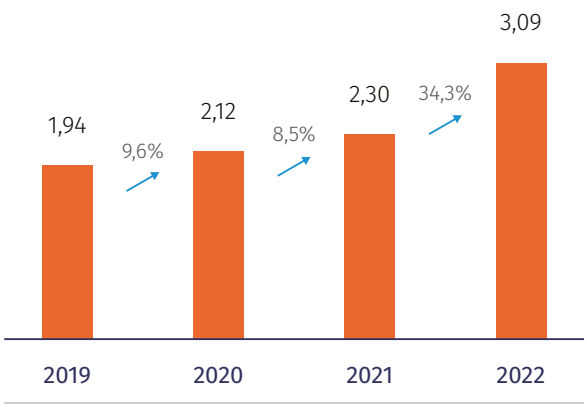
IPVA

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), instituído pela Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, foi o segundo imposto com a maior arrecadação bruta no ano de 2022 e totalizou R$ 3,09 bilhões. Quando comparada ao ano anterior, a receita de IPVA de Santa Catarina, considerando a arrecadação principal, multas, juros e dívida ativa, teve um acréscimo nominal de 34,3%.

O crescimento significativo da arrecadação do IPVA em 2022 ocorreu, principalmente, pela valorização dos veículos.

A alíquota do imposto no Estado varia entre 1% (veículos de duas ou três rodas) e 2% (carros e utilitários nacionais ou estrangeiros) do preço de mercado do veículo, que é apontado pela tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Receita Bruta de IPVA (R$ bilhões)



Do valor total arrecadado com IPVA, metade pertence ao Estado, e a outra metade pertence ao município onde o veículo está licenciado. Do valor que compete a cada ente, 20% vão diretamente para o Fundeb, que financia a educação básica.

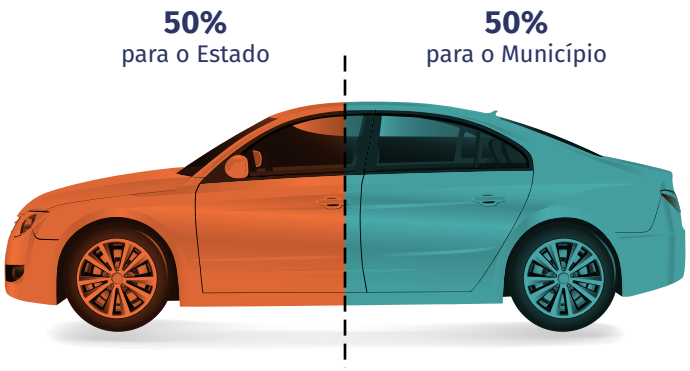
A alíquota do IPVA de Santa Catarina varia entre 1% e 2% do preço de mercado do veículo e é uma das mais baixas do País.

Ao final de 2022 a frota de veículos registrados no Estado era de 5.768.787 veículos:

Veículo	Quantidade
Automóvel	4.030.282
Motocicleta	1.207.688
Reboque	249.342
Caminhão	238.113
Ônibus	33.526
Motor-casa	5.703
Trator	3.714
Outros	419
Total	**5.768.787**

Fonte: https://www.detran.sc.gov.br/transparencia/estatisticas/historico-de-frota/

IPVA



Exemplo Simplificado:
IPVA Arrecadado: R$ 100,00

Estado: R$ 50,00
(-) Fundeb 20%: R$ 10,00
(=) Receita Líquida do Estado: R$ 40,00

Municípios: R$ 50,00
(-) Fundeb 20%: R$ 10,00
(=) Receita Líquida do Município: R$ 40,00

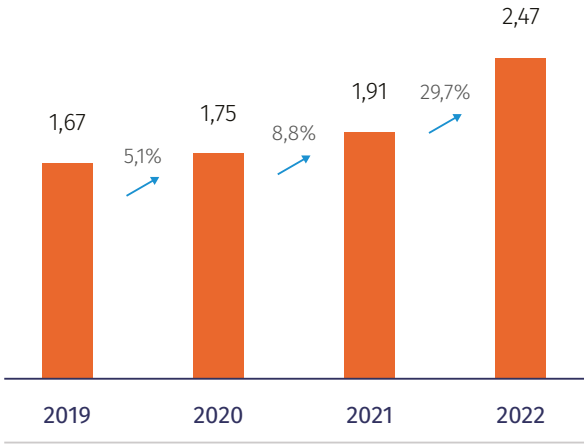
IRRF

O imposto de renda e os proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos pagos pelo Estado, suas autarquias e suas fundações são contabilizados como receitas tributárias, conforme previsto no art. 157, inciso I, da Constituição Federal.

Assim, a arrecadação bruta do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em 2022 foi de R$ 2,47 bilhões. Do total, R$ 2,44 bilhões referem-se ao IRRF sobre rendimentos salariais retidos na fonte, e R$ 32,78 milhões provêm de retenções sobre serviços prestados.

Receita Bruta de Imposto de Renda (R$ bilhões)

A receita de IRRF representou 4,2% da receita bruta total de 2022



O maior crescimento da arrecadação de IRRF em 2022 (29,7%) se deve ao aumento da folha de pagamento no ano e à incidência do imposto diretamente sobre a remuneração dos servidores.

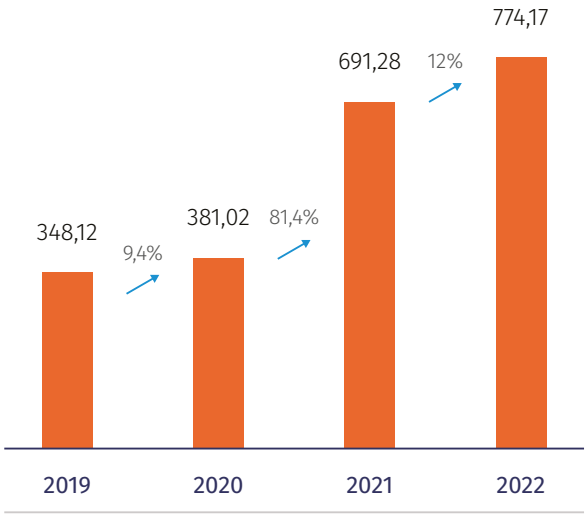
ITCMD

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações, herança ou diferença de partilha. No caso de bens imóveis (e respectivos direitos) o ITCMD é pago para Santa Catarina quando esses bens são situados no Estado. Já no caso de bens móveis, títulos, direitos e créditos, o imposto é pago quando o inventário ou arrolamento se processar aqui no Estado ou quando o doador ou o donatário (quem recebe a doação) tiver domicílio em Santa Catarina.

Para este imposto, a Lei nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, prevê alíquotas de 1% a 8% sobre a base de cálculo, sendo que doações de até R$ 2 mil são isentas. Em 2022, o ITCMD atingiu o montante de R$ 774,17 milhões de arrecadação bruta, incluídos nesse valor as multas, os juros e a cobrança de dívida ativa. O valor arrecadado nesse ano foi 12% superior a 2021.

A receita de ITCMD representou 1,3% da receita bruta total de 2022

Receita Bruta de ITCMD (R$ milhões)



Taxas

Em 2022, a arrecadação bruta com as taxas, considerando a cobrança também de multas, juros e dívida ativa, foi de R$ 1,75 bilhão (R$ 1,67 bilhão em 2021), o equivalente a 4,1% da receita tributária bruta e 3% da receita bruta total. Em relação ao ano de 2021, a arrecadação com taxas cresceu 5,3%.

As principais taxas da arrecadação estadual são provenientes do exercício do poder de polícia, como taxas de inspeção, controle e fiscalização, e da prestação de serviços públicos, como as taxas judiciárias.

Composição da Receita Bruta Arrecadada com Taxas em 2022 (R$ milhões)

Taxa	Valor	%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**1.171,57**	**66,8%**
Atos da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	1.038,43	59,2%
Selos de Fiscalização de Atos Registrais	59,54	3,4%
Taxa de Fiscalização Ambiental	25,27	1,4%
Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Saneamento Básico	9,25	0,5%
Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Gás Canalizado	10,09	0,6%
Taxa de Fiscalização do Transporte Intermunicipal de Passageiros	10,72	0,6%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária – Animal	4,05	0,2%
Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	14,21	0,8%
Taxas pela Prestação de Serviços	**581,62**	**33,2%**
Taxas Judiciais	305,32	17,4%
Taxas Extrajudiciais	177,04	10,1%
Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental	34,11	1,9%
Taxa de Registro de Contrato de Veículo	59,94	3,4%
Outras Taxas de Prestação de Serviços	5,20	0,3%
TOTAL	**1.753,19**	**100,0%**

Em 2022, as taxas representaram 3% da receita bruta estadual

Transferências Correntes

As transferências correntes[7] brutas representaram 15,4% da receita bruta de 2022, totalizando R$ 9,06 bilhões.

As transferências correntes da União representaram 44,3% do valor total recebido a título de transferências correntes, o que resultou em R$ 4,01 bilhões. Esse valor foi 16% maior do que o valor bruto recebido em 2021 (R$ 3,46 bilhões).

Entre as transferências correntes da União que tiveram acréscimo em 2022 destaca-se a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE (33%), que é a transferência corrente mais significativa recebida por Santa Catarina. O aumento do FPE se deu em razão do crescimento da receita da União, uma vez que ele é calculado com base na arrecadação do Governo Federal com o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e o Imposto sobre Produtos Industrializados. Além da cota-parte do FPE, verificou-se um acréscimo na Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais (400,3%), na Transferência para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (25,9%) e na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE (56,4%).

Entre as transferências correntes da União que diminuíram em 2022 destacam-se as receitas de convênios (-24,7%), a cota-parte do IPI (-17%), as Transferências do SUS (-6,8%) e outras transferências, onde estão inseridas as transferências recebidas desde 2021 em virtude da aplicação da Lei Complementar Federal nº 176/2020, como medida para compensar as perdas da Lei Kandir. Em 2022, o valor recebido foi de R$ 64,73 milhões (R$ 177,20 milhões em 2021).

Outro montante representativo das transferências correntes provém do Fundeb, que totalizou R$ 3,84 bilhões. Esse valor representa o retorno que Santa Catarina recebeu para aplicação na rede estadual de ensino e ficou acima em 22,1% do valor recebido em 2021 (R$ 3,15 bilhões) em função do aumento da arrecadação estadual.

Quanto às transferências correntes de instituições privadas, no total de R$ 1,17 bilhão, 66,5% (R$ 779 milhões) referem-se às receitas do Fundo Social e 24,7% (R$ 289,44 milhões) são provenientes do Fundo de Manutenção do Ensino Superior.

7 As transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

Transferências Correntes (R$ milhões)

Transferências Correntes	2022		2021		Variação Bruta 2022/2021
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido	
INTERGOVERNAMENTAIS	**7.891,07**	**7.314,67**	**6.615,16**	**6.123,07**	**19,3%**
União	**4.011,31**	**3.434,92**	**3.458,42**	**2.966,33**	**16,0%**
Cota-parte FPE	2.119,65	1.695,72	1.593,43	1.274,75	33,0%
Cota-parte IPI	341,33	204,80	411,32	246,79	-17,0%
Cota-parte CIDE	25,88	19,41	16,55	12,41	56,4%
Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais	136,64	136,64	27,31	25,67	400,3%
Transferências de Recursos – Sistema Único de Saúde (SUS)	740,96	737,34	795,20	792,09	-6,8%
Transferências de Recursos – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	445,33	445,33	353,61	353,61	25,9%
Transferências de Recursos – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,20	0,20	0,18	0,18	11,6%
Transferências de Recursos – Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)	1,01	1,01	-	-	-
Convênios	33,86	33,85	44,98	44,98	-24,7%
Outras Transferências	166,46	160,63	215,84	215,84	-22,9%
Municípios	**35,67**	**35,67**	**7,88**	**7,88**	**352,6%**
Convênios – Municípios	35,58	35,58	7,27	7,27	389,3%
Outras Transferências – Municípios	0,09	0,09	0,61	0,61	-85,0%
Multigovernamentais	**3.844,08**	**3.844,08**	**3.148,86**	**3.148,86**	**22,1%**
Fundeb	3.843,76	3.843,76	3.148,83	3.148,83	22,1%
Outras Instituições Públicas	0,33	0,33	0,03	0,03	100,0%
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	**1.171,04**	**1.170,96**	**955,42**	**953,55**	**22,6%**
PESSOAS FÍSICAS	**0,17**	**0,17**	**0,13**	**0,13**	**32,5%**
INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**0,50**	**-**	**-100,0%**
TOTAL	**9.062,28**	**8.485,80**	**7.571,21**	**7.076,74**	**19,7%**

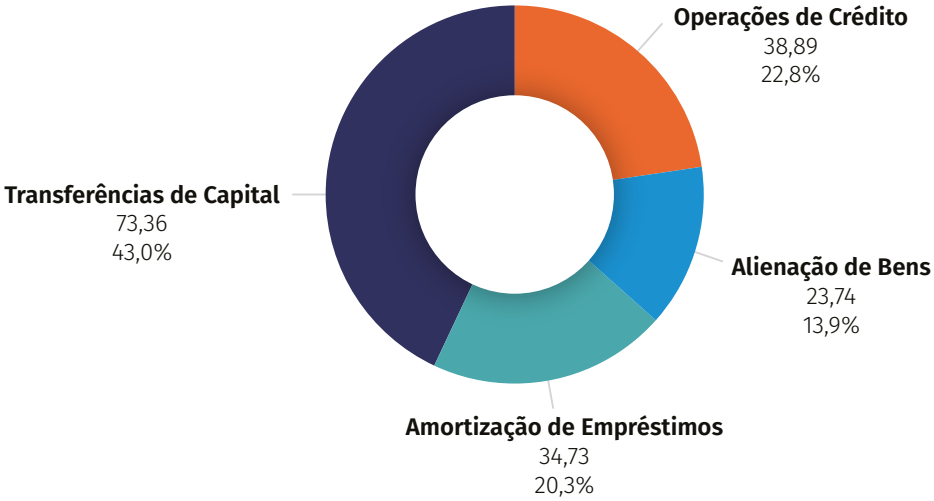
Do valor total recebido das transferências correntes (FPE, CIDE, IPI e ICMS – desoneração), uma parte (R$ 566,93 milhões) é destinada aos municípios e ao Fundeb.

Receitas de Capital

As receitas orçamentárias de capital totalizaram R$ 170,72 milhões em 2022, representando 0,3% do total da receita bruta realizada pelo Estado (R$ 58,96 bilhões).

As receitas decorrentes de transferências de capital (R$ 73,36 milhões), de operações de crédito no mercado interno (R$ 38,89 milhões), de amortização de empréstimos concedidos (R$ 34,73 milhões) e de alienação de bens (R$ 23,74 milhões) foram as origens das receitas de capital em 2022.

Receita Bruta de Capital por Origem (R$ milhões)

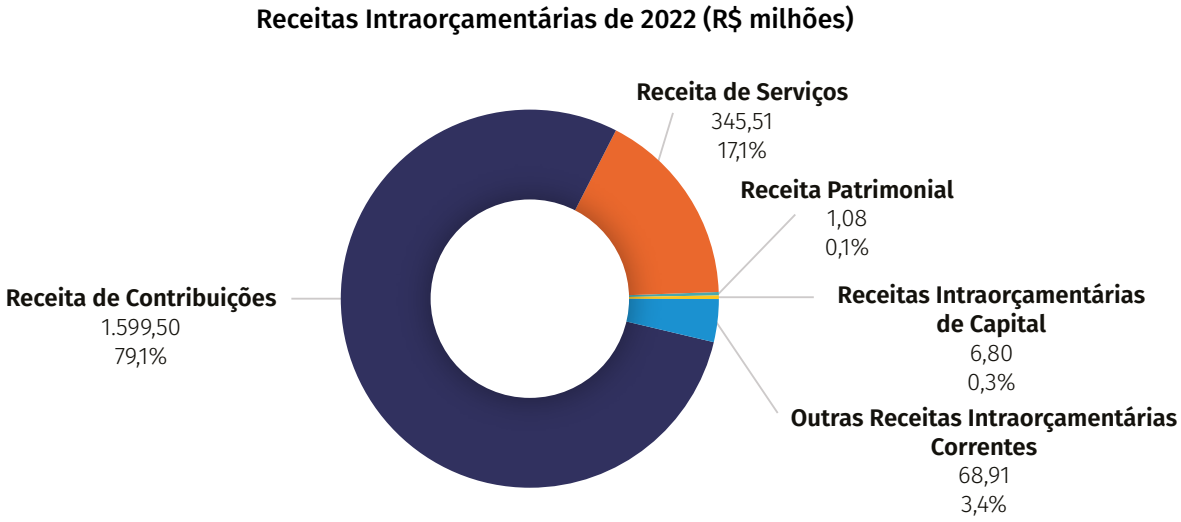


Receitas Intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias são aquelas que resultam do pagamento de despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, ou seja, no âmbito da mesma esfera de governo. Decorrem da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos.

Em 2022, as receitas intraorçamentárias somaram R$ 2,02 bilhões, representando 3,4% da receita bruta total. A parte mais representativa delas (79,1%) refere-se à receita proveniente de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público civil ativo, no valor de R$ 1,60 bilhão. As receitas de serviços totalizaram R$ 345,51 milhões e agregam as receitas decorrentes da contribuição dos servidores públicos destinadas ao custeio da assistência à saúde suplementar do servidor. Outras receitas também foram registradas nas receitas intraorçamentárias correntes, como indenizações, restituições e ressarcimentos, assim como receitas patrimoniais.

As receitas intraorçamentárias de capital de 2022 totalizaram R$ 6,80 milhões e referem-se à integralização de capital social da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).



Participação dos Poderes e Órgãos nas Receitas do Estado

Antes de adentrar na análise das despesas públicas, destaca-se que parte da receita arrecadada pelo Poder Executivo deve ser repassada aos Poderes e Órgãos autônomos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estadual – Lei nº 18.170/2021 – estabeleceu limites percentuais para a fixação de despesas em relação à Receita Líquida Disponível (RLD)[8] para a elaboração e execução do orçamento de 2022 dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Além disso, o Poder Executivo também deve efetuar repasses em montante equivalente a 0,17% da RLD ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

O valor repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2022 totalizou R$ 5,80 bilhões com base na RLD apurada de dezembro de 2021 a novembro de 2022, valor 17,1% superior ao repassado em 2021. Além desse montante, foram repassados R$ 4,04 milhões previstos na Lei nº 17.053/2016 - Doações do Fundo Social, conforme o Processo UDESC nº 9550/2022.

8 A RLD é o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de: taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; transferências voluntárias ou doações recebidas; compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores; cota-parte do Salário-Educação; cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); e cota-parte da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundeb.

Repasses da Receita Líquida Disponível aos Poderes e Órgãos (R$ milhões)

Entidade	Percentuais de distribuição da Receita Líquida Disponível	Repasse	
		2022	2021
Tribunal de Justiça	9,41%	2.476,12	2.114,90
Assembleia Legislativa	4,34%	1.142,01	975,42
Ministério Público	3,98%	1.047,28	894,51
Udesc	2,49%	655,21	559,63
Tribunal de Contas	1,66%	436,81	373,09
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%	44,73	38,21
TOTAL	**22,05%**	**5.802,16**	**4.955,74**

Fontes: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Lei nº 18.170/2021

DESPESAS

O valor total autorizado para a execução das despesas, em 2022, foi de R$ 47,05 bilhões, conforme as leis e os instrumentos que regem a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

Esse montante é composto pela despesa fixada inicialmente na LOA, no total de R$ 37,10 bilhões, acrescidos dos créditos adicionais[9] ao orçamento, no valor de R$ 9,95 bilhões.

Despesa Autorizada x Despesa Executada em 2022 (R$ milhões)

Despesas	Fixada a	Créditos Adicionais b	Autorizada c = (a+b)	Execução d	% Executado d/c	% Composição da Despesa Total Executada
Correntes	**31.866,48**	**5.876,10**	**37.742,58**	**36.197,84**	**95,9%**	**83,0%**
Pessoal e Encargos Sociais	21.012,88	2.990,84	24.003,72	23.721,65	98,8%	54,4%
Juros e Encargos da Dívida	1.215,73	(183,98)	1.031,76	1.018,82	98,7%	2,3%
Outras Despesas Correntes	9.637,87	3.069,23	12.707,10	11.457,38	90,2%	26,3%
Capital	**5.232,69**	**4.079,61**	**9.312,30**	**7.431,18**	**79,8%**	**17,0%**
Investimentos	3.995,94	3.333,35	7.329,28	5.474,72	74,7%	12,5%
Inversões Financeiras	274,36	140,17	414,53	402,03	97,0%	0,9%
Amortização da Dívida	962,39	606,10	1.568,49	1.554,44	99,1%	3,6%
Reserva de Contingência	**1,00**	**(1,00)**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**37.100,17**	**9.954,71**	**47.054,88**	**43.629,03**	**92,7%**	**100,0%**

Do montante das despesas autorizadas no orçamento de Santa Catarina, foram executados 92,7%, o que equivale a R$ 43,63 bilhões. Desse valor, o Poder Executivo aplicou R$ 37,80 bilhões (86,6%) entre as diversas áreas de atuação, como saúde, educação, segurança pública e outras. Os demais Poderes e o Ministério Público aplicaram R$ 5,83 bilhões (13,4% do total das despesas).

9 Os créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses créditos podem ser:

I – suplementares: constituem o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;

II – especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou

III – extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:

I – superavit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;

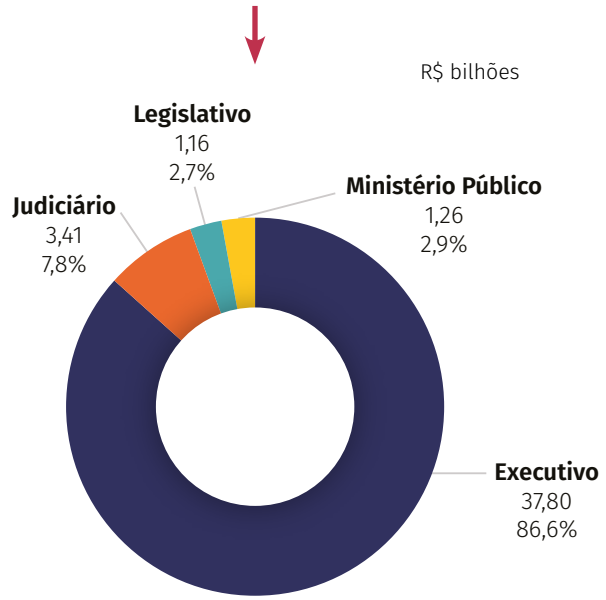
II – excesso de arrecadação;

III – operações de crédito; ou

IV – anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

Despesas por Poder e Órgão Constitucional (R$ milhões)

Despesa	Executivo	Judiciário	Legislativo	Ministério Público
Pessoal e Encargos Sociais	19.361,27	2.562,46	855,33	942,58
Outras Despesas Correntes	10.127,37	791,08	273,46	265,47
Investimentos e Inversões Financeiras	5.737,14	57,49	31,18	50,94
Amortização e Encargos da Dívida	2.573,25	-	-	-
TOTAL	**37.799,04**	**3.411,03**	**1.159,97**	**1.258,99**



As despesas intraorçamentárias, que são despesas decorrentes de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, somaram R$ 2,05 bilhões em 2022, o equivalente a 4,7% das despesas de 2022. A parte mais representativa delas (79,7%) refere-se a despesas com pessoal e encargos sociais, que engloba a contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais.

Despesas Intraorçamentárias de 2022 (R$ milhões)

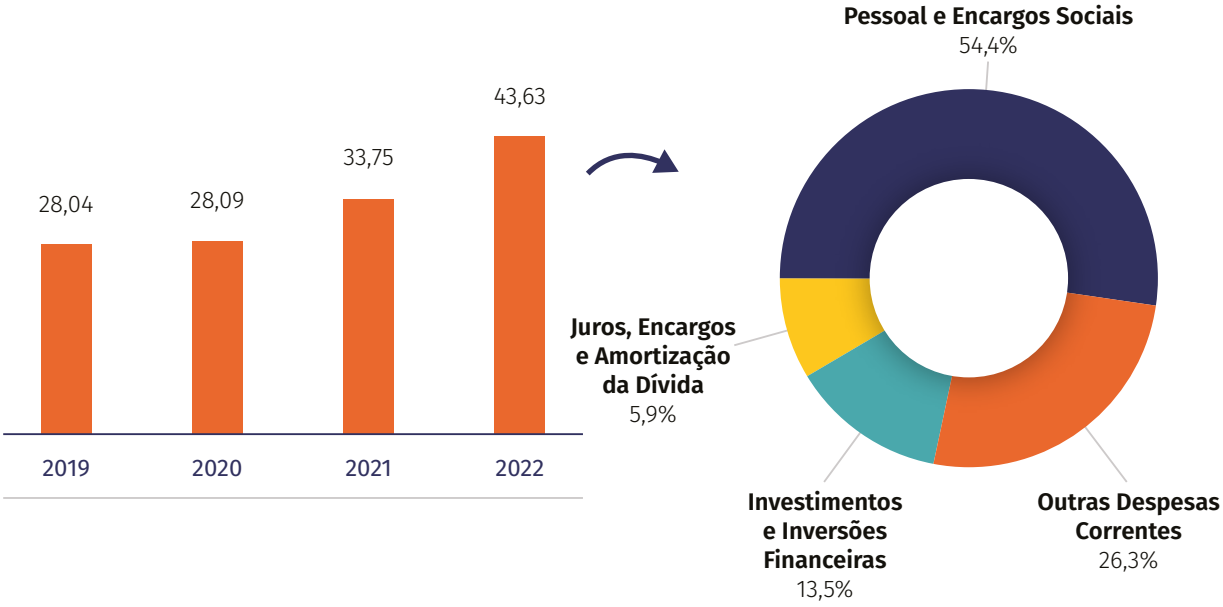
Despesa Intraorçamentária	Valor	Análise Vertical
Inversões Financeiras	6,80	0,3%
Investimentos	33,41	1,6%
Outras Despesas Correntes	375,74	18,4%
Pessoal e Encargos Sociais	1.630,73	79,7%
TOTAL	**2.046,68**	**100,0%**

Do total da despesa executada consolidada de 2022 (R$ 43,63 bilhões), R$ 23,72 bilhões (54,4%) referem-se a despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Foram destinados R$ 11,46 bilhões às despesas com o custeio e a manutenção dos serviços públicos (26,3% da despesa total), seja de forma direta ou por meio de transferências para outras instituições públicas e privadas.

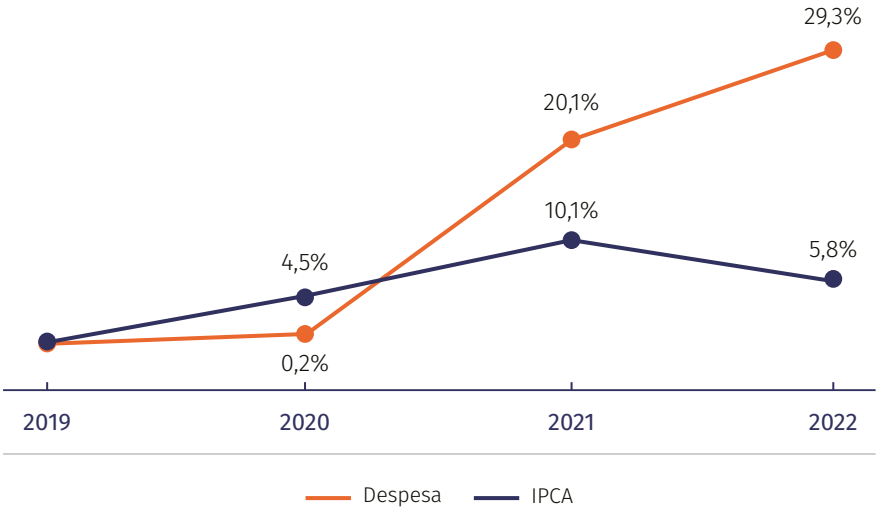
Os investimentos públicos[10] somaram R$ 5,88 bilhões e representaram 13,5% do total das despesas estaduais no ano. Os valores aplicados estão detalhados mais adiante em tópico específico.

O valor da despesa total com os serviços da dívida pública chegou a R$ 2,57 bilhões, sendo 60,4% referentes à amortização do valor principal e 39,6% referentes a juros e encargos de empréstimos tomados pelo Estado. Os serviços da dívida representaram 5,9% do total das despesas de Santa Catarina no ano.

Despesas Executadas (R$ bilhões)



Variação da Despesa x IPCA (%)



10 Corresponde à soma das despesas de investimentos e inversões financeiras.

Do total empenhado pelo Estado em 2022, R$ 4,41 bilhões foram transferidos para serem aplicados por outros entes e entidades, nas modalidades discriminadas na tabela a seguir. Os valores mais significativos destinaram-se aos municípios catarinenses (R$ 2,32 bilhões), por convênios e transferências, e a entidades sem fins lucrativos (R$ 1,71 bilhão), tais como hospitais, fundações, institutos, associações hospitalares, entre outras.

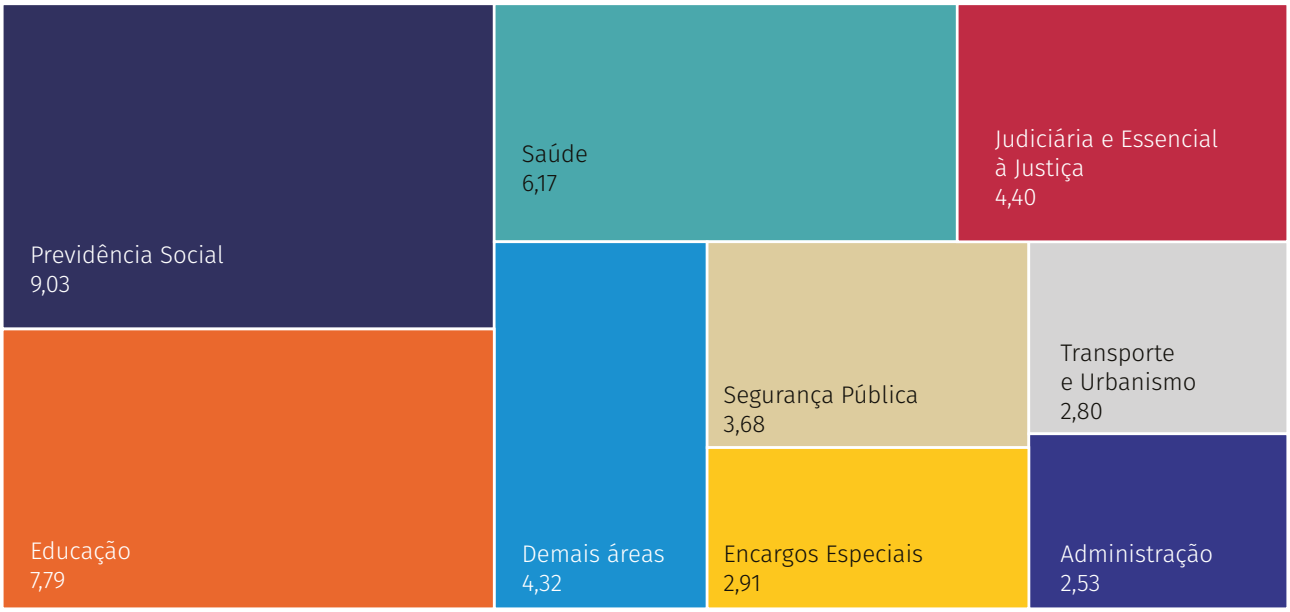
Transferências por Modalidade (R$ milhões)

Modalidade	2022	2021	Variação 2022/2021
20 - Transferências à União	0,25	0,34	-26,4%
40 - Transferências a Municípios	2.321,98	747,28	210,7%
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	279,61	236,31	18,3%
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.708,28	1.194,45	43,0%
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	90,22	25,29	256,8%
70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	7,00	-	-
TOTAL	**4.407,34**	**2.203,67**	**100,0%**

A análise seguinte, das despesas por função, apresenta quanto o Governo do Estado aplicou em suas áreas de atuação, como educação, saúde, segurança pública, entre outras, assim como na previdência social de seus servidores.

Despesa Executada por Área de Atuação Governamental

Despesa Total: R$ 43,63 bilhões



Pessoal e Encargos Sociais

Devido às atividades inerentes ao poder público relacionadas ao atendimento aos cidadãos em áreas como saúde, educação e segurança, a maior e mais significativa despesa do Estado é com pessoal[11]. Em 2022, esse valor representou 54,4% das despesas executadas, totalizando R$ 23,72 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 22,6% em relação a 2021, ano em que a Lei Complementar Federal nº 173/2020 proibia, entre outras despesas, a concessão de vantagens, aumentos, reajuste ou adequações de remuneração aos servidores e empregados públicos a partir da publicação da lei, em 2020, até 31/12/2021.

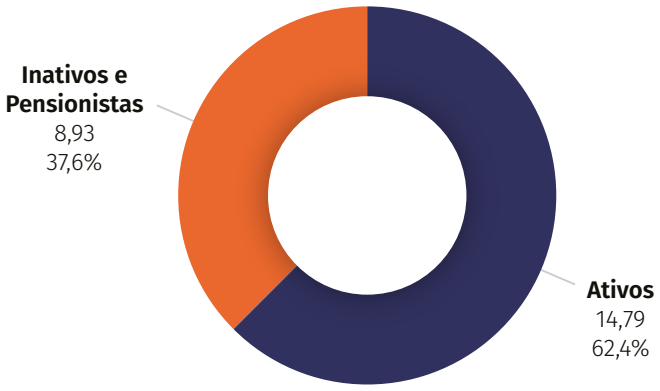
O servidor público é o elo entre o Governo e a população, tornando-se parte fundamental para a organização política do Estado e para a execução das políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico.

A qualidade da gestão pública passa pela capacitação e pela valorização daqueles que servem à sociedade nas diversas áreas de atuação, como educação, saúde, segurança pública, direitos da cidadania, agricultura, infraestrutura e mobilidade, judiciária, desenvolvimento social, arrecadação e controle dos recursos públicos, gestão administrativa, entre outras.

Os serviços públicos prestados de maneira eficiente e eficaz refletem positivamente na vida dos cidadãos e na visão que eles têm sobre a administração dos recursos arrecadados, aumentando a confiança na gestão pública.

Do valor das despesas com pessoal e encargos sociais executado em 2022, R$ 14,79 bilhões (62,4%) referem-se ao pessoal ativo, e R$ 8,93 bilhões (37,6%) ao pessoal inativo e aos pensionistas.

Despesas com Pessoal em 2022 (R$ bilhões)



A representatividade das despesas com pessoal inativo e pensionista nos gastos com pessoal e a elevada insuficiência financeira dos Regimes Previdenciários dos Servidores (RPPS) são preocupantes e têm causado grande impacto nas contas públicas de Santa Catarina e dos demais entes federativos.

Com o objetivo de amenizar o impacto financeiro a longo prazo, foi sancionada a Lei Complementar nº 773/2021, a qual trata da previdência dos servidores estaduais que integram o RPPS. As alterações visam o equilíbrio financeiro do regime e adequam as regras de concessão de benefícios previdenciários ao aumento

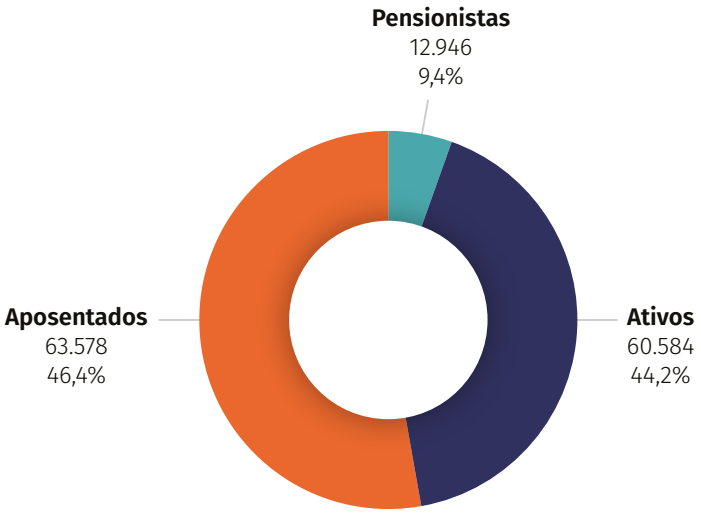
11 São despesas com pessoal os gastos com ativos, inativos e pensionistas, classificados no grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais. Há ainda outros gastos relacionados à folha de pagamento, mas que, de acordo com as normas que regem a classificação da despesa no orçamento, enquadram-se como outras despesas correntes, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte próprio, plano de saúde, vale-transporte, etc.

da expectativa de vida, às relações de trabalho e à capacidade do Estado em honrar os pagamentos futuros dos servidores ativos e inativos.

Tendo-se em vista o elevado número de servidores que já estão aposentados em Santa Catarina, conforme números apresentados no relatório atuarial de 2022[12], a proporção é de 0,79 servidor ativo para cada servidor aposentado, considerando-se também os pensionistas.

No Estado existe menos de um servidor ativo (0,79) para cada servidor inativo (aposentado + pensionista).

Relação de Ativos para Inativos



As informações sobre o Resultado Previdenciário estão detalhadas no capítulo Indicadores Fiscais.

Manutenção dos Serviços Públicos

Além dos gastos com a remuneração dos servidores, outras despesas são necessárias para a prestação de serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, entre outras. Elas são as chamadas despesas de custeio e manutenção dos serviços públicos, e compreendem as despesas de apoio administrativo, energia elétrica, consumo de água, comunicação, material de consumo, locação de imóveis e outras. Essas despesas podem ser feitas diretamente pelos órgãos e entidades estaduais, ou por meio de transferências a outras instituições públicas e privadas.

Os gastos com a manutenção dos serviços públicos em 2022 somaram R$ 11,46 bilhões e representaram 26,3% das despesas totais executadas.

12 A avaliação apresentada no relatório atuarial considera como participantes do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) os servidores ativos, aposentados e pensionistas civis ou militares, titulares de cargo efetivo de todos os Poderes do Governo do Estado de Santa Catarina e seus dependentes legais, sendo o Regime gerido pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV). Os dados cadastrais fornecidos pelo RPPS, que serviram de base para a avaliação, correspondem aos meses de setembro e outubro de 2022.

Gastos com Manutenção dos Serviços Públicos por Função (R$ milhões)

Função	2022	2021	Variação
Saúde	3.835,58	3.285,47	16,7%
Educação	2.715,33	1.694,82	60,2%
Administração	1.450,35	1.318,53	10,0%
Judiciária	743,96	579,43	28,4%
Segurança Pública	741,19	645,77	14,8%
Direitos da Cidadania	532,86	460,51	15,7%
Essencial à Justiça	379,05	238,65	58,8%
Legislativa	268,04	208,77	28,4%
Agricultura	172,11	146,53	17,5%
Demais funções	618,90	832,88	-25,7%
TOTAL	**11.457,38**	**9.411,35**	**21,7%**

Para a função Saúde foram destinadas 33,5% das despesas com manutenção dos serviços públicos (R$ 3,84 bilhões), que representam um acréscimo de 16,7% quando comparadas a 2021. Foram diversas as ações do Governo para manter os serviços públicos de saúde, entre as quais estão as transferências de recursos para as unidades hospitalares regionais de forma que as pessoas pudessem ser tratadas em instituições próximas às suas residências e com melhor atendimento.

Na função Educação ocorreu um aumento de 60,2% nas despesas, que passaram de R$ 1,69 bilhão em 2021 para R$ 2,72 bilhões em 2022. A ampliação das despesas de custeio nessa função é reflexo dos investimentos em infraestrutura e tecnologia que objetivaram ampliar a qualificação do ensino catarinense no atendimento a mais de 545 mil alunos da rede estadual, distribuídos nas 1.054 unidades escolares do Estado. Além disso, por meio da Lei nº 18.338/2022, com efeito até dezembro de 2024, Santa Catarina instituiu o Programa Bolsa-Estudante, que tem como objetivo combater a evasão escolar de alunos do ensino médio regular e do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual. Aos estudantes que atenderem as condições e os critérios estabelecidos pelo programa, é oferecido um auxílio financeiro anual de até R$ 6.250,00 conforme determina a Lei nº 18.338, de 13 de janeiro de 2022. O valor é pago em 11 parcelas de R$ 568,18.

Ressalta-se que tanto na Educação como na Saúde a Constituição Federal determina as aplicações mínimas de 25% e 12%, respectivamente, conforme as receitas resultantes de impostos (RRI). Portanto, o acréscimo na receita deve, de modo obrigatório, refletir no aumento da aplicação de recursos nessas áreas, objetivando garantir maior oferta e melhores serviços à população.

Investimentos

Se o ano de 2021 foi marcado pelos investimentos realizados em todo o Estado, totalizando R$ 2,65 bilhões, com uma elevação de 79,1% em relação a 2020, o ano de 2022 superou esse valor. Em 2022, o valor total de investimentos chegou ao patamar de R$ 5,88 bilhões, mais que o dobro do valor aplicado no ano anterior.

R$ 5,47 bilhões
Investimentos

Correspondem a toda despesa de capital que gera serviços e acresce o Produto Interno Bruto (PIB), como, por exemplo, planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

+

R$ 402,03 milhões
Inversões Financeiras

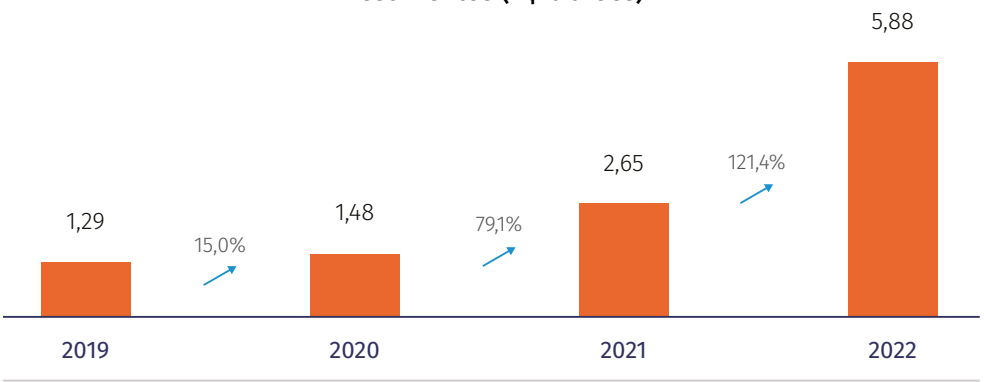
São as despesas de capital que não geram serviços e acréscimo ao PIB, tais como aquisição de imóvel já em utilização, aumento de capital de empresas ou aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas.

→

Total Investido

R$ 5,88 bilhões

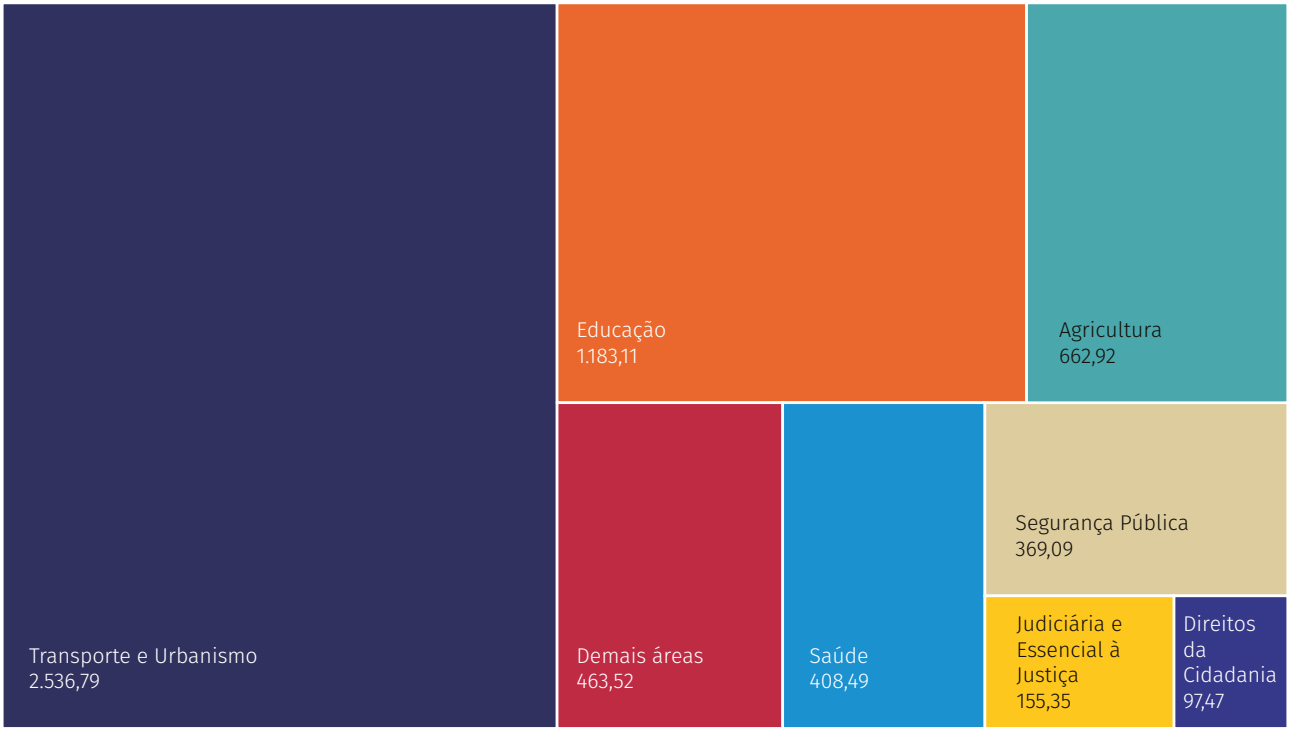
Investimentos (R$ bilhões)



Investimentos por Área

Total: R$ 5,88 bilhões

R$ milhões



Uma grande parte dos investimentos de 2022 (43,2%) foi destinada à área de transporte e urbanismo, a qual corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura do sistema de transporte do Estado em programas como mobilidade urbana, construção, conservação, segurança e aumento de capacidade de rodovias, entre outros.

Transporte e Urbanismo

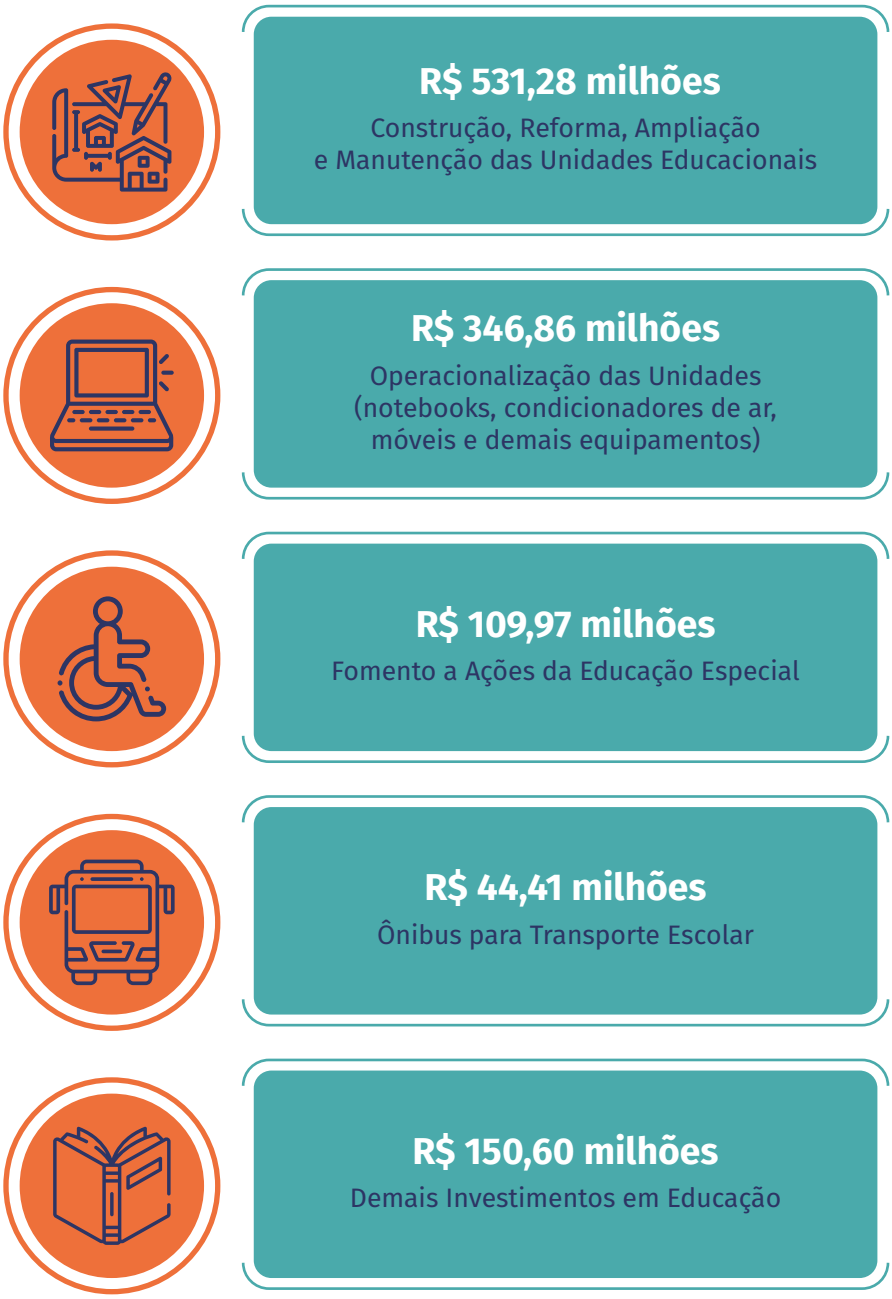
Investimentos: R$ 2,54 bilhões



Merecem destaque também os investimentos na função Educação, que correspondem a 20,1% dos investimentos totais e representam aquisições de equipamentos e móveis para unidades escolares, construção, ampliação e reformas de escolas, além de investimentos no transporte escolar, entre outros.

Educação

Investimentos: R$ 1,18 bilhão



No capítulo Desempenho das Principais Áreas de Governo deste Balanço há o detalhamento de mais investimentos estaduais realizados em 2022 em outras áreas de atuação governamental.

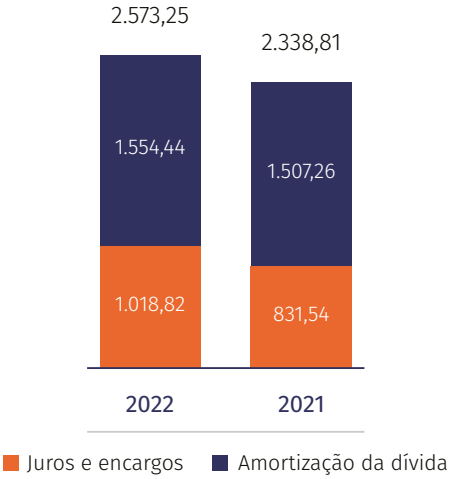
Dívida Pública

Em 2022, o valor da dívida pública empenhado foi de R$ 2,57 bilhões (R$ 2,34 bilhões em 2021). Desse valor, R$ 1,55 bilhão (60,4%) refere-se à amortização da dívida, e R$ 1,02 bilhão (39,6%) diz respeito aos juros e encargos.

Em 2022 foram empenhados R$ 2,57 bilhões de dívida pública.

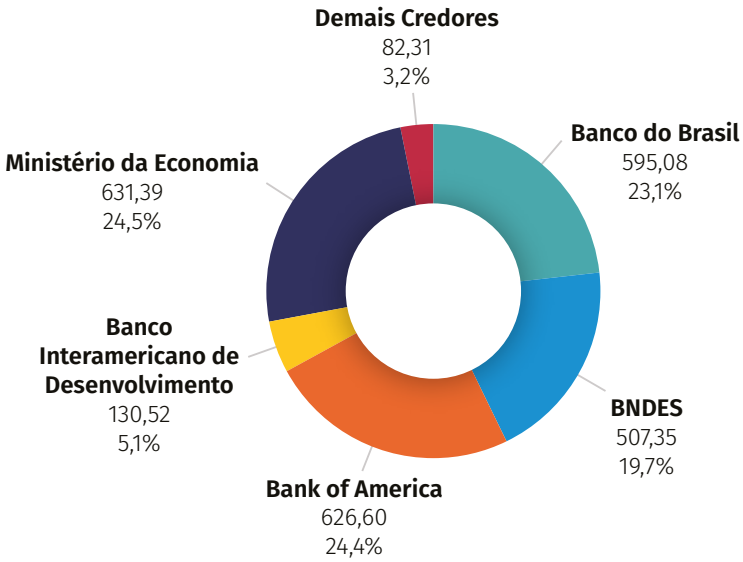
O valor corresponde a 5,9% da despesa total do Estado no ano.

Despesa com a Dívida Pública (R$ milhões)



O maior credor da dívida pública em 2022 foi a União (Ministério da Economia), recebendo 24,5% do total pago, o equivalente a R$ 631,39 milhões. Isso se deve, principalmente, ao volume da dívida referente à Lei Federal nº 9.496/97, que instituiu o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, e autorizou a União a assumir a dívida pública dos estados e do Distrito Federal, refinanciando o seu saldo. O Bank of America foi o segundo maior credor da dívida pública de 2022, recebendo R$ 626,60 milhões (24,4% da dívida paga). O Banco do Brasil foi o terceiro principal credor, com 23,1% do total (R$ 595,08 milhões), seguido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (R$ 507,35 milhões) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (R$ 130,52 milhões). Os demais credores representaram 3,2% do total da dívida pública empenhada, recebendo R$ 82,31 milhões.

Credores da Dívida Pública de 2022 (R$ milhões)

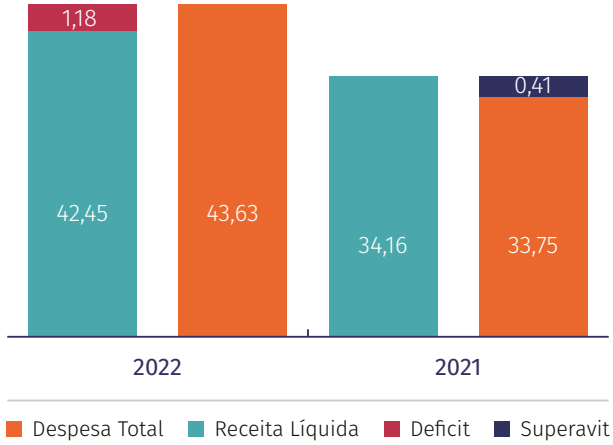


RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando-se as receitas líquidas[13] realizadas no exercício menos o total das despesas empenhadas no mesmo período, chega-se a um resultado da execução orçamentária deficitário no valor de R$ 1,18 bilhão. Isso indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram menores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período. Como o Estado deve aplicar todos os recursos recebidos em serviços à sociedade, o ideal é que o valor do resultado orçamentário seja o mais próximo possível de zero, o que indica a execução do orçamento de forma equilibrada.

Execução Orçamentária (R$ bilhões)

Em 2022, o Estado apresentou um deficit orçamentário de R$ 1,18 bilhão.



Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

No exercício de 2022, R$ 3,77 bilhões do valor das despesas realizadas foram financiados com recursos do superavit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas no exercício financeiro de 2022 foi custeada com recursos que sobraram em caixa de exercícios passados. Essas sobras de caixa servem como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento estadual.

Se esse valor fosse suprimido e se fossem considerados apenas os recursos arrecadados no ano de 2022 e as despesas financiadas com esses recursos, o Estado apresentaria um superavit da execução orçamentária no valor de R$ 2,58 bilhões.

Despesas Custeadas com Recursos de Exercícios Anteriores e do Exercício de 2022 (R$ bilhões)

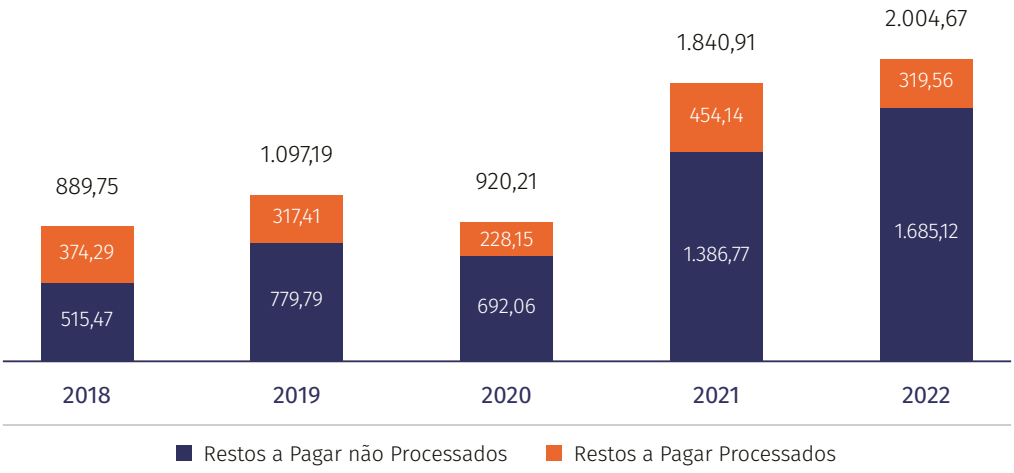


13 Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2022

Ao final do exercício de 2022, o Estado inscreveu R$ 2 bilhões em restos a pagar. Desse montante, R$ 1,69 bilhão (84,1%) enquadra-se como restos não processados (despesas empenhadas e não liquidadas), e R$ 319,56 milhões (15,9%) são restos processados (despesas empenhadas, liquidadas e não pagas). Os restos a pagar inscritos em 2022 correspondem a 4,6% da soma total das despesas executadas no ano.

Despesas não Pagas e Inscritas em Restos a Pagar[14] (R$ milhões)



Além dos valores inscritos em 2022, o Estado possui ainda um saldo de R$ 2,97 milhões de restos a pagar referentes a exercícios anteriores (2017, 2018, 2020 e 2021).

14 O valor das despesas não pagas e inscritas em restos a pagar não considera os restos a pagar de anos anteriores.

Composição do Saldo Total de Restos a Pagar por Ano de Inscrição (R$ milhões)



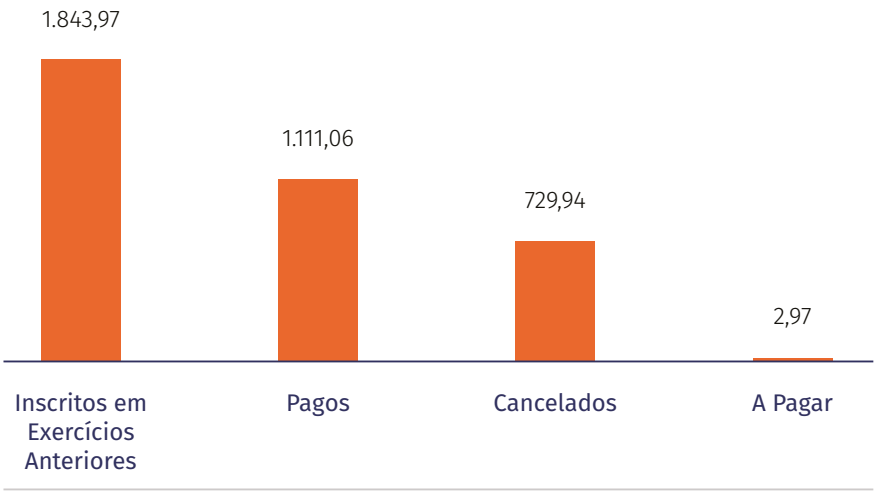
Outras informações sobre a verificação de limites e condições referentes à inscrição de restos a pagar são apresentadas no capítulo Indicadores Fiscais deste Balanço.

Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – 2017 a 2021

Ao findar o exercício de 2021, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R$ 1.840,91 milhões, sendo R$ 454,14 milhões processados (despesas liquidadas e não pagas no exercício) e R$ 1.386,77 milhões não processados (despesas não liquidadas no exercício). Esse valor, somado ao saldo de restos a pagar processados inscritos nos anos de 2017 (R$ 2,04 milhões), 2018 (R$ 0,01 milhão), 2019 (R$ 0,19 milhão) e 2020 (R$ 0,81 milhão), totalizou R$ 1.843,97 milhões.

Do valor total de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e executados no exercício de 2022, foram pagos R$ 1.111,06 milhões e cancelados R$ 729,94 milhões, restando R$ 2,97 milhões a pagar.

Execução dos Restos a Pagar em 2022 (R$ milhões)



Mais informações sobre a execução de restos a pagar em 2022 estão disponíveis no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Anexo 7, que integra o Volume 2 deste Balanço e demonstra os valores por Poder e Órgão.



Molhes da Barra, em Itajaí
Foto: Robson Rodrigues



Indicadores Fiscais

INDICADORES FISCAIS

A retomada econômica catarinense, iniciada em 2020 e consolidada em 2021, não se manteve em 2022. No início do ano, quando se esperava uma retomada global da economia pós-pandemia, o País foi afetado por uma nova variante da Covid-19, a Ômicron, gerando mais incertezas, redução da circulação das pessoas e consequentes impactos na economia. Logo em seguida, o mundo foi surpreendido pela guerra entre Rússia e Ucrânia, com reflexo direto no mercado de commodities e no comércio internacional.

Em abril de 2022, a inflação acumulada dos últimos 12 meses já era de 12,13%[1]. Com isso, o Banco Central necessitou realizar medidas para contê-la. Entre as medidas adotadas, destaca-se a elevação da taxa de juros SELIC para 13,75%, o que impactou de forma negativa o consumo e a produção. Com a elevação da taxa de juros SELIC, a inflação acumulada de 2022 foi de 5,79%.

Concomitantemente às medidas de contenção da crescente inflação, o Governo Federal promulgou em 2022 as Leis Complementares nº 192 e nº 194, que tratam, entre outros pontos, da incidência do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. As referidas leis foram editadas com o intuito de amenizar o problema da escalada de preços dos combustíveis.

A redução da alíquota do ICMS, principal fonte de arrecadação própria do Estado, combinada com a queda da inflação, que em 2021 foi de 10,06%, e a desaceleração da economia ocasionaram impactos negativos sobre a receita dos estados.

Em 2022, o crescimento anual nominal da arrecadação de receitas tributárias próprias[2] do Estado de Santa Catarina, que em 2021 foi de 21,15%, maior índice desde o início da série histórica em 2005, apresentou ligeira queda, fechando o ano com 19,28% no comparativo com o ano anterior. A arrecadação bruta das receitas tributárias próprias foi de R$ 40,20 bilhões, R$ 6,50 bilhões a mais que em 2021.

No entanto, é importante destacar que a arrecadação de 2022 está majorada pelo recolhimento postergado de ICMS em 2021, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021. O valor bruto postergado de 2021 para 2022 foi de R$ 1,44 bilhão, arrecadado nos meses de janeiro e fevereiro de 2022.

Ao desconsiderar os valores postergados de 2021 e recolhidos em 2022, o crescimento nominal de receitas tributárias próprias em 2022, no comparativo com o ano anterior, seria de 10,31% ou 4,51%, descontada a inflação do período.

No tocante à aplicação dos recursos públicos, analisando-se o comportamento da despesa, observa-se que em 2022 a despesa total do Estado cresceu nominalmente 29,29% no comparativo com o ano de 2021, com destaque para os investimentos públicos[3], com crescimento de 121,4%. Foram R$ 5,88 bilhões, R$ 3,22 bilhões a mais do que em 2021. A despesa com pessoal e o custeio dos serviços públicos, juntos, cresceram 22,35%. Descontando-se a inflação do período, a despesa total cresceu 15,66%.

Em 2022, a despesa total foi de R$ 43,63 bilhões, sendo R$ 3,77 bilhões financiados com recursos de superavits financeiros de anos anteriores (sobras de caixa).

---

1 Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 A receita tributária própria corresponde à arrecadação do Imposto Sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e taxas, líquida das restituições.

3 Inclui as despesas com inversões financeiras.

Com percentual de crescimento das despesas acima da inflação e da arrecadação das receitas próprias estaduais, acende-se o alerta para a necessidade de um maior controle das contas públicas.

Em 2022, foram cumpridos os mínimos constitucionais federais em saúde e educação, e o limite máximo da relação entre despesas e receitas correntes. Cumpriram-se também os mínimos constitucionais estaduais de educação superior e emendas individuais parlamentares. O mínimo constitucional estadual de aplicação em ciência e tecnologia, porém, não foi cumprido.

Em relação aos indicadores e às metas fiscais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, Santa Catarina cumpriu os limites e as condições no que tange à despesa com pessoal, à Dívida Consolidada Líquida (DCL), às operações de crédito, à concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar. Contudo, as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para os resultados primário e nominal não foram cumpridas.

Destaca-se ainda que na verificação do cumprimento do art. 42 da LRF, que apura as disponibilidades de caixa para cobertura das obrigações financeiras após a inscrição em restos a pagar, constatou-se a insuficiência no Poder Executivo[4] de R$ 159,78 milhões na principal fonte de recursos estadual, a fonte 0.1.00 - Recursos Ordinários do Tesouro. Considerando-se as outras fontes de recursos e os demais Poderes e Órgãos, porém, constata-se a suficiência nos valores consolidados.

Quanto ao descumprimento dos limites, salienta-se que, excepcionalmente no exercício financeiro de 2022, a Lei Complementar Federal nº 194/2022, no seu art. 9º, retirou a responsabilização administrativa, civil e criminal dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos agentes públicos pelo descumprimento do disposto nos arts. 9º, 14, 23, 31 e 42 da LRF, que definem os limites fiscais a serem observados, desde que o descumprimento resulte, exclusivamente, da perda da arrecadação em decorrência do disposto na LC nº 194/2022.

No que diz respeito às metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) para 2022, Santa Catarina cumpriu as metas estabelecidas e manteve nota B no indicador Capacidade de Pagamento (CAPAG[5]), o que torna o Estado elegível para contratar operações de crédito com a garantia da União. A avaliação e o resultado definitivo do Programa PAF para 2022 serão apresentados em outubro de 2023.

Por fim, destaca-se que no Volume 2 deste Balanço Geral são apresentados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, nos quais é possível acompanhar, de forma mais detalhada, o cumprimento dos mínimos constitucionais em saúde e educação, além dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)[6]. Também estão disponíveis no Volume 2 os demonstrativos específicos de acompanhamento dos mínimos constitucionais e legais do Estado.

INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal foram instituídos com o objetivo principal de manter o equilíbrio das contas públicas, prezando pela responsabilidade na gestão fiscal. Para isso, foram definidos limites e metas a serem cumpridos e respeitados.

---

4 Conforme dados apurados no Anexo V do Relatório de Gestão Fiscal, que inclui dados do Poder Executivo, exceto a Defensoria Pública, e considera outras obrigações como as despesas reconhecidas sem prévio empenho.

5 A Capacidade de Pagamento (CAPAG) é um indicador criado pela Secretaria do Tesouro Nacional e tem como objetivo padronizar os critérios de avaliação dos entes federados que pleiteiam garantia ou aval da União, além de definir os níveis de exposição creditícia do Governo Federal a cada ente de acordo com sua situação fiscal e com uma estimativa de sua capacidade de honrar compromissos futuros. São três os indicadores econômico-financeiros considerados no cálculo da CAPAG: endividamento (Dívida Consolidada Bruta/RCL), poupança corrente (Despesa Corrente/Receita Corrente ajustada) e liquidez (obrigações financeiras/disponibilidade de caixa bruta).

6 Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2020.

O parâmetro para verificação dos limites de gastos com pessoal, dívida, operações de créditos e garantias definidos pela LRF é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios decorrentes de determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, as contribuições dos servidores públicos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas.

Em 2022, a RCL totalizou R$ 38,26 bilhões, 23,22% a mais do que em 2021, correspondendo a R$ 7,21 bilhões em valores nominais. Considerando-se a inflação do período de 5,79%, o crescimento real da RCL foi de 16,48%.

O maior incremento nominal na RCL foi na arrecadação das receitas tributárias próprias, as quais aumentaram R$ 4,32 bilhões. Nesse montante já está incluído o valor líquido da postergação do ICMS de 2021 para 2022, estabelecida no Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021. O valor bruto de ICMS postergado foi de R$ 1,44 bilhão, tendo sido arrecadado nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. Deduzidos os repasses para municípios e para o Fundeb, o impacto da postergação do ICMS na RCL foi de R$ 863 milhões. Sem a postergação, a RCL seria de R$ 37,40 bilhões em 2022. Apesar de se constatar o crescimento total da receita tributária própria em 2022, é importante destacar a redução da alíquota de ICMS de 25% para 17% em itens como gasolina, etanol, comunicação e energia, imposta pelo Governo Federal por meio da promulgação das Leis Complementares nº 192 e nº 194, de 2022, o que resultou em perdas de arrecadação no segundo semestre de 2022 e que ainda terá impactos em 2023.

No quadro a seguir, observa-se que, além do incremento nas receitas tributárias próprias, foram verificados crescimentos nas receitas com aplicações financeiras, nos valores recebidos do Fundeb, nas transferências recebidas da União e em outras receitas correntes:

Crescimento Nominal da Receita Corrente Líquida – Período 2021/2022 (R$ bilhões)

Receita Tributária Própria (inclui postergação do ICMS no valor de R$ 0,86 bilhão)	4,32
Rendimento de Aplicações Financeiras	1,09
Transferência do Fundeb	0,69
Transferências da União	0,47
Demais Receitas Correntes	0,64

Por fim, para a verificação do cumprimento dos limites, destaca-se que é utilizada a RCL efetivamente arrecadada, com alguns ajustes estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para o cálculo dos limites de endividamento são deduzidos os valores relativos às emendas individuais[7], e para o cálculo do limite da despesa com pessoal deduzem-se os valores relativos às emendas individuais e de bancada[8].



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022

7 Constituição Federal, art. 166-A, § 1º.

8 Constituição Federal, art. 166, § 16.

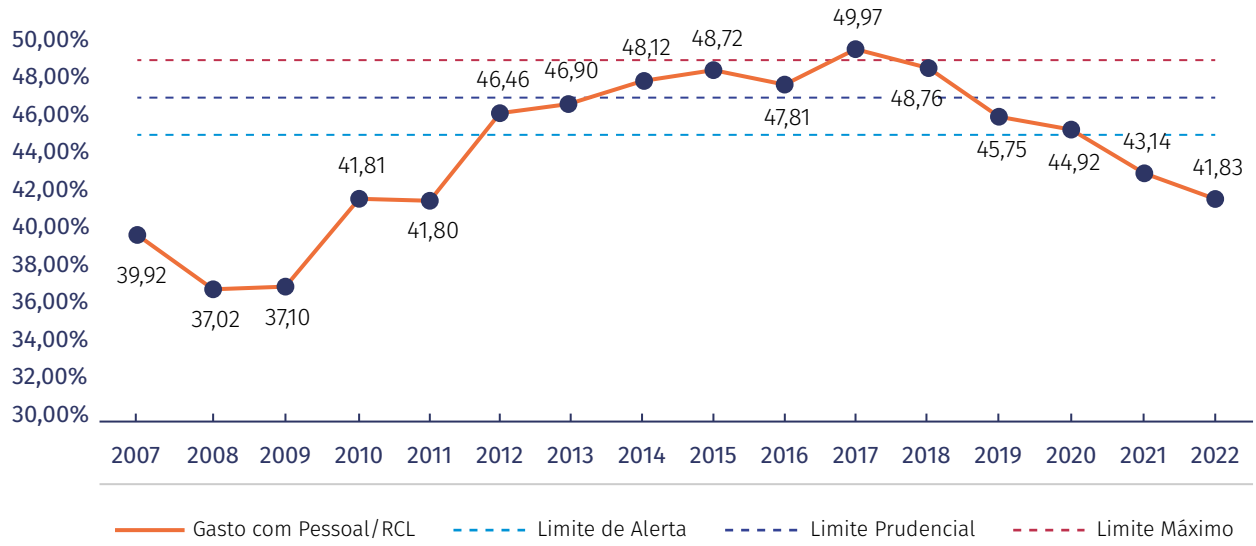
Despesa com Pessoal

Para fins de verificação do limite máximo, a LRF conceituou a despesa total com pessoal como o somatório dos gastos com quaisquer espécies remuneratórias de ativos, inativos e pensionistas, os contratos de terceirização relacionados à substituição de servidores ou empregados públicos, relativos ao mês em referência, bem como o somatório dos onze meses imediatamente anteriores, deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração.

Dessa forma, embora integrem o contracheque dos servidores e empregados públicos de empresas dependentes, não são consideradas, para fins de limite da LRF, as despesas de natureza indenizatória, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gastos do servidor ou empregado público em função do seu ofício, e os benefícios assistenciais, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte, plano de saúde, vale-transporte, etc.

Ao longo da última década, o limite da despesa com pessoal do Poder Executivo permaneceu acima do limite prudencial entre os anos de 2013 e 2018. Em 2017 ficou acima do limite máximo legal, com 49,97% da RCL. A partir de 2019, o controle da despesa com pessoal, combinado com a proibição de aumento da despesa com pessoal até 31 de dezembro de 2021, imposta pelo art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020, e o crescimento da RCL acima da inflação impactaram a redução do percentual de comprometimento da RCL com as despesas com pessoal, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Comprometimento da Receita Corrente Líquida com as Despesas de Pessoal do Poder Executivo (%)



A redução do percentual de comprometimento da RCL com a despesa com pessoal, com o índice abaixo do limite prudencial, combinada com o fim das proibições de aumento da despesa impostas pela LC nº 173/2020, permitiu que fosse implementado, em 2022, o aumento salarial para praticamente todas as categorias de servidores e empregados públicos estaduais.

A despesa bruta com pessoal do Poder Executivo, conforme o conceito da LRF, em 2022 cresceu nominalmente 23,35% em relação a 2021, correspondendo a R$ 3,69 bilhões. Nesse total estão sendo consideradas também as despesas com pessoal das organizações sociais que atuam na atividade-fim do Estado no valor de R$ 321,81 milhões, incluídas a partir de 2022, conforme estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e na Portaria STN nº 377, de 2020.

Apesar do aumento na despesa bruta com pessoal do Poder Executivo, o percentual de comprometimento da RCL com a despesa com pessoal do Poder Executivo passou de 43,14% em 2021 para 41,83% em 2022, em virtude do crescimento de 23,22% da RCL. No consolidado, o percentual reduziu de 51,54% em 2021 para 49,98% em 2022.

Em uma análise mais detalhada é possível verificar, ao longo dos quatro últimos anos, a representatividade da despesa com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida por Poderes e Órgãos com poder de autogoverno:

Despesa com Pessoal em Relação à RCL

Especificação	2022	2021	2020	2019	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	**41,83%**	**43,14%**	**44,92%**	**45,75%**	**49,00%**	**46,55%**	**44,10%**
Defensoria Pública	0,18%	0,20%	0,23%	0,24%	-	-	-
Demais Órgãos	41,65%	42,94%	44,69%	45,51%	-	-	-
Poder Legislativo	**1,98%**	**2,19%**	**2,51%**	**2,60%**	**3,00%**	**2,85%**	**2,70%**
Assembleia Legislativa	1,32%	1,46%	1,70%	1,77%	2,10%	2,00%	1,89%
Tribunal de Contas	0,66%	0,73%	0,81%	0,83%	0,90%	0,85%	0,81%
Poder Judiciário	**4,68%**	**4,54%**	**5,16%**	**5,37%**	**6,00%**	**5,70%**	**5,40%**
Ministério Público	**1,49%**	**1,67%**	**1,65%**	**1,73%**	**2,00%**	**1,90%**	**1,80%**
Consolidado Geral	**49,98%**	**51,54%**	**54,24%**	**55,45%**	**60,00%**	**57,00%**	**54,00%**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada (DC) menos as disponibilidades de caixa bruta e equivalentes de caixa, representados pelo somatório de caixa e por bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

A Resolução do Senado nº 40/2001 definiu o limite de 200% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida. Em 2022, o percentual da DCL sobre a RCL foi de 42,45%, quando em 2021 era de 53,09%.

Além do limite de endividamento, definido por Resolução do Senado, a Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que o Estado deve estabelecer no Anexo de Metas Fiscais[9], integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, meta fiscal para o montante da dívida pública. Em 2022, a meta para a DC e para a DCL era de R$ 23,64 bilhões e de R$ 19,65 bilhões, respectivamente.

O valor apurado no encerramento do exercício para a DC foi de R$ 22,33 bilhões e para a DCL foi de R$ 16,24 bilhões.

Operações de Crédito

As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos através de financiamento, empréstimo ou mútuo. Todavia, o conceito de operações de crédito trazido pela LRF é mais amplo, englobando as operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações de derivativos financeiros, inclusive as operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras.

A Resolução do Senado nº 43/2001 definiu o limite máximo de 16% da RCL para as operações de crédito internas e externas. Em 2022, Santa Catarina captou recursos por meio de operações de crédito no montante de R$ 38,89 milhões, que representaram 0,10% do limite legal.

Garantias e Contragarantias

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo Estado de Santa Catarina na contratação de operações de créditos pelos garantidos.

A Resolução do Senado nº 43/2001 definiu o limite máximo de 22% da RCL para as garantias concedidas. O saldo de garantias concedidas pelo Estado ao final de 2022 foi de R$ 1,60 bilhão, representando 4,18% da RCL. As contragarantias recebidas totalizaram R$ 1,70 bilhão ao final de 2022.

Essas garantias e contragarantias concedidas decorrem de contratos de financiamento firmados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Agence Française de Développement (AFD), sendo que esses contratos se referem a financiamentos para a realização de intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios de Santa Catarina. Inclui-se também um contrato de financiamento entre as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado a múltiplas obras para garantir a eficiência dos serviços prestados pela Celesc.

9 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, § 1º.

Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar

Visando dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de recursos em caixa, bem como ao equilíbrio entre a inscrição em restos a pagar não processados e a disponibilidade de caixa, a LRF[10] determinou a elaboração de demonstrativos anexos ao Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre. As informações são apresentadas no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Anexo 5 do RGF, por todos os Poderes e Órgãos com poder de autogoverno, além do demonstrativo consolidado.

O demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras, os restos a pagar processados e não processados, a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como os recursos não vinculados.

A disponibilidade de caixa bruta é composta por ativos de alta liquidez, como caixa, bancos e aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa[11]. Já as obrigações financeiras são compostas por depósitos judiciais[12], despesas sem empenho[13] e consignações a pagar[14], entre outras obrigações.

Apuração da Disponibilidade de Caixa Líquida (R$ milhões)

	2022		2021	
	Consolidado	Poder Executivo	Consolidado	Poder Executivo
Disponibilidade de Caixa Bruta	**13.397,67**	**4.176,93**	**13.363,67**	**5.628,02**
(-) Restos a Pagar	**2.007,64**	**1.771,10**	**1.843,96**	**1.680,96**
Processados inscritos	319,56	314,97	454,14	452,95
Não processados inscritos	1.685,11	1.453,17	1.386,77	1.225,25
Processados de anos anteriores	2,97	2,96	3,05	2,76
(-) Obrigações Financeiras	**7.462,93**	**426,01**	**6.948,63**	**439,31**
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida	**3.927,10**	**1.979,82**	**4.571,08**	**3.507,75**
Recursos não vinculados	1.299,13	570,64	2.304,10	1.902,25
Recursos vinculados	2.627,97	1.409,18	2.266,98	1.605,50

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 3º do quadrimestre de 2021 e 2022

10 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 55, III.

11 Não foram considerados os valores dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS/SC, contabilizados nas contas contábeis 1.1.4, que não são consideradas caixa e equivalentes de caixa.

12 Contabilizadas pelo Poder Judiciário na conta contábil 2.1.8.8.1.03.01 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (F).

13 Contabilizadas nas contas contábeis 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária (P), 2.1.3.1.1.01.01 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais (P) e 2.2.3.1.1.01 - Fornecedores Nacionais (P).

14 Contabilizadas na conta contábil 2.1.8.8.1.01 - Consignações (F).

A avaliação da suficiência de disponibilidade deve ser realizada por fonte de recursos vinculados e não vinculados versus as obrigações financeiras e os restos a pagar de cada fonte. Nesse ínterim, quando se compara a disponibilidade financeira detalhada por fontes de recursos com as obrigações financeiras e os restos a pagar, verifica-se a ocorrência de deficit financeiro na Fonte de Recursos 0.1.00 - Recursos Ordinários do Tesouro no Poder Executivo no valor de R$ 159,78 milhões. No consolidado geral, que incorpora os demais Poderes e Órgãos, todas as fontes de recursos apresentaram superavit financeiro.

Resultado Primário

O resultado primário é um indicador fiscal que mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida. Trata-se do resultado obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias não financeiras de um dado período, que impactam efetivamente a dívida do Estado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal reforçou a importância do resultado primário para o controle do endividamento e definiu que se o ente da Federação ultrapassar o respectivo limite de endividamento ao final de um quadrimestre, entre outras restrições, deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite.

A meta do resultado primário é estabelecida anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e utiliza, desde 2018, a metodologia "acima da linha", a qual se baseia no comportamento das receitas primárias e despesas primárias pagas, incluindo restos a pagar pagos.

Em 2022, a meta do resultado primário estabelecida na LDO era de R$ 1,47 bilhão, e o valor apurado ao final do exercício foi de R$ 864,03 milhões, resultando no não cumprimento da meta.

Resultado Nominal

O resultado nominal é um indicador fiscal que mede a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos), metodologia conhecida como "acima da linha". Esse resultado pode também ser obtido "abaixo da linha" pela comparação entre a DCL nos períodos de referências. A meta de resultado nominal determinada anualmente na LDO utiliza, desde 2018, a metodologia "acima da linha".

Em 2022, a meta do resultado nominal estabelecida na LDO era de R$ 521,81 milhões, e o valor apurado ao final do exercício foi de R$ 949,16 milhões negativos, ou seja, representando o não cumprimento da meta.

Receitas e Despesas

Além das metas de resultado primário e nominal e da Dívida Consolidada Líquida, a LRF[15] também impôs a definição, na LDO, de metas para receitas e despesas pagas.

Em 2022, a meta da receita total e da despesa total estabelecida na LDO era de R$ 37,10 bilhões cada. O valor apurado ao final do exercício foi de R$ 42,45 bilhões para as receitas arrecadadas líquidas e R$ 41,62 bilhões para as despesas pagas.

O detalhamento da execução orçamentária das receitas e despesas pode ser conferido no capítulo Gestão Orçamentária deste Balanço Geral.

15 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, § 1º.

Receitas e Despesas Previdenciárias

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que as receitas e despesas previdenciárias deverão ser apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos[16], além de incluir um demonstrativo próprio[17] no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com publicação bimestral.

O demonstrativo tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do Regime Previdenciário, e de evidenciar os repasses recebidos para cobertura de insuficiência financeira e deficit atuarial, quando houver.

Santa Catarina instituiu em 2008[18] o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS/SC), de caráter contributivo, solidário e de filiação obrigatória a todos os servidores de cargo efetivo, neles incluídos os militares[19], os magistrados, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e os inativos.

Em dezembro de 2019 foi criado nacionalmente o Sistema de Proteção Social dos Militares[20] (SPSM), ao qual não se aplica a legislação do RPPS. No entanto, a unidade gestora do RPPS pode se responsabilizar pela gestão do SPSM, devendo as receitas e as despesas serem segregadas[21].

Assim, desde 2020 a unidade gestora do RPPS/SC, por meio do Fundo Financeiro, continuou a gerenciar e pagar as pensões militares e os inativos militares, bem como a arrecadar as receitas de contribuição sobre a remuneração dos militares ativos e inativos e sobre pensões militares, mantendo controles próprios para a segregação de civil e militar.

A última Reforma da Previdência do Estado[22] ocorreu em 2021 e contemplou alterações na idade mínima para aposentadoria, no tempo de contribuição, nas alíquotas de contribuição dos servidores inativos e dos pensionistas, no limite de isenção e cálculos dos benefícios, além de regras de transições. Essa reforma abrange apenas os servidores civis, vinculados ao RPPS/SC, visto que os militares estão vinculados ao SPSM.

A alteração da alíquota de contribuição dos servidores inativos e dos pensionistas, os quais passaram a contribuir com alíquota de 14% sobre a parcela do benefício mensal excedente ao salário mínimo, colaborou para o aumento de 39,70% na receita previdenciária no comparativo 2021/2022, ou seja, R$ 937 milhões de incremento em valores nominais. No entanto, considerando o aumento das despesas previdenciárias de R$ 1,06 bilhão, o deficit financeiro do RPPS/SC aumentou 10,32% no mesmo período.

16 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 50, inciso IV.

17 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 53, inciso II.

18 Lei Complementar nº 412/2008.

19 Lei Complementar nº 412/2008, art. 92.

20 Lei Federal nº 6.880/1980, art. 50-A, incluído pela Lei nº 13.954/2019.

21 Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 05/2020, art. 18, § 2º.

22 Lei Complementar n° 773/2021, que alterou a Lei Complementar nº 412/2008.

Indicadores Previdenciários – Fundo em Capitalização (R$ milhões)

Indicadores	2022	2021	Variação 2022/2021	
	Executado	Executado	Valor	%
Receita Previdenciária	3.296,60	2.359,71	936,89	39,70%
Despesa Previdenciária (empenhada)	6.884,76	5.824,15	1.060,61	18,21%
Resultado Previdenciário	(3.588,16)	(3.464,44)	(123,72)	3,57%
Cobertura da Insuficiência Financeira	3.771,00	3.418,30	352,70	10,32%

No que tange ao Sistema de Proteção Social dos Militares, observa-se que, no comparativo 2021/2022, o aumento da arrecadação das receitas de contribuições foi insuficiente para cobrir o aumento das despesas com inativos e pensionistas militares, o que resultou no desembolso financeiro do Tesouro do Estado no valor de R$ 1,59 bilhão, a título de cobertura da insuficiência financeira do SPSM.

Indicadores Previdenciários – Sistema de Proteção Social dos Militares (R$ milhões)

Indicadores	2022	2021	Variação 2022/2021	
	Executado	Executado	Valor	%
Receita de Contribuição dos Militares	367,06	241,32	125,74	52,11%
Despesa com Inativos e Pensionistas Militares (empenhada)	1.936,55	1.623,06	313,49	19,31%
Resultado do SPSM	(1.569,49)	(1.381,74)	(187,75)	13,59%
Cobertura da Insuficiência Financeira	1.591,67	1.368,50	223,17	16,31%

O RPPS/SC recebeu, a título de cobertura da insuficiência financeira, o valor de R$ 5,36 bilhões, 12,03% a mais do que em 2021. Desse valor, R$ 5,07 bilhões referem-se a desembolso do Poder Executivo com recursos do Tesouro do Estado.

Além da cobertura da insuficiência financeira do RPPS/SC, o Tesouro do Estado também desembolsou R$ 172,69 milhões para pagamento de despesas previdenciárias executadas fora da unidade orçamentária do RPPS/SC, tais como precatórios, sentenças judiciais e pensões especiais.

LIMITES CONSTITUCIONAIS FEDERAIS

A Constituição Federal determina aplicações mínimas de recursos para saúde[23] (12%) e educação[24] (25%), e limite máximo para a relação entre despesas e receitas correntes (95%)[25].

Saúde

Para fins de verificação do mínimo constitucional em saúde, são consideradas apenas as despesas executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União, deduzidas aquelas despesas inscritas em restos a pagar não processados sem suficiente disponibilidade de caixa. Dessa forma, os recursos recebidos do SUS e demais recursos vinculados à saúde não contam para fins de cumprimento do mínimo constitucional.

Para analisar a aplicação do mínimo constitucional de 12%, utiliza-se como parâmetro a Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (RRI-saúde).

A RRI-saúde soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União, com exceção do IOF-Ouro. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas.

No exercício de 2022, a RRI-saúde foi de R$ 33,11 bilhões. Com isso, o mínimo a aplicar era de R$ 3,97 bilhões. O valor considerado para fins de cumprimento do mínimo constitucional no exercício foi de R$ 5,13 bilhões, já deduzidos R$ 109,96 milhões de restos a pagar não processados inscritos sem disponibilidade de caixa, ou seja, 15,51% da RRI-saúde.

Educação

Para fins de verificação do mínimo constitucional em educação são consideradas as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União e as despesas executadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), mais o resultado líquido das transferências do Fundeb[26]. Dessa forma, os recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e demais recursos vinculados à educação não contam para fins de cumprimento do mínimo constitucional.

Para análise da aplicação dos mínimos constitucionais em educação (25%), utiliza-se como parâmetro a Receita Resultante de Impostos (RRI).

A RRI soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União. Além disso, para 2022, foram incluídas na base da RRI as receitas do auxílio financeiro concedido pela União[27] aos estados e ao Distrito Federal que outorgaram créditos tributários do ICMS aos produtores ou distribuidores de etanol hidratado em seu território. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas.

23 Constituição Federal, art. 198, § 3º.

24 Constituição Federal, art. 212.

25 Constituição Federal, art. 167-A.

26 Refere-se à diferença entre o valor transferido ao Fundeb e o valor recebido deste fundo, comumente chamada de "perda do Fundeb". Em 2021 foram repassados R$ 5,11 bilhões e recebidos R$ R$ 3,15 bilhões.

27 Emenda Constitucional Federal nº 123, de 14 de julho de 2022, art. 5º, inciso IV.

No exercício de 2022, a RRI foi de R$ 33,12 bilhões. Com isso, o mínimo a aplicar era de R$ 8,28 bilhões. O valor considerado para fins de cumprimento do mínimo constitucional no exercício foi de R$ 9,11 bilhões, 27,51% da RRI.

Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) por Fonte de Recursos (R$ milhões)

Fonte de Recurso	Valor
Despesas empenhadas na fonte Tesouro	2.941,20
Despesas empenhadas na fonte Fundeb	3.883,75
Resultado líquido das transferências do Fundeb	2.285,65
Despesas Consideradas em MDE	**9.110,60**
% da RRI	**27,51**

Todas as despesas executadas na função Educação e não pagas no exercício foram inscritas em restos a pagar com suficiente disponibilidade de caixa.

Relação entre Despesas e Receitas Correntes

Instituído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021, este indicador mede a relação entre despesas e receitas correntes, a qual não deve ser superior a 95%. Constitui-se, portanto, em uma regra fiscal à medida que incentiva o controle dos gastos públicos.

Em 2022, Santa Catarina permaneceu abaixo do limite de alerta (85%) até o quinto bimestre. Em dezembro, a relação ficou em 85,63%.

Para o acompanhamento bimestral do limite máximo são consideradas as despesas correntes liquidadas nos últimos 12 meses e aquelas empenhadas e não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, referentes ao mês de dezembro, que integra esses 12 meses. A base móvel dos últimos 12 meses também é aplicada às receitas correntes. O Tribunal de Contas do Estado é responsável por apurar e atestar o percentual da relação entre despesas e receitas correntes. Essa apuração coincide com a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS CATARINENSES

A Constituição do Estado de Santa Catarina, além de confirmar os limites mínimos para saúde e educação estabelecidos pela Constituição Federal, determinou mínimos para educação superior[28] (5% do mínimo constitucional para educação), ciência e tecnologia[29] (2% das receitas correntes) e emendas individuais parlamentares[30] (1% da Receita Corrente Líquida prevista).

28 Constituição Estadual, art. 170.

29 Constituição Estadual, art. 193.

30 Constituição Estadual, art. 120, §§ 9º e 10º.

Educação Superior

Santa Catarina deve prover, anualmente, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino[31], ou seja, 1,25% da RRI.

Faz-se necessário esclarecer que a Constituição Estadual determina o valor que deve ser aplicado (5% do mínimo constitucional) sem vincular esse valor a nenhuma fonte de receita.

Para o exercício de 2022, o mínimo a aplicar era de R$ 413,99 milhões. O valor aplicado nesse exercício foi de R$ 497,67 milhões, 1,50% da RRI.

Recursos Destinados à Assistência Financeira dos Alunos de Educação Superior (art. 170 da CE) (R$ milhões)

Fonte de Recurso	Valor Empenhado
Despesas na fonte Tesouro	329,44
Despesas na fonte Fumdes	168,24
Despesas Consideradas (art. 170 CE)	**497,67**
% da RRI	**1,50%**

Ainda em relação ao ensino superior, a Constituição de Santa Catarina, no seu art. 171, determina que as empresas privadas que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do poder público estadual deverão apoiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino superior na forma da lei[32]. Observa-se, portanto, que a Constituição Estadual, no art. 171, não definiu nenhum mínimo a ser aplicado anualmente.

A Lei Complementar Estadual, que regulamentou o art. 171 da CE, com obviedade também não o fez. O que a legislação regulamentou foi a forma de apoio, que se dará por intermédio de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para os alunos que se enquadrarem nos critérios por ela estabelecidos, e para isso instituiu o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (Fumdes).

Deve-se, portanto, assegurar que os recursos destinados ao Fumdes sejam aplicados efetivamente nas bolsas de estudos, garantindo recursos financeiros ao longo de todo o período necessário à conclusão dos estudos bem como das pesquisas e extensões universitárias.

Em 2022, o Fumdes recebeu das empresas privadas R$ 260,48 milhões, executou despesas no valor de R$ 168,24 milhões, inscrevendo R$ 15,82 milhões em restos a pagar não processados, e pagou R$ 5,62 milhões de restos a pagar inscritos em 2021, fechando o ano com R$ 137,44 milhões de saldo na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Além desses recursos de assistência financeira a estudantes de instituições de educação superior, destaca-se que Santa Catarina mantém a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). A Udesc é uma instituição pública de educação, sem fins lucrativos, que possui dependência do Estado, por isso, mensalmente são

31 Constituição Estadual, art. 170, regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº 281/2005.

32 Lei Complementar Estadual nº 407/2008.

repassados para ela duodécimos[33] para manutenção de suas atividades. Em 2022 foram repassados R$ 659,25 milhões (R$ 655,21 milhões de duodécimos e R$ 4,04 milhões de repasses previstos na Lei nº 17.053/2016 - Doações do Fundo Social, conforme o Processo UDESC 9550/2022).

Ciência e Tecnologia (CE, art. 193)

No mínimo 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicados em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta[34], pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional foram considerados os valores executados pela FAPESC, e na Epagri somente os valores executados nas funções 19 - Ciência e Tecnologia e 20 - Agricultura da Epagri, incluindo aqueles valores descentralizados por elas.

Na apuração da base de cálculo são levadas em conta as receitas correntes, excluídas as parcelas pertencentes aos municípios, Fundeb e demais restituições, o que corresponde a R$ 40,26 bilhões. Desse total, deduz-se o valor da desvinculação de receita[35], resultando, portanto, no valor a aplicar de R$ 563,58 milhões.

Foram investidos em pesquisa científica e tecnológica R$ 549,83 milhões, o que representa 1,95% das receitas correntes arrecadadas.

Emendas Individuais de Parlamentares (CE, art. 120, § 9º, e art. 120-C)

As emendas individuais de parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária Anual, também chamadas de emendas impositivas, são aprovadas no limite de 1% da Receita Corrente Líquida prevista no projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, conforme estabelecido na Constituição catarinense.

A RCL prevista no projeto da LOA 2022 foi de R$ 32,79 bilhões. Para 2022, a LOA aprovou dotação inicial de R$ 327,90 milhões, consignada em seis subações orçamentárias: 14.203 - Emendas parlamentares impositivas do Fundam (R$ 88,143 milhões); 14.227 - Emendas parlamentares impositivas da Educação (R$ 65,58 milhões); 14.240 - Emendas parlamentares impositivas da Saúde (R$ 32,79 milhões); 15.097 - Emendas parlamentares impositivas da Agricultura (R$ 19,25 milhões); 15.098 - Emendas parlamentares impositivas da Infraestrutura e Mobilidade (R$ 91,67 milhões); e 15.100 - Emendas parlamentares impositivas da Segurança Pública (R$ 30,47 milhões). No entanto, o Parlamento catarinense apresentou emendas no montante de R$ 327,02 milhões, conforme demonstrado na parte 5 da LOA, Emendas Parlamentares - Detalhamento.

A Constituição Estadual definiu que a execução orçamentária e financeira das emendas impositivas é obrigatória, salvo em casos de impedimento técnico para tal[36]. Em 2022 foram empenhados R$ 353,53 milhões nas seis subações destinadas à execução das emendas parlamentares, R$ 25,63 milhões a mais que o orçamento inicial.

A Emenda Constitucional nº 78/2020 trouxe regramento para as emendas parlamentares impositivas destinadas aos municípios catarinenses ao incluir o art. 120-C da Constituição Estadual, o qual determina que, a partir da Lei Orçamentária Anual de 2018, as emendas parlamentares impositivas[37] serão consideradas

33 Constituição Estadual, art. 39, e Lei de Diretrizes Orçamentária nº 17.996/2020, art. 26, inciso V.

34 Lei Complementar Estadual nº 741/2019, art. 66, § 1º, e art. 81, § 3º.

35 Decreto Estadual nº 812/2020, art. 2º, § 3º.

36 Constituição Estadual, art. 120, §§ 10 e 11.

37 Constituição Estadual, art. 120, § 9º.

transferências especiais[38], dispensando a celebração de convênio e a apresentação de plano de trabalho ou de instrumento congênere, devendo ser pagas diretamente aos municípios até o final de cada exercício financeiro.

Mesmo havendo a obrigatoriedade de pagamento das emendas impositivas, em anos eleitorais existem algumas proibições aos agentes públicos, servidores ou não, de condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais, conforme define a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral).

Entre elas está a vedação, nos três meses que antecedem o pleito, de realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

As transferências decorrentes de emendas parlamentares individuais estão submetidas à vedação do art. 73, VI, "a", da Lei Eleitoral[39], por se caracterizarem essencialmente como transferências voluntárias[40]. O § 10º do art. 73 proíbe, no ano da eleição, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos estes em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Contudo, observada a restrição referente aos três meses que antecedem o pleito, contida no art. 73, VI, "a" da Lei nº 9.504/97, há algumas exceções[41] a essas proibições, como é o caso das transferências voluntárias, por meio de emendas parlamentares impositivas, a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, no ano eleitoral, como os hospitais filantrópicos, os bombeiros voluntários e as APAEs.

Além do disposto no art. 120-C da Constituição Estadual, o art. 33 da Lei nº 18.170, de 27 de julho de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022), estabelece que, uma vez constatada a realização de valores superiores de Receita Corrente Líquida (RCL) em relação aos valores estimados na Lei Orçamentária Anual aprovada pela Lei nº 18.329, de 5 de janeiro de 2022 (LOA 2022), deverá ser destinado 1% da diferença positiva para as emendas parlamentares impositivas que atendam objetos relacionados à função Saúde.

Nesses termos, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) apresentou ao Poder Executivo as emendas parlamentares impositivas adicionais no valor global de 1% da diferença positiva da RCL apurada.

---

38 Nos termos que dispõe o inciso I do art. 166-A da Constituição Federal.

39 Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

40 TCU, Acórdão 287/2016, Boletim de Jurisprudência 114/TCU.

41 Parecer PGE/SC nº 442/2019. Procurador do Estado Evandro Régis Eckel. EMENTA: voluntária. Emendas parlamentares impositivas. Natureza de transferência Entendimento do Tribunal de Contas da União. Submissão ao art. 73 da Lei nº 9.504/97. Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais. 1. Transferências voluntárias aos municípios, mediante convênios ou instrumentos congêneres, nos quais haja previsão de contrapartida. Possibilidade, observadas as restrições constantes do art. 73, VI, "a". Ausência de restrição após a realização das eleições. Vedação do inciso VI limitada aos três meses que antecedem o pleito. 2. Transferências voluntárias, por meio de emendas parlamentares impositivas, a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, no ano eleitoral, como os hospitais filantrópicos, os bombeiros voluntários e as APAEs. Possibilidade, exceto nos três meses que antecedem o pleito. Situações não abrangidas pela alínea "a" do inciso VI e que não se amoldam ao conceito de "distribuição gratuita" contido no § 10 do art. 73.

Assim, em 2022, o Poder Executivo repassou aos municípios catarinenses, por meio de transferências especiais, R$ 285,48 milhões referentes às emendas parlamentares dos anos de 2022 e 2021. Foram R$ 285,16[42] milhões para 1.536 emendas do exercício de 2022 e R$ 0,32 milhão para três emendas do exercício de 2021[43].

Dessa forma, Santa Catarina atendeu o compromisso estabelecido com o Parlamento catarinense de repassar aos municípios, no ano de 2022, os recursos destinados às emendas parlamentares impositivas consideradas transferências especiais.

No site da Secretaria de Estado da Fazenda[44] é possível acompanhar, de forma detalhada, a execução de todas as emendas parlamentares impositivas por exercício (2018 a 2022), considerando as transferências para municípios, entidades, consórcios ou aplicações diretas realizadas por meio de instrumentos de transferências voluntárias (convênios) ou transferências especiais. Nos painéis constam os dados das emendas (autor, município, esfera de aplicação, etc.) e o detalhamento dos pagamentos (valores instituídos na LOA, valores pagos, pagamentos parciais, valores a pagar e emendas não executadas por impedimento técnico ou canceladas).

Educação Especial (Lei nº 18.334/2022, art. 5º, XVIII)[45]

Santa Catarina deve repassar às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (APAEs) valor não inferior à média dos valores repassados nos anos de 2019, 2020 e 2021, e, caso a receita do FUNDO SOCIAL seja inexistente ou insuficiente, o Tesouro do Estado integralizará ou complementará o valor do repasse, que deverá ser atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)[46].

A média dos valores repassados (empenhos pagos) nos anos de 2019, 2020 e 2021 corresponde ao valor nominal de R$ 51,54 milhões, que atualizado para dezembro de 2022 passa para R$ 54,52 milhões.

O valor repassado[47] (empenhos pagos) às APAEs em 2022 foi de R$ 167,21 milhões, R$ 112,68 milhões a mais que o mínimo legal exigido.

---

42 Desse total, R$ 25,34 milhões (113 emendas) referem-se a emendas parlamentares impositivas, na modalidade de transferências especiais, adicionais na função Saúde no valor de 1% da diferença positiva da RCL apurada.

43 Emendas constantes do Anexo I da Lei nº 18.055, de 29 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual do exercício de 2021), alteradas para a modalidade de transferências especiais, conforme o Anexo III da Lei nº 18.522, de 7 de novembro de 2022. As demais transferências especiais foram integralmente repassadas no exercício financeiro de 2021.

44 Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/servicos/assunto/88/Emendas_Parlamentares_Estaduais.

45 Conforme Errata nº 1 encaminhada ao Tribunal de Contas por meio do Ofício SEF/DCIF nº 59/2023.

46 Lei Estadual nº 18.334/2022, art. 5º, XVIII.

47 Conforme as subações orçamentárias nº 11.097 – Apoio financeiro às APAEs e nº 14.118 – Cooperação Técnico-Pedagógica com APAEs.



Urupema
Foto: Fabiana Borelli da Silva Jordan



Demonstrações Contábeis

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2022

R$ milhares

Receitas Orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)		**36.118.640**	**36.118.640**	**42.270.299**	**6.151.659**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		24.929.197	24.929.197	26.772.907	1.843.710
Receitas de Contribuições		2.954.050	2.954.050	3.529.181	575.131
Receita Patrimonial		356.112	356.112	1.701.660	1.345.548
Receita Agropecuária		2.978	2.978	1.952	(1.026)
Receita Industrial		28	28	78	49
Receita de Serviços		833.748	833.748	974.971	141.223
Transferências Correntes		6.555.627	6.555.627	8.485.803	1.930.175
Outras Receitas Correntes		486.899	486.899	803.747	316.849
RECEITAS DE CAPITAL (II)		**981.532**	**981.532**	**177.525**	**(804.007)**
Operações de Crédito		839.200	839.200	38.890	(800.310)
Alienação de Bens		25.181	25.181	23.738	(1.443)
Amortização de Empréstimos		29.998	29.998	34.732	4.734
Transferências de Capital		77.153	77.153	73.365	(3.788)
Outras Receitas de Capital		10.000	10.000	6.800	(3.200)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		**37.100.172**	**37.100.172**	**42.447.824**	**5.347.652**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)		**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		**37.100.172**	**37.100.172**	**42.447.824**	**5.347.652**
DEFICIT (VI)	**43**	**-**	**-**	**1.181.202**	**-**
TOTAL (VII) = (V + VI)		**37.100.172**	**37.100.172**	**43.629.026**	**5.347.652**

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Receitas Orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
Saldos de Exercícios Anteriores		**-**	**4.760.371**	**3.765.641**	**-**
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Superavit Financeiro	42		4.760.371	3.765.641	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2022

R$ milhares

Despesas Orçamentárias	Nota Explicativa	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)		**31.866.481**	**37.742.580**	**36.197.843**	**35.076.089**	**34.780.325**	**1.544.737**
Pessoal e Encargos Sociais		21.012.879	24.003.721	23.721.651	23.654.056	23.591.018	282.070
Juros e Encargos da Dívida		1.215.734	1.031.759	1.018.816	1.018.760	1.018.760	12.942
Outras Despesas Correntes		9.637.869	12.707.101	11.457.375	10.403.273	10.170.547	1.249.725
Despesas de Capital (IX)		**5.232.690**	**9.312.260**	**7.431.183**	**6.867.820**	**6.844.026**	**1.881.078**
Investimentos		3.995.937	7.329.243	5.474.717	4.911.501	4.887.707	1.854.526
Inversões Financeiras		274.362	414.529	402.030	401.950	401.950	12.499
Amortização da Dívida		962.392	1.568.489	1.554.436	1.554.369	1.554.369	14.053
Reserva de Contingência (X)		**1.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		**37.100.172**	**47.054.840**	**43.629.026**	**41.943.909**	**41.624.351**	**3.425.815**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)		**37.100.172**	**47.054.840**	**43.629.026**	**41.943.909**	**41.624.351**	**3.425.815**
SUPERAVIT (XIV)		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)		**37.100.172**	**47.054.840**	**43.629.026**	**41.943.909**	**41.624.351**	**3.425.815**
RESERVA DO RPPS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2022

Execução dos Restos a Pagar não Processados

R$ milhares

Restos a Pagar não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f) = (a + b - d - e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)				
Despesas Correntes	**-**	**848.570**	**580.876**	**580.876**	**267.694**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.254	5.382	5.382	1.873	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	841.315	575.494	575.494	265.821	-
Despesas de Capital	**-**	**538.197**	**247.790**	**247.786**	**290.407**	**5**
Investimentos	-	538.037	247.630	247.626	290.407	5
Inversões Financeiras	-	160	160	160	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**1.386.767**	**828.666**	**828.662**	**558.101**	**5**

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2022

Execução dos Restos a Pagar Processados

R$ milhares

Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e) = (a + b - c - d)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)			
Despesas Correntes	**3.034**	**201.286**	**199.465**	**1.904**	**2.950**
Pessoal e Encargos Sociais	237	62.023	61.392	237	632
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.796	139.262	138.074	1.667	2.319
Despesas de Capital	**21**	**252.859**	**82.931**	**169.937**	**11**
Investimentos	21	252.859	82.931	169.937	11
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**3.055**	**454.144**	**282.396**	**171.841**	**2.961**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Ingressos	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
Receita Orçamentária (I)		**42.447.824**	**34.159.448**
Ordinária		**30.015.464**	**24.287.000**
Vinculada		**12.432.360**	**9.872.448**
Recursos Vinculados à Educação		4.588.056	3.672.327
Recursos Vinculados à Saúde		746.935	801.521
Recursos Vinculados à Previdência Social		3.649.980	2.586.964
Recursos Vinculados à Assistência Social		781.879	640.868
Recursos Vinculados à Segurança Pública		820.130	718.083
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		28.105	21.960
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		413.206	259.799
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		-	8.229
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		23.738	14.707
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		65.512	18.050
Outras Vinculações de Recursos		1.314.819	1.129.942
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**124.308.696**	**101.787.060**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		34.239.461	26.112.016
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		84.700.446	70.888.244
Transferências Recebidas - Aportes RPPS		3.777.118	3.418.297
Transferências Recebidas - Aportes de Pensões Militares		1.591.671	1.368.502
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**31.891.406**	**20.773.264**
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		1.685.116	1.386.767
Inscrição de Restos a Pagar Processados		319.558	454.144
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		26.395.071	16.281.399
Aplicações do RPPS		3.491.659	2.650.953
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**13.363.674**	**11.226.180**
Caixa e Equivalentes de Caixa	36-44	13.363.674	11.226.180
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**212.011.600**	**167.945.951**

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Dispêndios	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
Despesa Orçamentária (VI)		**43.629.026**	**33.745.775**
Ordinária		**30.817.991**	**24.299.697**
Vinculada		**12.811.035**	**9.446.078**
Recursos Vinculados à Educação		4.823.064	3.575.210
Recursos Vinculados à Saúde		780.762	921.662
Recursos Vinculados à Previdência Social		3.572.867	2.564.714
Recursos Vinculados à Assistência Social		914.744	374.315
Recursos Vinculados à Segurança Pública		851.078	724.593
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		1.447	14
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		20.058	15.581
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		445.432	283.450
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		2.825	13.110
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		12.934	11.846
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		229.549	158.240
Outras Vinculações de Recursos		1.156.274	803.343
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**124.308.696**	**101.787.060**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		34.239.461	26.112.016
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		84.700.446	70.888.244
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		3.777.118	3.418.297
Transferências Concedidas para Aportes de Pensões Militares		1.591.671	1.368.502
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**30.676.206**	**19.049.442**
Pagamento de Restos a Pagar não Processados		828.662	420.760
Pagamento de Restos a Pagar Processados		282.396	227.326
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		25.967.866	15.719.374
Aplicações do RPPS		3.597.282	2.671.756
Perdas - Aplicação Financeira RPPS		-	10.225
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	36-44	**13.397.672**	**13.363.674**
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.397.672	13.363.674
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**212.011.600**	**167.945.951**

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Especificação	Janeiro a dezembro/2022			Janeiro a dezembro/2021		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**46.496.182**	**16.480.718**	**30.015.464**	**37.935.852**	**13.648.853**	**24.287.000**
Vinculada	**12.464.511**	**32.151**	**12.432.360**	**9.902.318**	**29.870**	**9.872.448**
Recursos Vinculados à Educação	4.588.068	12	4.588.056	3.672.539	212	3.672.327
Recursos Vinculados à Saúde	750.561	3.626	746.935	804.631	3.110	801.521
Recursos Vinculados à Previdência Social	3.657.397	7.416	3.649.980	2.598.197	11.233	2.586.964
Recursos Vinculados à Assistência Social	781.941	61	781.879	642.369	1.502	640.868
Recursos Vinculados à Segurança Pública	820.463	334	820.130	718.178	95	718.083
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	28.120	15	28.105	23.326	1.366	21.960
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	423.835	10.629	413.206	267.829	8.030	259.799
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	-	-	-	8.229	-	8.229
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	23.738	-	23.738	14.707	-	14.707
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	65.512	-	65.512	18.050	-	18.050
Outras Vinculações de Recursos	1.324.877	10.058	1.314.819	1.134.265	4.322	1.129.942
TOTAL	**58.960.693**	**16.512.869**	**42.447.824**	**47.838.171**	**13.678.723**	**34.159.448**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	13.397.672	13.363.674
Créditos a Curto Prazo		5.392.498	4.748.825
Créditos Tributários a Receber	11	4.672.879	4.353.676
Clientes	12	8.516	10.160
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	19.277	17.359
Dívida Ativa Tributária	14	712.499	394.401
Dívida Ativa não Tributária	15	50.660	38.194
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(71.333)	(64.965)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	7.817.213	4.373.328
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	732.322	626.699
Estoques	19	554.315	616.157
VPDs Pagas Antecipadamente	20	21.032	18.921
Total do Ativo Circulante		**27.915.052**	**23.747.605**
Ativo não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.122.869	2.214.019
Créditos a Longo Prazo		2.011.524	1.744.070
Créditos Tributários a Receber	11	1.619.383	1.462.530
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	346.015	247.640
Dívida Ativa Tributária	14	23.167.141	21.344.218
Dívida Ativa não Tributária	15	842.537	723.250
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(23.963.553)	(22.033.569)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	854.683	206.119
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	18	49	50
VPDs Pagas Antecipadamente	20	256.613	263.779
Investimentos	21	4.839.987	4.114.395
Imobilizado	22	39.028.626	31.679.665
Intangível	23	436.779	390.832
Total do Ativo não Circulante		**47.428.260**	**38.398.911**
TOTAL DO ATIVO		**75.343.313**	**62.146.515**

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	1.338.747	849.008
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	1.057.057	1.718.091
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	462.918	523.454
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	13.524	20.142
Transferências Fiscais a Curto Prazo	29	108.752	231.704
Provisões a Curto Prazo	28	5.621.568	3.416.907
Demais Obrigações a Curto Prazo	29	7.635.987	7.123.316
Total do Passivo Circulante		**16.238.553**	**13.882.622**
Passivo não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	1.845.968	1.860.692
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	17.530.419	17.900.819
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	399.215	353.017
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	198.607	208.218
Transferências Fiscais a Longo Prazo	29	80.370	84.979
Provisões a Longo Prazo	28	113.404.978	87.348.055
Demais Obrigações a Longo Prazo	29	1.071.156	1.045.555
Resultado Diferido	30	2.058.263	1.931.703
Total do Passivo não Circulante		**136.588.976**	**110.733.037**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		5.395	5.395
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		4.843.574	94.310
Resultados Acumulados	31	(82.333.554)	(62.569.217)
Total do Patrimônio Líquido		**(77.484.216)**	**(62.469.144)**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**75.343.313**	**62.146.515**

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Especificação	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
Ativo Financeiro	14.553.467	14.347.395
Ativo Permanente	60.789.846	47.799.120
Total do Ativo (I)	**75.343.313**	**62.146.515**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	9.444.342	8.793.615
Passivo Permanente	145.068.235	117.208.809
Total do Passivo (II)	**154.512.578**	**126.002.424**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**(79.169.265)**	**(63.855.908)**

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas		7.226.241	7.191.896
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		592	592
Direitos Contratuais em Execução		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		24.082	24.082
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		**7.250.915**	**7.216.570**
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas		1.599.336	1.682.764
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		1.569.969	559.633
Obrigações Contratuais		203.485.754	22.489.242
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	32	782.926	-
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		**207.437.985**	**24.731.638**

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro do Superavit/Deficit Financeiro

Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2022	31/12/2021
0.100 - Recursos ordinários - recursos do Tesouro - RLD	362.130	1.001.324
0.101 - Recursos ordinários - diversos	16.722	7.958
0.103 - Recursos ordinários - Desvinculação de Receitas do Estado (DREM)	6.895	15.972
0.111 - Taxas da segurança pública - recursos do Tesouro - exercício corrente	5.956	56.124
0.119 - Recursos do Tesouro - exercício corrente - outras taxas - vinculadas	4.724	2.255
0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do Tesouro - exercício corrente	11.136	123.282
0.121 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE estadual - recursos do Tesouro - exercício corrente	1.212	8.682
0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do Tesouro - exercício corrente	8.961	4.339
0.124 - Convênio - programas de educação - recursos do Tesouro - exercício corrente	67.909	22.949
0.125 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos do Tesouro - exercício corrente	0,02	-
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do Tesouro - exercício corrente	2.420	33.273
0.129 - Outras transferências - recursos do Tesouro - exercício corrente	51.382	14.515
0.131 - Recursos do Fundeb	3.957	9.775
0.132 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	1.522
0.135 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	5.709
0.140 - Outros serviços - recursos do Tesouro - exercício corrente	1.783	5.840
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do Tesouro - exercício corrente	4.189	14.316
0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do Tesouro - exercício corrente	6	6
0.169 - Outros recursos primários - recursos do Tesouro - exercício corrente	21.778	27.448
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do Tesouro - exercício corrente	9.431	6.339
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do Tesouro - exercício corrente	41.457	18.903

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Fontes de Recursos	31/12/2022	31/12/2021
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	18.821	533
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	2.307	9.976
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	274	591
0.191 - Operações de crédito internas - recursos do Tesouro - exercício corrente	4.649	4.553
0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	44
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do Tesouro - exercício corrente	1.012	-
0.212 - Selos de fiscalização de atos notariais e registrais - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.787	7.649
0.219 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício corrente	211.229	354.255
0.223 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	123.435	130.800
0.224 - Convênio - programas de educação - recursos de outras fontes - exercício corrente	435	-
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	180	178
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercício corrente	13.901	13.802
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	47.715	38.026
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	-	14
0.233 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (SUS)	6.042	5.379
0.234 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com Poderes	2.912	1.318
0.235 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios	27.542	211
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	287.338	223.643
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	218.028	192.717
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	16.405	25.694
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	219.951	332.244
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	-	0,1
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	109.463	136.170
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	919	16.587
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	236.856	196.932

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Fontes de Recursos	31/12/2022	31/12/2021
0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente	706	305
0.281 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	47.372	10.190
0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente	116.013	28.958
0.283 - Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça	291.920	37.200
0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos de outras fontes - exercício corrente	50.406	11.660
0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes	126.835	53.844
0.289 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	53.845	14.192
0.298 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	22.172	8.986
0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.834	5.549
0.300 - Recursos ordinários - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	116.947	356.492
0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do Tesouro - exercícios anteriores	7.506	5.394
0.309 - Superavit financeiro - recursos convertidos - recursos do Tesouro - receitas primárias	655	1.103
0.310 - Taxa judiciária - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	2.588	2.588
0.311 - Taxas da segurança pública - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	1.669	3.988
0.319 - Recursos do Tesouro - exercícios anteriores - outras taxas vinculadas	592	1.109
0.320 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	14.383	124.849
0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE estadual	482	3.184
0.322 - Cota-parte da compensação dos recursos hídricos - recursos do Tesouro - exercício anterior	170	420
0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	54.165	71.569
0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores	1	1
0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	89	3.729
0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	5.708	8.589
0.329 - Outras transferências - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	4.202	4.214

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Fontes de Recursos	31/12/2022	31/12/2021
0.335 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	5.709	-
0.340 - Outros serviços - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	2.627	934
0.360 - Recursos patrimoniais primários - exercícios anteriores	1.897	819
0.361 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	1.408
0.362 - Receitas diversas - SEITEC	-	1.385
0.369 - Outros recursos primários - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	3.296	1.225
0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	0,8	0,5
0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	0,1	0,1
0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores	71.900	71.736
0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	51.626	82.368
0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	1.010	958
0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	202	197
0.391 - Operações de crédito internas - recursos do Tesouro - exercícios anteriores - superavit	44.431	139.302
0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	-	1.430
0.398 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	319	319
0.610 - Recursos de outras fontes - exercício anterior - taxa judiciária	1.868	1.088
0.612 - Recursos de outras fontes - exercício anterior - selos de fiscalização de atos notariais e registrais	-	0,4
0.619 - Recursos de outras fontes - outras taxas vinculadas	505.750	218.356
0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	104.093	75.461
0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	2.693	2.994
0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	29.442	45.147
0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	54.717	44.750
0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	189	175
0.633 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (SUS)	9.211	17.387

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Fontes de Recursos	31/12/2022	31/12/2021
0.634 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com Poderes	961	481
0.635 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - exercício anterior	172	-
0.640 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	17.662	49.796
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	174	174
0.650 - Contribuição previdenciária	134.828	136.014
0.659 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	65
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	27.154	22.697
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	95.594	102.906
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior - exercícios anteriores	27.369	19.997
0.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - exercícios anteriores	2.122	14.159
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	251.461	144.241
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	550	252
0.681 - Recursos de outras fontes - exercício anterior - remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	12.619	2.429
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	69.304	40.571
0.683 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário	88.364	51.164
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	25.352	14.358
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	157.851	207.802
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	152.629	138.798
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	7.364	9.693
0.699 - Não primárias - outras receitas	8.989	8.213
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do Tesouro - exercício corrente	1.252	16.467
7.111 - Contrapartida de convênios - taxa da segurança pública - recursos do Tesouro - exercício corrente	1.280	1.696
7.219 - Contrapartida de convênios - outras taxas vinculadas - exercício corrente	624	655
7.228 - Contrapartida de convênios - outros convênios e acordos administrativos - exercício corrente	-	439

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Fontes de Recursos	31/12/2022	31/12/2021
7.235 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - contrapartida de convênios	135	-
7.240 - Contrapartida de convênios - receita de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	18
7.261 - Contrapartida de convênios - Fundo Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	147
7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - receitas de outras fontes	-	450
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do Tesouro - exercício anterior	2.788	4.726
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	2.967	1.214
7.319 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício anterior - demais receitas	162	162
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	67	67
7.362 - Contrapartida de convênios - recursos do Tesouro - exercício anterior - receitas diversas - SEITEC	-	-
7.385 - Contrapartida de convênios - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	-	54
7.619 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - exercício anterior	934	1.791
7.628 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - exercício anterior - outros convênios, ajustes e acordos administrativos	464	29
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - receitas de outras fontes	35	35
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	62	133
7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	-	2
7.661 - Contrapartida de convênios - Fundo Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	181	65
7.662 - Contrapartida de convênios - receitas diversas - SEITEC - exercícios anteriores	-	62
7.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - contrapartida de convênios - exercícios anteriores	76	126
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - receitas de outras fontes - exercícios anteriores	886	625
7.685 - Contrapartida de convênios - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - exercício anterior	4	4
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**5.078.924**	**5.530.182**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração das Variações Patrimoniais

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**33**	**42.919.414**	**37.590.799**
Impostos		41.155.662	35.922.163
Taxas		1.763.751	1.668.636
Contribuições		**1.928.428**	**1.194.600**
Contribuições Sociais		1.928.428	1.194.600
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		**1.333.317**	**685.424**
Venda de Mercadorias		7.995	13.634
Venda de Produtos		2.177	1.532
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		1.323.145	670.257
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		**4.785.121**	**1.896.710**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		3.717	3.619
Juros e Encargos de Mora		2.255.989	865.704
Variações Monetárias e Cambiais		1.058.911	657.505
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.466.505	369.882
Transferências e Delegações Recebidas		**10.621.329**	**8.393.145**
Transferências Intergovernamentais		7.960.141	6.676.874
Transferências das Instituições Privadas		1.171.290	954.684
Transferências de Pessoas Físicas		174	131
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.489.724	761.456
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		**2.996.806**	**1.442.338**
Reavaliação de Ativos		101.196	1.184
Ganhos com Alienação		2.880	4.070
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.134.871	642.368
Ganhos com Desincorporação de Passivos		757.859	794.716

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**12.052.769**	**152.517.497**
Resultado Positivo de Participações		847.194	420.133
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		10.157.014	151.288.984
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.048.561	808.380
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**76.637.184**	**203.720.513**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos		**13.395.387**	**11.036.022**
Remuneração a Pessoal	34	11.375.399	9.438.964
Encargos Patronais	34	753.930	618.709
Benefícios a Pessoal	34	644.246	508.520
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	34	621.813	469.829
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**34**	**9.001.068**	**7.362.991**
Aposentadorias e Reformas		7.519.583	6.152.816
Pensões		1.426.998	1.181.265
Outros Benefícios Assistenciais		54.487	28.910
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		**8.237.176**	**5.886.812**
Uso de Material de Consumo		2.195.109	990.253
Serviços		4.737.895	3.786.601
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.304.172	1.109.958
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**3.967.471**	**3.367.843**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		1.108.651	845.903
Juros e Encargos de Mora		11.271	9.897
Variações Monetárias e Cambiais		2.842.340	2.509.605
Descontos Financeiros Concedidos		2.455	659
Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.754	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		-	1.779
Transferências e Delegações Concedidas		**18.707.398**	**16.264.754**
Transferências Intergovernamentais		17.986.629	15.590.919

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
Transferências a Instituições Privadas		159.484	210.813
Execução Orçamentária Delegada		193.603	136.291
Outras Transferências e Delegações Concedidas		367.682	326.731
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		**3.088.836**	**2.520.601**
Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		2.320.581	1.786.708
Perdas com Alienação		700	38
Perdas Involuntárias		70	392
Incorporação de Passivos		93.986	57.079
Desincorporação de Ativos		673.500	676.386
Tributárias		**393.261**	**338.096**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.626	6.008
Contribuições		386.635	332.088
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		**81**	**147**
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV		81	147
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		**39.621.785**	**22.324.264**
Premiações		28.205	28.969
Resultado Negativo de Participações		239.135	46.956
Incentivos		342.140	58.146
Subvenções Econômicas		93.497	25.642
VPD de Constituição de Provisões		37.843.062	21.315.734
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.075.746	848.817
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**96.412.464**	**69.101.530**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	**35**	**(19.775.280)**	**134.618.983**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		**168.437.996**	**137.264.256**
Receita Tributária		26.772.907	22.452.120
Receita de Contribuições		3.529.181	2.520.752
Receita Patrimonial		237.909	107.745
Receita Agropecuária		1.952	2.531
Receita Industrial		78	49
Receita de Serviços		974.971	881.090
Remuneração das Disponibilidades		1.463.751	369.878
Outras Receitas Derivadas e Originárias		803.747	579.417
Transferências Recebidas		8.559.168	7.144.370
Outros Ingressos Operacionais	37	126.094.332	103.206.305
Desembolsos		**164.341.921**	**132.928.715**
Pessoal e Demais Despesas		30.585.237	25.041.749
Juros e Encargos da Dívida		1.018.760	831.542
Transferências Concedidas		6.549.128	3.890.187
Outros Desembolsos Operacionais	37	126.188.795	103.165.238
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		**4.096.075**	**4.335.541**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		**58.470**	**42.167**
Alienação de Bens		23.738	13.893
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		34.732	28.274
Outros Ingressos de Investimentos		**-**	**-**
Desembolsos		**3.012.523**	**1.295.479**
Aquisição de Ativo não Circulante		2.694.631	1.075.450
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		127.032	100.845
Outros Desembolsos de Investimento		190.859	119.184
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		**(2.954.053)**	**(1.253.312)**

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		**45.690**	**59.329**
Operações de Crédito		38.890	-
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		6.800	7.460
Outros Ingressos de Financiamentos		-	51.869
Desembolsos		**1.554.369**	**1.507.265**
Amortização/Refinanciamento da Dívida		1.554.369	1.507.265
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		**(1.508.679)**	**(1.447.935)**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)	36-37-38	**(366.657)**	**1.634.293**
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		7.254.953	5.620.660
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		6.888.296	7.254.953

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

R$ milhares

	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		3.543.621	3.040.697
da União		3.504.451	3.029.511
de Estados e Distrito Federal		-	-
de Municípios		39.170	11.186
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		5.015.547	4.103.673
Total das Transferências Recebidas		**8.559.168**	**7.144.370**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		2.765.347	924.912
à União		80	154
a Estados e Distrito Federal		-	-
a Municípios		2.765.267	924.757
Intragovernamentais		2.036.494	1.729.929
Outras Transferências Concedidas		1.747.287	1.235.347
Total das Transferências Concedidas		**6.549.128**	**3.890.187**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

R$ milhares

	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
Legislativa	648.078	570.152
Judiciária	2.569.617	1.977.910
Essencial à Justiça	1.245.839	910.506
Administração	1.894.778	1.669.493
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	2.958.520	2.434.654
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	52.182	53.504
Previdência Social	9.001.264	7.357.425
Saúde	3.770.531	3.308.438
Trabalho	6.235	4.751
Educação	5.429.897	4.209.467
Cultura	66.692	52.506
Direitos da Cidadania	1.268.553	967.560
Urbanismo	-	-
Habitação	7.994	6.857
Saneamento	167	128
Gestão Ambiental	93.153	64.191
Ciência e Tecnologia	24.029	22.180
Agricultura	771.402	630.331
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	42.028	36.663
Comunicações	-	-
Energia	43	-
Transporte	216.484	170.004
Desporto e Lazer	10.702	5.864
Encargos Especiais	507.047	589.164
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	**30.585.237**	**25.041.749**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

R$ milhares

	Janeiro a dezembro/2022	Janeiro a dezembro/2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	948.799	737.696
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	53.347	70.319
Outros Encargos da Dívida	16.615	23.527
TOTAL DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**1.018.760**	**831.542**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/1964

Valores em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022

R$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Patrimônio Social/ Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**39**	**5.395**	**368**	**5.815**	**2.274**	**(197.012.320)**	**-**	**(196.998.468)**
Ajustes de Exercícios Anteriores	31	-	-	-	-	(175.880)	-	(175.880)
Redução do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	35	-	-	-	-	134.618.983	-	134.618.983
Constituição/ Reversão de Reservas		-	-	86.221	-	-	-	86.221
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**39**	**5.395**	**368**	**92.036**	**2.274**	**(62.569.217)**	**-**	**(62.469.144)**

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Especificação	Nota Explicativa	Patrimônio Social/ Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**39**	**5.395**	**368**	**92.036**	**2.274**	**(62.569.217)**	**-**	**(62.469.144)**
Ajustes de Exercícios Anteriores	31	-	-	-	-	10.942	-	10.942
Redução do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	35	-	-	-	-	(19.775.280)	-	(19.775.280)
Constituição/ Reversão de Reservas		-	-	4.749.265	-	-	-	4.749.265
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**39**	**5.395**	**368**	**4.841.301**	**2.274**	**(82.333.554)**	**-**	**(77.484.216)**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Cachoeira Paulista, em Doutor Pedrinho
Foto: Robson Rodrigues



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS		Página
BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
1.	Contexto Operacional	200
2.	Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina	201
3.	Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2022	202
3.1.	Relação Nominal dos Órgãos, das Entidades e dos Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo	203
3.2.	Unidades Administrativas	206
4.	Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações	206
5.	Base para a Elaboração	206
5.1.	Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	207
6.	Moeda Funcional e de Apresentação	209
7.	Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas	209
8.	Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis	210
9.	Resumo das Principais Políticas Contábeis	210
BALANÇO PATRIMONIAL		
10.	Caixa e Equivalentes de Caixa	217
11.	Créditos Tributários a Receber	220
12.	Clientes	222
13.	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	224
14.	Dívida Ativa Tributária	226
15.	Dívida Ativa não Tributária	228
16.	Ajuste de Perdas de Créditos	229
17.	Demais Créditos e Valores	231
18.	Investimentos e Aplicações Temporárias	242
19.	Estoques	243
20.	Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente	245
21.	Investimentos	246
22.	Imobilizado	248
23.	Intangível	255

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS		Página
24.	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	258
25.	Empréstimos e Financiamentos	261
26.	Fornecedores e Contas a Pagar	261
27.	Obrigações Fiscais	265
28.	Provisões	265
29.	Transferências Fiscais e Demais Obrigações	270
30.	Resultado Diferido	275
31.	Ajustes de Exercícios Anteriores	276
32.	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	278
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
33.	Tributos	280
34.	Benefícios a Empregados	282
35.	Resultado Patrimonial	283
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
36.	Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações	285
37.	Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais	286
38.	Resultado Orçamentário e Geração Líquida de Caixa	286
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
39.	Variação do Patrimônio Líquido no Período	287
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
40.	Despesas Demonstradas na LOA e Dotação Inicial	287
41.	Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias	288
42.	Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	289
43.	Resultado Orçamentário	290
BALANÇO FINANCEIRO		
44.	Resultado Financeiro	290
OUTRAS NOTAS RELEVANTES		
45.	Renúncia de Receita	291
46.	Transações entre Partes Relacionadas	293
47.	Eventos Subsequentes	298

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Governo do Estado de Santa Catarina é uma pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na Rodovia SC-401, Km 15, nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2022 foram amparadas pela Lei Estadual nº 18.329, de 5 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante esse exercício. As competências de cada órgão do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2022 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria nº 42/1999 do então Ministério de Estado do Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais[1].

As demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas. Nesse sentido, destaca-se que as informações registradas no SIGEF são de responsabilidade dos gestores dos órgãos, autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes da Administração Pública estadual, cabendo à Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) a consolidação das informações contábeis para fins de emissão das demonstrações contábeis e da elaboração desta prestação de contas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

1 Na função Encargos Especiais, foram realizadas as despesas de Precatórios e do Serviço da Dívida Interna e Externa.

2. RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA

São controladas diretamente por Santa Catarina as empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, aquelas ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes[2] e não dependentes. No exercício de 2022 são elas:

a. Empresas Estatais Dependentes:

Em funcionamento:

I. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
II. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Em processo de liquidação[3]:

I. Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)
II. Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

b. Empresas não Dependentes[4]:

Em funcionamento:

I. Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)
II. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)[5]
III. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)
IV. Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz (Hidrocaldas)[6]
V. Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC)
VI. Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)
VII. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)
VIII. Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)[7]
IX. Sapiens Parque S.A.[8]
X. SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)
XI. Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (Iazpe)

Em processo de liquidação[9]:

I. BESC S.A. Corretora de Seguros (BESCOR)

---

2 Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/2000).

3 Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

4 As demonstrações contábeis das empresas não dependentes não estão consolidadas neste Balanço.

5 Controle conjunto com Paraná e Rio Grande do Sul.

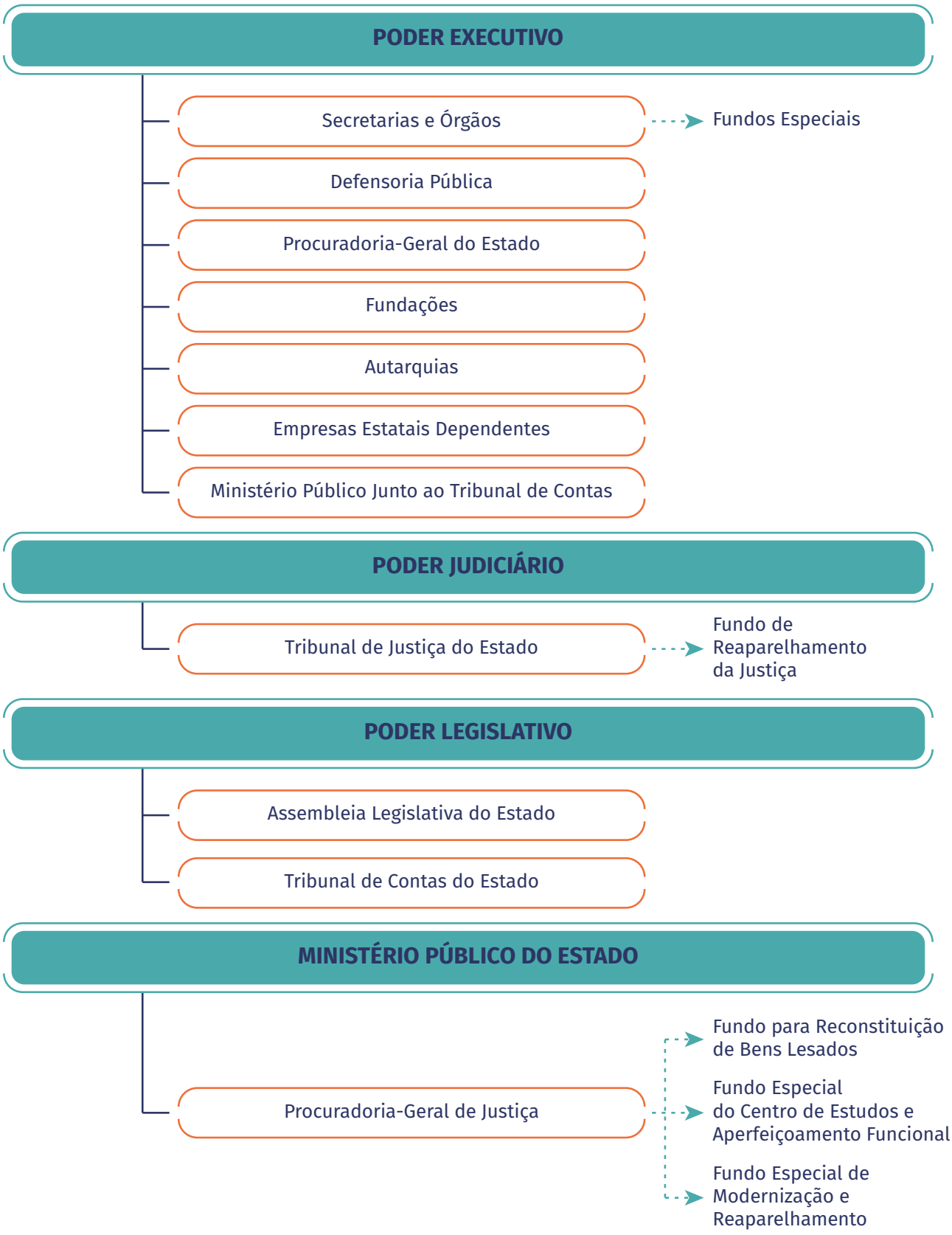
6 O Estado passou a ter o controle direto da Hidrocaldas durante o processo de liquidação da CODESC.

7 A INVESC não possui atividades operacionais e cumpre apenas as obrigações acessórias previstas na legislação vigente para sua existência, em virtude da impossibilidade de baixa decorrente de demandas judiciais.

8 O Estado passou a ter o controle direto do Sapiens Parque S.A. durante o processo de liquidação da CODESC.

9 Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

3. RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2022



3.1. Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo

a. Secretarias e Órgãos

Casa Civil
Controladoria-Geral do Estado
Corpo de Bombeiros Militar
Defesa Civil
Gabinete do Vice-Governador
Polícia Científica[10]
Polícia Civil
Polícia Militar
Secretaria de Estado da Administração
Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural
Secretaria de Estado da Comunicação[11]
Secretaria de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
Secretaria de Estado da Saúde
Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial[12]
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

b. Defensoria Pública

c. Procuradoria-Geral do Estado

d. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

e. Fundações

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)
Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)

---

10 O Instituto Geral de Perícias teve o nome alterado para Polícia Científica, conforme a Emenda Constitucional nº 84/2021.

11 A Secretaria de Estado da Comunicação foi criada pela Lei Complementar nº 789/2021.

12 A partir de 2022, as atividades da Secretaria de Estado da Segurança Pública foram absorvidas pelo Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial, de acordo com sua extinção prevista na Lei Complementar nº 789/2021.

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
Fundação Escola de Governo (ENA)
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

f. Autarquias

Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Santur)
Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)[13]
Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)
Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)

g. Empresas Estatais Dependentes[14]

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) – Em liquidação
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur) – Em liquidação

h. Fundos Especiais[15]

Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas (FMUC)
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (InvestSaúde)
Fundo de Acesso à Justiça (FAJ)
Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (FADEP-SC)
Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC)
Fundo Financeiro
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais (FMPIO)
Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF)

13 A partir de 2022, o Departamento Estadual de Trânsito foi transformado em autarquia pela Lei Complementar nº 789/2021.

14 Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na prestação de contas do exercício de 2022. A participação do Estado nas empresas não dependentes é incorporada neste Balanço Geral pelo método da equivalência patrimonial.

15 Em 2022, foram encerrados os seguintes fundos incorporados pelo Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL), instituído pela Lei nº 18.334/2022:
- Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial);
- Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM);
- Fundo Pró-Emprego;
- Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP).

Fundo de Melhoria da Polícia Civil (FUMPC)
Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM)
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (FUMCBM)
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina (FUNDO DE TERRAS)
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento (FUNJURE)
Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA)
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL)[16]
Fundo Estadual de Defesa Civil (FUNDEC)
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR)
Fundo Estadual de Educação (Feduc)
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
Fundo Estadual de Sanidade Animal (FUNDESA)
Fundo Estadual de Saúde (FES)
Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC)
Fundo Estadual do Idoso (FEI)
Fundo Estadual do Trabalho (FET-SC)
Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)
Fundo para Melhoria da Segurança Pública (FSP)
Fundo Patrimonial
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó[17]
Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos[18]
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis[19]
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville[20]
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul[21]
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis[22]

16 Fundo vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, instituído pela Lei nº 18.334/2022.

17 Substituído pelo Fundo Rotativo Fundo Rotativo Regional Oeste (FR-06), conforme a Lei Complementar nº 809, de 30 de dezembro de 2022.

18 Substituído pelo Fundo Rotativo Fundo Rotativo Regional Serrano (FR-05), conforme a Lei Complementar nº 809, de 30 de dezembro de 2022.

19 Substituído pelo Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis (FR-01), conforme a Lei Complementar nº 809, de 30 de dezembro de 2022.

20 Substituído pelo Fundo Rotativo Regional Norte (FR-03), conforme a Lei Complementar nº 809, de 30 de dezembro de 2022.

21 Substituído pelo Fundo Rotativo Regional Sul (FR-02), conforme a Lei Complementar nº 809, de 30 de dezembro de 2022.

22 Substituído pelo Fundo Rotativo da Penitenciária de São Pedro de Alcântara (FRSP), conforme a Lei Complementar nº 809, de 30 de dezembro de 2022.

i. **Unidades Gestoras Especiais**

Diretoria do Tesouro Estadual
Encargos Gerais do Estado

3.2. Unidades Administrativas

As unidades administrativas criadas conforme o art. 142, § 1º, III, da Lei Complementar nº 741/2019 estão consolidadas nas suas respectivas unidades gestoras. Ao final de 2022, a relação de unidades administrativas do Estado de Santa Catarina era a seguinte:

a. Assembleia Legislativa:

- Escola do Legislativo
- Diretoria de Comunicação Social

b. Casa Civil:

- Secretaria Executiva da Casa Militar

4. CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES

Encontram-se em fase de liquidação: a BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR); a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC); e a Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR).

5. BASE PARA A ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição. A Parte V do manual é aprovada pela Portaria STN nº 1.131, de 4 de novembro de 2021, que observa os dispositivos legais reguladores do assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, denominadas intraorçamentárias. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intraorçamentárias.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para maior compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida em 25 de agosto de 2008 pelo então Ministério da Fazenda, a qual ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem adotando uma série de providências para acompanhar todo o processo de convergência. Prova disso é que em 2013 o novo PCASP foi implantado, com base no PCASP estabelecido para os entes da Federação, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas ao novo padrão de contas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços agora vêm sendo concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs), que consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

Nessa linha, entre as ações promovidas pelo Estado de Santa Catarina destacam-se o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a avaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis) bem como o reconhecimento de ativos de infraestrutura e de provisões.

Atendimento dos prazos dos PCPs determinados pela Portaria nº 548/2015

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e Distrito Federal	Santa Catarina
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas	2020	Implantado
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2020	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2017	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2019	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2019	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2019	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável	2022	Implantado
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBCs TSP e o MCASP)	A ser definido em ato normativo específico[23]	Não iniciado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	2019	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	2017	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos civis e militares	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

23 Prazo suspenso pela Portaria ME/SEF/STN n° 10.300, de 1° de dezembro de 2022.

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e Distrito Federal	Santa Catarina
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais, amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável	2020	Implantado
16. Outros ativos intangíveis e eventuais, amortização e redução ao valor recuperável	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	2019	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques	2021	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBCs TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

6. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos das notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

7. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a. a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição;

b. no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos dos últimos três anos para os valores de longo prazo. Para os valores inscritos em dívida ativa de curto prazo, não houve ajustes para perdas, pois o valor já representa a expectativa de recebimento para o exercício de 2023, previsto na Lei Orçamentária Anual. Para as unidades gestoras que não possuíam valores previstos na LOA, utilizou-se o valor estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF. Por último, para a Unidade Gestora 450022 - UDESC, como o valor não foi previsto na LOA nem estimado pela GERAR, utilizou-se a média de recebimentos do ano;

c. na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, adotou-se inicialmente para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes, bem como os critérios definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, então revogada. A partir de 2021, conforme prevê o Decreto Estadual nº 1.479/2021, cabe à comissão técnica específica, constituída no âmbito da entidade, realizar procedimento de reavaliação no qual deverá ser determinada a vida útil remanescente do bem. No caso dos intangíveis, o Decreto Estadual nº 1.142/2021 instituiu a política de gestão dos ativos intangíveis e atribuiu ao órgão ou à entidade a responsabilidade de avaliação da vida útil do ativo intangível, podendo ser definida ou indefinida (quando não existe um limite previsível para sua vida útil). No caso dos ativos de infraestrutura, a vida útil está definida no Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001/2015;

d. os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A Nota Explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial; e

e. os riscos fiscais, tais como cíveis e trabalhistas, são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como provisão. A Portaria GAB/PGE nº 102/2021 estabelece os critérios e procedimentos a serem observados pela Procuradoria-Geral do Estado na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas em face do Estado de Santa Catarina e de suas autarquias ou fundações públicas que possam representar riscos fiscais. A classificação das ações quanto à probabilidade de perda deverá observar os seguintes critérios: risco provável; risco possível; e risco remoto.

8. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 28/2/2023 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b. Estoques

O Decreto nº 1.479/2021 estabelece a forma de mensuração dos estoques do Estado. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 005/2021 (NTPC nº 05/2021), da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, orienta quanto aos procedimentos contábeis relacionados ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos estoques do ativo circulante.

Os bens de almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Os demais estoques são mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto:

I. os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação, que são mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição; e

II. materiais para distribuição gratuita ou por valor irrisório ou consumidos no processo de produção de materiais para distribuição gratuita ou por valor irrisório, que são mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor.

c. Participações em Empresas

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo a data-base do último balanço de cada entidade especificada no Relatório de Participação Acionária do Estado, apresentado no Volume 2 desta prestação de contas governamental. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

d. Aplicações em Segmento de Imóveis – RPPS – Plano em Capitalização

As aplicações em segmento de imóveis estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

e. Imobilizado

Em Santa Catarina, a gestão patrimonial está regulamentada atualmente pelo Decreto Estadual nº 1.479/2021, que instituiu a Política de Modernização da Gestão Patrimonial aplicável à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado, inclusive seus fundos, e, no que couber, às empresas estatais dependentes. As Notas Técnicas de Procedimentos Contábeis nºs 04/2021 e 06/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, orientam quanto ao reconhecimento, à mensuração, à evidenciação, à depreciação, à amortização ou à exaustão, à reavaliação, à redução ao valor recuperável e ao desreconhecimento dos bens móveis e dos bens imóveis, respectivamente, do ativo imobilizado.

Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo, e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento tecnicamente

válido ou no valor patrimonial definido nos termos da doação, quando esse último for representativo de seu valor justo.

No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial quanto aos bens de uso especial e aos dominicais. No que tange aos bens de infraestrutura, a gestão e o controle patrimonial ficam a cargo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

f. Intangível

A política de Gestão dos Ativos Intangíveis do Estado, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, foi instituída pelo Decreto nº 1.142/2021. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 002/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, esclarece as formas de reconhecimento, de mensuração, de avaliação e de evidenciação dos ativos intangíveis.

Para fins deste Balanço e em consonância com o Decreto Estadual nº 1.142/2021, são considerados ativos intangíveis de Santa Catarina os bens que não possuam existência física ou financeira mas que constituam valor para a atividade pública, podendo ser reconhecidos contabilmente, e que representem benefício futuro, direto ou indireto para o Estado, sendo fundamentais para o bom desempenho gerencial e operacional da Administração Pública estadual.

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis do Estado são mensurados pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta pela administração do órgão ou da entidade. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

g. Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Todos os bens adquiridos no período anterior a 1º/1/2010, segundo o disposto no Decreto Estadual nº 3.486/2010, revogado pelo Decreto nº 1.479/2021, necessariamente deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução ao valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal. A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução ao valor recuperável para os bens registrados no patrimônio em período anterior a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, visto tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender a norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

Atualmente, o art. 32 do Decreto Estadual nº 1.479/2021 estabelece que o modelo de mensuração dos bens imóveis após o reconhecimento inicial no Estado de Santa Catarina é o de reavaliação[24].

Para os bens móveis, após o reconhecimento inicial é aplicado o modelo do custo[25], conforme o art. 23 do Decreto nº 1.479/2021, admitindo-se o modelo da reavaliação para os grupos veículos, aeronaves e embarcações.

---

24 O modelo da reavaliação estabelece que o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.

25 O modelo do custo consiste na apresentação do ativo imobilizado pelo custo inicial menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Em virtude da reavaliação, havendo aumento do valor contábil de uma classe do ativo, esse acréscimo será reconhecido à conta de reserva de reavaliação, salvo quando se tratar de uma reversão de decréscimo do valor contábil da classe anteriormente reconhecido no resultado. Havendo diminuição no valor contábil de uma classe do ativo, o reconhecimento se dará nas contas de resultado. Entretanto, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser debitada diretamente da reserva de reavaliação até o limite de qualquer saldo existente referente àquela classe de ativo.

Já os ativos intangíveis, após o seu reconhecimento inicial, são mensurados também pelo modelo de custo.

h. Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação/amortização/exaustão dos bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 e dos bens reavaliados foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 1.479/2021, a depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação deve utilizar o método das cotas constantes[26], como determina o art. 46 do decreto.

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual obedecem à NBC TSP nº 07/2017, a qual apresenta que, uma vez atendidos os critérios para reconhecimento, os ativos de infraestrutura devem ser mensurados pelo valor de custo.

O Estado de Santa Catarina adota o método linear para amortização de intangíveis quando for possível determinar a vida útil. Os intangíveis com vida útil indefinida não serão amortizados.

i. Depósitos Judiciais

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo Demais Obrigações a Longo Prazo e segue o entendimento da Nota Técnica do Grupo dos Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN).

Os depósitos judiciais dos quais Santa Catarina não é parte, previstos na Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e na Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, foram registrados como outras receitas de capital, com reconhecimento do passivo no grupo Demais Obrigações de Longo Prazo, e seguem a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais.

Com base nos entendimentos e nas normas explanados, em 2020 a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais publicou a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 003/2020, que trata do roteiro da contabilização dos recursos repassados ao Estado, oriundos dos depósitos judiciais dos quais o ente seja parte bem como dos depósitos de terceiros.

26 O método das cotas constantes utiliza taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo caso o seu valor residual não se altere.

j. Custos dos Empréstimos

Reconheceram-se os custos dos empréstimos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

k. Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício anterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar processados.

Em 2020, Santa Catarina passou a adotar a política de considerar as retenções de restos a pagar como pagas no momento da retenção, para fins dos controles contábeis orçamentários desses restos a pagar.

Os restos a pagar processados inscritos a partir do ano de 2017 que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício permaneceram registrados no passivo financeiro.

l. Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

m. Registro da Receita Orçamentária

Santa Catarina adota como política contábil o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta do Poder Executivo na unidade gestora que representa o Tesouro do Estado. Também têm registro de receita orçamentária os Poderes e Órgãos autônomos, os fundos especiais, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.

n. Distinção entre Circulante e não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados em sua maioria como circulante.

Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2029.

A reclassificação do saldo para as contas de precatórios de pessoal e de terceiros levou em conta a expectativa de desembolso no ano, considerando o histórico dos valores pagos pelo Tribunal de Justiça nos últimos anos.

o. Receita de Transações sem Contraprestação

O ICMS e o ITCMD lançados por homologação passaram a ser registrados pelo regime de competência a partir de 2018. O ICMS e o ITCMD, lançados de ofício e parcelados, são reconhecidos pelo regime de competência. Já o IPVA é integralmente registrado pelo regime de competência.

p. Receita de Transações com Contraprestação

As receitas de prestação de serviços e de vendas de mercadorias bem como dividendos e distribuições similares são reconhecidos pelo regime de competência. Royalties são reconhecidos pelo regime de caixa.

q. Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)

O Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes.

Dessa forma, os decretos que aprovaram a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais estabeleceram a desvinculação das receitas do Estado relativas a impostos, taxas e multas dos seus respectivos órgãos e fundos, observando as exceções previstas no parágrafo único do art. 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 93.

r. Renúncia de Receita

A política contábil para reconhecimento da renúncia de receita foi fixada pela NTPC nº 004/2018.

Em resumo, é necessária a distinção da renúncia de receita em dois tipos: despesa paga por meio do sistema tributário e gasto tributário. No caso da despesa paga pelo sistema tributário, o benefício está disponível aos recebedores, independentemente de serem ou não contribuintes de tributos. Já o gasto tributário refere-se aos benefícios que estão disponíveis apenas para os contribuintes.

Dessa forma, os gastos tributários não estão sujeitos a registros contábeis na natureza da informação patrimonial, pois não geram ativos, passivos ou receitas e despesas ao Governo. Já as despesas pagas por meio do sistema tributário devem ser contabilizadas, sob o aspecto patrimonial, como despesas (variação patrimonial diminutiva). Em ambos os casos, a renúncia não deverá ser contabilizada na natureza de informação orçamentária por não completar o estágio da arrecadação (art. 35, I, Lei nº 4.320/1964).

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e registrados na natureza de informação típica de controle e, conforme o caso, na natureza de informação patrimonial. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando mensurados com segurança (vide Nota Explicativa nº 45).

s. Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência estabelecido no inciso II do caput do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, às NBCs TSP e ao art. 31, parágrafo único, do Decreto nº 2.236/2022.

t. Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

u. Sequestros Judiciais

Os registros contábeis dos sequestros judiciais tomam como base a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2018, que dispõe sobre o registro do ativo financeiro pelo sequestro e, após a identificação da natureza do sequestro, sobre a regularização orçamentária, com a consequente baixa do ativo financeiro.

Os valores sequestrados nas contas bancárias das quais o Estado de Santa Catarina é o titular são controlados e registrados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Já os valores sequestrados nas contas bancárias de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva unidade gestora.

v. Provisão Matemática Previdenciária

Em 2020, com a edição da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2020, Santa Catarina passou a apresentar as Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) de acordo com o regramento e as contas contábeis aplicados ao Plano Previdenciário, sendo que o resultado atuarial passou a impactar o patrimônio do Estado.

w. Aquisição Financiada de Bens

Santa Catarina adota como política para o registro orçamentário das aquisições financiadas de bens a opção em que no momento da aquisição não há registro orçamentário, conforme admitido pelo MCASP. Desse modo, ao serem pagas as parcelas, há registro de despesa orçamentária com amortizações e encargos do financiamento, não sendo registradas receitas orçamentárias porque não há previsão de efetivo ingresso nos cofres públicos.

x. Remuneração de Depósitos Bancários

Santa Catarina adota como política reconhecer os rendimentos dos seus depósitos bancários, especialmente para identificar a vinculação de cada depósito, por meio do mecanismo da destinação, controlando as disponibilidades financeiras por fonte de recursos, de acordo com opção prevista no MCASP.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

ATIVOS

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$ milhares

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Conta Única - Tesouro	**1**	**14**
Banco do Brasil	3.033.556	4.600.561
Caixa Econômica Federal	0,75	0,06
(-) Aplicações Financeiras da Conta Única	(3.033.556)	(4.600.547)
Conta Única - RPPS	**-**	**-**
Bancos Conta Movimento - Plano Previdenciário	-	588.629
Bancos Conta Movimento - Fundo em Capitalização	701.056	-
Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	31.266	38.070
(-) Aplicações Financeiras - Plano Previdenciário	-	(588.629)
(-) Aplicações Financeiras - Fundo em Capitalização	(701.056)	-
(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração	(31.266)	(38.070)
Outras Contas	**18.971**	**28.091**
Banco do Brasil - Outras Contas	3.336.660	2.177.232
Caixa Econômica Federal	7.004.490	6.567.188
(-) Aplicações Financeiras - Outros Bancos	(10.322.179)	(8.716.330)
Arrecadação Indireta	**22.965**	**18.693**
Aplicações Financeiras	**13.355.735**	**13.316.876**
Poupança	43.440	40.501
Fundos	13.110.511	13.095.574
Outras Aplicações	201.784	180.802
TOTAL	**13.397.672**	**13.363.674**

Conta Única – Tesouro

A administração financeira do Estado observa o princípio da unidade de tesouraria e é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, abrangendo todas as fontes de recursos dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual, exceto aquelas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência, aos recursos arrecadados pelo Fundo para a Infância e Adolescência e pelo Fundo Estadual do Idoso, bem como os recursos com vinculação de aplicação junto ao agente financeiro atual (Banco do Brasil). A utilização do Sistema Financeiro de Conta Única tem o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual poderão ser aplicadas em instituições financeiras oficiais, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos, sendo:

a. títulos públicos federais;

b. operações compromissadas lastreadas em títulos da dívida pública federal;

c. operações compromissadas lastreadas em títulos de responsabilidade de instituições financeiras oficiais que possuam classificação de risco equivalente aos títulos da dívida pública federal;

d. demais títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira oficial que possuam classificação de risco equivalente aos títulos da dívida pública federal; ou

e. fundos de investimento com lastro predominante em títulos públicos federais, constituídos das demais modalidades de investimento previstas acima.

Além disso, o sistema de conta única também tem como objetivo prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, com vistas ao atendimento dos Encargos Gerais do Estado, para utilizar eventual disponibilidade que garanta a liquidez de obrigações estaduais ou para reduzir o custo da dívida pública (art. 132, § 2º, da LC nº 741/2019).

Para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única utilizam-se as rubricas credoras "(-) Aplicações Financeiras da Conta Única". O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo Aplicações Financeiras.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras "(-) Aplicações Financeiras - Fundo em Capitalização" e "(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração" demonstram os recursos financeiros aplicados do RPPS. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme a Nota Explicativa nº 18.

Outras Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios e de operações de crédito.

Arrecadação Indireta

A arrecadação indireta representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e ainda não recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. São os valores recolhidos pelos contribuintes e que ainda não foram repassados aos cofres públicos. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, e que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e de operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R$ milhares

Aplicações Financeiras	31/12/2022			
	Poupança	Fundos	Outras Aplicações	Total
Executivo	42.966	4.094.758	0,001	4.137.725
Judiciário	474	8.445.261	-	8.445.735
Legislativo	-	158.632	-	158.632
Tribunal de Contas do Estado	-	-	201.784	201.784
Ministério Público	-	411.860	-	411.860
TOTAL	**43.440**	**13.110.511**	**201.784**	**13.355.735**

Cabe ressaltar que, no Poder Judiciário, do valor de R$ 8,45 bilhões aplicados em fundos, R$ 6,79 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide Nota Explicativa nº 29 - Depósitos Judiciais de Curto Prazo).

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

O crédito tributário é um direito do Estado decorrente da cobrança de tributos.

De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a conta contábil Créditos Tributários a Receber compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações. Desse modo, no momento do reconhecimento do fato gerador, procede-se ao registro contábil do direito dos créditos tributários a receber, em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, o que representa o registro da variação patrimonial aumentativa por competência.

Em 2022, o valor dos créditos tributários a receber, após o ajuste de perdas, totalizou R$ 6,24 bilhões, registrando um aumento de 8,1% quando comparado a 2021. Esses créditos são predominantemente contabilizados no Tesouro Estadual.

R$ milhares

Créditos Tributários a Receber	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos	3.553.357	-	3.553.357	3.564.159	-	3.564.159
Taxas	54.432	-	54.432	47.343	-	47.343
Créditos Tributários Parcelados	1.065.090	-	1.065.090	742.174	-	742.174
Créditos Tributários PRODEC	-	1.619.383	1.619.383	-	1.462.530	1.462.530
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**4.672.879**	**1.619.383**	**6.292.262**	**4.353.676**	**1.462.530**	**5.816.206**
Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(53.218)	-	(53.218)	(45.703)	-	(45.703)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**4.619.660**	**1.619.383**	**6.239.044**	**4.307.972**	**1.462.530**	**5.770.503**

Impostos

Os impostos são “transações sem contraprestação” que se referem à obrigatoriedade de transferência de recursos pelos contribuintes ao Governo sem o devido retorno de forma direta e imediata.

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto, todavia, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir tal situação e em decorrência dos princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo, que encerrou o exercício com o montante de R$ 2,21 bilhões, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões.

Taxas

Esta conta registra os valores a receber decorrentes de prestação de serviços que apresentam como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

O art. 78 do Código Tributário Nacional (CTN) define como poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público.

Já as taxas cobradas pela prestação de serviços têm como fato gerador a utilização de determinados serviços públicos. A taxa poderá ser cobrada mesmo que o particular não utilize o serviço. Para tanto, basta que o poder público disponibilize o serviço ao contribuinte.

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na unidade gestora do Tesouro Estadual. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb são provisionados nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo.

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas no Estado. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

O valor registrado na conta refere-se ao somatório das parcelas fruídas pelas empresas beneficiárias reduzidas pelo valor da receita das parcelas pagas após a carência contratual do PRODEC, observadas as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses já efetuados aos municípios. Os registros são efetuados com base em relatórios mensais emitidos pelo FADESC.

12. CLIENTES

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas e prestação de serviços, ou seja, em geral receitas provenientes de transações e de eventos com contraprestação.

R$ milhares

Valores a Receber por Tipo de Receita	31/12/2022	31/12/2021
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Vendas	493	374
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Prestação de Serviços	8.023	9.786
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**8.516**	**10.160**
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(4.073)	(4.438)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**4.442**	**5.722**

Em 2022, do saldo registrado na conta Clientes antes do ajuste de perdas, 94,2% referiam-se a valores a receber sobre a prestação de serviços. Evidenciou-se uma redução de 16,2% no total de valores a receber antes do ajuste de perdas na comparação com 2021. Se for considerado o valor de ajuste de perdas de clientes, o saldo registrado na conta Clientes reduziu 22,4% na comparação com o último exercício.

Na tabela a seguir a conta Clientes é detalhada por unidade gestora.

R$ milhares

Unidade Gestora	31/12/2022	31/12/2021
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	3.730	-
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	3.177	4.058
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	794	684
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	326	773
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	246	258
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	106	8
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	75	77
Fundação Catarinense de Cultura	63	17
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	1	1
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	0,4	92
Diretoria do Tesouro Estadual (Setorial Financeira)	-	4.185
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	-	8
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	-	0,0005
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**8.516**	**10.160**
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(4.073)	(4.438)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**4.442**	**5.722**

Destaca-se a transferência do saldo da Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual (DITE) para a Unidade Gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), no valor de R$ 3,41 milhões, mediante a Nota de Lançamento nº 2022NL158633, registrada em 22/9/2022, referente aos créditos a receber de taxas.

Conforme detalha o Processo SEF nº 3985/2022, antes da edição da Lei Complementar nº 741/2019, o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e o Departamento de Transportes e Terminais (DETER) controlavam e registravam os créditos a receber de taxas tributárias e não tributárias, e os pagamentos via DARE eram baixados nas próprias unidades gestoras. Após a lei, houve a necessidade de transferir os ativos para o Tesouro, visto que o SIGEF não estava apto para baixar os DAREs na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE). Uma melhoria no SIGEF permitiu a baixa dos pagamentos via DARE na SIE, sendo possível retornar a ela a responsabilidade pelos registros contábeis dos valores de créditos a receber de taxas, dívida ativa e ajustes para perdas de créditos a receber, com base nas informações geradas pelo Sistema da SIE, que controla tais ativos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São registrados nesta conta os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos. O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos registrou um aumento de 40,3% após o ajuste de perdas quando comparado a 2021.

Na tabela a seguir são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

R$ milhares

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	13.392	712	14.104	14.047	813	14.861
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.867	7.867	-	8.040	8.040
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	5.885	304.674	310.560	3.311	194.716	198.027
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais	-	18.268	18.268	-	29.578	29.578
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**19.277**	**346.015**	**365.292**	**17.359**	**247.640**	**264.999**
(-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(12.971)	-	(12.971)	(13.709)	-	(13.709)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**6.306**	**346.015**	**352.320**	**3.650**	**247.640**	**251.291**

Destaque para as unidades gestoras Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina e Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR), que juntas são detentoras de 87,2% do valor total registrado na conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos antes do ajuste de perdas, totalizando R$ 318,43 milhões, distribuídos nos projetos listados a seguir.

R$ milhares

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	**-**	**7.867**	**7.867**
FINSOCIAL Infraestrutura - F. Terras	-	349	349
Crédito Fundiário - F. Terras	-	4.105	4.105
Infraestrutura - F. Terras	-	3.412	3.412
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	**5.885**	**304.674**	**310.560**
Projeto Terra Boa - Forrageiras - FDR	5.272	-	5.272
Projeto Água para o Campo - CISTERNAS - FDR	614	4.491	5.104
Fomento CM Geral - FDR	-	263.705	263.705
Crédito de Emergência - FDR	-	16.238	16.238
Projeto Florestal Geração de Trabalho e Renda - FDR	-	20.021	20.021
Empréstimos Concedidos a Receber	-	208	208
Financiamento Habitacional a Receber	-	12	12
TOTAL	**5.885**	**312.541**	**318.427**

Dos projetos listados, destaca-se o Fomento CM Geral - FDR, que engloba os valores relativos a financiamentos a produtores rurais concedidos pelo Estado, o que representa 82,8% do valor total de empréstimos e financiamentos disponibilizados pelo Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina e pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural.

14. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

R$ milhares

Dívida Ativa Tributária	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	660.990	22.265.602	22.926.592	338.421	20.527.063	20.865.484
IPVA	27.270	599.305	626.575	43.157	561.201	604.358
ITCMD	22.433	176.133	198.567	10.821	125.665	136.486
Outros Créditos	1.806	126.101	127.906	2.002	130.289	132.291
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**712.499**	**23.167.141**	**23.879.641**	**394.401**	**21.344.218**	**21.738.619**
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	-	(23.124.400)	(23.124.400)	-	(21.311.440)	(21.311.440)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**712.499**	**42.741**	**755.241**	**394.401**	**32.778**	**427.179**

Em 2022, o saldo da dívida ativa tributária, que é composto pelos créditos tributários a receber com prazo de pagamento vencido, foi de R$ 23,88 bilhões, gerando um aumento de 9,8% quando comparado a 2021 (R$ 21,74 bilhões). O ICMS, principal tributo que compõe esse saldo, representa 96% do total da dívida ativa tributária antes do ajuste de perdas, seguido pelo IPVA (2,6%), pelo ITCMD (0,8%) e por outros créditos (0,5%).

Cabe destacar que em 2022 não houve ajustes para perdas no que se refere aos valores inscritos em dívida ativa de curto prazo, uma vez que a estimativa estadual considera como ajustes a diferença entre o valor a arrecadar previsto na Lei Orçamentária Anual na rubrica da dívida ativa e o total de dívida ativa a curto prazo a arrecadar estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF. O valor deste último foi maior que o previsto na LOA. Apenas para a UG 450022 - UDESC, que não teve previsão de recebimento de dívida ativa na LOA nem valor estimado pela GERAR, foi utilizada a média de recebimento do ano.

A metodologia empregada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária está detalhada na Nota Explicativa nº 16.

Evolução do saldo do estoque da dívida ativa tributária nos últimos quatro anos:

R$ milhares

Estoque da Dívida Ativa Tributária	2022	2021	2020	2019
ICMS	22.926.592	20.865.484	19.954.672	18.084.601
IPVA	626.575	604.358	603.414	631.498
ITCMD	198.567	136.486	139.695	119.965
Outros Créditos	127.906	132.291	128.842	123.115
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**23.879.641**	**21.738.619**	**20.826.622**	**18.959.179**
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(23.124.400)	(21.311.440)	(20.404.783)	(18.622.541)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**755.241**	**427.179**	**421.840**	**336.639**

Outros Créditos

Em 2022, o saldo da conta Outros Créditos encerrou o exercício com o montante de R$ 127,91 milhões. Estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber (R$ 73,63 milhões) pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça referentes aos registros de custas judiciais – civis e penais.

O destaque vai para a transferência do saldo da Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual (DITE) para a Unidade Gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), referente à dívida ativa de créditos a receber de taxas, em virtude de esses créditos serem disponibilizados e controlados pela própria UG SIE, conforme o Processo SEF nº 3985/2022 e a Informação Técnica Contábil nº 027/2022.

Outro destaque de 2022 foi a reclassificação do saldo de R$ 232,49 mil para a conta 1.2.1.1.5.06.03 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados - Servidor, Aposentado e Pensionista, que em 2021 estava registrado na conta 1.2.1.1.5.04.04.01 - Contribuições do Regime Próprio dos Servidores (RPPS) do grupo Dívida Ativa Tributária. Em dezembro de 2022, o respectivo saldo foi reclassificado para a conta 1.1.3.6.5.02 - Créditos Previdenciários Parcelados, no curto prazo.

Cobrança da Dívida Ativa Tributária

R$ milhares

Cobrança da Dívida Ativa Tributária	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Estoque da Dívida Ativa Tributária	23.827.121	21.738.387	20.826.119
Cobrança no Exercício	485.046	603.283	318.002

Fonte: Diretoria do Tesouro Estadual/SEF

Cabe destacar que os valores informados são os controlados pela Gerência de Arrecadação (GERAR), que envia mensalmente através de planilhas as informações à Gerência de Contabilidade do Tesouro do Estado (GECOT) – ambas gerências da SEF –, as quais subsidiam os registros contábeis. Outrossim, as UGs que mantêm sistema próprio para controle de dívida ativa não estão sendo consideradas no valor apresentado. Dessa forma, a diferença existente entre o valor do estoque da dívida apresentado na Nota Explicativa nº 14 (R$ 23,88 bilhões) e o valor controlado pela GECOT (R$ 23,83 bilhões) refere-se à Dívida Ativa - Taxas, registrado na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que encerrou o ano de 2022 com o saldo total antes do ajuste de perdas no montante de R$ 52,52 milhões.

De acordo com o Relatório de Dívida Ativa do Estado, expedido pela Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, o trabalho desenvolvido por especialistas possibilitou realizar 187.359 contatos com contribuintes inadimplentes durante o ano de 2022. Esse trabalho resultou em uma recuperação de R$ 133,81 milhões pagos à vista e em R$ 2,54 bilhões em novos parcelamentos.

A íntegra com as informações sobre a dívida ativa tributária está contida no Relatório de Dívida Ativa do Estado, acostado ao Volume 2 do Balanço Geral do Estado.

15. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas, como a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, o Fundo de Reaparelhamento da Justiça, a CIDASC, entre outros, em função de suas atividades-fim. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide Nota Explicativa nº 16).

R$ milhares

Dívida Ativa não Tributária	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Ativa não Tributária Antes do Ajuste de Perdas	50.660	842.537	893.197	38.194	723.250	761.444
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(1.070)	(839.152)	(840.222)	(1.115)	(722.129)	(723.243)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**49.590**	**3.385**	**52.975**	**37.080**	**1.121**	**38.201**

Em 2022, evidenciou-se um aumento de 17,3% da dívida ativa não tributária em comparação com 2021 (R$ 761,44 milhões). Do total dessa dívida antes do ajuste de perdas, 49,4% estão contabilizados na Unidade Gestora Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Cobrança da Dívida Ativa não Tributária

R$ milhares

Cobrança da Dívida Ativa não Tributária	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Estoque da Dívida Ativa não Tributária	828.592	761.444	696.546
Cobrança no Exercício	54.577	47.238	34.440

Fonte: Diretoria do Tesouro Estadual/SEF

Cabe destacar que, assim como na dívida ativa tributária, os valores informados na tabela Cobrança da Dívida Ativa não Tributária são os controlados pela Gerência de Arrecadação (GERAR). Desse modo, não estão sendo considerados os valores registrados nas UGs que mantêm sistema próprio para controle de dívida ativa. Entre essas UGs estão a Secretaria de Estado da Educação (R$ 1,48 milhão), Encargos Gerais (R$ 21,32 mil) e a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (R$ 63,11 milhões), totalizando R$ 64,61 milhões antes do ajuste de perdas.

16. AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS

Detalhamento da conta Ajuste de Perdas de Créditos:

R$ milhares

Ajuste de Perdas de Créditos	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	53.218	-	53.218	45.703	-	45.703
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	4.073	-	4.073	4.438	-	4.438
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	12.971	-	12.971	13.709	-	13.709
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	-	23.124.400	23.124.400	-	21.311.440	21.311.440
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária	1.070	839.152	840.222	1.115	722.129	723.243
TOTAL	**71.333**	**23.963.553**	**24.034.886**	**64.965**	**22.033.569**	**22.098.534**

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária e não Tributária

A 9ª edição do MCASP não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário (vide Nota Explicativa nº 17):

1. média percentual de recebimentos passados; e
2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

No que tange à dívida ativa de longo prazo, a metodologia emprega a média percentual dos recebimentos passados, sendo calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e o número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

No tocante à dívida ativa de curto prazo, o cálculo é realizado pela diferença entre o valor estimado de recebimento previsto na Lei Orçamentária Anual e o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF. Apenas para a UG 450022 - UDESC, que não teve previsão de recebimento de dívida ativa na LOA nem valor estimado pela GERAR, foi utilizada a média de recebimento do ano. Em 2022, não houve registro de ajuste para perdas de dívida ativa de curto prazo.

17. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES

R$ milhares

Demais Créditos e Valores	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	11.056	-	11.056	1.909	-	1.909
Suprimento de Fundos/Diárias	22.323	-	22.323	28.683	-	28.683
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	7.057.651	-	7.057.651	3.539.241	-	3.539.241
Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais	-	234.689	234.689	163.522	-	163.522
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	1.200	-	1.200
Tributos a Recuperar/ Compensar	8.597	127	8.724	7.691	-	7.691
Créditos por Danos ao Patrimônio	249.206	48.781	297.986	290.848	419	291.267
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	187.105	103.404	290.509	190.921	94.502	285.423
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	27.812	-	27.812	271	-	271
Outros Créditos e Valores a Receber	384.412	469.625	854.037	247.944	112.705	360.649
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**7.948.163**	**856.626**	**8.804.789**	**4.472.230**	**207.626**	**4.679.856**
(-) Ajuste de Perdas	(130.950)	(1.943)	(132.893)	(98.902)	(1.506)	(100.408)
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**7.817.213**	**854.683**	**8.671.895**	**4.373.328**	**206.119**	**4.579.447**

Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Em 2022, o grupo Adiantamentos Concedidos a Pessoal, em que consta registrado o adiantamento a pessoal referente a 13º salário (R$ 8,73 milhões) e 1/3 de férias (R$ 2,32 milhões), encerrou o exercício com um saldo de R$ 11,06 milhões, o que representa um aumento de 479,1% quando comparado a 2021 (R$ 1,91 milhão).

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação dos saldos por tipo de transferência.

R$ milhares

Adiantamentos de Transferências Voluntárias	31/12/2022	31/12/2021
Convênios	3.177.519	2.276.872
Transferências Especiais	1.716.408	-
Contratos de Gestão	1.371.518	704.183
Termos de Fomento ou Colaboração	571.715	283.640
Contrato de Apoio à Pesquisa	100.579	98.962
Contrato de Apoio Financeiro - PF e PJ	91.079	91.935
Subvenções Econômicas	13.542	16.963
Termos de Parceria	12.250	8.488
Subvenções Sociais	3.041	58.198
TOTAL	**7.057.651**	**3.539.241**

As unidades gestoras com maiores saldos de convênios transferidos são as seguintes:

R$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Estadual de Saúde	1.576.934	978.871
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	867.349	569.282
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	352.640	-
Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	-	357.470
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	117.747	117.247
Secretaria de Estado da Educação	69.316	67.572
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais	35.457	2.484
Fundação Catarinense de Esporte	25.795	24.743
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	23.379	22.090
Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina	21.156	2.090
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	17.605	6.044
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural	16.021	20.714
Demais Unidades Gestoras	54.121	108.264
TOTAL	**3.177.519**	**2.276.872**

Em 2022, o montante de convênios repassado às unidades gestoras foi de R$ 3,18 bilhões, 39,6% superior se comparado ao exercício de 2021. Destaque para o Fundo Estadual de Saúde, que concedeu R$ 1,58 bilhão, registrando um aumento de 61,1% na comparação com 2021 (R$ 978,87 milhões).

Destaca-se também a transferência, na abertura do exercício, do saldo das unidades gestoras Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (R$ 357,47 milhões) e Fundo Pró-Emprego (R$ 53,71 milhões), extintas pela Lei nº 18.334/2022, para a Unidade Gestora Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza, criada pela referida lei.

Transferências Especiais

A Emenda Constitucional nº 81, de 1º de julho de 2021, instituiu o regime das transferências especiais nas transferências voluntárias do Estado de Santa Catarina aos municípios, sem a necessidade de celebração de convênio ou instrumento congênere, conforme disposto no § 3º do art. 123 da Constituição Estadual.

Visando regulamentar essa modalidade de transferência, a Secretaria de Estado da Fazenda publicou em agosto de 2021 a Portaria SEF nº 321/2021. Nessa portaria, foi estabelecido que as transferências voluntárias aos municípios são consideradas transferências especiais, sendo dispensada a celebração de convênio ou de instrumento congênere e atribuída aos municípios a responsabilidade pela correta aplicação dos recursos, conforme o Plano de Trabalho aprovado pelo órgão estadual concedente, e instituindo assim uma Prestação de Contas Passiva.

Para controlar as transferências especiais repassadas aos municípios foi criado no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) o instrumento de transferência 67 com o nome Transferência Voluntária Especial-Portaria SEF nº 321/2021 e sem exigência de apresentação de prestação de contas, considerando que a Portaria SEF nº 321/2021 não previa a necessidade de apresentação de prestação de contas junto à unidade gestora repassadora do recurso.

Em função disso, inicialmente não houve o registro no Ativo Circulante em relação aos valores das transferências especiais realizadas em 2021 e 2022, considerando-se esses montantes como Variações Patrimoniais Diminutivas, que impactaram diretamente no resultado do exercício.

No entanto, após a ocorrência de apontamentos do Tribunal de Contas do Estado e da Controladoria-Geral do Estado, vários estudos foram feitos e providências tomadas, como a instituição da Comissão Especial de Transferências Voluntárias de Recursos (COT), no âmbito do Poder Executivo Estadual, por meio do Decreto nº 2.058, de 6 de julho de 2022. Essa comissão foi composta por representantes da Casa Civil, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, da Secretaria de Estado da Fazenda, da Secretaria de Estado da Saúde e da Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina (FECAM), todos eles designados pela Portaria CC nº 49/2022.

Em setembro de 2022, a Comissão Especial de Transferências Voluntárias de Recursos se reuniu e emitiu a Deliberação nº 005/2022 (Processo SCC nº 12246/2022), decidindo pela necessidade de apresentação de prestação de contas final e estabelecendo modelo de checklist a ser adotado de forma-padrão pelas unidades gestoras, com a previsão dos documentos mínimos a serem apresentados, mudando assim a rotina de prestação de contas, que passou a ser uma Prestação de Contas Ativa.

Na sequência, foi publicada a Portaria Conjunta CGE/SEF/CC nº 03, tendo sido criado o Grupo de Trabalho de Transferências Especiais (GT-Transferências), com representantes da SEF, Casa Civil e CGE, visando aprimorar a transparência e o controle das transferências especiais, em sintonia com apontamentos de áreas técnicas do TCE.

Como consequência, foi publicada a Portaria SEF nº 362, alterando a Portaria SEF nº 321/2021 e transformando a prestação de contas em Prestação de Contas Ativa, em consonância com a Deliberação nº 005/2022 da Comissão Especial de Transferências Voluntárias.

Desse modo, no encerramento do exercício de 2022 – atendendo também as recomendações do Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral do Estado nº 14/2022, apenso ao Processo CGE nº 1343/2022 – foi reconhecido no Ativo Circulante o montante de R$ 1.716.407.740,06, efetuando-se os ajustes de exercícios anteriores em relação aos valores pagos em 2021 e o estorno das respectivas VPDs em relação aos valores pagos em 2022.

As unidades gestoras que possuem saldos de transferências especiais são as seguintes:

R$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2022
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	766.683
Secretaria de Estado da Educação	440.252
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	147.217
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural	129.291
Fundação Catarinense de Esporte	45.176
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	42.138
Fundo Estadual de Saúde	32.837
Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina	30.776
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	21.384
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	19.924
Fundo Estadual de Defesa Civil	14.075
Fundação Catarinense de Cultura	9.238
Fundação Catarinense de Educação Especial	7.692
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	7.224
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina	1.039
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	600
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	511
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	350
TOTAL	**1.716.408**

O valor reconhecido no Ativo Circulante seguiu o relatório extraído do SIGEF, por meio da demanda nº 26.036, solicitada pela CGE.

Considerando que a situação da prestação de contas era controlada de forma manual pela Casa Civil e que as informações solicitadas não foram repassadas por aquele órgão até o momento para a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais, restaram pendentes os registros de baixa do Ativo Circulante das prestações de contas em atraso segundo a baixa regular das prestações de contas, assim como a reclassificação para Créditos a Receber decorrentes da Omissão no Dever de Prestar.

Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais

Constam registrados nesta conta os valores referentes à antecipação de repasse constitucional do PRODEC aos municípios. Em 2022, o saldo registrado foi de R$ 234,69 milhões, 43,5% maior se comparado ao exercício de 2021 (R$ 163,52 milhões). Ressalta-se que em 2022 o saldo total foi reclassificado para o Ativo não Circulante.

Créditos por Danos ao Patrimônio

Esta conta registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para a apresentação da prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, bem como outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

R$ milhares

Créditos por Danos ao Patrimônio	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE	61.524	11.923	73.447	72.660	-	72.660
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	39.174	24.527	63.701	61.011	-	61.011
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	28.378	496	28.875	54.130	419	54.548
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico - TCE	53.708	-	53.708	45.185	-	45.185
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	51.955	1.995	53.950	36.023	-	36.023
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - TCE	12.404	8.845	21.249	19.365	-	19.365
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - com Decisão do TCE	-	983	983	-	-	-
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	1.652	-	1.652	1.652	-	1.652
Créditos a Receber Decorrentes de Danos de Terceiros Causados em Rodovias Estaduais	361	-	361	762	-	762
Demais Créditos por Danos ao Patrimônio	50	12	62	59	-	59
TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**249.206**	**48.781**	**297.986**	**290.848**	**419**	**291.267**
(-) Ajuste de Perdas	(2.018)	-	(2.018)	(2.417)	-	(2.417)
TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**247.188**	**48.781**	**295.969**	**288.432**	**419**	**288.850**

Em 2022, o saldo total de créditos por danos ao patrimônio antes do ajuste de perdas (R$ 297,99 milhões) teve um aumento de 2,31% quando comparado ao exercício de 2021 (R$ 291,27 milhões). Destaque para a conta Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas (R$ 53,95 milhões), que teve um acréscimo de 49,8% na comparação com 2021 (R$ 36,02 milhões) devido a registros de bloqueios por atraso de prestação de contas parcial de transferências. Destaca-se ainda o saldo do grupo Não Circulante (R$ 48,78 milhões), que teve um aumento de 11.552,7% quando comparado ao saldo de 2021 (R$ 418,6 mil), resultado da reclassificação de valores registrados no circulante.

Em relação ao saldo registrado na conta Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos, a maior parte corresponde ao registro da inscrição em responsabilidade na UG 480091, em virtude do procedimento adotado para a aquisição de 200 respiradores pulmonares destinados às ações contra a Covid-19 pelo Fundo Estadual de Saúde, em 2020, por meio do qual foram liquidados e pagos R$ 33 milhões de forma antecipada. Contudo, os equipamentos não foram recebidos.

Visando apurar o ocorrido, foram abertos os seguintes processos:

- Processo SES nº 57000/2020 – inscrição em responsabilidade e registro da doação de equipamentos;
- Processo SES nº 49615/2020 – apuração das supostas irregularidades;
- Processo CGE nº 306/2020 – avocação da sindicância pela CGE;
- Processo RLI nº 20/00179260 – autuação pelo TCE-SC;
- Processo SEF nº 13272/2020 – solicitação de informação sobre as ações de recuperação de valores dos respiradores;
- Processo SEF nº 16103/2022 - solicitação de informação sobre as ações de recuperação de valores dos respiradores.

Cumpre ressaltar que, de acordo com a Informação NAG/PGE nº 53/2022, de 22 de dezembro de 2022, o Estado de Santa Catarina autuou três ações em busca da reparação dos recursos relacionados à aquisição dos respiradores. A primeira ação foi proposta contra os atores diretamente envolvidos na transação – Processo nº 5034167-45.2020.8.24.0023. Com a autorização do Tribunal de Justiça, em decisão transitada em julgado e anuência do juízo criminal envolvido, foi transferido para o Fundo Estadual de Saúde em 2022 o montante de R$ 14,49 milhões. Outras duas ações, de nºs 5090168-50.2020.8.24.0023 e 5077245-55.2021.8.24.0023, foram propostas contra diversas pessoas físicas e jurídicas envolvidas, tendo sido indisponibilizados R$ 5,22 milhões em recursos financeiros, R$ 12,95 milhões em bens imóveis, 26 veículos (não avaliados) e sub-rogados direitos creditórios no valor de R$ 2,28 milhões. A soma dos bens avaliados e dos recursos financeiros recuperados até o final de 2022 supera R$ 34 milhões.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Conta que registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias em virtude de litígios judiciais e de pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

R$ milhares

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias	120.300	-	120.300	118.347	-	118.347
Conta Especial Precatórios	44.561	-	44.561	72.574	-	72.574
Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	22.245	83.402	105.646	-	83.402	83.402
Depósitos Judiciais	-	18.826	18.826	-	8.969	8.969
Depósitos para Interposição de Recursos	-	1.156	1.156	-	1.210	1.210
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	-	15	15	-	916	916
Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	6	6	-	6	6
TOTAL	**187.105**	**103.404**	**290.509**	**190.921**	**94.502**	**285.423**

Segue tabela com os valores por unidade gestora.

R$ milhares

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados por Unidade Gestora	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	7	127	134	-	127	127
Fundo Estadual de Saúde	96.376	-	96.376	68.193	-	68.193
Diretoria do Tesouro Estadual (Setorial Financeira)	22.101	-	22.101	48.415	-	48.415
Encargos Gerais do Estado	44.561	83.429	127.990	72.574	83.429	156.003
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	40	9.925	9.965	-	-	-
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	22.245	-	22.245	-	-	-
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	-	-	-	-	901	901
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	-	5.105	5.105	-	5.267	5.267
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	1.700	4.059	5.759	1.661	4.025	5.686
Demais Unidades Gestoras	76	759	835	78	752	830
TOTAL	**187.105**	**103.404**	**290.509**	**190.921**	**94.502**	**285.423**

Em 2022, o somatório dos valores de depósitos restituíveis e dos valores vinculados registrados no Fundo Estadual de Saúde, na Diretoria do Tesouro Estadual, nos Encargos Gerais do Estado e no Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar representa 92,5% do valor total do Estado. Destaque para a Unidade Gestora Encargos Gerais, que apresenta o saldo de R$ 127,99 milhões, registrando uma redução de 18% na comparação com 2021 (R$ 156 milhões). Parte desse montante (34,8%) refere-se a precatórios (R$ 44,56 milhões), inscritos no Ativo Circulante, para possibilitar a execução orçamentária por essa Unidade Gestora, conforme estabelecido na ITC nº 13/2020 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. No Ativo não Circulante, encontram-se registrados os Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções (R$ 83,40 milhões).

Outros Créditos e Valores a Receber

R$ milhares

Outros Créditos e Valores a Receber	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	32.669	-	32.669	25.846	-	25.846
Multas de Trânsito a Receber	122.355	-	122.355	76.097	-	76.097
Dividendos Propostos a Receber	31.987	-	31.987	31.986	-	31.986
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	43.933	6.521	50.454	39.606	9.021	48.627
Incentivos Fiscais	-	85.189	85.189	-	85.189	85.189
Créditos a Receber Decorrentes de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento	90.431	358.523	448.954	34.989	1.600	36.589
Créditos a Receber de Empresas Estatais	18.000	-	18.000	18.000	-	18.000
Juros sobre o Capital Próprio a Receber	21.077	-	21.077	863	-	863
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	6.217	-	6.217	8.219	-	8.219
Adiantamento de Contribuição Patronal à Previdência Privada – SCPREV	-	18.148	18.148	-	15.648	15.648
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	10.500	-	10.500	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Receber	7.244	1.243	8.487	12.337	1.247	13.584
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**384.412**	**469.625**	**854.037**	**247.944**	**112.705**	**360.649**
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores	(128.932)	(1.895)	(130.827)	(96.485)	(1.458)	(97.943)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**255.480**	**467.730**	**723.210**	**151.459**	**111.247**	**262.706**

Em 2022, o saldo antes do ajuste de perdas do grupo Outros Créditos e Valores a Receber (R$ 854,04 milhões) teve um aumento de 136,8% quando comparado a 2021 (RS 360,65 milhões). Destaque para a conta Créditos a Receber Decorrentes de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento (R$ 448,95 milhões), com 52,6% do aludido saldo e que traz registrado o Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras

Avenças nº 038/2022, conforme o Processo SEF nº 13794/2022, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil S.A., tendo por objeto a centralização dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Estado no referido banco. De acordo com a Cláusula X, parágrafo primeiro, do contrato em epígrafe, o Banco do Brasil pagará ao Estado a importância de R$ 559,19 milhões, sendo R$ 111,84 milhões, o equivalente a 20% do valor total do contrato, à vista e R$ 447,35 milhões divididos em 60 parcelas mensais.

Outro destaque é a conta Multas de Trânsito a Receber, que encerrou o exercício com o saldo de R$ 122,36 milhões, registrando um aumento de 60,8% na comparação com 2021 (R$ 76,10 milhões). Desse montante, 99,8% está registrado na Unidade Gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (R$ 122,10 milhões).

Em relação ao saldo da conta Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens (R$ 50,45 milhões), que são valores a receber pela utilização de faixas de domínio em rodovias, houve um aumento de 3,7% em 2022 se comparado a 2021 (R$ 48,63 milhões), sendo motivado pela reclassificação de saldo do Ativo não Circulante para o Ativo Circulante, bem como pela atualização de valores registrados na referida conta. A maior parte desse saldo está registrada na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que é detentora de 99,9% do valor, conforme pode ser identificado a seguir.

R$ milhares

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundação Catarinense de Cultura	32	-	32	23	-	23
Assembleia Legislativa do Estado	4	-	4	4	-	4
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	43.897	6.521	50.419	39.579	9.021	48.600
TOTAL	**43.933**	**6.521**	**50.454**	**39.606**	**9.021**	**48.627**

Cabe ressaltar que, para melhor evidenciação, algumas contas agrupadas em Demais Créditos e Valores a Receber no Balanço Geral de 2021 no exercício de 2022 estão sendo apresentadas em linhas próprias. Destaque para as seguintes contas: Créditos a Receber Decorrentes de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento; Incentivos Fiscais, cujo saldo permaneceu registrado no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina; Adiantamento de Contribuição Patronal à Previdência Privada – SCPREV, estabelecida pela lei que criou a Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina (SCPREV) e determinou que o Estado, por meio da Unidade Gestora Encargos Gerais, antecipasse a contribuição patronal, conforme o art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 661/2015 e o inciso III do art. 2º do Decreto Estadual nº 553/2015; e Juros sobre o Capital Próprio a Receber (R$ 21,08 milhões), que teve um aumento no saldo de 2.342% quando comparado a 2021 (R$ 863 mil), devido ao registro de juros sobre capital próprio a receber do BADESC referente ao exercício de 2021, conforme o Ofício DIAF/GEFIN 007/2022, acostado ao Processo BADESC nº 502/2022.

18. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

Os investimentos e as aplicações temporárias registrados no Ativo Circulante abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS) e que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção da conta Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento, são considerados caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (vide Nota Explicativa nº 36).

Em 2022, foi realizada a reclassificação de saldo do grupo de conta contábil Títulos e Valores Mobiliários - Consolidação (1.1.4.1.1) para o grupo Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - RPPS - Consolidação (1.1.4.4.1).

Permanece no Ativo não Circulante o saldo de R$ 58 mil em ações, registrado na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

R$ milhares

Investimentos e Aplicações Temporárias	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundos de Investimento em Renda Fixa	701.056	-	701.056	588.629	-	588.629
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	31.266	-	31.266	38.070	-	38.070
Ações	-	58	58	-	58	58
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**732.322**	**58**	**732.380**	**626.699**	**58**	**626.757**
(-) Ajuste de Perdas em Títulos, Valores Mobiliários e Imóveis	-	(9)	(9)	-	(8)	(8)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**732.322**	**49**	**732.371**	**626.699**	**50**	**626.749**

Em 2022, houve um aumento de 19,1% no saldo registrado na conta Fundos de Investimento em Renda Fixa, que passou de R$ 588,63 milhões em 2021 para R$ 701,06 milhões. Já no tocante ao saldo registrado em Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS, houve uma redução de 17,9% quando comparado ao exercício de 2021 (R$ 38,07 milhões).

19. ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2022, o saldo registrado foi de R$ 554,32 milhões, com redução de 10% se comparado a 2021 (R$ 616,16 milhões).

R$ milhares

Estoques	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Almoxarifado	514.534	579.119
Produtos e Serviços Acabados	755	704
Mercadorias para Revenda	1.070	688
Produtos e Serviços em Elaboração	717	477
Matérias-Primas	91	63
Outros Estoques	37.148	35.108
(-) Ajustes para Perdas com Estoques	(1)	(1)
TOTAL	**554.315**	**616.157**

Destaque para o saldo da conta Almoxarifado, que em 2022 teve uma redução de 11,2% quando comparado ao exercício de 2021. Do montante registrado (R$ 514,53 milhões), 65,7% pertencem à Unidade Gestora Fundo Estadual de Saúde. O Processo SES nº 144937/2021, aberto para análise do valor registrado na conta Almoxarifado nessa UG, foi arquivado, tendo em vista a regularização dos lançamentos do almoxarifado no sistema SGM de forma tempestiva.

R$ milhares

Estoque por Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2021	Variação Positiva em 2022	Variação Negativa em 2022	Saldo em 31/12/2022
Fundo Estadual de Saúde	444.766	2.943.306	3.049.889	338.183
Secretaria de Estado da Educação	58.429	420.845	366.192	113.082
Secretaria de Estado da Saúde	29.424	12.135	31.992	9.566
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	16.061	27	21	16.067
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	13.287	79.742	78.637	14.392
Tribunal de Justiça do Estado	10.347	36.737	33.698	13.385
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	6.700	8.504	14.364	840
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	5.848	5.436	8	11.276
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	5.557	72.456	72.691	5.321
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	4.484	13.462	15.274	2.673
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	2.513	2.239	0,4	4.751
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	2.249	16.456	15.407	3.298
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	2.053	12.003	11.419	2.637
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	1.808	10.017	9.047	2.777
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	1.685	9.071	8.740	2.016
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	1.413	934	5	2.343
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	1.357	18.358	17.636	2.079
Fundação Catarinense de Esporte	1.272	-	-	1.272
Demais Unidades Gestoras	6.904	81.734	80.282	8.357
TOTAL	**616.157**	**3.743.459**	**3.805.301**	**554.315**

Em 2022, três unidades gestoras encerraram o exercício com mercadorias em estoque para revenda. Do valor total registrado (R$ 1,07 milhão), 93,3% pertencem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (R$ 998,42 mil).

R$ milhares

Mercadorias para Revenda por Unidade Gestora	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	998,42	616
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	68	68
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	4	4
TOTAL	**1.070**	**688**

20. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPDS) PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. As VPDs incluem no ativo não circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R$ milhares

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros a Apropriar	2.697	-	2.697	2.225	-	2.225
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	18.288	-	18.288	16.644	-	16.644
Garantias Pagas a Apropriar	47	-	47	52	-	52
Subvenções Econômicas Concedidas	-	255.259	255.259	-	262.425	262.425
Ressarcimento de Despesas Concedidas	-	1.354	1.354	-	1.354	1.354
TOTAL	**21.032**	**256.613**	**277.645**	**18.921**	**263.779**	**282.700**

A conta Prêmios de Seguros a Apropriar (1.1.9.1.1.00.00.00) apresentou uma variação positiva de 21,2% em relação ao ano de 2021. Destaque para o Fundo de Reaparelhamento da Justiça (Unidade Gestora 30091), que apresentou uma variação de 2.618,3% em relação ao exercício anterior e concluiu o ano com o saldo de R$ 300,65 mil, sendo a maior parte desse valor referente à cobertura especial para veículos de passageiros.

A conta contábil Assinaturas e Anuidades a Apropriar (1.1.9.3.1.00.00.00) apresentou uma variação positiva de R$ 1,64 milhão quando comparada ao ano de 2021. Do saldo final dessa conta em 2022, 60,7% (R$ 11,11 milhões) são do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, sendo a maior parte do valor referente às despesas pagas antecipadamente para licença de software.

21. INVESTIMENTOS

Os investimentos são as aplicações de longo prazo que devem produzir benefícios pela sua permanência no patrimônio do ente público. São representados principalmente pela participação do Estado no capital das empresas públicas e sociedades de economia mista, por meio de ações ou quotas dessas entidades.

R$ milhares

Investimentos	31/12/2022	31/12/2021
Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial	4.775.911	4.050.312
Participação em Empresas	4.476.546	3.633.160
Adiantamento para Aumento de Capital	299.365	417.153
Participação – Método do Custo	637	643
Propriedade para Investimento	-	63.439
Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Plano em Capitalização	63.439	-
TOTAL	**4.839.987**	**4.114.395**

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais não dependentes quanto em empresas estatais dependentes[27], além das participações em outras empresas.

O Método da Equivalência Patrimonial (MEP) reflete o percentual de participação da investidora no capital social da investida, e sobre o patrimônio líquido desta é calculada a proporção do investimento.

Na sequência, são apresentadas as participações societárias de Santa Catarina nos capitais sociais das respectivas empresas investidas pelo MEP.

27 Epagri, Santur, COHAB e CIDASC (os valores de participações nas empresas estatais dependentes são classificados como intraorçamentários e computados de forma consolidada, ou seja, não são considerados nessa nota).

R$ milhares

Participações Societárias	31/12/2022	31/12/2021
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	1.552.963	928.444
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	1.208.315	1.077.509
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)	785.318	629.270
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC)	592.515	496.811
Sapiens Parque S.A.	248.719	213.131
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)	59.670	56.384
SC Participações e Parcerias S.A. (SCPAR)	18.631	220.542
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC)	10.414	9.308
Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC) - Liquidada em 2022	-	1.761
TOTAL	**4.476.546**	**3.633.160**

No exercício atual, a conta Participações em Empresas apresentou um aumento de 23,2% em relação a 2021, sendo essa variação resultante, em sua maior parte, dos registros na CASAN e no BADESC. Na CASAN foram registrados os valores de R$ 142,16 milhões como integralização de capital do Estado de Santa Catarina e R$ 482,36 milhões como equivalência patrimonial, conforme os processos SEF nº 3268/2020 e SEF nº 9280/2020. Já no BADESC, foram registrados os valores de R$ 109,33 milhões como integralização de capital do Estado de Santa Catarina, R$ 49,48 milhões como registro positivo de equivalência patrimonial e R$ 2,77 milhões como registro de redução de equivalência patrimonial, conforme o Processo SEF nº 17834/2019.

Cabe destacar que houve uma diminuição de 91,6% no valor que representa as participações no Estado na SCPAR, sendo apresentado o saldo de R$ 18,63 milhões em 2022. Essa redução é reflexo da devolução de ações que a SCPAR possuía da Companhia de Águas e Saneamento (CASAN) para o acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 29 de abril de 2022, anexa ao Processo SEF nº 17847/2019.

Em relação à CODISC, destaque para o valor zerado nas participações societárias em 2022, pois houve registro da baixa de Participações Acionárias do Estado, tendo em vista a liquidação da empresa e a apresentação das demonstrações contábeis com patrimônio líquido zerado, conforme o Processo SEF nº 17842/2019.

Para mais detalhes referentes à participação acionária do Estado, consultar o Volume 2 deste Balanço Geral.

Adiantamento para Aumento de Capital

A conta Adiantamento para Aumento de Capital (1.2.2.1.1.01.03.00) representa os recursos recebidos pela entidade, de seus acionistas ou quotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital. Em 2022, houve uma variação negativa de 28,2% em relação ao exercício de 2021.

As maiores variações diminutivas desse grupo decorreram dos registros das integralizações de capital no BADESC e na CASAN. No primeiro, o saldo de Adiantamento para Aumento de Capital foi de R$ 34,17 milhões (R$ 82 milhões em 2021), e na segunda o saldo foi de R$ 86,66 milhões (R$ 128,82 milhões em 2021), conforme os Processos SEF nº 17834/2019 e SEF nº 3268/2020, respectivamente.

Destaque também para o saldo de R$ 2 milhões referente à Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (Iazpe), que apresentou uma variação positiva de 838,8% quando comparada a 2021, variação essa decorrente de adiantamento para aumento de capital, conforme o Ofício nº1/2022/IAZPE/PRES, os Processos IAZPE nº 2/2022 e SEF nº 17849/2019.

Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Plano em Capitalização

Estão registrados na conta Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Plano em Capitalização os imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado. Alguns desses imóveis são mantidos para aluguel a órgãos do próprio Estado e estão sendo utilizados nas atividades-fim dos órgãos locatários, o que os caracteriza como ativo imobilizado quando se analisa de forma consolidada o patrimônio estadual.

Em 2022 foram efetuadas transferências nas contas contábeis do Fundo Financeiro (UG 470076) referentes às Propriedades para Investimentos e transferidos os saldos das contas contábeis 1.2.2.2.1.01.00.00 - Edifícios e 1.2.2.2.1.02.00.00 - Terrenos para as contas 1.2.2.3.1.02.04.00 - Prédio Comercial e 1.2.2.3.1.02.02.00 - Terreno, respectivamente, dentro das Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Plano em Capitalização, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) do RPPS de 2022.

R$ milhares

Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021
Propriedade para Investimento	**-**	**63.439**
1.2.2.2.1.01.00.00 - Edifícios	-	25.176
1.2.2.2.1.02.00.00 - Terrenos	-	38.263
Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS	**63.439**	**-**
1.2.2.3.1.02.02.00 - Terreno	38.263	-
1.2.2.3.1.02.04.00 - Prédio Comercial	25.176	-

22. IMOBILIZADO

São os itens tangíveis empregados na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, ou usados para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, os quais serão utilizados por mais de um exercício.

R$ milhares

Imobilizado	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo Corrigido	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Corrigido	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Líquido
Bens Móveis	**4.235.881**	**(1.704.737)**	**2.531.144**	**3.202.745**	**(1.449.746)**	**1.752.999**
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.396.242	(545.253)	850.989	1.146.428	(475.218)	671.210
Equipamentos de Tecnologia da Informação	928.615	(369.990)	558.625	597.103	(294.515)	302.588
Móveis e Utensílios	460.658	(196.957)	263.701	421.278	(177.328)	243.949
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	122.157	(3.865)	118.293	118.661	(2.163)	116.498
Veículos	1.211.590	(544.618)	666.972	836.812	(463.255)	373.556
Armamentos	107.278	(41.142)	66.136	67.748	(34.194)	33.554
Semoventes	1.089	(599)	490	1.028	(574)	454
Demais Bens Móveis	8.251	(2.313)	5.938	13.688	(2.499)	11.189
Bens Imóveis	**42.289.130**	**(5.791.642)**	**36.497.488**	**34.747.897**	**(4.821.226)**	**29.926.671**
Bens de Uso Especial	16.851.579	(1.127.238)	15.724.340	10.268.979	(831.345)	9.437.634
Bens Dominicais	-	-	-	2.069	-	2.069
Bens de Uso Comum do Povo	23.296.766	(4.654.878)	18.641.889	22.449.994	(3.982.174)	18.467.820
Bens Imóveis em Andamento	2.075.126	-	2.075.126	1.992.000	-	1.992.000
Instalações	28.936	(3.435)	25.502	18.807	(2.133)	16.674
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	34.553	(6.092)	28.461	15.517	(5.574)	9.943
Demais Bens Imóveis	2.169	-	2.169	530	-	530
SUBTOTAL	**46.525.011**	**(7.496.380)**	**39.028.632**	**37.950.642**	**(6.270.972)**	**31.679.670**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(6)	-	(6)	(6)	-	(6)
TOTAL	**46.525.006**	**(7.496.380)**	**39.028.626**	**37.950.637**	**(6.270.972)**	**31.679.665**

Os Bens Imóveis de Uso Especial apresentaram um aumento de R$ 6,58 bilhões em relação a 2021, totalizando o saldo de R$ 16,85 bilhões em 2022. Boa parte desse aumento é referente aos registros de reavaliações e incorporações em edifícios, bens imóveis de natureza militar e terrenos, conforme relatório Anexo TC 24 da Gerência de Bens Imóveis, constante no Processo SEA nº 1100/2022. Destaque para as contas contábeis 1.2.3.2.1.01.03.00 - Edificações e 1.2.3.2.1.01.04.00 - Terrenos, que possuem, ao final de 2022, os saldos de R$ 5,97 bilhões e R$ 10,08 bilhões, respectivamente, representando aumentos de 50,9% e 81,7% em relação a 2021.

Em 2022, o saldo de Demais Bens Imóveis (conta contábil 1.2.3.2.1.99.04.00 - Bens Imóveis a Classificar) apresentou uma variação positiva de R$ 1,64 milhão. A maior parte dessa variação foi decorrente da reclassificação da conta contábil 1.2.3.2.1.06.01.01 - Obras em Andamento de Bens de Uso Especial/Dominicais, que ocorreu pelo motivo de o lançamento na conta 1.2.3.2.1.06.01.01 não se tratar de obras de bens imóveis, lançados automaticamente nessa conta pela liquidação do pagamento, e sim de indenização de imóvel por desapropriação, conforme os Processos IMA nº 47176/2019, IMA nº 26878/2022, IMA nº 26918/2022, IMA nº 43056/2020, IMA nº 26914/2022, IMA nº 59153/2019, IMA nº 33713/2022, IMA nº 33720/2022, IMA nº 43092/2020, IMA nº 43071/2020, IMA nº 20508/2020, IMA nº 63978/2019 e IMA nº 51237/2022.

Destaque também para as reavaliações de edifícios, bens imóveis e terrenos, efetuadas pela Unidade Gestora Fundo Patrimonial, conforme Processo SEA nº 1100/2022. Essas reavaliações refletiram no ajuste de avaliação patrimonial, que encerrou o exercício de 2022 com o saldo de R$ 4,84 bilhões, registrando um aumento de 5.160,2% quando comparado ao exercício de 2021 (R$ 92,04 milhões).

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

O Decreto nº 1.479, de 21 de setembro de 2021, instituiu a Política de Modernização da Gestão Patrimonial, sendo aplicado à Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, incluindo os seus fundos, e, no que couber, às empresas estatais dependentes, as quais são regidas por legislação específica.

Esse decreto apresentou os conceitos e os procedimentos referentes à mensuração inicial, à reavaliação e ao inventário de bens móveis e imóveis, conforme resumo a seguir.

Bens Móveis

No reconhecimento inicial, os bens móveis são mensurados pelo custo ou valor justo, e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração, como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável, que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Já para os bens obtidos a título gratuito, deve ser considerado o valor resultante de avaliação por procedimento tecnicamente válido ou o valor definido nos termos da doação quando esse for representativo de seu valor justo.

Após o reconhecimento inicial, o modelo de mensuração será, via de regra, o de custo, admitindo-se o modelo da reavaliação para os veículos, as aeronaves e as embarcações.

O inventário anual de bens móveis é obrigatório e subsidiará a prestação de contas do gestor do órgão ou da entidade integrante da Administração Pública estadual.

Bens Imóveis

No reconhecimento inicial, os bens imóveis serão mensurados pelo custo ou valor justo e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração, como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável, que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Caso o imóvel tenha sido obtido a título gratuito, deve ser considerado o valor resultante de avaliação por procedimento tecnicamente válido ou o valor definido nos termos da doação quando o valor do imóvel estabelecido no termo de doação for representativo do seu valor justo.

Para os bens imóveis, o modelo de mensuração após o reconhecimento é o de reavaliação[28]. A reavaliação será necessária quando o valor justo de um ativo diferir significativamente de seu valor contábil registrado.

Anualmente, o responsável pelos bens imóveis do órgão ou da entidade emitirá documento arrolando todos os imóveis do órgão ou da entidade, indicando os valores bruto, da depreciação acumulada e líquido, com vistas a subsidiar os registros contábeis e a prestação de contas.

Para orientar as unidades gestoras (UGs) da Administração Pública estadual quanto aos procedimentos que devem ser observados para o tratamento contábil a ser dado aos bens do subgrupo Bens Móveis e Imóveis do Ativo Imobilizado, foram publicadas pela Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da Secretaria de Estado da Fazenda as respectivas Notas Técnicas de Procedimento Contábil nº 004/2021 e nº 006/2021.

Depreciação/Amortização

A depreciação se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor do bem é a existência de vida útil econômica limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Já a amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução do valor do bem.

Bens Móveis

R$ milhares

Bens Móveis – Depreciação/Amortização Acumulada				
Tipo de Consolidação	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Poder Executivo	1.496.039	1.275.897	1.134.366	985.927
Poder Judiciário	142.153	129.774	119.943	107.336
Poder Legislativo	19.764	7.886	4.547	7.489
Ministério Público	46.782	36.189	27.764	19.907
CONSOLIDADO GERAL	**1.704.737**	**1.449.746**	**1.286.620**	**1.120.659**

28 § 1º do art. 32 do Decreto nº 1.479/2021: em casos excepcionais, mediante autorização expressa em processo administrativo para esse fim, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da SEF, em conjunto com a DGPA da SEA, quando se tratar de bens imóveis da Administração Pública direta, ou o dirigente máximo da entidade, quando se tratar de bens imóveis de entidades da Administração Pública indireta de que trata o parágrafo único do art. 1º desse decreto, poderão autorizar a adoção do modelo de custo para a mensuração após o reconhecimento de imóveis.

Tendo como base a materialidade e o custo associado ao processamento dos dados, a partir de 2013 o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R$ 10,00. Essa metodologia atende o equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição às informações contábeis na NBC TSP Estrutura Conceitual.

Em 2022, do saldo da depreciação acumulada de bens móveis no Poder Executivo, 51,2% são compostos pela Secretaria de Estado da Educação (R$ 326,87 milhões), pela Polícia Militar (R$ 267,61 milhões) e pela Secretaria de Estado da Saúde (R$ 171,02 milhões).

Já no Poder Legislativo, 58,2% do saldo da depreciação acumulada de bens móveis apresenta-se na Assembleia Legislativa do Estado, com R$ 11,50 milhões em 2022, um aumento de 617% em relação ao saldo de 2021. A conta contábil que mais contribuiu com essa variação foi a 1.2.3.8.1.01.01.00 - (-) Dep. Acumulada Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, com uma variação positiva de R$ 4,12 milhões.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 e dos bens reavaliados foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 1.479/2021, a depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação deve utilizar o método das cotas constantes[29], conforme determina o art. 46 desse decreto.

Bens Imóveis

R$ milhares

Bens Imóveis – Depreciação/Amortização Acumulada				
Tipo de Consolidação	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Poder Executivo	5.700.165	4.745.716	3.904.282	2.493.237
Poder Judiciário	36.828	30.807	25.063	19.275
Poder Legislativo	2.257	177	5.176	2.928
Ministério Público	52.392	44.526	38.189	31.157
CONSOLIDADO GERAL	**5.791.642**	**4.821.226**	**3.972.709**	**2.546.596**

Do saldo da depreciação acumulada dos bens imóveis do Estado, 80,4% estão registrados na conta 1.2.3.8.1.02.03.00 (-) Dep. Acumulada Bens de Uso Comum do Povo, na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, totalizando R$ 4,65 bilhões em 2022.

29 O método das cotas constantes utiliza-se de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo caso o valor residual desse ativo não se altere.

Bens de Infraestrutura/Bens de Uso Comum do Povo

Os bens de uso comum do povo normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens do ativo imobilizado. E para serem classificados como ativos de infraestrutura, esses bens de uso comum deverão ser parte de um sistema ou de uma rede especializados por natureza e não possuir usos alternativos.

R$ milhares

Bens de Infraestrutura/Bens de Uso Comum do Povo	31/12/2022	31/12/2021	Variação
Ruas/Estradas/Rodovias	17.711.751	16.941.655	770.096
Pontes e Viadutos	4.487.619	4.411.090	76.529
Túneis	1.000.000	1.000.000	-
Barragens	71.450	71.303	148
Outros Bens de Uso Comum do Povo	25.946	25.946	-
TOTAL	**23.296.766**	**22.449.994**	**846.773**

Os bens de uso comum do povo estão registrados na conta contábil 1.2.3.2.1.03.00.00 - Bens de Uso Comum do Povo, sendo as rodovias pavimentadas, as não pavimentadas, as pontes e os viadutos e túneis lançados no ativo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), e as Barragens e Outros Bens de Uso Comum do Povo lançados na Defesa Civil (DC).

Destaque para o saldo em Ruas/Estradas/Rodovias, que está registrado na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e é composto pelo somatório das contas contábeis 1.2.3.2.1.03.01.01 - Rodovias Pavimentadas e 1.2.3.2.1.03.01.02 - Rodovias não Pavimentadas, com os valores de R$ 15,92 bilhões e R$ 1,80 bilhão, respectivamente, em 2022.

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo estadual obedecem à NBC TSP nº 07, de 22 de setembro de 2017, a qual apresenta que, uma vez atendidos os critérios para reconhecimento, os ativos de infraestrutura devem ser mensurados pelo valor de custo.

No Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, é apresentada a vida útil estimada dos ativos de infraestrutura.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

A Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (DCIF/ SEF) optou por seguir o padrão estabelecido pela STN, promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes do seu patrimônio (ou avaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção.

A partir de 2021, o reconhecimento das reavaliações positivas passou a ser registrado no patrimônio líquido, a título de reserva de reavaliação, enquanto as reavaliações negativas seguem sendo registradas nas contas de resultado como variações patrimoniais diminutivas (VPD). Nos casos em que a reavaliação positiva tenha ocorrido em bens pertencentes a uma mesma classe do ativo que tenha sofrido reavaliação negativa, configurando reversão de decréscimo, esse aumento foi reconhecido nas contas de resultado como variações patrimoniais aumentativas. Da mesma forma, em se tratando de reversão de acréscimo de bens pertencentes à mesma classe do ativo, essa reversão foi reconhecida diretamente no saldo da reserva de reavaliação no passivo.

A redução ao valor recuperável foi reconhecida nas contas de resultado do período como variação patrimonial diminutiva. Já a reversão da redução ao valor recuperável foi reconhecida como variação patrimonial aumentativa.

Em 2022, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R$ 50,72 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução ao Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R$ milhares

Contas de Registro	31/12/2022	31/12/2021
3.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis - VPD	(288)	(438)
3.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis - VPD	(0,0004)	(189)
3.6.1.5.1.02 Redução a Valor Recuperável de Bens Imóveis	(50.190)	(342)
4.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis - VPA	815	513
4.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis - VPA	100.381	671
TOTAL	**50.719**	**215**

Cabe destacar que, a partir de 2021, o reconhecimento das reavaliações positivas (nos casos de bens não pertencentes a uma mesma classe do ativo que tenha sofrido reavaliação negativa) passou a ser registrado no patrimônio líquido, a título de reserva de reavaliação, não impactando o resultado patrimonial, conforme explicado anteriormente.

Em 2022, houve uma variação positiva na conta contábil 2.3.6.1.1.01.01.00 - Reserva de Reavaliação - Bens de Uso Especial de R$ 4,75 bilhões em relação a 2021. Esse aumento foi registrado no Fundo Patrimonial (UG 470093), e a maior parte é referente aos registros de reavaliações em edifícios, bens imóveis de natureza militar e terrenos, conforme o relatório Anexo TC 24 da Gerência de Bens Imóveis, constante no Processo SEA nº 1100/2022.

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes sujeitam-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, estão impedidas de efetuar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2022, consta na contabilidade das empresas o valor de R$ 7,28 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro a seguir:

R$ milhares

Saldo da Reserva de Avaliação por Empresa Estatal Dependente	31/12/2022
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COAHB - em liquidação)	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)	4.824
TOTAL	**7.277**

A reserva de avaliação referente à COHAB está registrada na conta contábil 2.3.6.1.1.01.01.00 - Reserva de Reavaliação - Bens de Uso Especial, e a reserva relativa à CIDASC está lançada na conta 2.3.6.1.1.03.01.00 - Reserva de Reavaliação - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas.

23. INTANGÍVEL

São considerados bens intangíveis do Estado aqueles bens que não possuem existência física ou financeira mas constituem valor para a atividade pública, podendo ser reconhecidos contabilmente, e que representem um benefício futuro, direto ou indireto, sendo fundamentais para o bom desempenho gerencial e operacional da administração direta, autárquica e fundacional. Em 2021 foi publicado o Decreto Estadual nº 1.142/2021, que instituiu a Política de Gestão dos Ativos Intangíveis em Santa Catarina, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Objetivando orientar os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual quanto aos procedimentos que devem ser observados para o tratamento contábil a ser dado aos bens do subgrupo Intangível do Ativo, foi publicada pela DCIF a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 002/2021.

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo valor de aquisição ou desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta pela administração do órgão ou da entidade. No Estado de Santa Catarina, o modelo de mensuração para ativos intangíveis, após o reconhecimento, é o de custo.

R$ milhares

Intangível	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Softwares	373.083	(155.330)	217.753	336.912	(141.210)	195.702
Softwares em Desenvolvimento	218.828	-	218.828	194.932	-	194.932
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	277	(79)	198	279	(81)	198
TOTAL	**592.188**	**(155.409)**	**436.779**	**532.123**	**(141.291)**	**390.832**
Redução a Valor Recuperável do Intangível	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**592.188**	**(155.409)**	**436.779**	**532.123**	**(141.291)**	**390.832**

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem especialmente softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender necessidades específicas do Estado.

Um resumo da evolução do saldo das contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento durante o exercício é apresentado a seguir.

Evolução do Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R$ milhares

	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2021	**336.912**	**194.932**	**531.844**
Adições	61.376	25.469	86.846
Baixas	25.205	1.574	26.779
Saldo em 31/12/2022	**373.083**	**218.828**	**591.911**

O saldo da conta Softwares sofreu uma variação positiva de 10,7% em relação a 2021, sendo o Tribunal de Justiça do Estado a unidade gestora que apresentou o maior saldo final em 2022 (R$ 127,41 milhões), que representa 34,2% do saldo total de Softwares.

Saldos das Unidades Gestoras na Conta Softwares

R$ milhares

Softwares por Unidades Gestoras	31/12/2022	31/12/2021
Tribunal de Justiça do Estado	127.414	123.008
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	58.407	58.076
Secretaria de Estado da Fazenda	52.270	40.874
Ministério Público do Estado	28.365	27.203
Secretaria de Estado da Administração	26.247	22.370
Assembleia Legislativa do Estado	18.458	17.768
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	14.856	9.825
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	11.468	8.977
Tribunal de Contas do Estado	4.895	4.895
Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	4.684	3.971
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	4.269	4.269
Defesa Civil	3.396	3.396
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	3.177	2.549
Demais Unidades Gestoras	15.178	9.731
TOTAL	**373.083**	**336.912**

Já no saldo da conta Softwares em Desenvolvimento, houve uma variação positiva de 12,3% em relação ao exercício anterior. Destaque para a Secretaria de Estado da Fazenda, que encerrou o exercício com o saldo de R$ 132,13 milhões, apresentando uma variação positiva de 20,6% quando comparada ao exercício de 2021 (R$ 109,59 milhões).

Saldos das Unidades Gestoras na Conta Softwares em Desenvolvimento

R$ milhares

Softwares em Desenvolvimento por Unidade Gestora	31/12/2022	31/12/2021
Secretaria de Estado da Fazenda	132.132	109.593
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	77.263	77.263
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	7.358	7.358
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	1.687	-
Demais Unidades Gestoras	388	719
TOTAL	**218.828**	**194.932**

Impacto da Reavaliação/Redução ao Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R$ milhares

Contas de Registro	31/12/2022	31/12/2021
3.6.1.6.1.01 - Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis	-	(5.312)
4.6.1.2.1.01 - Reavaliação de Ativos Intangíveis	-	-
TOTAL	**-**	**(5.312)**

PASSIVOS

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR

R$ milhares

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pessoal a Pagar	**1.202.192**	**1.396.208**	**2.598.400**	**670.196**	**1.476.512**	**2.146.708**
Salários, Remunerações e Benefícios do Exercício	470	-	470	219	-	219
Décimo Terceiro Salário	17.053	-	17.053	-	-	-
Férias	507.072	-	507.072	408.191	-	408.191
Licença-Prêmio	45.430	-	45.430	36.887	-	36.887
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	1.506	-	1.506	1.910	-	1.910
Precatórios de Pessoal do Exercício	-	-	-	25.000	-	-
Precatórios de Pessoal - a Partir de 5/5/2000	625.090	1.396.208	2.021.298	160.012	1.476.512	1.636.524
Precatórios de Pessoal Repassado ao TJ	5.434	-	-	37.922	-	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício	137	-	137	56	-	56
Benefícios Previdenciários a Pagar	**24.318**	**178.255**	**202.573**	**97.221**	**110.774**	**207.996**
Benefícios Previdenciários	2.351	-	2.351	2.351	-	2.351
Benefícios Previdenciários do Exercício	195	-	-	632	-	-
Benefícios Previdenciários de Exercícios Anteriores	632	-	-	-	-	-
Décimo Terceiro Salário	35	-	35	3.538	-	3.538
Precatórios de Benefícios Previdenciários - A Partir de 5/5/2000	20.611	178.255	198.866	90.700	110.774	201.474
Obrigações do RPPS junto ao RPPS de Estado	89	-	-	-	-	-
Obrigações do RPPS junto ao RPPS de Município	406	-	-	-	-	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	**38**	**-**	**38**	**18**	**-**	**18**
Benefícios Assistenciais a Pagar	38	-	38	18	-	18
Encargos Sociais a Pagar	**112.199**	**271.505**	**383.705**	**81.572**	**273.406**	**354.978**
FGTS sobre a Folha de Pagamento	7.924	-	7.924	8.198	-	8.198
Entidades de Previdência Privada e Complementar	7.202	-	7.202	2.413	-	2.413
Contribuição ao Plano de Saúde	4.019	-	4.019	3.836	-	3.836
INSS a Pagar	93.052	271.505	364.557	67.007	273.406	340.412
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	2	-	2	119	-	119
TOTAL	**1.338.747**	**1.845.968**	**3.184.715**	**849.008**	**1.860.692**	**2.709.700**

Férias

O saldo de férias corresponde ao reconhecimento por competência das obrigações decorrentes do período aquisitivo e que será pago durante o exercício de 2023. Em 2022, o valor registrado ficou 24,2% maior quando comparado ao exercício de 2021 (R$ 408,19 milhões).

Precatórios de Pessoal

Composição do Saldo de Precatórios de Pessoal por Poder e Órgão

R$ milhares

Precatórios de Pessoal	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Assembleia Legislativa do Estado	1.622	3.745	5.367	1.622	3.255	4.877
Tribunal de Justiça do Estado	2.172	5.549	7.721	2.611	4.821	7.431
Tribunal de Contas do Estado	33	44	76	299	-	299
Ministério Público do Estado	-	2	2	23	113	136
Poder Executivo	626.697	1.386.868	2.013.566	218.379	1.468.323	1.686.702
TOTAL	**630.524**	**1.396.208**	**2.026.732**	**222.934**	**1.476.512**	**1.699.446**

Em 2022, o saldo de precatórios de pessoal teve um aumento de 19,3% quando comparado ao exercício de 2021 (R$ 1,70 bilhão). O Poder Executivo concentra 99,3% do saldo na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado, o qual, ao final de 2022, era de R$ 2,01 bilhões a pagar. Essa concentração é resultado da alteração na forma de repasse de recursos do Tesouro Estadual ao Tribunal de Justiça do Estado (TJSC) para o pagamento dos precatórios promovida no exercício de 2020, que passou a ser realizada por meio da execução orçamentária da despesa (empenho/liquidação/pagamento) no próprio Poder Executivo (UG 520002 - Encargos Gerais do Estado), em favor do TJSC, conforme Informação Técnica Contábil nº 013/2020, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. Segue quadro comparativo sobre a mudança de metodologia adotada.

	2019	A partir de 2020
Forma de Repasse	Repasse extraorçamentário ao TJSC, gerando um ativo no Tesouro Estadual. Esse ativo é baixado na regularização do pagamento pela execução orçamentária	Execução orçamentária da despesa em favor do TJSC pela UG 520002 - Encargos Gerais do Estado
Baixa do Passivo "P"	Pelo módulo de precatórios com base na informação do TJSC (arquivos) referente aos pagamentos de precatórios	Na execução orçamentária da despesa, ou seja, no repasse efetuado pelo Tesouro Estadual ao TJSC

25. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R$ milhares

Empréstimos e Financiamentos	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Internos	696.171	15.951.633	16.647.803	768.771	16.034.751	16.803.522
Externos	156.876	1.578.386	1.735.261	835.267	1.864.867	2.700.134
Financiamentos	868	400	1.268	801	1.201	2.002
Juros e Encargos de Empréstimos a Pagar	203.142	-	203.142	113.252	-	113.252
TOTAL	**1.057.057**	**17.530.419**	**18.587.475**	**1.718.091**	**17.900.819**	**19.618.910**

Em 2022, o saldo total de empréstimos e financiamentos foi de R$ 18,59 bilhões, o que representa uma redução de 5,3% quando comparado ao exercício de 2021. Destaque para o Circulante do grupo Externos, que apresentou um saldo de R$ 156,88 milhões, uma redução de 81,2% quando comparado com 2021 (R$ 835,27 milhões). Grande parte dessa redução ocorreu em virtude de pagamento do saldo de operações de créditos contraídas com o credor Bank of America.

Outros detalhes sobre empréstimos e financiamentos são encontrados no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2022, incluído no Volume 2 deste Balanço Geral.

26. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos, com vencimento no curto e no longo prazo, com os seus respectivos credores nacionais e internacionais tanto no que se refere ao fornecimento de mercadorias e de outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade quanto às obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, como energia elétrica, água, entre outros, aos entes públicos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

R$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	132.269	86	132.356	122.779	322	123.100
Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores	2.038	-	2.038	2.772	-	2.772
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - A partir de 5/5/2000	284.457	399.129	683.586	333.103	352.659	685.762
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	-	-	-	14.532	-	14.532
Precatórios de Fornecedor Repassados ao TJSC	39.127	-	39.127	34.651	-	34.651
Contas Parceladas a Pagar	5.027	-	5.027	15.617	36	15.652
TOTAL	**462.918**	**399.215**	**862.133**	**523.454**	**353.017**	**876.471**

Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores por Devedor

R$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores por Devedor	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Assembleia Legislativa do Estado	**116**	**-**	**116**	**52**	**-**	**52**
Tribunal de Contas do Estado	**1**	**-**	**1**	**15**	**220**	**235**
Poder Executivo	**139.217**	**86**	**139.304**	**141.101**	**138**	**141.238**
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	62.039	-	62.039	-	-	-
Fundo Estadual de Saúde	49.033	-	49.033	62.687	0,11	62.687
Secretaria de Estado da Educação	9.010	86	9.096	58.848	86	58.934
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	6.869	-	6.869	-	-	-
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	5.453	-	5.453	2.042	-	2.042
Demais Unidades Gestoras	6.814	-	6.814	17.525	51	17.576
TOTAL	**139.334**	**86**	**139.421**	**141.168**	**358**	**141.525**

Em 2022, o Fundo Estadual de Saúde (FES), a Secretaria de Estado da Educação (SED) e o Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Estado juntos representaram 86,2% do saldo total de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores. Ao final do exercício, o FES apresentou como obrigações o total de R$ 49,03 milhões, a SED R$ 9,10 milhões e o Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Estado R$ 62,04 milhões.

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que determinam a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu à pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que em seu art. 1º, § 1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Com a Emenda Constitucional (EC) nº 109, de 15 de março de 2021, o Estado de Santa Catarina tem até 31/12/2029 para liquidar os precatórios em mora.

R$ milhares

Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Poder Executivo	322.794	394.923	717.716	381.288	347.475	728.763
Ministério Público do Estado	416	3.041	3.457	416	2.703	3.119
Tribunal de Justiça do Estado	332	1.104	1.436	541	998	1.538
Assembleia Legislativa do Estado	42	61	104	42	779	821
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	-	705	705
TOTAL	**323.584**	**399.129**	**722.713**	**382.287**	**352.659**	**734.946**

Até o exercício de 2019, algumas UGs realizaram a execução orçamentária da despesa para fins de regularização do pagamento de precatórios com base nas informações do TJSC. Já em 2020, as execuções orçamentárias das despesas referentes aos precatórios do Poder Executivo foram concentradas na UG 520002 (Encargos Gerais do Estado), tendo em vista a alteração na metodologia do repasse de recursos do Tesouro Estadual para o TJSC (vide Nota Explicativa nº 24).

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição, parte III, Procedimentos Contábeis Específicos – dispõe sobre a execução orçamentária da despesa quando o ente devedor (Estado) e o Tribunal de Justiça pertencem à mesma esfera de governo:

> *"Se a entidade devedora pertencer à mesma esfera do Tribunal de Justiça, poderá efetuar a descentralização orçamentária para que o próprio Tribunal de Justiça realize a execução orçamentária do precatório. Nesse caso, a dotação deve ser consignada no orçamento à entidade devedora do precatório e, posteriormente, descentralizada. Desse modo, além do pagamento do precatório, também a execução orçamentária será realizada pelo próprio Tribunal de Justiça. Alternativamente é facultada a adoção do procedimento a seguir.*
>
> *Se a entidade devedora pertencer a esfera distinta do Tribunal de Justiça (caso, por exemplo, de precatórios de Município), a execução orçamentária será registrada pelo devedor e o Tribunal de Justiça ficará responsável pelo pagamento dos precatórios a partir dos recursos disponibilizados na conta especial e pela notificação das entidades após o pagamento, para que estas procedam aos registros".*

No caso de Santa Catarina, a primeira alternativa não seria possível, tendo em vista que em 2018 foi decidido que a execução orçamentária referente a precatórios não ocorreria mais no TJSC. Assim, a alternativa adotada pelo Estado foi a execução orçamentária no próprio Poder Executivo, como a entidade devedora dos precatórios.

Cabe destacar que em 2021 os precatórios devidos pelo Estado a órgãos e entidades federais e municipais foram separados nas contas contábeis 2.2.3.1.3.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - União a partir de 5/5/2000 e 2.2.3.1.5.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - Município a partir de 5/5/2000. Em 2022, as respectivas contas apresentaram os saldos finais de R$ 10,24 milhões e R$ 212,79 milhões.

27. OBRIGAÇÕES FISCAIS

R$ milhares

Obrigações Fiscais	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
PIS/PASEP a Recolher do Exercício	-	-	-	6.643	-	6.643
Parcelamento PASEP	13.497	198.607	212.104	13.497	208.218	221.715
Demais Obrigações Fiscais	27	-	27	2	-	2
TOTAL	**13.524**	**198.607**	**212.132**	**20.142**	**208.218**	**228.360**

Parcelamento PASEP

Esse saldo refere-se ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e da Medida Provisória nº 574/2012.

Em 2022, o saldo total de Parcelamento PASEP foi de R$ 212,10 milhões, registrando uma redução de 4,3% quando comparado ao exercício de 2021 (R$ 221,72 milhões).

Outros detalhes sobre o Parcelamento PASEP são encontrados no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2022, incluído no Volume 2 deste Balanço Geral.

28. PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes que possuem prazo ou valor incerto, derivadas de eventos passados cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviço.

R$ milhares

Provisões	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Riscos Trabalhistas	7.070	13.188	20.258	7.404	16.584	23.987
Provisão para Riscos Cíveis	4.497	5.007	9.504	4.497	7.396	11.893
Provisão para Riscos Fiscais	3.098	-	3.098	3.098	-	3.098
Provisão para Repartição de Créditos	2.207.683	-	2.207.683	1.916.879	-	1.916.879
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	113.386.783	113.386.783	-	87.324.075	87.324.075
Provisão para Contingências	234.080	-	234.080	234.080	-	234.080
Provisão para Ação Judicial em Trânsito	3.165.140	-	3.165.140	1.250.949	-	1.250.949
TOTAL	**5.621.568**	**113.404.978**	**119.026.546**	**3.416.907**	**87.348.055**	**90.764.961**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta a seguinte árvore de decisões de como evidenciar possíveis passivos, levando em conta a classificação e a evidenciação das obrigações com base no respectivo grau de risco, probabilidade de saída de recursos e estimativa de valor:

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	Classificação	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanço Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Pouco provável	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Remota	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Não é divulgado
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, p. 309

Em 2021, o Estado de Santa Catarina, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e tendo como base os critérios adotados pela União, editou a Portaria GAB/PGE nº 102/2021 e a Informação GAB/PGE nº 007/2021, que apresentam os balizamentos para a classificação de riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais. Assim, as ações judiciais ajuizadas contra o Estado catarinense, suas autarquias e fundações públicas, e que representem riscos fiscais podem ser classificadas conforme as suas expectativas de desembolsos financeiros futuros e incertos.

Na Informação GAB/PGE nº 007/2021 são consideradas como potenciais afetações no orçamento catarinense as ações judiciais em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado, ou quando houver multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito (demandas repetitivas). Nas duas hipóteses anteriores, são consideradas afetações apenas quando um eventual impacto financeiro de ambas as hipóteses for estimado em valor igual ou superior a R$ 50 milhões. Também são qualificados como riscos fiscais os débitos tributários ou não tributários lançados pela União, suas autarquias ou fundações, em face dos quais o Estado de Santa Catarina tenha proposto medidas judiciais que visem a desconstituição do lançamento e que haja decisão desfavorável de órgão colegiado de Tribunal Superior.

No exercício de 2022, foram editadas as Informações GAB/PGE nº 002/2022 e nº 008/2022, com a finalidade de atualizar os dados referentes às ações judiciais ajuizadas contra o Estado de Santa Catarina, suas autarquias e fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, com fundamento nos critérios previstos na Portaria GAB/PGE nº 102/2021. A Informação GAB/PGE nº 002/2022 foi elaborada com o objetivo de complementar a Informação GAB/PGE nº 007/2021, já que esta última cuidou de levantamento preliminar, realizado pela PGE em curto lapso de tempo desde a edição da portaria regulamentadora do tema. Já com relação à Informação GAB/PGE nº 008/2022, há que se ressaltar que houve algumas alterações quando comparada à Informação GAB/PGE nº 002/2022. Destaque para o aumento do impacto financeiro total, que ficou estabelecido não ser decorrente apenas da atualização monetária dos montantes indicados na Informação GAB/PGE nº 002/2022, mas, em seu maior volume, do aprimoramento do critério de cálculo utilizado pela PGE quanto ao potencial impacto financeiro das ações referentes às Letras Financeiras do Tesouro do Estado.

As classificações das ações judiciais quanto à probabilidade de perda estão apresentadas na Portaria GAB/PGE nº 102/2021 e, de forma resumida, podem ser consideradas como de Risco Provável, Risco Possível e Risco Remoto.

Em 2022, o saldo da provisão para riscos trabalhistas foi composto por quatro unidades gestoras (UGs): a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, com o valor de R$ 7,07 milhões no passivo circulante; e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, os Encargos Gerais do Estado e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, com os valores de R$ 11,25 milhões, R$ 1,03 milhão e R$ 903,14 mil, respectivamente, no passivo não circulante.

Já o saldo da provisão para riscos cíveis de 2022 foi composto por três UGs: a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (R$ 4,50 milhões no passivo circulante); a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (R$ 3,11 milhões); e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (R$ 1,90 milhão) no passivo não circulante.

O saldo no circulante da conta Outras Provisões em 2022 foi composto pelas UGs Encargos Gerais do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Santur) e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos valores de R$ 3,19 bilhões, R$ 206,02 milhões, R$ 821,89 mil e R$ 4 mil, respectivamente.

O circulante da conta Outras Provisões apresentou uma variação positiva de 149,8% em relação ao ano de 2021. A maior parte dessa variação é resultante do registro de R$ 1,91 bilhão na UG Encargos Gerais do Estado e refere-se aos lançamentos dos riscos fiscais e passivos contingentes em provisões para ações judiciais em trânsito, das letras financeiras do Tesouro, aos Sistemas de Vencimentos e aos Convênios, em atenção aos termos do Processo SEF nº 15470/2021.

Provisão para Repartição de Créditos

A provisão para repartição de créditos refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2022, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.

R$ milhares

Impostos	31/12/2022		31/12/2021	
	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios
ICMS	679.380	1.132.300	621.732	1.036.221
IPVA	56.874	284.369	35.420	177.100
ITCMD	54.760	-	46.406	-
TOTAL	**791.014**	**1.416.669**	**703.559**	**1.213.320**

Provisões Matemáticas Previdenciárias

R$ milhares

Plano Previdenciário	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de Benefícios Concedidos	**83.276.665**	**65.591.379**
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	101.142.531	80.166.832
Contribuições dos Inativos	(10.305.222)	(7.956.098)
Contribuições dos Pensionistas	(1.487.669)	(1.218.084)
Compensação Previdenciária do Plano do RPPS	(6.072.975)	(5.401.271)
Provisões de Benefícios a Conceder	**30.110.119**	**21.732.696**
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	64.637.394	49.686.730
Contribuições do Ente	(14.085.890)	(11.578.401)
Contribuições dos Ativos	(16.437.337)	(12.949.060)
Compensação Previdenciária	(4.004.049)	(3.426.574)
TOTAL	**113.386.783**	**87.324.075**

As Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) representam o total dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados. Os valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, em valor presente.

Em 2020, concomitantemente à edição da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2020[30], o cálculo atuarial[31] apresentou as PMPs de acordo com o regramento e com as contas contábeis aplicadas ao Plano Previdenciário, ou seja, o resultado atuarial passou a impactar o patrimônio estadual.

Em 2022, a evidenciação do passivo atuarial está representada no saldo final da conta contábil 2.2.7.2.0.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, o qual apresentou um aumento de 29,8% quando comparado ao ano anterior, concluindo o exercício com o valor de R$ 113,39 bilhões.

O cálculo atuarial de 2022 contempla as novas normas e procedimentos atuariais previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022 e utiliza as bases de dados cadastrais da competência de setembro e outubro de 2022 e demais dados financeiros posicionados em 31/12/2022. Os cálculos foram realizados em conformidade com a Nota Técnica Atuarial, enviada à Secretaria de Previdência, conforme previsto no art. 27 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em atendimento ao disposto na Portaria nº 1.467/2022, para a elaboração da referida avaliação foram consideradas várias alterações nas hipóteses: a atualização anual e obrigatória da tábua de mortalidade geral e de inválidos de IBGE 2019 para IBGE 2020; a revisão da taxa de crescimento real de remunerações de 2,13% ao ano para 1,81% ao ano; a redução obrigatória da estimativa de compensação previdenciária a receber de 9% do Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) para 8%; e as variações de remunerações e proventos ocorridas em 2022.

Além disso, em atendimento aos procedimentos contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, foi utilizado no cálculo atuarial o método de financiamento Crédito Unitário Projetado[32] (PUC) em substituição ao método Idade de Entrada Normal (IEN), empregado anteriormente.

Também já estão contempladas nas projeções de 31/12/2022 as alterações de requisitos e forma de cálculo de benefícios promovidas pela Emenda Constitucional Estadual nº 82, de 9 de agosto de 2021, e da Lei Complementar nº 773, de 11 de agosto de 2021, que adaptaram parcialmente a legislação estadual à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

30 Disponível em: https://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/orientacoes/275/NTPC_001_2020___Contabilizacao_Provisao_Matematica_RPPS.pdf.

31 As PMPs de 2021 e 2022 basearam-se na avaliação atuarial realizada pela empresa Actuarial, inscrita no CNPJ sob o número 00.767.919/0001-05.

32 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, p. 406.

29. TRANSFERÊNCIAS FISCAIS E DEMAIS OBRIGAÇÕES

As demais obrigações compreendem aquelas obrigações realizadas junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto e no longo prazo.

R$ milhares

Demais Obrigações	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Transferências Legais a Pagar	73.330	80.370	153.699	30.459	84.979	115.438
Transferências Discricionárias a Pagar	35.423	-	35.423	201.244	-	201.244
Adiantamentos de Clientes	22.580	87.607	110.186	46.974	-	46.974
Consignações	180.643	-	180.643	165.253	-	165.253
Garantias	7.090	-	7.090	7.780	-	7.780
Depósitos Judiciais	6.940.409	-	6.940.409	6.411.027	-	6.411.027
Depósitos não Judiciais	368.036	-	368.036	390.299	-	390.299
Outras Obrigações	117.229	983.550	1.100.779	101.983	1.045.555	1.147.538
TOTAL	**7.744.739**	**1.151.526**	**8.896.265**	**7.355.020**	**1.130.534**	**8.485.554**

Passivo Decorrente das Doações da Celesc e do FNDE

Nesse grupo estão contabilizados os valores devidos aos municípios e ao Fundeb referentes às doações da Celesc para o Fundo Social e que foram caracterizadas pelo Tribunal de Contas do Estado como sendo de natureza tributária, assim como os valores devidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decorrentes de divergência de valores apurados pelo Fundo.

R$ milhares

Outras Obrigações	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundeb - Doações	12.566	43.981	56.547	8.413	37.860	46.273
Fundeb - FNDE	10.730	36.388	47.119	10.471	47.119	57.590
TOTAL	**23.296**	**80.370**	**103.666**	**18.884**	**84.979**	**103.863**

Esse passivo está registrado na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado e inclui as seguintes contas:

Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
2.1.5.2.5.02.01.01 - Repasse Municípios - FUNDEB - Doações	2.2.5.2.5.02.01.00 - Repasse Municípios - FUNDEB - Doações
2.1.5.2.5.02.02.01 - Repasse Municípios - FUNDEB - FNDE	2.2.5.2.5.02.02.00 - Repasse Municípios - FUNDEB - FNDE

Em 2022, houve um aumento de 49,4% na conta contábil 2.1.5.2.5.02.01.01 - Repasse Municípios - FUNDEB - Doações (passivo circulante), referente à reclassificação do valor do longo prazo (conta 2.2.5.2.5.02.01.00 - Repasse Municípios - FUNDEB - Doações) para o curto prazo. Mesmo com a reclassificação de parte de seu valor, em relação ao exercício anterior, a conta de longo prazo (2.2.5.2.5.02.01.00 - Repasse Municípios - FUNDEB – Doações) também apresentou uma variação positiva de 16,2% oriunda de inscrições de novos contratos em 2022.

Adiantamentos de Clientes

Os adiantamentos de clientes registram, sobretudo, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela cessão do direito de operacionalização dos serviços bancários no prazo de 60 meses, contabilizados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriadas as receitas (variações patrimoniais aumentativas) mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Vale destacar que o saldo de R$ 87,61 milhões, na conta contábil Adiantamentos de Clientes, no Passivo não Circulante (2.2.8.1.1.01.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo), está registrado na UG 520099 - Diretoria do Tesouro Estadual e é referente ao Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras Avenças nº 038/2022, conforme o Processo SEF nº 13794/2022. Esse contrato foi celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil S.A., tendo por objeto a centralização no Banco dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Estado. Já o registro contábil foi efetuado conforme a ITC nº 27/2021: rotina contábil referente ao recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços.

Depósitos Judiciais a Curto Prazo

R$ milhares

Depósitos Judiciais a Curto Prazo	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Circulante
Tribunal de Justiça do Estado	6.789.393	6.265.722
Diretoria do Tesouro Estadual	151.016	145.303
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	-	3
TOTAL	**6.940.409**	**6.411.027**

Do total contabilizado na conta Depósitos Judiciais, o valor de R$ 6,79 bilhões, que equivale a 97,8%, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) e possuem disponibilidade correspondente bloqueada para tal fim (vide Nota Explicativa nº 10).

A Emenda Constitucional (EC) nº 109, de 15 de março de 2021, alterou o art. 101 da Constituição Federal e passou a informar que os estados, o Distrito Federal e os municípios que em 25 de março de 2015 se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2029, os seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período. Para tal, podem utilizar até 75% dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos nos quais o ente é parte, e 30% dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do Tribunal de Justiça (depósitos de terceiros).

Embasamento legal:

Tipo de Depósito	Legislação e Alcance
Depósitos em que o ente é parte	LC nº 151/2015 (até 70%)
	EC nº 94/2016 (até 75%)
	EC nº 99/2017 (até 75%)
Depósitos de terceiros	EC nº 94/2016 (até 20%)
	EC nº 99/2017 (até 30%)

Com isso, o tratamento contábil será segregado entre os depósitos de lides nas quais o ente é parte e os depósitos de terceiros, conforme a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2020 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da SEF. Cabe destacar que a Emenda Constitucional nº 114/2021 incluiu o § 5º ao art. 100 da Constituição Federal de 1988, que obrigou, a partir de 2022, a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários, apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão os seus valores atualizados monetariamente.

Depósitos não Judiciais a Curto Prazo

Em relação aos depósitos do PRODEC, a Medida Provisória nº 222/2018[33], convertida na Lei nº 17.616/2018, alterou a Lei Estadual nº 13.342, de 2005, e a partir de agosto de 2018 o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) ficou responsável pelo recolhimento mensal ao Tesouro do Estado do valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). Tal recolhimento deve observar as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses efetuados aos municípios.

33 A Medida Provisória nº 222/2018, convertida na Lei nº 17.616/2018, alterou o art. 9º da Lei nº 13.342/2005.

Com a mudança, os valores referentes ao PRODEC[34] recebidos pelo FADESC[35] estão sendo recolhidos ao Tesouro mensalmente e reconhecidos como receitas orçamentárias, sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ICMS, não compondo mais a conta de depósitos. Dessa forma, registram-se esses recursos no Tesouro do Estado. O registro dos valores recebidos relacionados ao PRODEC é feito na conta contábil 2.1.8.8.1.04.20.00 - Depósitos do PRODEC, e a rotina de contabilização está prevista na NTPC nº 006/2018.

Da mesma forma, com a publicação do Decreto nº 1.715, de 30 de agosto de 2018, foi alterado o art. 14 do Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, e o próprio Tesouro do Estado está repassando aos municípios o equivalente a 25% do benefício mensal de postergação do ICMS concedido pelo PRODEC.

Em relação aos Depósitos para Pagamento de Precatórios, com a nova metodologia de disponibilização de recursos para esse pagamento (vide Nota Explicativa nº 24), o Tesouro Estadual efetua o repasse ao TJSC, assim ocorre o lançamento a débito na conta 1.1.3.5.1.08.00 - Conta Especial Precatórios, na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado. Já o lançamento a crédito ocorre na conta 2.1.8.8.1.04.23.00 - Depósitos para Pagamento de Precatórios - ESTADO, no Tribunal de Justiça, com a entrada do recurso na conta especial de Precatórios no TJSC. A baixa dessa conta de passivo ocorre após o TJSC realizar o pagamento de precatórios aos respectivos beneficiários. Porém, a baixa na conta de ativo do Tesouro Estadual (Encargos Gerais) ocorre apenas quando o TJSC informa o Tesouro sobre os pagamentos efetuados.

Cabe destacar que além de, por vezes, ocorrer intervalo de tempo entre os registros de baixas efetuados nas contas do ativo e do passivo, parte dos registros é realizada de forma manual e em órgãos de estruturas administrativas distintas e complexas.

Assim, apesar de conceitualmente as duas contas contábeis merecerem apresentar o mesmo saldo, o que se observa na prática é a inviabilidade de se conseguir tal êxito pelas razões anteriormente apresentadas.

Diferença entre a Conta de Ativo e Passivo

R$ milhares

Pagamento de Precatório	31/12/2022	31/12/2021
1.1.3.5.1.08.00.00 - Conta Especial Precatórios (Encargos Gerais)	44.561	72.574
2.1.8.8.1.04.23.00 - Depósitos para Pagamento de Precatórios - ESTADO (TJSC)	163.270	161.958
DIFERENÇA	**118.709**	**89.385**

Outras Obrigações

Destaque para a conta Depósitos Judiciais referentes à Emenda Constitucional nº 94/2016, no não circulante. Nela foram registradas as receitas relativas aos depósitos judiciais de terceiros, a serem utilizados para pagamentos de precatórios, conforme o Processo SEF nº 1041/2021. Em 2022, o saldo final dessa conta totalizou R$ 772,41 milhões.

34 Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

35 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14.

Neste grupo, estão contabilizados os valores devidos ao Programa de Demissão Incentivada (PDI), da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (UG 440022), sendo o saldo final em 2022 de R$ 44,18 milhões na conta 2.1.8.9.1.01.06.00 - Programa de Demissão Incentivada - PDI, no circulante, e R$ 119,65 milhões na conta 2.2.8.9.1.01.06.00 - Programa de Demissão Incentivada - PDI, no não circulante. Aumento de 0,7% na conta contábil do curto prazo e redução de 13,1% na conta de longo prazo em relação a 2021.

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária

O valor registrado na conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária evidencia as despesas contratadas pelo Estado sem o devido suporte orçamentário. Em 2022, esse valor alcançou o montante de R$ 30,03 milhões, uma redução de 37,2% quando comparado a 2021.

R$ milhares

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Estadual de Saúde (FES)	30.029	47.824

Em 31/12/2022, consta no FES a inscrição em responsabilidade do ordenador e o reconhecimento do credor no montante de R$ 30,03 milhões, conforme as contas contábeis 8.9.7.3.1.11 - Responsáveis Apuração por Despesas Realizadas Excedentes a Programação Financeira, 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária e 8.6.3.2.1.01 - Passivo sem Execução Orçamentária (por FR).

Em 2023 (até 10/2/2023) houve a inscrição em responsabilidade do ordenador no montante de R$ 1,72 milhão, sendo R$ 29,55 mil referentes ao exercício de 2021 e R$ 1,69 milhão ao exercício de 2022. Destaca-se também que em 2023 (até 10/2/2023) foi baixado o valor de R$ 1,86 milhão, do qual R$ 111,08 foram empenhados em 2022 e liquidados em 2023, porém encaminhados para baixa da inscrição apenas em 2023. Assim, o saldo ajustado da conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária do FES, em 31/12/2022, seria de R$ 29,89 milhões, estando, sob essa ótica, superavaliado em R$ 140,02 mil, conforme a tabela seguinte.

R$ milhares

Especificação	Valor
Saldo contábil do FES em 31/12/2022	**30.029**
(+) Inscrição competência 2021	29
(+) Inscrição competência 2022	1.693
(-) Baixas empenhadas em 2022	(1.862)
Saldo ajustado em 31/12/2022	**29.889**

30. RESULTADO DIFERIDO

Os resultados diferidos são compostos por variações patrimoniais aumentativas que, por força da legislação, serão reconhecidas no resultado de exercícios futuros.

R$ milhares

Resultado Diferido	2022	2021
2.2.9.1.1.01 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	438.879	469.173
2.2.9.1.1.02 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida Fruição PRODEC	1.619.383	1.462.530
SALDO	**2.058.263**	**1.931.703**

O saldo de 2022 é de R$ 2,06 bilhões e está registrado na Unidade Gestora Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a estrutura financeira do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), previsto na Lei Estadual nº 13.342/2005.

Desse valor, R$ 438,88 milhões referem-se ao saldo da conta contábil Variação Patrimonial Aumentativa Diferida, registrada em decorrência das previsões da Lei nº 15.335/2005, em conjunto com o Decreto nº 3.748/2005 (R$ 183,62 milhões), e da Lei nº 13.992/2007, combinada com o Decreto nº 1.534/2013 (R$ 255,26 milhões).

O outro montante, no valor de R$ 1,62 bilhão, é oriundo da conta Variação Patrimonial Aumentativa Diferida Fruição PRODEC. Essa fruição consiste no uso do incentivo fiscal por empresas beneficiárias pelo PRODEC, registrado conforme previsão da Lei nº 13.342/2005 e de suas alterações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SALDO PATRIMONIAL

31. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores é movimentada pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de práticas contábeis ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em 2022, o saldo total de ajuste decorrente de retificação de exercícios anteriores é composto principalmente por:

- ajustes do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feitos pelas empresas estatais dependentes devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e da pública, por não terem sido realizados de forma tempestiva;
- baixas patrimoniais (bens imóveis e obras em andamento) de uma determinada unidade gestora, a exemplo do Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza, cuja baixa ocorreu tendo em vista a construção de benfeitorias em CREAS e CRAS com Termo de Cessão de Uso em terrenos municipais;
- ajustes de valores relacionados a depreciação, reavaliação e reclassificação de bens nos casos em que houve reconhecimento a maior ou a menor em exercícios anteriores pelas unidades gestoras;
- ajustes de valores com apropriação de prêmios de seguros, assinaturas e anuidades;
- ajustes de estoques, a exemplo do Fundo Estadual de Saúde;
- ajustes referentes às transferências especiais realizadas em 2021, conforme a Nota Explicativa nº 17, a exemplo da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural.

Quadro-Resumo do Saldo dos Valores Registrados na Conta Ajustes de Exercícios Anteriores

R$ milhares

Ajuste de Exercícios Anteriores Decorrentes de:	Valor
Mudança de Práticas Contábeis	94.560
Retificação de Exercícios Anteriores	(83.617)
TOTAL	**10.943**

R$ milhares

Ajuste de Exercícios Anteriores por Unidade Gestora	Valor
Superavits ou Deficits Acumulados	
Secretaria de Estado da Educação	68.661
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	28.279
Secretaria de Estado da Saúde	10.200
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	8.822
Assembleia Legislativa do Estado	3.538
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural	3.038
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	(2.069)
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	(12.177)
Fundo Estadual de Saúde	(114.569)
Demais Unidades Gestoras	469
Deficit Acumulado	**(5.809)**
Lucros e Prejuízos Acumulados	
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	6.696
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	10
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	10.045
Lucro Acumulado	**16.751**
TOTAL	**10.943**

PASSIVOS CONTINGENTES

32. RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

No exercício de 2021, com a publicação da Portaria GAB/PGE nº 102/2021, houve um importante avanço relacionado ao reconhecimento e à evidenciação dos Riscos Fiscais e Passivos Contingentes. Nessa portaria, foram estabelecidos os critérios e os procedimentos a serem adotados pela PGE na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra o Estado, as autarquias ou as fundações públicas que poderiam representar riscos fiscais.

Naquela ocasião, os critérios adotados para a inclusão dos riscos fiscais e passivos contingentes foram detalhados na Informação GAB/PGE nº 7/2021, inscrita no Processo PGE nº 9029/2021, assim como os respectivos valores informados, os quais foram devidamente registrados no SIGEF.

Em 2022, por meio do Processo PGE nº 9361/2022, foi tramitada a Informação GAB/PGE nº 8/2022, onde consta o Anexo Único com as informações atualizadas sobre os riscos fiscais até dezembro de 2022. A tabela a seguir demonstra os valores extraídos daquele anexo comparados com os valores do exercício anterior.

Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	Credor	31/12/2022 (R$)	31/12/2021 (R$)	Grau de Risco em 31/12/2022
LFTSC	Bradesco Vida e Previdência S.A.	335.348.804,12	270.595.389,32	Provável
LFTSC	Telos Fundação Embratel de Seguridade Social	502.107.540,08	471.178.368,72	Provável
LFTSC	Divalpar Participações Societárias Ltda.	4.663.321,19	3.264.442,99	Provável
LFTSC	BBVA Serviços e Negócios Ltda.	2.158.974,71	5.217.722,82	Provável
LFTSC	Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS)	917.019.891,94	76.078.709,31	Provável
LFTSC	Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF)	27.322.129,00	46.863.755,42	Provável
LFTSC	Lloyds TSB Bank PL	721.898.523,52	112.329.630,47	Provável
LFTSC	Serpros - Fundo Multipatrocinado	246.311.248,17	63.751.526,03	Provável
LFTSC	Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS)	7.632.212,05	7.254.726,43	Provável
LFTSC	Multiplic Ltda.	466.585.083,75	A estimar	Possível
LFTSC	Banco de Brasília (BRB)	84.406.695,33	-	Possível
LFTSC	Inepar S.A. Indústria e Construções	84.235.907,23	76.954.083,38	Provável
LFTSC	Blue Orion Negócios e Participações Ltda.	142.082.800,74	-	Possível
Sistema de Vencimentos	Hermano Marinho Pereira e outros	75.055.105,33	58.713.766,22	Provável
Convênios	Ministério Público do Estado de Santa Catarina	-	58.743.112,93	Provável
Sistema de Vencimentos	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	85.633.395,62	A estimar	Provável
Desapropriação	Colorminas Colorifício e Moneração S.A.	43.494.133,70	-	Provável
Desapropriação	Pacheco & Pereira Ltda.	11.932.612,94	-	Provável
Sistema Tributário	Lojas Americanas S.A.	100.322.306,40	-	Provável
Sistema Tributário	União - Fazenda Nacional - PASEP	89.851.621,38	-	Possível
TOTAL		**3.948.062.307,20**	**1.250.945.234,04**	

Os valores com o grau de risco considerado “Provável” somam R$ 3,17 bilhões e estão contabilizados na conta contábil 2.1.7.9.1.04.00 - Provisão para Ação Judicial em Trânsito, conforme destacado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões.

Já os valores classificados com o grau de risco “Possível” (R$ 782,93 milhões) estão contabilizados na conta contábil de controle 8.4.1.1.1.02.00.00 - Processos Judiciais, no grupo Passivos Contingentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

33. TRIBUTOS

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs), de acordo com a NBC TSP nº 01 - Receita de Transações sem Contraprestação. Esses valores já consideram as deduções das receitas, sendo, portanto, líquidos.

R$ milhares

Tributos	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	41.155.662	35.922.163
Taxas	1.763.751	1.668.636
TOTAL	**42.919.414**	**37.590.799**

O valor total de tributos representa 56% das VPAs (R$ 76,64 bilhões), sendo os impostos responsáveis por 53,7% desse valor.

R$ milhares

Impostos	31/12/2022	31/12/2021
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	2.472.077	1.906.317
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	3.124.195	2.236.431
Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD e Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	799.984	712.849
Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	34.759.406	31.066.567
TOTAL	**41.155.662**	**35.922.163**

R$ milhares

Taxas	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	4.052	3.968
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	26.525	24.618
Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	10.086	5.733
Taxa de Prevenção de Sinistro	2.000	1.464
Taxa de Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento	9.249	9.161
Taxa de Serviços Gerais	1.046.949	957.701
Taxa de Fiscalização do Transporte Coletivo Intermunicipal	13.923	10.556
Taxa de Selos de Fiscalização de Atos Registrais	59.539	61.984
Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos	1.312	1.329
Taxa de Regularização e Controle do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros	10.735	9.348
Taxa de Prestação de Serviços Ambientais	34.786	30.500
Emolumentos e Custas Judiciais	306.589	227.275
Taxa de Registro de Contrato de Veículo	59.618	61.123
Taxa de Segurança Preventiva	1.931	441
Taxa de Defesa Sanitária	899	921
Taxa Extrajudicial	175.559	262.516
TOTAL	**1.763.751**	**1.668.636**

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de despesas com benefícios a empregados que compõem as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

R$ milhares

Remuneração a Pessoal	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Ativo Civil - RPPS	6.951.567	5.737.707
Ativo Civil - RGPS	2.793.961	2.361.845
Ativo Militar - RPPS	-	-
Ativo Militar	1.629.870	1.339.412
TOTAL	**11.375.399**	**9.438.964**

R$ milhares

Encargos Patronais	31/12/2022	31/12/2021
Encargos Patronais - RPPS	4.672	4.436
Encargos Patronais - RGPS	641.545	532.482
Encargos Patronais - FGTS	32.975	27.574
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	58.268	40.874
Outros Encargos Patronais	16.470	13.343
TOTAL	**753.930**	**618.709**

R$ milhares

Benefícios a Pessoal	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios a Pessoal - RPPS	388.430	293.694
Benefícios a Pessoal - RGPS	173.362	142.195
Benefícios a Pessoal - Militar	82.454	72.632
TOTAL	**644.246**	**508.520**

R$ milhares

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações e Restituições Trabalhistas	607.290	459.478
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	14.524	10.350
TOTAL	**621.813**	**469.829**

R$ milhares

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2022	31/12/2021
Aposentadorias e Reformas	7.519.583	6.152.816
Pensões	1.426.998	1.181.265
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	54.487	28.910
TOTAL	**9.001.068**	**7.362.991**

35. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial consolidado do exercício foi negativo de R$ 19,78 bilhões, impactado principalmente pelo resultado das Provisões Matemáticas Previdenciárias no valor de -R$ 26,06 bilhões.

As informações sobre as Provisões Matemáticas e Previdenciárias estão detalhadas na Nota Explicativa nº 28.

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

R$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2022	31/12/2021
4.9.7.1.1.03.00.00 - Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	9.863.654	150.544.753
3.9.7.2.1.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias	35.926.362	20.040.093
DIFERENÇA	**(26.062.708)**	**130.504.660**

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2022	31/12/2021
4.4.0.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.784.615	1.896.710
3.4.0.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.964.717	3.367.843
DIFERENÇA	**819.898**	**(1.471.133)**

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2022	31/12/2021
4.5.0.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas	9.663.270	8.393.145
3.5.0.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas	18.707.338	16.264.754
DIFERENÇA	**(9.044.068)**	**(7.871.609)**

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2022	31/12/2021
4.9.2.0.0.00.00.00 - Resultado Positivo de Participações	847.194	420.133
3.9.2.0.0.00.00.00 - Resultado Negativo de Participações	239.135	46.956
DIFERENÇA	**608.059**	**373.177**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

36. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NAS DEMONSTRAÇÕES

A disponibilidade financeira é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, assim como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro. Esses últimos são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois se trata de recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos de terceiros e as cauções recebidas que devem ser devolvidas após a finalização dos contratos.

Diferentemente do saldo de caixa e dos equivalentes de caixa apresentados na DFC, no Balanço Financeiro (BF) os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e os equivalentes de caixa.

Dos valores considerados como caixa e equivalentes de caixa na DFC, destaca-se a quantia de R$ 732,32 milhões, que está aplicada em fundos de investimentos pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais, tendo restrições de uso imediato por parte desse regime.

Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R$ milhares

Balanço Patrimonial/Balanço Financeiro	Valor	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Valor
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.397.672	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária)	6.155.974
		Fundos de Investimento em Renda Fixa - RPPS	701.056
		Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	31.266
TOTAL	**13.397.672**	**TOTAL**	**6.888.296**

37. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS/OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre os órgãos e as entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (conforme entram e saem, respectivamente), tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses. Também são consideradas nessas linhas as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, como a antecipação do repasse constitucional do PRODEC, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

38. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Para se obter a geração líquida de caixa a partir do resultado orçamentário do exercício, determinadas informações devem ser consideradas para fins de exclusão ou inclusão. Mesmo que algumas operações afetem o resultado orçamentário, isso não significa, necessariamente, que tenham influenciado na geração líquida de caixa. Um exemplo dessa situação são os restos a pagar inscritos no período que, embora tenham sido despesas consideradas no ano para fins orçamentários, ainda não foram pagos e, portanto, não reduziram o caixa. Operação inversa ocorre com os restos a pagar pagos no exercício e que foram despesas orçamentárias de exercícios anteriores. Apresenta-se, a seguir, a conciliação do resultado orçamentário com a geração líquida de caixa.

Conciliação do Resultado Orçamentário com a Geração Líquida de Caixa

R$ milhares

Item	31/12/2022
1. Resultado orçamentário (ver Nota Explicativa nº 43)	(1.181.202)
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)	2.004.674
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	(1.111.058)
4. Saldo de transações extraorçamentários (impactadas na DFC)	(79.073)
5. Perdas na aplicação financeira do RPPS	-
6. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	2
7. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	**(366.657)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

39. VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO PERÍODO

O patrimônio líquido do Estado variou negativamente 24%, resultando no valor de -R$ 77,48 bilhões ao final de 2022 (-R$ 62,47 bilhões em 2021). O destaque vai para os resultados acumulados, que encerraram o exercício de 2022 com o saldo de -R$ 82,33 bilhões, uma variação negativa de 31,6% em relação a 2021 (-R$ 62,57 bilhões). As provisões matemáticas registradas no exercício de 2022 (R$ 35,93 bilhões), mediante Variações Patrimoniais Diminutivas, contribuíram substancialmente para o resultado apurado.

Destaque também para o ajuste de avaliação patrimonial, que encerrou 2022 com o saldo de R$ 4,84 bilhões, registrando um aumento de 5.160,2% quando comparado ao exercício de 2021 (R$ 92,04 milhões). Grande parte dessa variação refere-se às reavaliações em edifícios, bens imóveis e terrenos, efetuadas pela Unidade Gestora Fundo Patrimonial, conforme o Processo SEA nº 1100/2022.

Os ajustes de exercícios anteriores aumentaram o patrimônio líquido em R$ 10,94 milhões, conforme disposto na Nota Explicativa nº 31.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

40. DESPESAS DEMONSTRADAS NA LOA E DOTAÇÃO INICIAL

O valor total autorizado para a execução das despesas foi de R$ 47,05 bilhões, conforme as leis e os instrumentos que regem a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

Esse montante é composto pela despesa fixada inicialmente na LOA, no total de R$ 37,10 bilhões, acrescidos dos créditos adicionais[36] ao orçamento, no valor de R$ 9,95 bilhões.

---

36 Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses créditos podem ser:

I – suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;

II – especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou

Destaca-se que, após a publicação da LOA, foram aprovadas e sancionadas as emendas não impositivas, porém sem a atualização no texto da referida lei, nos quadros e nas tabelas das dotações no Anexo I. Dessa forma, os valores das emendas impositivas foram incorporados à dotação inicial, conforme o quadro apresentado a seguir:

R$ milhões

Despesas	Demonstrativo das Despesas na LOA - Art. 4º	Dotação Inicial - SIGEF	Diferença
Correntes	**31.998,29**	**31.866,48**	**131,81**
Pessoal e Encargos Sociais	21.012,88	21.012,88	-
Juros e Encargos da Dívida	1.215,73	1.215,73	-
Outras Despesas Correntes	9.769,68	9.637,87	131,81
Capital	**5.100,88**	**5.232,69**	**(131,81)**
Investimentos	3.819,13	3.995,94	(176,81)
Inversões Financeiras	319,36	274,36	45,00
Amortização da Dívida	962,39	962,39	-
Reserva de Contingência	**1,00**	**1,00**	**-**
TOTAL	**37.100,17**	**37.100,17**	**-**

41. DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As receitas intraorçamentárias líquidas, arrecadadas em sua totalidade pelo Poder Executivo, corresponderam a R$ 2,02 bilhões, registrando um aumento de 17,4% quando comparadas a 2021 (R$ 1,71 bilhão), sendo R$ 2,01 bilhões de receitas correntes e R$ 6,80 milhões de receitas de capital.

Do total das receitas intraorçamentárias, 79,1% referem-se às contribuições previdenciárias do RPPS arrecadadas pelo Fundo Financeiro. Destaque também para as receitas de serviços do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, que representaram 17,1% das receitas auferidas.

Já as despesas intraorçamentárias empenhadas do período corresponderam a R$ 2,05 bilhões, o que representa 18,3% a mais que o valor registrado no exercício de 2021 (R$ 1,73 bilhão). Desse valor, R$ 2,01 bilhões referem-se às despesas correntes, e R$ 40,21 milhões correspondem a despesas de capital. Destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, representando 79,7% do total de despesas intraorçamentárias empenhadas no exercício.

III – extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:

I – superavit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;

II – excesso de arrecadação;

III – operações de crédito; ou

IV – anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

Detalhamento da Despesa Intraorçamentária de 2022

R$ milhares

Poder/Órgão	Despesa Intraorçamentária				
	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversão Financeira	Total
Executivo	1.201.608	349.159	33.415	6.800	1.590.981
Legislativo	66.051	5.725	-	-	71.776
Judiciário	282.164	17.884	-	-	300.048
Ministério Público	80.903	2.969	-	-	83.872
CONSOLIDADO GERAL	**1.630.726**	**375.736**	**33.415**	**6.800**	**2.046.677**

42. SUPERAVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA FINANCIAR AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO CORRENTE

Do total das despesas executadas no ano de 2022, o valor de R$ 3,77 bilhões foi custeado com o superavit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em outros anos.

R$ milhares

Despesas	2022
Despesas Correntes	**1.656.115**
31. Pessoal e Encargos Sociais	490.438
32. Juros e Encargos da Dívida	44.169
33. Outras Despesas Correntes	1.121.508
Despesas de Capital	**2.109.526**
44. Investimentos	2.015.093
45. Inversões Financeiras	58.446
46. Amortização da Dívida	35.988
TOTAL	**3.765.641**

43. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do exercício foi deficitário em R$ 1,18 bilhão e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R$ 42,45 bilhões) e a despesa empenhada (R$ 43,63 bilhões). Parte da despesa empenhada (R$ 3,77 bilhões) foi custeada com superavit financeiro de exercícios anteriores, conforme a Nota Explicativa nº 42. Mais informações sobre o resultado orçamentário estão detalhadas no capítulo Gestão Orçamentária deste Balanço.

R$ milhares

Resultado Orçamentário por Categoria Econômica	2022
Receita Corrente	42.270.299
Despesa Corrente	36.197.843
Resultado Corrente	**6.072.456**
Receita de Capital	177.525
Despesa de Capital	7.431.183
Resultado de Capital	**(7.253.658)**
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	**(1.181.202)**

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

44. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro (BF) foi positivo no valor de R$ 34 milhões, correspondendo à variação das disponibilidades no final do ano (R$ 13,40 bilhões) e no início do ano (R$ 13,36 bilhões).

A conciliação do resultado financeiro a partir do resultado orçamentário demonstra os valores que devem ser deduzidos e acrescentados para alcançar o valor do impacto financeiro real do ente no exercício.

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro

R$ milhares

Item	2022
1. Resultado Orçamentário (ver Nota Explicativa nº 43)	(1.181.202)
2. Restos a Pagar Inscritos no Período, Inclusive Serviços da Dívida a Pagar (Despesas Empenhadas e não Pagas)	2.004.674
3. Restos a Pagar Pagos no Período (Despesas Empenhadas em Anos Anteriores)	(1.111.058)
4. Saldo de Transações Extraorçamentários (Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados)	427.205
5. Resultado Extraorçamentário das Aplicações do RPPS	(105.623)
6. Outros Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários	2
7. RESULTADO FINANCEIRO (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	**33.998**

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

45. RENÚNCIA DE RECEITA

R$ milhares

Renúncia/Espécie	Previsão na LDO	Análise Vertical	Renúncia Efetiva Janeiro a dezembro de 2022	Análise Vertical
Crédito Presumido	10.803.933	77,1%	15.406.726	75,2%
Alteração de Alíquota	1.848.156	13,2%	2.883.541	14,1%
Isenção	1.148.151	8,2%	1.590.970	7,8%
Remissão	250	0,002%	201.355	1,0%
Anistia	-	0,0%	179.147	0,9%
Subsídio	15.633	0,1%	16.651	0,1%
Outros Benefícios Tributários	201.584	1,4%	217.222	1,1%
TOTAL	**14.017.706**	**100,0%**	**20.495.613**	**100,0%**

Fonte: Diretoria de Administração Tributária/Secretaria de Estado da Fazenda

No período de janeiro a dezembro do ano de 2022, a renúncia de receita efetiva do Estado totalizou R$ 20,50 bilhões[37], representando um aumento de 113,8% em relação a 2021. Já no que diz respeito à previsão, a renúncia apresentou uma variação positiva de 120,8% quando comparada com o mesmo período de 2021 (R$ 6,35 bilhões), totalizando R$ 14,02 bilhões em 2022. Esse aumento da previsão deu-se em decorrência de três fatores: a mudança da metodologia de cálculo, o desenvolvimento de novas ferramentas para cálculo da renúncia e a crise cambial, conforme as Notas Explicativas nºs 15 a 19, do Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas, Anexo de Metas Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022 (Lei nº 18.170, de 27/7/2021).

O Crédito Presumido foi o benefício tributário que apresentou o maior valor de renúncia efetiva de receita em 2022 (R$ 15,41 bilhões). Na comparação com a previsão da LDO de 2022, a renúncia foi maior em 42,6%. O destaque vai para o setor de importação, que apresentou o benefício tributário efetivo no valor de R$ 8,39 bilhões.

R$ milhares

Espécie de Benefício	Setor	Projeção para 2022	Renúncia Efetiva em 2022
Crédito presumido	Importação	5.247.548	8.390.658
	Indústria	4.771.189	6.028.055
	Comércio	301.711	373.169
	Medicamentos e equipamentos para a saúde	299.889	364.031
	Transportes	147.926	198.796
	Agropecuária e pesca	33.469	47.164
	Diversos	2.201	4.854
TOTAL		**10.803.933**	**15.406.726**

Fonte: Diretoria de Administração Tributária/Secretaria de Estado da Fazenda

37 Conforme Relatório de Desempenho da Arrecadação Tributária, constante no Volume 2 deste Balanço Geral.

Cabe destacar que, com as alterações do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - Estendido (PCASP) 2022, os benefícios tributários foram registrados nas seguintes contas contábeis:

Contas de Registro dos Benefícios Tributários	
8.6.1.1.1.00.00.00 Benefícios Tributários - A Conceder	8.6.1.1.2.00.00.00 Benefícios Tributários - Concedidos
8.6.1.1.1.02.00.00 Remissão	8.6.1.1.2.04.00.00 Isenção
8.6.1.1.1.03.00.00 Crédito Presumido	8.6.1.1.2.01.00.00 Anistia
8.6.1.1.1.04.00.00 Isenção	8.6.1.1.2.05.00.00 Alteração de Alíquota
8.6.1.1.1.05.00.00 Alteração de Alíquota	8.6.1.1.2.02.00.00 Remissão
8.6.1.1.1.99.00.00 Outros Benefícios Tributários	8.6.1.1.2.99.00.00 Outros Benefícios Tributários
8.6.1.1.1.01.00.00 Anistia	8.6.1.1.2.03.00.00 Crédito Presumido

O detalhamento das renúncias de receitas no exercício é apresentado no Volume 2 deste Balanço, no Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária.

46. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em atendimento à NBC TSP 22 - Divulgação sobre Partes Relacionadas e visando melhorar o padrão de divulgação das informações financeiras do Estado, apresentam-se as principais transações financeiras ocorridas em 2022 – aumento/redução de capital, ressarcimento de pessoal requisitado, subvenções econômicas, dividendos propostos e garantias e avais – entre o Governo do Estado, ente controlador, e suas empresas controladas:

a. BADESC
b. BRDE
c. BESCOR
d. CASAN
e. Celesc
f. CIASC
g. CODISC[38]
h. HIDROCALDAS
i. IAZPE
j. INVESC
k. Sapiens Parque S.A.
l. SCPar

38 Em 1989, a Lei nº 7.724/1989 autorizou a extinção da CODISC, cujo processo de liquidação foi concluído em setembro de 2022.

Aumento de Capital

Durante o exercício de 2022, o Governo do Estado repassou R$ 220,05 milhões para aumento de capital das seguintes empresas:

R$ milhares

Empresa	2022	2021
BADESC	61.500	82.000
BESCOR	1.495	42
CASAN	100.000	127.828
CIASC	-	2.600
CODISC	604	202
HIDROCALDAS	1.466	1.660
IAZPE	2.000	111
INVESC	88	79
SAPIENS PARQUE	24.237	7.455
SCPar	28.656	7.674
TOTAL	**220.045**	**229.653**

(Valores liquidados nos subelementos de despesa 45.90.65.01 e 45.90.65.02, e acumulados até dezembro)

Mais detalhes sobre o aumento de capital são apresentados na Nota Explicativa nº 21 - Adiantamento para Aumento de Capital deste Balanço Geral.

Ressarcimento de Salários de Pessoal Cedido ao Governo

No exercício de 2022, houve uma redução de 4,6% das despesas de ressarcimento de salários de pessoal cedido ao Governo em relação a 2021, o que totaliza o valor de R$ 1,98 milhão considerando a liquidação das despesas realizadas no ano.

Do total das despesas liquidadas, 58,2% referem-se a ressarcimento de salários de pessoal cedido da CASAN, 31,7% são de ressarcimento de salários de pessoal do CIASC e 10,1% das demais empresas (SCPar e Celesc).

R$ milhares

Empresa	2022	2021
CASAN	1.153	1.001
CIASC	628	814
Celesc	9	117
SCPar	191	144
TOTAL	**1.980**	**2.076**

(Valores liquidados no subelemento de despesa 31.90.96.01 para as partes relacionadas e acumulados até dezembro)

Subvenções Econômicas

Durante o exercício de 2022, o Governo repassou o valor total de R$ 75,47 milhões como subvenção econômica, sendo R$ 32,79 milhões ao BADESC e R$ 42,69 milhões ao BRDE, um aumento de 418,6% quando comparado ao exercício de 2021.

R$ milhares

Empresa	2022	2021
BADESC	32.785	13.420
BRDE	42.688	1.133
TOTAL	**75.473**	**14.553**

(Valores liquidados nos subelementos de despesa 33.60.45.05 e 33.60.92.45 para as partes relacionadas e acumulados até dezembro)

Do total repassado ao BADESC, R$ 14,11 milhões são destinados ao pagamento de parcelas dos juros subsidiados pelo Governo para o Programa Juro Zero, R$ 10,47 milhões através da compensação dos juros sobre o capital próprio devidos pelo BADESC ao Estado e R$ 3,65 milhões mediante ressarcimento efetuado pela SEF, conforme a Lei nº 16.675/2015, alterada pelas Leis nºs 16.749/2015 e 16.864/2016, Lei nº 16.006/2013 e Lei nº 15.570/2011, alterada pelas Leis nºs 18.000/2020 e 18.279/2021.

Também foi repassado ao BADESC o valor de R$ 12,87 milhões para ressarcimento referente ao Programa SC Mais Renda Empresarial a microempreendedores individuais (MEI) e micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, conforme disposto na Lei nº 18.132/2021, nos Decretos nºs 1.341/2021, 1.361/2021, 1.498/2021 e 1.619/2021, e nos termos do Processo SEF nº 7246/2021. Além desse valor, R$ 4,19 milhões foram destinados ao subsídio parcial da taxa de juros remuneratórios de operações de créditos a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, tendo como objetivo o enfrentamento dos prejuízos econômicos advindos da emergência de saúde pública provocada pela Covid-19, conforme a Lei nº 17.935/2020, e R$ 1,61 milhão para o Programa Recomeça 1 e 2, instituído pela Lei nº 18.096/2021, alterada pelas Leis nºs 18.385/2022 e 18.515/2022 e Decretos nºs 1.085/2021, 1.983/2022, 2.125/2022 e 2.397/2022, mediante compensação dos juros sobre o capital próprio devidos pelo BADESC ao Estado.

Já o valor de R$ 42,69 milhões, repassado para o BRDE, refere-se ao ressarcimento do Programa SC Mais Renda Empresarial para microempreendedores individuais e micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, conforme disposto na Lei nº 18.132/2021, nos Decretos nºs 1.341/2021, 1.361/2021, 1.498/2021 e 1.619/2021, e nos termos do Processo SEF nº 7246/2021.

Prestação de Serviços de Partes Relacionadas

Em 2022, Santa Catarina consumiu R$ 259,56 milhões em serviços das empresas controladas. Os serviços tomados do CIASC foram os mais representativos (49,2% do total), e a maior parte deles englobou serviços de tecnologia da informação e comunicação contratados. A Celesc, responsável pelo fornecimento de energia elétrica, foi a segunda maior fornecedora entre as partes relacionadas do Estado (38,3% dos serviços). Os serviços de água e esgoto, fornecidos pela CASAN, representaram 12,5% do total contratado.

R$ milhares

Empresa	2022	2021
CIASC	127.792	102.088
Celesc	99.389	84.316
CASAN	32.376	26.447
TOTAL	**259.557**	**212.851**

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elementos de despesa 33.90.35, 33.90.39, 44.90.39 e subelementos de despesa 33.90.40.32 e 44.90.40.32 e no campo credor o CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Juros sobre o Capital Próprio

Em 2022, Santa Catarina recebeu R$ 54,93 milhões de juros sobre o capital próprio, sendo 56,8% do BADESC, 42,9% da Celesc e 0,3% de outras partes relacionadas.

R$ milhares

Empresa	2022	2021
BADESC	31.172	8.012
Celesc	23.586	14.756
Outros	170	1
TOTAL	**54.929**	**22.770**

Dividendos a Receber

Ao final de 2022, o Estado possuía no seu ativo o valor de R$ 31,99 milhões de dividendos a receber.

R$ milhares

Empresa	2022	2021
CASAN	20.628	20.628
SCPar	9.255	9.255
Celesc	2.103	2.103
Telefônica Brasil S.A.	1	-
Banco do Brasil S.A.	0,02	0,003
TOTAL	**31.987**	**31.986**

Valores a Pagar

Santa Catarina tem os seguintes valores reconhecidos como restos a pagar inscritos em 2022 pelas partes relacionadas:

R$ milhares

Empresa	Restos a Pagar não Processados	Restos a Pagar Processados	TOTAL
CIASC	321	583	904
Celesc	11.346	32	11.378
CASAN	4.121	3	4.125
TOTAL	**15.789**	**618**	**16.407**

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, Credor CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Avais e Garantias Concedidas

O Estado é garantidor de operações internas e externas da CASAN e da Celesc, como mostrado a seguir:

R$ milhares

Avais e Garantias do Estado	2022	2021
CASAN	**433.017**	**532.686**
Caixa Econômica Federal	183.004	185.878
Agence Française de Développement	250.013	346.808
Celesc	**1.166.319**	**1.150.078**
Banco Interamericano de Desenvolvimento	1.166.319	1.150.078
TOTAL	**1.599.336**	**1.682.764**

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

Da data do fechamento do exercício até a data de autorização de publicação destas demonstrações contábeis[39], a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.

39 Em consonância com o art. 9º, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.236, de 27 de outubro de 2022.

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
E DE INFORMAÇÕES FISCAIS